



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO - ECO
PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA



**VIDEOLÓGIA ULTRAPOLÍTICA: o entretenimento televisivo na ascensão
conservadora do Brasil entre 2014 e 2018**

RAÍSSA SALES DE MACÊDO

Rio de Janeiro

2020

RAÍSSA SALES DE MACÊDO

**VIDEOLOGIA ULTRAPOLÍTICA: o entretenimento televisivo na ascensão
conservadora do Brasil entre 2014 e 2018**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, área de concentração em Mídia e Mediações socioculturais, para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Suzy dos Santos

Co-orientadora: Janaine Sibelle Freires Aires

Rio de Janeiro

2020



**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
APRESENTADA POR RAÍSSA SALES DE MACÊDO NA ESCOLA
DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ**

Aos dez dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às dez horas, na sala 142 da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi apresentada a dissertação de mestrado de Raissa Sales de Macêdo, intitulada: "**Videologia Ultrapolítica: o entretenimento televisivo na ascensão conservadora do Brasil entre 2014 e 2018**" perante a banca examinadora composta por: Suzy dos Santos [orientador(a) e presidente], Janaine Sibelle Freires Aires e Luanda Dias Schramm. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua dissertação:

aprovada reprovada aprovada mediante alterações

E, para constar, eu, Thiago Couto, lavrei a presente ata, que segue por mim datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2020

S. D.

Suzy dos Santos [orientador(a) e presidente]

Janaine Sibelle Freires Aires

Janaine Sibelle Freires Aires [examinador(a)]

Luanda Dias Schramm

Luanda Dias Schramm [examinador(a)]

Raissa Sales de Macêdo

Raissa Sales de Macêdo [candidato(a)]

CIP - Catalogação na Publicação

MM141v Macêdo, Raíssa Sales de
VIDEOLÓGIA ULTRAPOLÍTICA: o entretenimento
televisivo na ascensão conservadora do Brasil entre
2014 e 2018 / Raíssa Sales de Macêdo. -- Rio de
Janeiro, 2020.
204 f.

Orientadora: Suzy Dos Santos.
Coorientadora: Janaine Sibelle Freires Aires.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Programa de
Pós-Graduação em Comunicação, 2020.

1. Direita. 2. Democracia. 3. Entretenimento. 4.
Televisão . 5. Ultrapolítica. I. Dos Santos, Suzy ,
orient. II. Freires Aires, Janaine Sibelle,
coorient. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Não é como se eu tivesse tempo sobrando para pensar nestes agradecimentos, mas não poderia deixar de fazê-los. Minha profunda gratidão:

À minha mãe, que sempre dá um jeito de cuidar de mim e me fazer sentir melhor. Por toda a parceria, preocupação e amor. Ao meu padrasto, pelo cuidado e afeto.

A Guilherme, pelo companheirismo cotidiano, por compartilhar comigo noites insones e tantos sonhos bons.

À minha orientadora, Suzy, por ter me tranquilizado tantas vezes e com tanta paciência. Por ter me acolhido e ensinado desde o primeiro momento.

À Janaine, pelos muitos ensinamentos, bom humor e paciência.

A Matheus e Sorriso, pela amizade incondicional e pelas portas sempre abertas. A Vanessa e Luana, pela amizade de uma vida, e por me socorrerem nos momentos de desespero. A Ana Priscila, Jota, Marina, Danilo, Ugo e todas as amigas e amigos que, de alguma forma, fazem o meu caminho mais bonito.

À UFRJ, pelos anos de aprendizado e crescimento. À CAPES, pelo apoio financeiro. A todas e todos que defendem e trabalham por uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

O furto, o estupro, o rapto pútrido
O fétido seqüestro
O adjetivo esdrúxulo em U
Onde o cujo faz a curva
(O cu do mundo, esse nosso sítio)
O crime estúpido, o criminoso só
Substantivo, comum
O fruto espúrio reluz
À subsombra desumana dos linchadores

A mais triste nação
Na época mais podre
Compõe-se de possíveis
Grupos de linchadores

Caetano Veloso

RESUMO

Esta dissertação analisa as narrativas políticas presentes na programação de entretenimento da TV aberta do Brasil durante o período de 2014 a 2018, isto é, entre a reeleição de Dilma Rousseff (PT), o golpe que a depôs, em 2016, e a eleição do político de extrema-direita, Jair Bolsonaro. O objetivo é compreender a função assumida pelos discursos televisivos analisados nos processos político-eleitorais destacados, em especial a eleição presidencial de 2018. Para isso, foram selecionados os programas *Fala que Eu te Escuto* (RecordTV), *SuperPop* (RedeTV!), *Pânico na Band* e *The Noite com Danilo Gentili* (SBT), que vão da religião às entrevistas e ao humor. Como hipótese, sugere-se a existência de um discurso único e ultrapolítico - de rejeição ao sistema, à esquerda e ao Partido dos Trabalhadores - que teria contribuído para gerar despolitização e naturalizar a disseminação de ódio. Nesse sentido, entende-se que são produzidas “videologias”, ou seja, operações míticas realizadas pela mídia e atuantes na conformação de identidades, visando a integração dos sujeitos pelo olhar (BUCCI; KEHL, 2004). Assim, por meio de narrativas ideológicas que remontam questões “mal resolvidas” da formação social brasileira (como o punitivismo, o racismo e o ódio de classe), mas também a crise global de legitimidade da democracia liberal, os programas observados atuaram de modo a normalizar discursos discriminatórios, disseminar visões de mundo reacionárias e apoiadas em pânico morais - cuja associação a uma variedade de pautas como corrupção, criminalidade e questões de gênero, foi capaz de suscitar e/ou amplificar frustrações, ressentimento e indignação popular.

Palavras-chave: Direita; Democracia; Entretenimento; Televisão; Ultrapolítica.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Linha do Tempo	49
Figura 2 - As explosões nervosas da presidente.....	62
Figura 3 - Ela passou a faixa.....	63
Figura 4 - Grampos revelam golpe de Lula e Dilma.....	66
Figura 5 - Copacabana grita na rua “Renúncia!”	67
Figura 6 - Figura 6 - Petistas desesperados gritam “Golpistas!”	67
Figura 7 - “Eu vou para casa” diz Lula	68
Figura 8 - Lula está morto politicamente	69
Figura 9 - Lula sofre a derrota mais humilhante de sua carreira	69
Figura 10 - Donos de emissoras participam de desfile de 7 de Setembro com Bolsonaro	127
Figura 11 - Jair Bolsonaro e “Poderoso Castiga”	138
Figura 12 - Bolsonaro no SuperPop	141
Figura 13 - Fala que Eu te Escuto debate pena de morte	144
Figura 14 - Raio-X “Dilma Duchefe”	149
Figura 15 - Vinheta “Mitadas do Bolsonaro”	150
Figura 16 - Luciano Hang no The Noite	168

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 ESPETÁCULO TELEVISIVO, ANTIPETISMO E CRISE POLÍTICA NO BRASIL	17
1.1 TELEVISÃO E LAÇO SOCIAL NO BRASIL	20
1.2 MUDIATIZAÇÃO, IMAGEM PÚBLICA POLÍTICA E NARRATIVAS ESPETACULARES	24
1.3 RELIGIÃO, ENTRETENIMENTO E POLÍTICA NO TELESPAÇO PÚBLICO.....	30
1.3.1 <i>Igrejas e regressão democrática no Brasil</i>	31
1.3.2 <i>Cinismo e totalização do entretenimento na contemporaneidade</i>	36
1.3.3 <i>Talk shows, cinismo e política</i>	40
1.4 CONTEXTO E DEFLAGRAÇÃO DO GOLPE DE 2016.....	47
1.4.1 <i>Consolidação da Rede Antipetista</i>	51
1.4.2 <i>A crise política e o golpe de 2016</i>	56
1.5 LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF EM DESCONSTRUÇÃO	60
1.5.1 <i>A construção misógina da imagem de Dilma Rousseff</i>	60
1.5.2 <i>O mito político e as narrativas de desconstrução de Lula</i>	65
2 DESDEMOCRATIZAÇÃO, ASCENSÃO CONSERVADORA E CONJUNTURA INTERNACIONAL	70
2.1 O VERDEAMARELISMO E A ESPETACULARIZAÇÃO DO ÓDIO	71
2.2 DESPOLITIZAÇÃO, ULTRAPOLÍTICA E PÂNICO MORAL	79
2.2.1 <i>A Cruzada moralista contra a “ideologia de gênero”</i>	81
2.3 VIRALATISMO, ÓDIO DE CLASSE E NECROPOLÍTICA NA PRODUÇÃO DO INIMIGO INTERNO	88
2.4 DESDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA E ASCENSÃO NEOFASCISTA	95
2.5 A ASCENSÃO CONSERVADORA NO CONTEXTO INTERNACIONAL.....	106
3 DESPOLITIZAÇÃO ULTRAPOLÍTICA NO DISCURSO (ÚNICO) DO ENTRETENIMENTO TELEVISIVO BRASILEIRO	113
3.1 PARTICULARIDADES, ASPECTOS E RELAÇÕES POLÍTICAS DA TV ABERTA NO BRASIL.....	113
3.2 INTRODUÇÃO AOS PROGRAMAS ANALISADOS	120
3.2.1 <i>Fala que Eu Te Escuto</i>	122
3.2.2 <i>SuperPop</i>	124
3.2.3 <i>Pânico na Band</i>	127
3.2.4 <i>The Noite</i>	130
3.3 ANÁLISE DOS PROGRAMAS	133
3.3.1 <i>Punitivismo, racismo e preconceito de classe</i>	137
3.3.2 <i>Religião, questões morais e de gênero</i>	147
3.3.3 <i>Despolitização, viralatismo e corrupção</i>	163

CONCLUSÃO	180
PROGRAMAS DE TV	185
REFERÊNCIAS.....	189

INTRODUÇÃO

Pelo menos desde 2013, o cenário político brasileiro tem passado por uma crise de legitimidade e representação, que defendemos ter sido a mola propulsora para o crescimento de uma ideologia ultrapolítica, cujos efeitos mais perceptíveis são a despolitização dos sujeitos, o estímulo de afetos como o ódio, além da propagação de discursos e práticas discriminatórias, em consonância com o que tem acontecido em diversos outros países do mundo.

Nessa conjuntura de falência da democracia liberal, estabelecida no Brasil sobre bases extremamente frágeis, vivenciamos entre 2014 e 2018 uma mudança radical na orientação política do governo federal, indo da reeleição da primeira presidenta do país, Dilma Rousseff, pertencente a um partido de centro-esquerda, a um golpe de Estado capitaneado por elites políticas ressentidas diante da quarta derrota eleitoral consecutiva contra o Partido dos Trabalhadores (PT), até o estabelecimento de um Estado de Exceção que impediu uma disputa minimamente democrática e culminou na eleição do político de extrema-direita, Jair Bolsonaro, eleito com o Partido Social Liberal (PSL), mas, atualmente, sem partido.

Com isso, sabendo da centralidade da televisão na vida dos brasileiros, mas também da ausência de pluralidade com que se conformou nosso sistema de radiodifusão, historicamente vinculado a grupos familiares com fortes ligações políticas e, portanto, interesses privados - não necessariamente alinhados com a ideia de democracia, partimos da hipótese de que existe na TV aberta um discurso único, predominantemente antiesquerda e antipolítica (logo, antipetista), que ajudou a reproduzir a despolitização e tornar palatável o ódio político disseminado nos últimos anos.

Nesse sentido, optamos por trabalhar com programas de entretenimento, tendo em vista que, de acordo com Han (2019), as narrativas morais presentes nesse tipo de programação são mais eficazes do que a coerção e o dever, funcionando como mitos do cotidiano e modulando o social ao impregnar as ações humanas. Foram escolhidos, portanto, quatro programas televisivos, que se utilizam de diferentes formatos e pertencem a emissoras distintas, situadas entre as mais populares do Brasil, embora a Rede Globo não esteja incluída, por motivos que serão explicados em nosso último capítulo.

Os programas, que contam com conteúdo religioso, humorístico, entrevistas e atualidades, por ordem de estreia na televisão, são: *Fala que Eu te Escuto* (1998-presente),

da Record; *SuperPop* (1999-presente), da RedeTV!; *Pânico na Band* (2012-2017, embora tenha iniciado na RedeTV!, em 2003) e *The Noite com Danilo Gentili* (2014-presente), do SBT. No total, foram analisados 45 vídeos veiculados entre 2014 e 2018, os quais estão, predominantemente, disponíveis na plataforma do *Youtube*.

Com base neles, nosso objetivo principal é compreender a função assumida pelos discursos do entretenimento televisivo nos processos político-eleitorais recentes, a nível nacional. Entre os objetivos específicos estão a análise das narrativas veiculadas nos programas escolhidos durante o período observado, a averiguação de possíveis pontos de unicidade discursiva e ideológica entre eles e a reflexão sobre seus discursos a partir de conceitos que traremos ao longo da dissertação.

Esta pesquisa parte, portanto, da percepção de que o telespaço público brasileiro, entendido como “espaço social gerado pela instância da imagem ao vivo” (BUCCI, 2002, p. 121) se configurou, nos últimos anos, como terreno propício à difusão de discursos (que muitas vezes podem ser definidos como de ódio) contra a esquerda, as pautas anti-opressão a ela associadas e a política de forma geral.

De acordo com Lima (2015), nas últimas décadas, os oligopólios midiáticos brasileiros vêm construindo uma cultura de desqualificação da política e dos políticos. Nesse sentido, ele ressalta que as crises econômicas exercem menos peso causal nas rupturas democráticas do que a culpabilização do sistema, ou *system blame*, processo no qual a imprensa, o rádio e a televisão têm participação intensa. Essa desqualificação sistemática, além de atingir as lideranças políticas, compromete a visão que se tem da própria democracia.

Desde que o Partido dos Trabalhadores (PT), historicamente vinculado à esquerda, assumiu o poder, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, passou a ser elaborada e veiculada nos grandes meios de comunicação uma linguagem pejorativa associada ao partido. Assim, surgiu a expressão “mensalão do PT”, identificado como o “maior escândalo de corrupção da história do país” (em detrimento de outros escândalos idênticos e não nomeados de acordo com o partido, como o mensalão mineiro), os “mensaleiros”, a “dança da pizza”, a denominação “petralha” e o “petrolão”.

Tendo em vista que o antipetismo foi o fenômeno que deu a tônica de muitos discursos midiáticos ao longo dos anos estudados e que o PT esteve no centro das disputas políticas recentes, no primeiro capítulo nos propomos a realizar um Estado da Arte das dissertações e teses publicadas entre 2015 e 2018 voltadas para a análise das narrativas da grande mídia acerca dos eventos que desencadearam ou surgiram com o golpe de 2016. Com isso, pudemos

entrar em contato com um vasto referencial teórico relativo ao campo de intersecção entre comunicação e política, passando também por estudos que se debruçam sobre a televisão, tanto como objeto quanto como veículo que transmite espetáculos e forma laços sociais.

Nos detivemos também nas análises sobre alguns gêneros e programas específicos, como a tese de Larissa Preuss (2015), que problematiza a estratégia de grupos religiosos cristãos, sobretudo neopentecostais, cuja inserção no teleespaço público tem como um dos objetivos disseminar ideias políticas conservadoras; e a dissertação de Julia Lery (2016), que relaciona o conceito de cinismo - abordado também por Natalia Roudakova (2017) – com reflexões sobre *Talk shows*, ironia e entretenimento.

Em um segundo momento, adentramos as concepções sobre antipetismo, apresentando um breve histórico do PT, suas transformações ao longo do tempo, e as estratégias retóricas antipetistas (SANTOS JUNIOR, 2016). Por fim, discorremos sobre o contexto de crise política que criou as condições para o *impeachment* ilegítimo de Dilma Rousseff, e chegamos aos estudos a respeito da desconstrução das imagens dos ex-presidentes petistas.

No segundo capítulo, discutimos conceitos e fenômenos relevantes a uma compreensão crítica das narrativas propagadas pelos programas analisados. Para isso, foi abordado, inicialmente, o conceito de verde-amarelismo - uma ideologia voltada à construção da identidade e integração nacional (CHAUÍ, 2004) – e sua aplicação na conjuntura contemporânea de espetacularização do ódio.

Em seguida, trabalhamos os conceitos de pós-política e ultrapolítica, apropriados por veículos da grande mídia e atores políticos de direita para, se valendo do ressentimento e indignação popular, promover despolitização e pânico moral. Nesse sentido, enquanto a pós-política se baseia no senso comum, no moralismo e na rejeição de “radicalismos”, a ultrapolítica é sustentada pela política da inimizade, que vê toda oposição como traidora (FERNANDES, 2019).

Entre os pânicos morais gerados pelos discursos de grupos conservadores, está a crença na existência de uma “ideologia de gênero”, uma concepção disseminada pela Igreja Católica desde os anos 1990 e baseada na distorção dos estudos de gênero, associados ao feminismo e ao movimento LGBT. Buscando destrinchar sua lógica, nos apoiamos na perspectiva da autora Joan Scott (1995), que nos fornece um olhar crítico sobre o conceito de gênero, e fizemos um breve resgate histórico do surgimento e disseminação da “cruzada” contra essa pretensa ideologia.

Posteriormente, visando destrinchar as raízes dos discursos punitivistas em circulação no telespaço público, recorreremos a Souza (2019), segundo o qual a identidade nacional brasileira, marcadamente “viralatista”, foi fundada a partir de um paradigma culturalista racista concebido por alguns de nossos mais renomados intelectuais e propagado, ao longo dos anos, através dos meios de comunicação de massa.

Com a perpetuação do racismo entre nós, há uma legitimação pré-reflexiva do pensamento discriminatório que separa a humanidade entre seres superiores e inferiores. Assim, a branquitude, que ocupa majoritariamente o Estado e os espaços de poder, se permite a estigmatização e repressão da população negra e periférica, estabelecendo uma política da morte, denominada por Mbembe (2016) como necropolítica.

Embora essa naturalização do genocídio estatal não seja uma novidade, pudemos constatar, através do diálogo com diversos autores, que o cenário atual se caracteriza pelo recrudescimento das ansiedades sociais conservadoras e seu alinhamento com a orientação ideológica do grupo político no poder. Dessa forma, houve o rompimento com os preceitos, ao menos retóricos, que orientavam a disputa política - desde a Constituição de 1988 - em torno da promoção de direitos e cidadania. Ao mesmo tempo, foi fortalecida uma visão de mundo individualista e meritocrática, marcada pela ausência de solidariedade social.

Após essa reflexão, discutimos os aspectos da atual desdemocratização brasileira, oficialmente iniciada com a deposição de Dilma Rousseff. Buscamos compreender esse fenômeno por meio do resgate e problematização acerca do processo de abertura democrática pós ditadura militar, mas também a partir da agenda política que vem sendo implantada no país durante os últimos anos. Com esse intuito, apresentamos o levantamento, realizado por Miguel (2019), dos grupos de direita atualmente presentes no cenário político brasileiro. Entre eles, estão os libertários, anticomunistas e fundamentalistas religiosos.

Explicamos também algumas das estratégias e acontecimentos político-midiáticos recentes, que, segundo nosso entendimento, culminaram ou, ao menos, favoreceram a eleição de Jair Bolsonaro. É o caso da criminalização do PT; da associação, realizada cotidianamente pela grande mídia, do partido com a corrupção; e da politização do judiciário através da Operação Lava-Jato, representada, sobretudo, pelo ex-juiz e atual ministro da Justiça, Sérgio Moro.

Descrevemos, ainda, pautas e características do bolsonarismo, procurando demonstrar sua identificação com a ideologia fascista. E, por último, discorreremos brevemente sobre a hipótese de intervenção estadunidense na política nacional, tendo em vista o histórico

de interferências do país norte-americano no continente e a tática político-militar, descrita por Andrew Korybko (2018), de aplicação de golpes brandos por meio da desestabilização de governos, denominada “revolução colorida”.

Ao final do segundo capítulo, procuramos contextualizar o cenário de ascensão global do conservadorismo, do qual o Brasil faz parte. Para isso, nos valemos, principalmente, da interpretação de Manuel Castells (2018), que, identificando a descrença dos cidadãos na democracia liberal e a conseqüente desconfiança das pessoas nos partidos tradicionais, associou a isso a proliferação de figuras de ultradireita no mundo, explicando a ascensão de figuras como Donald Trump, nos Estados Unidos.

No último capítulo, retomamos o debate sobre a televisão, focando agora nas especificidades deste veículo no Brasil e nos fatores que condicionam sua unicidade discursiva, trabalhados por Aires e Santos (2017c). Em seguida, refletimos sobre os conceitos do “grotesco” enquanto padrão de programação, e do “popularesco”, associado à estratégia mercadológica que, se apropriando da cultura popular, fez da televisão um instrumento de articulação do espaço público nacional (PAIVA; SODRÉ, 2002).

Depois disso, discorremos sobre os gêneros e formatos televisivos vinculados aos programas analisados, explicando, entretanto, que podem e costumam apresentar traços híbridos. Ademais, foi feito um breve levantamento sobre o histórico e as características desses programas e suas respectivas emissoras, buscando explicitar a pertinência de cada um deles ao presente estudo.

Na última seção, tendo em vista a constatação de pautas que se repetem diversas vezes nos diferentes programas e edições, dividimos nossa análise em três temas principais, embora eles estejam relacionados. Sendo assim, começamos por “Punitivismo, racismo e preconceito de classe”, no qual se abordam questões como direitos humanos, segurança pública, redução da maioria penal e criminalidade, além da presença de discursos de viés racista e/ou classista.

O segundo tema é “Religião, questões morais e de gênero”. Nele, observamos as narrativas conservadoras que se voltam para a defesa de costumes e valores tradicionais, geralmente associados ao cristianismo. Foram verificados também discursos moralistas, de estigmatização das identidades “desviantes”, reprodução de preconceitos ligados à diversidade sexual e oposição ao “politicamente correto”.

Por último, o terceiro tema foi denominado “Despolitização, viralatismo e corrupção”. Por ser o mais amplo e recorrente entre os programas analisados, esse tópico foi

separado em dois: “Antipolítica, antiesquerdismo e antipetismo” e “Viralatismo e exaltação do Capital”. Enquanto o primeiro tem a ver com a reprodução de estigmas e acusações contra o PT, a esquerda e a política, o segundo diz respeito à percepção negativa do país por seus cidadãos, em contraste com o enaltecimento de países ditos desenvolvidos, como é o caso dos Estados Unidos.

Ambos os tópicos estão ligados, primeiramente, porque a despolitização causa a rejeição da política e o superdimensionamento do papel da esquerda, ao mesmo tempo em que gera fascínio em relação ao sistema espetacular, fruto da acumulação do capital. E, em segundo lugar, os temas se ligam devido à pauta da corrupção, que pode ser entendida a partir da vinculação com a esquerda ou com a concepção autodepreciativa dos brasileiros sobre seus costumes e sua cultura.

1 ESPETÁCULO TELEVISIVO, ANTIPETISMO E CRISE POLÍTICA NO BRASIL

Nos últimos anos, muitos foram os trabalhos escritos a respeito das narrativas veiculadas na grande mídia sobre os processos políticos e eleitorais brasileiros, mais especificamente em torno dos eventos que construíram e foram desencadeados a partir do golpe de Estado efetivado em 2016, com a deposição da primeira presidenta do Brasil, Dilma Vana Rousseff.

Os trabalhos que abordaram essa temática vão desde artigos até teses e livros. Além disso, suas perspectivas são diversas, tendo sido abordadas nuances variadas de um mesmo processo, o que tem o potencial de nos fornecer uma visão ampliada sobre os acontecimentos retratados. Tendo isso em vista, pretendemos elaborar neste capítulo o que se denomina Estado da Arte, ou seja, um mapeamento da produção acadêmica no período entre 2015 e 2018, com base em buscas realizadas no mês de janeiro de 2019, nos bancos de dados da CAPES, Google Acadêmico e SCIELO.

Durante o levantamento, além de especificar o período de realização das produções pertinentes a esta pesquisa, utilizamos alguns marcadores para delimitar sua abrangência e facilitar a identificação de textos que dialogam com o presente estudo. Dentre os marcadores, buscamos diferentes combinações entre os seguintes termos: “Golpe de 2016”, “Golpe”, “Impeachment”, “Discurso de ódio”, “Conservadorismo”, “Antipetismo”, “PT”, “Democracia”, “Crise política”, sempre combinados a “Mídia”, “Mídia tradicional”, “Indústria cultural” ou “Televisão”.

A escolha dos termos buscados teve como base algumas das temáticas consideradas relevantes a este projeto, como será elucidado ao longo da nossa discussão. A princípio, partimos da ideia de que o golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, concretizado juridicamente através do processo de impedimento, foi estimulado pela reprodução, no âmbito midiático, de discursos de ódio com fortes traços conservadores, se inserindo e agravando o contexto de crise política deflagrado em 2013. É a participação dos meios de comunicação de massa - especificamente a televisão - nesse fenômeno e suas consequências para a democracia brasileira que nos interessa investigar.

A categoria de discurso de ódio, entretanto, é ampla e, muitas vezes, tratada de forma genérica, o que dificulta seu entendimento e regulação. Uma tentativa de definição usada por Schäfer, Leivas e Santos (2015) é a de Samanta Ribeiro Meyer-Pflug (2009), na qual a autora defende que a incitação à discriminação racial, social ou religiosa é um componente essencial para detectar esse tipo de discurso.

Os autores criticam, entretanto, o pequeno número de critérios utilizado pela autora, sugerindo o acréscimo de fatores como “sexo, gênero, orientação sexual e identidade” (Ibid., p. 145). Além disso, um importante ponto a ser levantado é que a produção de ódio passa por etapas de preparação, nas quais mediante a incitação de percepções negativas sobre grupos inferiorizados, se estimula o preconceito em grupos socialmente dominantes, o que é algo recorrente no âmbito do entretenimento televisivo, como veremos no último capítulo desta dissertação.

Vale dizer que, apesar de a televisão ser nosso principal objeto de análise, neste capítulo optamos por uma abordagem mais abrangente, na tentativa de apresentar um panorama geral da atuação dos grandes veículos de mídia do Brasil nos processos políticos e eleitorais do país, até por entendermos que, em muitos aspectos, há convergência entre os meios. Outro fator que contribui para essa decisão é a constatação de um número extremamente limitado de estudos sobre os acontecimentos políticos recentes a partir da perspectiva televisiva, não tendo sido encontrada nenhuma tese ou dissertação que trabalhe diretamente essa temática do ponto de vista dos programas de entretenimento.

Dito isso, foram selecionadas seis dissertações e uma tese relacionadas ao nosso objeto de estudo. Seis delas vinculadas a programas de pós-graduação em comunicação e uma ao serviço social, mas que se dedica igualmente a trabalhar com a questão da mídia. Antes de apresentarmos os textos selecionados, é preciso esclarecer que essa dissertação tem como hipótese principal a existência de um discurso único, de viés conservador¹ e antiesquerda², reproduzido por programas de entretenimento da TV brasileira, no período de 2014 a 2018.

¹ Segundo Quadros (2015), o conservadorismo no Brasil “manifesta-se na positivação de instituições tradicionais, notadamente daquelas de algum modo ligadas à ordem moral (Igreja Católica e outras igrejas) e à ordem propriamente social (Forças Armadas) (...) uma concepção de cariz autoritário e hierárquico, que valoriza a ordem quase a qualquer custo” (Ibid., p. 110).

² Segundo Bobbio (1995), o elemento que melhor caracteriza os movimentos e doutrinas de “esquerda” é o igualitarismo, “não como a utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como tendência, de

Dessa forma, cinco das produções com as quais trabalharemos abordam figuras e acontecimentos ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT), organização vinculada historicamente a esquerda, que esteve 12 anos à frente da presidência da república e, portanto, esteve no “olho do furacão” durante a crise política que culminou no *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff e também durante a eleição presidencial de 2018, na qual o político de extrema-direita, Jair Bolsonaro, foi eleito presidente do Brasil. Nessa eleição, além de ter o candidato líder das pesquisas impedido de concorrer, o candidato escolhido para representar o PT, Fernando Haddad, chegou a disputar o segundo turno.

Além disso, duas das dissertações escolhidas não se relacionam diretamente com a questão do golpe de 2016, até por terem sido defendidas em 2015. Contudo, acreditamos que elas são relevantes e sintomáticas, ao descreverem - um ano antes do afastamento da ex-presidenta Dilma Rousseff – os mecanismos pelos quais o humor e a religião podem servir como ferramentas políticas através da programação televisiva.

Assim, a dissertação “(Não) é só uma piada: Cinismo, ironia e entretenimento nos *talk shows* The Noite e Agora é Tarde” (LERY, 2015) analisa, durante o ano de 2014, dois *talk shows* associados a humoristas que se declaram politicamente incorretos, um deles sendo abertamente antipetista e trazendo recorrentemente pautas políticas à tona, inclusive na escolha de seus entrevistados. Já a dissertação “As telerreligiões no teleespaço público: o programa Vitória em Cristo e a estratégia de mesclar evangelização com pregação política” (PREUSS, 2015) se propõe a pensar sobre a inserção da religião na esfera pública contemporânea por meio da análise do programa Vitória em Cristo, mostrando como durante o período eleitoral de 2014, o apresentador-pastor Silas Malafaia mesclou evangelização e orientações de cunho político.

Além das obras citadas acima, nossa discussão se baseará também nas dissertações “Vai pra Cuba!!! A rede antipetista na eleição de 2014” (SANTOS JUNIOR, 2016), “A mídia brasileira e a crise contemporânea: uma análise a partir do conceito gramsciano de intelectual orgânico” (FONSECA, 2018), “A narrativa espetacular na mídia televisiva: a votação do impeachment de Dilma Rousseff (PT) na câmara dos deputados” (RODRIGUES, 2018), “A imagem de Dilma Rousseff: a construção do estereótipo feminino na crise política” (NUNES,

um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que o que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais” (Ibid., p. 110).

2018) e a tese “Mito e narrativa: a (des)construção da imagem pública de Lula no contexto da crise política de 2016” (PASSOS, 2017).

Nosso intuito é examinar as ênfases e contribuições dadas à temática abordada, além do referencial teórico utilizado pelas autoras e autores. Para isso, passaremos primeiramente por questões teóricas e conceituais do campo da comunicação relacionado ao da política, adentrando, em um segundo momento, nas análises feitas sobre alguns gêneros e programas televisivos brasileiros já citados acima. Na segunda metade do capítulo, entraremos em contato com formulações sobre o antipetismo, o contexto da crise que culminou no golpe de 2016 e, por último, buscaremos compreender os procedimentos de desconstrução das imagens de Dilma Rousseff e Luís Inácio Lula da Silva.

1.1 Televisão e laço social no Brasil

Antes de adentrarmos a discussão das obras selecionadas, é válido elucidar as motivações de nossa escolha por trabalhar com a televisão em um cenário de expansão das mídias virtuais e de sua crescente influência nos processos político-eleitorais a nível mundial. No contexto brasileiro, é sabido que as mídias sociais exerceram papel central na disputa eleitoral de 2018, especialmente nos pleitos majoritários, como o presidencial, de governos estaduais e do Senado.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) efetuada no quarto trimestre de 2017, o número de domicílios permanentes em que há utilização da Internet é de 74,9%, tendo aumentado 5,6% em apenas um ano. Além disso, de acordo com o relatório divulgado pelo Datafolha em 25 de outubro de 2018, dois em cada três eleitores brasileiros (66%) têm contas em redes sociais, sendo o *Whatsapp* o aplicativo social mais utilizado (65%). Vale salientar ainda que a campanha eleitoral de 2018 foi marcada por uma duração mais curta do que as anteriores, além de restrições ao financiamento, o que favoreceu a utilização de meios eletrônicos, capazes de atingir grandes parcelas do eleitorado de forma instantânea.

Tendo isso em vista, e, sabendo que o candidato vitorioso na disputa presidencial de 2018 teve direito a apenas 8 segundos em dois blocos diários do horário eleitoral no rádio e na TV, além de 11 inserções na programação - contra 434 inserções e blocos diários de 5 minutos e 32 segundos de Geraldo Alckmin, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), candidato da maior coligação da disputa - , ao passo em que era o presidenciável

com mais seguidores nas redes sociais, exercendo influência nelas há anos, muito se falou sobre uma suposta proeminência da internet em relação à televisão, que estaria em vias de ser superada.

Tal suposição, além de falaciosa, produz uma falsa polêmica. É preciso ter em mente que, apesar do inegável crescimento das mídias digitais no Brasil, apenas 45,3% dos domicílios particulares permanentes do país possuem microcomputadores, enquanto 96,7% possuem televisão. A respeito da obtenção de informações sobre os candidatos, segundo pesquisa do Ibope Inteligência, encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e divulgada em agosto de 2018, a televisão é apontada como principal meio de comunicação por 62% das pessoas entrevistadas, além de ser o único veículo utilizado por 25% delas. Em relação às diferentes modalidades de internet, 48% das pessoas confirmaram o uso, ainda que de forma associada aos meios de comunicação tradicionais. Já 16% afirmaram utilizar apenas a internet para se informar acerca das candidaturas.

Assim, não compreendemos a relação entre as duas plataformas como sendo de competição, mas de complementaridade. Afinal, o que costuma acontecer é a reverberação de uma plataforma na outra, bem como o uso simultâneo de ambas. Partindo desse entendimento, a prioridade dada à televisão na presente análise parte da relevância histórica deste veículo no Brasil. Tendo sido trazida ao país na década de 1950 pelo empresário Assis Chateaubriand, ela se popularizou entre 1964 e 1975, dominada pela figura da Rede Globo.

Na concepção do sociólogo Dominique Wolton (2006), a televisão é um domínio – como a cidade e o comércio – que pertence ao que ele denomina “maneira de viver”, e por isso seria objeto de “uma certa preguiça” para o público (Ibid., p. 45). Nesse sentido, ao nos adaptarmos ao contexto televisivo, composto por um caráter banal e popular, se torna difícil criar o distanciamento necessário para analisá-lo. Naturalizando sua presença em nosso cotidiano, tendemos a excluir este veículo dos assuntos sobre os quais devemos refletir.

Outro ponto ressaltado por Wolton é o de que, em um contexto de sociedades “superinformadas”, a informação adquire um *status* de ideologia e, com isso, ela se vincula ao rumor. Desse modo, os espectadores filtram o turbilhão de informações recebido de acordo com suas próprias percepções da realidade, evitando serem confrontados por aquilo que os perturba. Além disso, um motivo pelo qual não é possível fazer uma leitura única a partir da televisão, é o fato de ela ser uma atividade que mobiliza diversas competências coletivas.

Nesse sentido, o autor nos apresenta duas funções parcialmente contraditórias da televisão de massa. Afinal, ela atua na manutenção de uma espécie de “laço invisível” entre

indivíduos e públicos padronizados, fazendo-os participar simultaneamente e, muitas vezes, isoladamente, de uma atividade coletiva. E faz também com que se constitua um laço social em um cenário de expansão das contradições sociais internas, funcionando como espelho da sociedade ao oferecer para ela uma representação de si mesma. Segundo o autor:

Trata-se, portanto, de um laço tênue, menos forte e menos limitador do que as situações institucionais ou as interações sociais. Mas a força da televisão como laço social vem justamente do seu caráter ao mesmo tempo ligeiramente restritivo, lúdico, livre e especular. É também nisso que ela se mostra adequada a uma sociedade individualista de massa, caracterizada simultaneamente por essa dupla valorização da liberdade individual e da busca de uma coesão social. (WOLTON, 2006, p. 124)

Partindo do pressuposto de que a televisão pode exercer um papel de identificação coletiva, Wolton destaca a importância do fator nacional, ressaltando que além do sentido de evasão individual, a televisão é também um instrumento simbólico que proporciona ao público o sentimento de pertencimento em relação ao país e à sociedade de que faz parte. Em relação ao caso brasileiro, o pesquisador se refere especialmente à Globo, e enfatiza o fato de a televisão ser assistida por todos os estratos sociais, tendo importância social, cultural e política, além de ser fator de identidade nacional e integração social. Diante do entusiasmo de Wolton, Eugênio Bucci reflete:

Estariam enganados esses autores tão entusiasmados? Talvez, mas não inteiramente. Sim, é verdade, isto é, trata-se de um fato empiricamente comprovável que a Globo integra como nenhum outro veículo (ou meio) o espaço público nacional brasileiro e, nesse sentido, articula, põe em dinâmica a própria democracia brasileira, com seus defeitos e suas virtudes. A Globo praticamente se confunde com o sistema linfático da democracia brasileira. Também é verdade factual que, sem a Globo, a identidade nacional brasileira não teria hoje a face que tem. Pode-se dizer mais. Pode-se dizer que a Globo é um fator de modernização das relações políticas no Brasil. E por quê? Porque, dada a sua condição de veículo de massa, ela ajudou a trazer para o país, no ocaso do regime militar (a partir dos anos 1980), alguns aspectos da democracia eletrônica de massas. Não o fez necessariamente em função do espírito público de seus proprietários (espírito público que aqui não está em exame), mas em decorrência de sua natureza comunicacional e de mercado. (BUCCI, 2004, l. 2128-2133)

Assim, por mais que haja acordo entre os autores na afirmação de que a TV exerce papel fundamental no funcionamento da democracia³ contemporânea no Brasil, Wolton parece ignorar que a função integradora deste veículo serve à “preservação de um ordenamento autoritário da cultura e ao enaltecimento dos governos presentes” (BUCCI, 2004, l. 2118). Portanto, segundo Bucci, ao mesmo tempo em que a Globo organiza a democracia no país, ela também a corrompe por meio da produção de espetáculos que bloqueiam debates democráticos e deformam a natureza dos processos decisórios.

Enxergando o poder midiático como “mecanismo de tomada de decisões que permitem ao modo de produção capitalista, transubstanciado em espetáculo, sua reprodução automática” (CHAUÍ, 2004, p. 39), Maria Rita Kehl e Eugênio Bucci (2004) analisam a mídia partindo da compreensão de que o sujeito do espetáculo não são os proprietários dos veículos de comunicação, os Estados ou grupos políticos, mas o próprio capital.

Com isso, Kehl e Bucci afirmam que, no século XXI, a questão que se apresenta para ser decifrada é a de como toda política, cultura, ciência, religião e demais formas de representação, convergem, circulam e existem apenas mediante a produção de imagens, da qual também fazem parte. Mais do que isso, os meios eletrônicos atuam na conformação do espaço público, constituindo-o e contribuindo para sua expansão.

Tendo em vista que o lugar da TV é justamente o espaço público expandido, Chauí (2004, p. 76-78) afirma, se referindo ao caso do Brasil, que a televisão não dá apenas a primeira e última palavra sobre todos os assuntos, mas também a primeira e última imagem. Dessa forma, ela opera de modo a apagar e/ou diminuir diferenças sociais e regionais, instituindo fetiches e ocultando o país.

Mas, segundo a análise de Bucci, a operação central da televisão - que faz dela um objeto fetichista - é a de ocultar a si mesma como meio de transmissão, fazendo o telespectador acreditar, por meio do efeito de transparência, que ao assistir este veículo, está se relacionando diretamente com o mundo. Dessa forma, o autor aponta que a lei da era atual, que é a do audiovisual, é: “o que não aparece na TV não acontece de fato” (BUCCI, 2004, l. 249). Sobre isso, Kehl ressalta:

³ Vale salientar que os autores em questão produziram suas obras em um período anterior ao golpe de 2016, por isso não discordamos quando se referem ao regime brasileiro como democrático, ainda que fosse uma democracia jovem e de moldes liberais, portanto, extremamente limitada.

Vejamos Debord, para quem o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma "relação social entre pessoas, mediada pelas imagens" - a imagem industrial, nesse caso, tem a qualidade do fetiche, e sintetiza o modo contemporâneo de alienação que venho chamando de mais-alienação para designar um modo de expropriação simbólico equivalente ao que produz a mais-valia. A lógica que se impõe a partir da imagem fetiche é: "o que aparece é bom; o que é bom aparece" - de tal modo que o reconhecimento social desses indivíduos desamparados depende inteiramente da visibilidade. (KEHL, 2004, l. 393-396)

Ainda de acordo com Debord (Ibid., p. 435), "o espetáculo é o dinheiro que se olha". Segundo Kehl, ele seria a "face sedutora da opressão", uma vez que ao se encarnar na "mais abstrata e universal de todas as mercadorias" - que é a imagem - torna a opressão desejável. Para a psicanalista, o espetáculo é, portanto, "o autorretrato do poder na época de sua gestão totalitária das condições de existência" (2004, p. 437). Assim, mais do que um sentido ideológico, há também uma "(v)ideologia" do teleespaço público que, ao interpelar os indivíduos enquanto sujeitos, exerce a função de integrá-los pelo olhar.

Tendo como referência a obra de Barthes, *Mitologias*, além do próprio conceito de ideologia, o conceito de videologia parte da reflexão sobre os meios de comunicação de massa no contexto da denominada "sociedade-espetáculo", na qual, segundo Bucci e Kehl (2004), a comunicação e a linguagem passam a ter uma necessidade historicamente inédita do suporte das imagens.

1.2 Miatização, imagem pública política e narrativas espetaculares

Abordando as relações entre comunicação, política e sociedade, Bárbara Nunes (2018) aponta a existência de três funções sociais ligadas à comunicação que, segundo Rita Lopes (2005, p. 11) "variam de acordo com o sistema de propriedade e controle". A primeira consiste em atribuir *status* social a indivíduos e instituições mediante a veiculação de determinadas narrativas na mídia, a segunda refere-se à legitimação do *status* dado a pessoas e organizações por meio da valorização de sua autoridade, enquanto a última reafirma as normas sociais.

Com seu papel de formadora de opinião, a mídia pode não ser bem-sucedida em dizer às pessoas o que pensar, mas ela é eficiente em determinar **sobre** o que as pessoas devem pensar (PORTO, 2004, p. 76). Essa característica de agendamento dos fatos é denominada *Agenda Setting*, ela representa a introdução de temas considerados importantes ao debate

público pelos *mass media* e se caracteriza por seu efeito persuasivo. Além disso, a mídia forma também cenários de representação, que não apenas refletem, mas constituem a realidade. Por último, outro recurso utilizado pela comunicação de massa é o do enquadramento, que consiste na seleção de aspectos da realidade percebida de forma a destacá-los.

Luciana Fonseca (2018), por sua vez, traz em sua dissertação a concepção da mídia como instituição política. A autora ressalta que a criação da imprensa se deu junto à criação do Estado Moderno, sendo constituída como uma forma de poder que não se utiliza da força, mas da persuasão. No entanto, ela considera que a mídia não deve ser entendida como um quarto poder, tendo em vista que, ao apresentar uma realidade, a comunicação interfere na trajetória da política, agindo de forma a transpassar os outros poderes instituídos.

A respeito do impacto do desenvolvimento dos Meios de Comunicação de Massa (MCM) na política, a pesquisadora cita Liedtke (2006, p. 17 apud FONSECA, 2018, p.129), que mobiliza o sociólogo John Thompson (1995) ao sustentar que, devido aos nossos conhecimentos a respeito dos líderes políticos e suas políticas serem, na contemporaneidade, essencialmente derivados dos jornais, rádio e televisão (ao que podemos acrescentar a internet), nossa experiência dos fatos como “políticos” e o modo como participamos do sistema institucional são mediados pela comunicação de massa.

Estando historicamente relacionados, Motta (2002) defende que imprensa e poder possuem uma relação simbiótica, afinal, desde a invenção da tipografia, em 1440, a imprensa sempre esteve envolvida em lutas políticas. Segundo Liedtke (2006, p. 5-6 apud FONSECA, p.126), o governo promove rituais e espetáculos políticos - visando disputar o espaço midiático com outros atores sociais - na intenção de conquistar consenso e hegemonia. Da mesma forma, a mídia também interfere na agenda do Executivo, pautando ações governamentais de acordo com seu repertório informativo.

No texto “Significado político da manipulação na grande imprensa”, Perseu Abramo (2003) cita a manipulação como característica marcante do jornalismo brasileiro. Segundo o sociólogo, ainda que o conteúdo produzido tenha relação com a realidade, ele faz uso de seu repertório para adulterá-la. Nesse sentido, o autor afirma que a mídia: “descreve, contextualiza, dá sentido, mas também julga, orienta o julgamento e a execução dos atos. Mais do que os partidos, substituindo-os, ela se torna o ‘comando supremo do golpe’” (2003, p. 13).

De acordo com Abramo, existem ao menos quatro padrões de manipulação da imprensa, entre eles: ocultação, que caracteriza a relação que a imprensa decide estabelecer com a realidade; fragmentação, em que o todo é descontextualizado e desligado de seus antecedentes; inversão, que consiste na destruição da realidade original por meio do reordenamento dos fatos após sua fragmentação; e indução, no qual a sociedade é induzida a consumir uma realidade artificialmente inventada a partir da combinação de fatos distorcidos.

No capítulo intitulado “Mito, narrativa e imagem pública política” referente à tese da pesquisadora Mariana Rezende dos Passos (2017), são introduzidos alguns conceitos e reflexões que nos guiarão ao longo do nosso trabalho. Recorrendo à obra de Roland Barthes (2009), a autora define mito como um “sistema de comunicação” que pode ser verbal ou visual, e que participa, simultaneamente, da semiologia (ciência das formas) e da ideologia (ciência histórica).

Barthes (2009) explica que todo sistema semiológico comporta três termos distintos, pois da associação entre *significante* (ou sentido) e *significado* (ou conceito) surge o *signo*. Contudo, entende-se que por ser construído a partir de uma cadeia semiológica preexistente, que é a língua (ou linguagem-objeto), o mito é um *sistema semiológico segundo* (denominado metalinguagem), logo, o que era *significante* torna-se *forma*, o *significado* segue como conceito, e o que era *signo* torna-se *significação*, isto é, a “entidade concreta” (p. 206-208).

O autor esclarece ainda que o sentido não é suprimido pela forma, mas funciona como uma “reserva instantânea de história” a partir da qual ela é preenchida. Com isso, é possível afirmar que o mito é uma “fala *roubada* e *restituída*” (Ibid., p. 217), pois ele não esconde ou ostenta o sentido, simplesmente o deforma. Assim, enquanto o mundo fornece ao mito um real histórico, a função mítica é imobilizá-lo, omitindo e despolitizando a história por meio de sua naturalização.

Seguindo o raciocínio de Barthes, que vê uma preponderância do mito em discursos conservadores, Luís Felipe Miguel (2004, p. 389-390) aponta que os mitos são tidos como instrumentos de degradação da ação política, e cita a obra de Raoul Girardet (1986) como exemplo de mapeamento de elementos míticos utilizados por movimentos políticos.

O autor francês sugere a compreensão do mito político por meio de quatro narrativas, que, como veremos adiante, foram aplicadas por Passos (2017) em sua pesquisa, elas são: (1) Conspiração, na qual o mito estabelece sua força por meio da demonização e combate a um “mal externo” ao todo social, como o comunismo; (2) Salvador, que personifica o herói - individual ou coletivo - responsável por elevar as condições de vida de uma sociedade; (3)

Idade do ouro, se refere ao passado de forma nostálgica, fetichizando-o, ou projeta o futuro como a chegada do tempo prometido; e (4) Unidade, narra o estabelecimento de uma suposta união harmônica no interior da sociedade.

No último caso, em vez da tentativa de construção de um projeto comum capaz de integrar os múltiplos grupos e interesses presentes na sociedade, faz-se o apelo a uma unidade preexistente e fictícia que nega a diversidade de identidades, principalmente por meio da propagação de discursos religiosos e cívicos que visam transformar os sujeitos da história em objetos moldáveis. (MIGUEL, 2004).

Buscando compreender como a narrativa do mito político circula no imaginário coletivo⁴ contemporâneo, Passos afirma que ele também deve ser entendido como imagem e, nesse caso, só pode se manifestar ao se tornar visível. Seguindo esse raciocínio, ela traz o conceito de imagem pública, que, de acordo com Maria Helena Weber (2004 apud PASSOS, 2017, p. 33), consiste no processo de construção de uma narrativa desejada (por atores ou instituições políticas) e sua posterior transformação em narrativa percebida (por espectadores/eleitores).

Isabel Rodrigues (2018), por sua vez, entende a imagem pública como decisiva para a política contemporânea. Baseada em Gomes (2004), a autora explica que as imagens públicas não são imagens em seu sentido próprio, ainda que possam ser constituídas por elementos visuais. Formadas por um complexo de informações e conceitos compartilhados por uma coletividade, elas são concepções caracterizadoras. Além disso, Rodrigues sustenta que a imagem pública de alguém é formada a partir de seus discursos e ações, de como a pessoa se apresenta e do que é dito sobre ela.

Tendo essas definições em mente, Passos pontua que o que se alterou no campo político contemporâneo em relação às imagens foi o fato de elas passarem a ser mediadas majoritariamente pelos meios de comunicação. Isso não significa dizer que a política tenha se tornado mero espetáculo nem que antes não existissem ritos e encenações em torno desse poder, mas que, segundo a concepção de *bios* virtual, sustentada por Muniz Sodré (2006), a mídia se tornou o vínculo central dos processos sociais e políticos.

⁴ Passos (2017, p. 28) resgata obras de Gilbert Durand para nos fornecer a seguinte descrição sobre o conceito de imaginário: “[...] conjunto das imagens e das relações de imagens que constitui o capital pensado do homo sapiens [...], a estrutura essencial na qual se constituem todos os processamentos do pensamento humano.”. (DURAND, 1997. p. 14)

A respeito do fenômeno de midiaticização da política, resgatam-se quatro pontos expostos por Miguel (2002): O primeiro deles diz respeito à formação do capital político, que, segundo esse autor, passa a sofrer influência da visibilidade midiática proporcionada pelos veículos de comunicação, como durante a participação de atores em *talk-shows*. O segundo aspecto é o das transformações do discurso político, que consistem na reorganização dos agentes políticos sob as regras da mídia. Isso não significa, entretanto, que os discursos políticos tenham sido esvaziados de sentido ou que a mídia seja a única responsável por alterá-los.

O terceiro ponto é o do papel dos meios de comunicação enquanto “instrumento de contato entre a elite política e os cidadãos comuns” (MIGUEL, 2004, p. 8). Nesse sentido, Miguel defende que a mídia supre, em grande parte, as funções de mobilização e de atender as demandas populares, antes exercidas pelos partidos. Por último, o quarto ponto concerne no entrelaçamento entre os meios de comunicação e o campo econômico.

Aqui, se faz a ressalva de que a imprensa sempre esteve inserida em um contexto de grandes empresas de comunicação com interesses políticos próprios, contudo, acrescenta-se que, ao deter o momento de publicização da política, decidindo o que se tornará público e sob que circunstâncias, mais do que ditar tendências de visibilidade, a mídia passou a deter poder político.

Na dissertação de mestrado defendida por Rodrigues (2018), a autora trabalha com os conceitos de campo político, imagem pública e mídia televisiva. Diante disso, são resgatadas reflexões de Pierre Bourdieu (2011, p.2), para quem o campo político é um microcosmo “relativamente autônomo no interior do grande mundo social”. Ainda segundo Bourdieu, os jornalistas (especialmente os de televisão) e especialistas em pesquisa de opinião, por transformarem o estado do campo político, devem ser considerados parte integrante do mesmo.

Nas sociedades contemporâneas, a mídia se transformou em um ator político central, afinal, ela possibilita a construção do conhecimento público e, conseqüentemente, a tomada de decisões pelos indivíduos. Além disso, essa centralidade também pode ser explicada pelo fato de a mídia ser responsável por definir o que é público e visível, duas características necessárias da atividade política nos regimes democráticos. Nesse contexto, Rodrigues (2018, p. 24) ressalta a observação de Bourdieu no livro *Sobre a Televisão*:

Os perigos políticos inerentes ao uso ordinário da televisão devem-se ao fato de que a imagem tem a particularidade de poder produzir o que os críticos literários chamam de ‘o efeito de real’, ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver. Esse poder de evocação tem efeitos de mobilização. Ela pode fazer existir ideias ou representações, mas também grupos. (BOURDIEU, 1997, p. 28).

Na prática, o que acontece é que as vozes e discursos veiculados na mídia possuem um viés. Assim, ao não reproduzir a diversidade social de forma verdadeiramente plural, negando a representação de diferentes perspectivas e interesses presentes na sociedade, os meios de comunicação geram consequências negativas para o exercício da democracia. Por isso, Miguel (2002, p. 164) destaca a necessidade de gerar espaços para que os grupos sociais não apenas tenham voz, mas desenvolvam interpretações sobre suas próprias necessidades e interesses.

Tendo em vista que a imagem pública do ator político pode ser incessantemente construída, destruída e reconstruída, o espaço midiático deixou de ser apenas um “meio” e passou a ser o local onde a cena política é desenvolvida; logo, podemos inferir que a ação política depende da visibilidade pública. Nesse cenário, os meios de comunicação se destacam na construção das narrativas políticas, especialmente no que diz respeito a ações e prestações de contas públicas, além dos casos de corrupção, que Lima (2013, p. 42) frisa serem abordados sempre de forma seletiva.

Nesse sentido, vale lembrar que, historicamente, o poder de governar tem sido mostrado de modo espetacular, contudo, nos regimes democráticos contemporâneos o espetáculo se associa aos meios de comunicação, permitindo que “sujeitos, instituições, sociedade e indivíduos se manifestem transformando a mídia em arenas discursivas” (RODRIGUES, 2018, p. 31). Segundo Guy Debord (2003, p. 13), “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação”.

Seguindo esse raciocínio, Rodrigues traz reflexões de Rubim (2000), para quem *A sociedade do espetáculo* (1967), de Debord, apresenta dois eixos interpretativos importantes: o primeiro se refere ao espetáculo como expressão histórica da conformação do capitalismo na contemporaneidade, em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social. Já o segundo diz respeito à cisão entre real e representação, que torna possível a existência de uma sociedade do espetáculo. Diante disso, Rubim (2000, p. 16) cita as coberturas ao vivo dos acontecimentos como uma mudança radical que repercute de forma singular sobre os eventos.

1.3 Religião, entretenimento e política no telespaço público

No capítulo *A cartografia do telespaço público*, que faz parte da dissertação de Larissa Pothin Preuss (2015), a autora se utiliza do conceito de telespaço público, cunhado por Eugênio Bucci (2002), para se referir à inauguração do espaço público contemporâneo mediante a instauração da imagem ao vivo. Segundo Preuss, a imagem eletrônica inaugurada pela televisão adquire instantaneamente relevância pública, além de ser responsável por delinear os limites do telespaço público, novo local de articulação e engendramento do social, caracterizado também por ser a arena onde ocorrem as mediações culturais, políticas e comunicacionais. Bucci desenvolve essa ideia, afirmando:

Nem o Estado, nem o Direito. Nem as forças armadas, nem a moeda. A instância sem a qual não haveria o espaço público no mundo contemporâneo não emerge da esfera estatal, não se estabelece segundo limites jurisdicionais, não se impõe pelas armas, nem representa diretamente o domínio de uma moeda sobre um território. A instância sem a qual não há espaço público resulta da atuação combinada dos meios de comunicação. E, no espaço público assim posto, o telespaço público, o Estado e seus muitos tentáculos, armados ou togados, já não fornecem o paradigma final, mas apenas constituem agentes em disputa, ao lado de outros. O plano em que eles atuam é dado pelos meios de comunicação, sob a hegemonia da instância da imagem ao vivo. (BUCCI, 2002, p. 123).

Entendido o conceito de telespaço público, Preuss aborda a questão da religião nesse cenário, especificamente no caso brasileiro. Segundo ela, a estratégia missionária de difusão de programas religiosos na televisão e no rádio visa a conquista de novos fiéis, mas se sustenta também na crença de que a disseminação do evangelho é condição e último sinal que antecede a volta de Cristo.

Segundo Aires et al. (2017a, p. 90), entre 2006 e 2016, o número de concessões de geradoras e retransmissoras de televisão vinculadas a alguma religião aumentou em 69%. Nesse cenário, apesar de ainda haver uma hegemonia católica, com 40% das emissoras religiosas ligadas a esta religião, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) conta com a maior porcentagem de emissoras próprias, estando presente em 150 países. Além disso, de acordo com o último censo realizado (IBGE, 2010), a população evangélica no Brasil cresceu 81% entre 1980 e 2010. Atualmente, segundo dados do Observatório Brasileiro do Cinema

e do Audiovisual o gênero religioso é o mais exibido na TV aberta, representando 21,1% do tempo total da programação.

Diante do crescimento do protestantismo no Brasil, da utilização bem-sucedida dos meios de comunicação como instrumento de pregação pela Igreja Universal - causando um efeito mimético em outras igrejas (ORO, 2003) -, e da crescente relevância política adquirida por esta e outras denominações evangélicas, nesta seção buscaremos nos aprofundar em seu desenvolvimento, considerando que, segundo Avritzer (2019), a transformação da estrutura da religiosidade no Brasil é um elemento que diferencia as experiências de regressão democrática do século passado em relação à experiência atual.

Por último, nos valeremos da dissertação de Lery (2015) para compreender algumas das características e possíveis definições sobre o gênero do *talk show*, além de destrinchar como determinados programas humorísticos se utilizam do cinismo para relativizar e encobrir posicionamentos políticos. Segundo Natalia Roudakova (2017), especialmente em contextos de crise econômica prolongada, impasses políticos e altos níveis de violência, o cinismo surge como uma estrutura de sentimentos que alimenta tanto a ação política quanto a inação.

Além disso, Roudakova se apropria da contribuição dada por Sloterdijk (1987) em *Crítica da Razão Cínica* para explicar que no cerne do cinismo moderno existe uma tensão entre querer se distanciar de um conjunto de ideais e crenças ao mesmo tempo em que se reafirma um outro conjunto de verdades, sendo o primeiro componente denominado de desengajamento ideológico e o segundo, desinibição ideológica.

Já na obra *Cinismo e Falência da Crítica*, Safatle (2008, p. 53) afirma que “‘cinismo’ é a categoria adequada para expor a normatividade interna da forma de vida hegemônica no capitalismo contemporâneo”. Nesse contexto, Byung-Chul Han (2019) nos fala sobre a elevação do entretenimento a um novo paradigma e sua totalização na vida social, fazendo surgir o conceito de infoentretenimento, sobre o qual discorre Fabiana Moraes da Silva (2008), para designar o modo de dar notícias priorizando a espetacularização e as demandas de mercado, como será visto adiante.

1.3.1 Igrejas e regressão democrática no Brasil

O processo de formação do Brasil como país teve como marca o monopólio do catolicismo, tendo vigorado uma associação entre Estado e Igreja até a promulgação da

Constituição de 1891. Diante disso, Avritzer (2019) aponta para a importância de observar que o modo pelo qual eles estiveram associados foi caracterizado por um processo de fraca institucionalização e pela ampla popularização da religiosidade católica.

Segundo o autor, a defesa de uma natureza pública do catolicismo era realizada pelo próprio Estado, através de iniciativas como a introdução do ensino religioso nas escolas, o que tornava desnecessária a formação de um partido religioso. Nesse sentido, Avritzer afirma que, apesar de uma estrutura constitucional que, teoricamente, separava as duas instituições, a partir de 1930, com o fim da República Velha e ascensão de Getúlio Vargas à presidência, o que houve foi o acesso ilimitado de membros da Igreja católica às posições de poder (2019, l. 1432).

A separação entre Igreja e Estado foi concretizada apenas a partir do golpe militar de 1964 e com a promulgação da Declaração Sobre a Liberdade Religiosa pelo Papa Paulo VI, em 1965 (AVRITZER, 2019). Opondo-se ao autoritarismo estatal, a Igreja firmou seu caráter público e estabeleceu uma maior aproximação com a sociedade civil. Entretanto, com a secularização e a entrada do “mercado religioso” no país, o catolicismo viu sua influência diminuir. Com isso o neopentecostalismo “entra no Brasil para ocupar um espaço que o catolicismo, seja como religião pública, seja como religião privada, não é capaz de ocupar: o espaço de construção e justificação de uma ética do sucesso individual e da ascensão social, em especial para a população de baixa renda” (Ib., l. 1433).

Foi de acordo com essa lógica, que, na década de 1970, os pentecostais brasileiros, antes refratários à ideia de programas de televisão religiosos, sofreram influência dos Estados Unidos, país capitalista e protestante, que visava conter a oposição socialista e manter sua hegemonia no continente. Assim, com o uso de meios eletrônicos, lideranças religiosas passaram a fundar o que foi denominado como “Igreja Eletrônica” (ASSMANN, 1986 apud PREUSS, 2015, p. 68), originando, no Brasil, a vertente das igrejas autônomas neopentecostais.

Diante disso, Aires e Santos fazem algumas ressalvas. Em primeiro lugar, as autoras afirmam que, embora tenha realmente havido um “descompasso na relação da Igreja Católica com os meios de comunicação” (AIRES; SANTOS, 2017, 104), é preciso nos atentar para o fato de que a invisibilidade da programação católica – que ainda é massiva – em relação à programação evangélica tem como pano de fundo o tratamento preconceituoso dado a esta última, além da naturalidade com que a hegemonia cultural católica foi construída.

Em segundo lugar, as autoras apontam que restringir o gênero religioso à concepção de igreja eletrônica é problemático tanto por limitar o alcance, os vínculos estabelecidos e a variedade de sua produção, quanto por desassociar os interesses religiosos de uma perspectiva voltada para o lucro, ignorando a construção potencial de projetos políticos e culturais por instituições religiosas inseridas na mídia, como é o caso da Record TV, que veremos adiante (Ib., p. 108).

Pouco depois do estabelecimento do neopentecostalismo no Brasil, no ano de 1986, formou-se pela primeira vez um bloco parlamentar religioso, composto por 33 representantes evangélicos eleitos para a Assembleia Constituinte. Vale salientar que a maioria deles fazia parte da Assembleia de Deus, mesma igreja do pregador eletrônico mais famoso dos Estados Unidos, Jimmy Swaggart. De acordo com Avritzer (2019, l. 1499): “Com o fechamento da via religiosa paraestatal, abriu-se imediatamente um campo de disputa religioso valorativo em que parte do próprio entendimento neopentecostal sobre as demarcações e a questão da demonização adentraram no campo da política”.

Já em 1989, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), do pastor Edir Macedo, pagou 45 milhões de dólares pela Rede Record (AIRES, 2017b, p.192). Com a expansão internacional e a inserção cada vez maior no rádio e na televisão, além da ênfase na Teologia da Prosperidade, maior liberalização de costumes, atuação de lideranças carismáticas e pregação da cura divina, a IURD conseguiu superar outras igrejas no âmbito da comunicação (AIRES, 2017a, p. 91).

Apesar de ter sido comprada pela IURD e apresentar conteúdo religioso, a Record tem investido cada vez mais no entretenimento secular, inclusive porque, não sendo considerada uma emissora laica, ela deixaria de angariar verba publicitária. Na intenção de tornar a emissora comercialmente mais competitiva, a IURD passou a comprar espaço em outros canais para veicular seus programas religiosos, ao mesmo tempo em que conseguiu uma maior inserção social ao não se dirigir apenas aos fiéis, o que “amplia a capacidade de agendamento político e de pressão midiática sobre o poder público e privado”. (Ibid., p. 92-93).

Vale ressaltar que, com apenas nove anos de existência, em 1986, a IURD conseguiu eleger seu primeiro parlamentar, evidenciando a existência de um projeto político. Quatro pleitos depois, a bancada de parlamentares ligados a esta igreja saltou de 1 para 13 representantes (AIRES, 2017b, p. 231). Já em 2016, o bispo Marcelo Crivella, sobrinho de Edir Macedo, foi eleito prefeito do Rio de Janeiro. Segundo Ari Pedro Oro (2003, p.4),

quando a Igreja Universal escolhe seus candidatos, eles não podem ser recém-chegados na Igreja e nem desconhecidos dos fiéis, mas pastores e figuras atuantes na mídia.

Nesse sentido, apesar do caráter comercial da RecordTV, sua programação é instrumentalizada de modo a atender os interesses da igreja, havendo inclusive uma padronização dos programas de onde surgirão possíveis candidatos à ascensão política, entre os quais estão os programas “Balanço Geral” e “Cidade Alerta”, com este último já tendo sido apresentado (em sua versão paulista) pelo deputado federal Celso Russomanno (PRB/SP⁵). Além disso, a existência de um projeto político e cultural é evidenciada em toda a disposição da grade, indo desde o jornalismo, programas de entretenimento apresentados por bispos e familiares de Edir Macedo, até a produção de novelas com temas bíblicos.

Tendo em vista a estratégia, não limitada à IURD, de transferência das demarcações de sagrado e profano para o campo eleitoral, fica mais fácil compreender o que mostra o levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), no qual consta que, em 2018 foram eleitos 84 deputados ligados à bancada evangélica, 9 a mais do que o pleito anterior. Já no senado, o número foi de 3 para 7 parlamentares.

De acordo com Marilena Chauí (2004), a facilidade com que determinadas religiões se adaptaram ao surgimento da sociedade de massa e da indústria cultural não deveria nos surpreender, tendo em vista que elas fundam culturas de massa – que perpassam toda a sociedade – e do espetáculo, através do qual realizam seus ritos e cerimônias.

A autora usa como referência o conceito de “compressão espaço-temporal” de Harvey (1992), para explicar que com o advento do capitalismo pós-industrial, estabelecido a partir da fragmentação e globalização da produção econômica, houve uma transformação na experiência do espaço e do tempo, na qual por meio das tecnologias eletrônicas e de informação, distâncias e fronteiras foram eliminadas, bem como as concepções de passado e futuro. Nesse sentido, passamos a viver no “aqui e agora”, sob o signo da “telepresença e da teleobservação” (CHAUÍ, 2004, p. 11).

Diante de “um espaço que se reduz a uma superfície plana de imagens e sob um tempo que perdeu a profundidade e se reduz ao movimento de imagens velozes e fugazes” (Ibid., p. 11), são consolidadas as condições para que o imaginário religioso resgate a ideia de espaço sagrado, identificado com uma suposta *terra santa*, absoluta e comunitária.

⁵ Fundado em 2005, o Partido Republicano Brasileiro (PRB) conta com uma Comissão Executiva formada por pessoas ligadas à IURD ou à Record TV. Além disso, sua Executiva Nacional sempre foi presidida por Bispos que desempenharam funções de comando na igreja. (AIRES et al., 2017a)

Simultaneamente, ressurgem também atitudes que visam controlar imaginariamente o fluxo temporal, como a ideia cristã de um tempo sagrado transcendente, contínuo e finalizado que faria a humanidade reencontrar o caminho da salvação. (CHAUÍ, 2004, p. 13).

Se articularmos a atitude moderna – que simplesmente lançou a religiosidade para o espaço privado e esperou que a marcha da razão e da ciência findariam por eliminar a religião -, o mercado pós-moderno – que opera por extermínio e exclusão e com a fantasmagoria mística da riqueza virtual e dos signos virtuais –, o Estado neoliberal - caracterizado pelo alargamento do espaço privado dos interesses e encolhimento do espaço público dos direitos –, o pensamento pós-moderno – que se apóia na fratura morfológica do espaço e do tempo para recusar a tradição racionalista – e a condição pós-moderna de insegurança gerada pela compressão espaço-temporal – na qual o medo do efêmero leva à busca do eterno -, teremos algumas pistas para nos aproximarmos de dois fenômenos que marcam a política contemporânea: de um lado, a despolíticação da sociedade, de outro, o ressurgimento do fundamentalismo religioso não apenas como experiência pessoal, mas como interpretação da ação política - ou seja, o retorno da teologia política. (Ibid.; pp. 15 – 16)

Esses fundamentalismos, segundo Chauí, são mobilizados contemporaneamente pelo medo sob a forma da incerteza, da solidão, da insegurança, da exclusão, da dúvida e da violência, perpassando o conjunto das relações pessoais, sociais e políticas. Com isso, é gerado na sociedade o desejo pela busca de presságios que expliquem os acontecimentos, afastem os temores e aumentem as esperanças, o que conduz à crença em poderes sobrenaturais e, conseqüentemente, ao nascimento da religião, que terá como uma de suas funções o ordenamento e a coesão social.

Chauí acrescenta ainda que as circunstâncias em que o medo e a esperança aparecem são inconstantes e variáveis e, tendo em vista que estes sentimentos são, respectivamente, causa e efeito das crenças transcendentais, a religião precisa estabilizá-los para que as superstições não desapareçam, o que, segundo a autora, pode ser feito através de paixões mais fortes, como a cólera e o ódio. Diante disso, ela aponta que o retorno de fundamentalismos religiosos nos expõe a riscos de grandes proporções.

Ao acreditar que tudo depende de uma vontade onipotente, criadora e gestora de todas as coisas, além de inalcançável à racionalidade humana, os indivíduos passam a ignorar as causas reais de seus sentimentos e ações, abrindo mão da razão como capacidade de conhecer a realidade. Assim, somos privados do saber sobre a origem de nossas ações sociais e políticas e submetidos a uma vontade divina incompreensível que regula o exercício da liberdade por meio do domínio dos costumes, linguagens, pensamentos e corpos.

Tal submissão se revela historicamente violenta e tirânica, tendo em vista que, ao se imaginarem portadoras da verdade eterna e universal, as religiões monoteístas recusam a filosofia, a ciência, a pluralidade de confissões religiosas e a moralidade dos Estados laicos, enxergando o conflito e a diferença como elementos negativos que devem ser eliminados, o que faz com que o Outro seja tido como encarnação do Mal. Sendo assim, não há espaço para os confrontos e debates que caracterizam espaços públicos democráticos e, mais do que isso, os fundamentalismos são, muitas vezes, propulsores de lutas sangrentas por poder que se justificam como guerras religiosas.

1.3.2 Cinismo e totalização do entretenimento na contemporaneidade

Ao iniciar o segundo capítulo de sua dissertação, “Sobre uma cultura midiática cínica”, Lery (2015) identifica a existência de uma sociedade cínica contemporânea, a qual está estruturada por uma racionalidade típica dos tempos de crise de legitimação. Nela se funda um novo modo de envolver o público consumidor de espetáculos, mediante a substituição do escândalo pelo sensacionalismo. Sustentada através de contradições e paradoxos internos, essa nova forma de atração é marcada por imagens e reações emocionais breves, porém, intensas. Além disso, ela se caracteriza pela superficialidade e ausência de conteúdo.

De acordo com Roudakova (2017), a natureza multifacetada e fluida do conceito de cinismo dificulta seu estudo, ainda assim, ele costuma ser definido como um desencanto com os ideais, o que resulta em apatia, passividade e desengajamento por parte dos cidadãos. Outras duas definições são aquela que entende o cinismo como sinônimo de imoralidade ou niilismo, e a que o define a partir de sua associação com o ceticismo ou realismo.

Segundo a autora, esta última explicação tem relação com o que os antigos gregos denominavam exercício de retórica deflacionária, na qual se nega a dimensão superior de um fenômeno e se afirma a dimensão inferior, como, por exemplo, entre os pares “argumentação e força” e “veracidade e manipulação”. Nesse sentido, “A política, no fundo, resume-se à manipulação de desejos e medos, estratégia e tática, engano e força.” (ROUDAKOVA, 2017, p. 161).

Estudando o cinismo no contexto da República de Weimar, no período após a Primeira Guerra Mundial, Roudakova afirma que os cidadãos que viveram durante aquele momento histórico se utilizaram dessa estrutura de sentimentos para lidar com sua

inquietação e confusão, buscando se defender e anestesiá-lo contra a percepção de insignificância e amoralismo do mundo.

Segundo a autora, é neste momento que o cinismo dos impotentes se articula de forma bem-sucedida ao cinismo da dominação, sendo o primeiro definido com base em suspeitas a respeito dos pronunciamentos ideológicos daqueles no poder e até hostilidade ativa para com os mesmos. Já o segundo se manifesta como um tipo de desinibição no qual aqueles no poder violam os ideais que proclamam ou simplesmente admitem a intenção de manipular aspirações e esperanças.

Já em relação ao caso da Rússia pós-soviética, a autora nos informa que os sociólogos russos documentaram altos níveis de desapontamento, frustração, ansiedade e desesperança entre aqueles que atravessaram a transição de regimes. Assim, o cinismo foi encarnado naquela sociedade como a desconfiança a respeito de pessoas e instituições, além do sentimento de estar sendo manipulado.

Com isso, a sociedade buscava afirmar sua agência moral e a aparência de controle sobre sua própria existência, além de se adaptar às condições de crise permanente por meio do distanciamento emocional entre si e a substância da política, o que abriu espaço para uma visão desdenhosa sobre qualquer tipo de engajamento político e para uma consequente despolitização.

Há ainda uma outra concepção de cinismo que a conecta com a ironia, cujo poder é extraído de ambiguidades e paradoxos, “do que é insolúvel sobre a condição humana” (ROUDAKOVA, 2017, p. 161). Por meio de uma posição irônica, os falantes podem se abster do compromisso com uma posição moral em particular, se colocando acima dos diferentes pontos de vista. Bem como o sensacionalismo, a ironia é caracterizada por uma estética superficial que serve para mascarar ausências de conteúdo.

O ironista sempre tem a intenção de ser compreendido, logo, se o público não assimila o seu discurso, a ironia não se completa e o que se dá é um mal entendido. Já o sucesso da ironia depende de seu oposto, que é a ingenuidade, esteja ela em terceiros ou no próprio ironista. Além disso, a ironia fornece novos sentidos ao texto, mas não elimina seu sentido original. Em geral, ao invés de questionar determinadas atitudes, ela as reforça.

Todo discurso irônico tem um alvo específico. Nesse sentido, a ironia tende a ser mais conservadora na medida em que suas vítimas são indivíduos e se assume uma posição de superioridade diante deles. Apesar de ironia e sátira não necessariamente se confundirem, a ideia dominante de que a primeira é conservadora tem origem na intersecção que há entre as

duas. Afinal, de acordo com Minois (2003, apud LERY, 2015, p. 24), por mais que à primeira vista a sátira possa ser vista como progressista, ela costuma ser uma ferramenta de proteção da ordem social. Ao ridicularizar tudo o que não é hegemônico, a sátira apresenta um caráter predominantemente conservador.

Roudakova argumenta que, independentemente das variadas definições de cinismo aqui apresentadas, o tipo de cinismo que se pratica depende fundamentalmente de onde se está posicionado em relação ao poder. Nessa perspectiva, ela denomina como “amigos do poder” as pessoas atuantes no interior da política e da produção cultural que se identificam e imitam os poderosos “como se as leis universais existissem apenas para os burros” (SLOTERDIJK, 1987, p. 3 apud ROUDAKOVA, 2017, p. 162), dos quais não fazem parte.

Os amigos do poder visam acessar a inteligência de seus interlocutores menos favorecidos de modo a vincular as identidades deles com as necessidades do “mestre”, para isso, manifestam exaustão em conversas francas, declaram cansaço e desconfiança obstinada em relação a proclamações ideológicas.

Apesar disso, Roudakova afirma, com base em Sloterdijk (1987) e se referindo especificamente à Europa do século XX, que os cínicos modernos já não entendem seu modo de existir como algo relacionado ao mal, mas como uma maneira coletiva e realisticamente sintonizada de ver as coisas. Por outro lado, o filósofo demonstra preocupação com o cinismo de massa que se instalou no Ocidente a partir dos anos 1970, devido a sua tendência a enfraquecer o pensamento crítico e por enxergá-lo como um parente distante da desmoralização massiva que levou a Alemanha do período de Weimar ao fascismo. Segundo ele, “o primeiro descendente do cinismo de Weimar foi o fascismo e o segundo descendente somos nós” (SLOTERDIJK, 1987, p. 7 apud ROUDAKOVA, 2017, p. 163).

Nesse sentido, embora a autora acredite que a conexão entre cinismo e desinibição do mal tenha sido desfeita com a chegada da modernidade tardia, ela considera provável que ainda exista uma conexão entre o cinismo e o que Hannah Arendt (1999) chamou de “banalidade do mal”, ou seja, a ausência de pensamento e incapacidade de realizar julgamentos morais que tornava as multidões sob o totalitarismo aptas a cumprir ordens e cometer atrocidades sem questionar ou ter intenções necessariamente malignas.

Dessa forma, Roudakova afirma que a aliança entre cinismo e vazio de pensamento torna-se um mecanismo pelo qual as pessoas podem se proteger do risco e desconforto do exame de si mesmas e dos outros, bem como do sofrimento de ter que tomar decisões. Segundo ela, estes fatores estimulam a não contestação do poder e contribuem para a perda

do mundo conhecido em comum, esvaziando ainda o significado contido no conceito de verdade.

Em paralelo a isso, Silva (2008) afirma que, nas últimas décadas, a sociedade vem passando por uma mudança na noção de realidade, o que, no âmbito da comunicação, pode ser observado por meio das interpretações dúbias e insuficientes em relação ao conceito de notícia. Para Gabler (1999, p. 12 apud SILVA, 2008, p. 102), com o aumento do desejo por entretenimento, o noticiário se tornou uma fusão de *life* e *movie* (ou vida e filme), o que ele denomina “*lifies*”, nos quais os meios de comunicação dependem cada vez mais do “veículo” vida.

Segundo Byung-Chul Han, o entretenimento surge oficialmente no século XVIII, a partir da diferenciação entre trabalho e tempo livre. Contudo, ele afirma que essa separação foi suspensa na atualidade devido ao fato de o entretenimento ter se tornado onipresente, afinal, até mesmo o trabalho deve entreter. Nesse sentido, o entretenimento deixa de ser “episódico” e se torna “crônico”, produzindo um novo modo de administração da vida (2019, pp. 202-203).

Ainda de acordo com Han, por mais que aparente servir apenas para divertir e dar prazer, o entretenimento é efetivo por penetrar na camada cognitiva fortalecendo conhecimentos pré-existentes através de imagens e narrativas. Dessa forma, normas morais são fixadas em inclinações, “no cotidiano e na obviedade do *é assim que é*” (2019, pp. 113-114), o que favorece sua interiorização e, conseqüentemente, a estabilização da sociedade.

Nesse sentido, Han defende que as narrativas morais presentes no entretenimento são mais eficazes do que a coerção e o dever, funcionando como mitos do cotidiano e modulando o social ao impregnar as ações humanas. Assim, por exemplo, nos programas televisivos humorísticos: “O riso que é causado por um desvio do habitual restitui e firma precisamente a esse. Que se ria do desviante significa, afinal, que normas são confirmadas. E a risada sobre o outro significa sempre a confirmação do próprio, do conhecido e do familiar.” (HAN, 2019, p. 124).

Com base no fato de que o termo alemão para entretenimento, *Unterhaltung*, possui também o sentido de conservação, Han afirma que o entretenimento conserva o mundo (2019, p. 139). Diante disso, ele resgata a obra *Ser e tempo*, propondo a possibilidade de o “Se” [*Man*] de Heidegger (1993) ser entendido como um sujeito do entretenimento de massa, afinal: “Temos prazer e nos divertimos, como *se* diverte; lemos, vemos e julgamos sobre literatura e arte, como *se* vê e *se* julga. O Se encarna, sim, verbaliza o horizonte de sentido e

entendimento medianos, a partir do qual a massa *se* entende e entende o mundo.” (HAN, 2019, p. 139).

Ou seja, consistindo em modelos de percepção e comportamento habituais, o “Se” orienta as massas e produz uma “realidade cotidiana e persistente” que determina a visão padrão do mundo. Tendo isso em mente, Han entende que a televisão, ao não se limitar a uma reprodução passiva da realidade, mas fabricar ativamente o que é considerado real, pode ser tida como a principal mídia do Se. Assim, ao oferecer interpretações pré-prontas (ou mitos), a televisão, bem como o entretenimento, realizam um “desenfardo do ser”, produzindo, ou, ao menos, mantendo, concordâncias com “aquilo que *é*”. (Ibid., p. 145)

Segundo o autor, Heidegger critica as “imagens mediais” por espelharem falsamente o mundo, não dando qualquer testemunho da realidade e causando, conseqüentemente, seu desaparecimento (HAN, 2019, p. 167). Nesse sentido, Han constata que os próprios limites entre “realidade real” e “realidade ficcional”, que caracterizam o entretenimento, estão cada vez mais instáveis, o que faz surgir, por exemplo, o conceito de infoentretenimento.

Tal fenômeno, marcado pela união entre diversão e informação, embora atual, tem suas bases definidas desde a década de 1970, quando, segundo Silva (2008), autores como Tuchman (1976), passaram a analisar os jornalistas como contadores de história e as notícias como narrativas que priorizam o espetacular, o que gera uma cultura midiática mais afinada com tendências comerciais.

Tendo em vista essa hibridização crescente, Han (2019) aponta para a totalização do entretenimento e sua elevação a um novo paradigma, a partir do qual podemos considerar que “Para *ser*, para pertencer ao *mundo*, é preciso ser algo que entretém” (p. 206). Assim, com a constituição do sistema midiático enquanto campo que gera e vende prazer, justificase, de acordo com Silva (2008), a constante espera do público por novos heróis, obras-primas, espetáculos dramáticos e sensações raras.

1.3.3 *Talk shows, cinismo e política*

Ao adentrar na questão dos gêneros televisivos e especificamente do talk show, a dissertação de Lery (2015) se apoia nos estudos de Yvana Fechine (2013), cujo trabalho se baseia em um referencial bakhtiniano de gênero. Segundo esse entendimento, os gêneros são estratégias de comunicabilidade necessárias à comunicação humana. Eles são formados por um conjunto de propriedades textuais que permitem seu reconhecimento e envolvem regras para a produção e recepção dos discursos.

Nesse sentido, por mais que a ideia de gênero seja controversa para a comunicação, ela é importante nos estudos sobre a televisão, afinal, através desse conceito se propõe pensar as mediações, demandas populares sobre a indústria cultural, dinâmicas do fazer comunicativo, e são criados critérios de referência para a produção de conteúdo, o que possibilita guiar produtores e espectadores no contato com a televisão.

A temática dos gêneros será retomada no terceiro capítulo desta dissertação. Contudo, tendo em vista que esta seção buscará entender programas classificados como *talk shows*, vale trazer a perspectiva de Jason Mittell (2005), para quem as definições de gênero são sempre parciais e contingentes, emergindo não de textos isolados, mas de associações intertextuais entre textos múltiplos e de relações culturais situadas em contextos sócio-históricos específicos.

Entendendo os gêneros como grupamentos discursivos atuantes nos programas televisivos, nas indústrias e audiências através de práticas culturais específicas, Mittell afirma que o objetivo de estudá-los é entender como eles se encaixam em sistemas amplificados de poder cultural e, nesse sentido, como a mídia trabalha para constituir nossa visão do mundo. (GUTMAN; MAURÍCIO, 2017, p. 51).

Talk shows pressupõem contratos de leitura distintos dos programas que se propõem informativos. Enquanto o público destes últimos costuma ser formado por leitores ou espectadores distantes, o público do programa de auditório geralmente é formado por plateias reais e participativas. Apesar disso, Lery salienta que, por mais que nos *talk shows* as justaposições com o jornalismo sejam menos aparentes do que em programas policiais, os temas discutidos fazem referência a acontecimentos independentes e externos ao programa, o que evidencia sua relação com a notícia.

Nesse contexto, Gutman e Maurício (2017, p. 48) apontam que, na bibliografia disponível sobre o gênero dos *talk shows*, é possível constatar que o termo opera como uma espécie de “guarda-chuva”, tendo uma definição ambígua e abarcando produtos de naturezas distintas, entre os quais se encontram tanto aqueles direcionados ao debate público, quanto

os que transmitem apresentações musicais e humorísticas. Elas sustentam ainda, que, a comédia, a sátira e a ironia foram constituídas como estratégias para tratar assuntos, especialmente aqueles relacionados à política.

Mittell (2005, p. 42), por sua vez, afirma que a mistura de gêneros é um processo cultural, realizado pelo pessoal da indústria, geralmente em resposta às práticas de visualização do público. Já de acordo com a concepção de Jones (2005), a característica mais marcante do *talk show* é a instabilidade, afinal, tais programas são tidos como formas fluidas, que emprestam e roubam de outros gêneros no intuito de atrair a atenção do espectador.

Em relação aos programas de humor satíricos (*The Noite e Agora é Tarde*) abordados pela dissertação da autora Julia Lery, afirma-se que, diferentemente de outros discursos humorísticos, o real ocupa uma função proeminente. Embora seja possível distinguir o que há de real e imaginário neles, a ironia satírica de que se utilizam não é necessariamente ficcional, mas ficcionalizante. O humor em estilo *stand-up* dos apresentadores Rafinha Bastos e Danilo Gentili não costuma inventar personagens, cenários ou fantasias, mas se caracteriza por criar um mundo de fronteiras muito frágeis em relação ao mundo real. Segundo Jones:

A popularidade desse tipo de programação também deve nos levar a considerar que os espectadores são cúmplices nesse embaçamento de fronteiras entre conversas que são privadas e públicas, sérias e divertidas, informativas e julgadoras, prazerosas e desagradáveis, performativas e “reais”, talvez refletindo uma sensibilidade pós-moderna ou simplesmente um reflexo de como os espectadores passaram a interagir com a televisão. (JONES, 2005, p. 173, *tradução nossa*)⁶

Ao misturar real e ficcional, Lery (2015) afirma que a mediação é transformada em jogo e o compromisso com o real fica abalado. Desse modo, são criadas regras próprias, os valores e as representações midiáticas perpetuadas pela mídia perdem centralidade e, com isso, a integridade das notícias deixa de ser cobrada pela sociedade. Assim, as questões centrais passam a ser o “valor estético ou de entretenimento do produto” (p. 37).

Apesar de serem concessões públicas, e por isso terem que manifestar interesse na educação e informação dos indivíduos por meio de um “pacto cultural”, Rodrigues (2011)

⁶ Traduzido de: “*The popularity of this kind of programming should also lead us to consider that viewers, too, are complicit in this blurring of boundaries between talk that is private and public, serious and entertaining, informational and judgmental, pleasurable and unpleasurable, performative and “real,” perhaps reflecting a postmodern sensibility or simply a reflection of how viewers have come to interact with television.*”

aponta o cinismo existente na televisão, tendo em vista que, ao menos no caso brasileiro, as emissoras são majoritariamente empresas privadas e estão muito mais interessadas no lucro do que em compromissos sociais firmados com o público.

Sobre os *talk shows* são mobilizadas reflexões de Raymond Williams (2003), que afirma que embora este gênero tenha relação com formas culturais anteriores, ele faz parte de um grupo que rompeu com suas tradições originárias, constituindo uma lógica propriamente televisiva. Para ele, essa ruptura é marcada por um “relaxamento nos modos” (p. 73 apud LERY, 2015, p. 46), que consiste no fato de o ponto central da entrevista deixar de ser seu conteúdo e passar a ser o entrevistado em si, sustentando o culto à celebridade e oferecendo a elas mais visibilidade.

A entrevista é parte central do *talk show*, bem como do processo de celebração das figuras midiáticas. Vinculada à consolidação do capitalismo e ao crescimento da imprensa, ela possibilita a construção de pontes entre público e privado, social e político. Já o hibridismo dos *talk shows* com os programas de variedades tem relação com o modelo de *stand-up comedy* frequentemente empregado, além da presença de uma banda fixa e de o apresentador encarnar a figura de anfitrião, encarregado de entreter a plateia. Essa ludicidade inerente ao *talk show* corrobora e é central à ideia apresentada anteriormente de que ele funciona como um jogo com regras próprias.

De acordo com Gutman e Maurício (2017, pp. 57-58), “aproveitando o momento de internacionalização da cultura televisiva”, a nomenclatura do *talk show* foi inaugurada oficialmente no Brasil em 1988, com o programa *Jô Soares Onze e Meia*, que estabeleceu uma definição dominante sobre este gênero no país. Segundo as autoras, com este programa foi institucionalizado um modelo de *talk show* ancorado em entrevistas realizadas por homens e caracterizado pela presença de personalidades públicas, plateia, apresentações musicais e predomínio do humor político.

Apesar disso, as autoras nos lembram que o programa estrelado por Jô Soares foi precedido por outros que podem ser considerados pertencentes ao mesmo gênero, entre os quais elas citam o de Silveira Sampaio (*SS Show*, 1954-1958, Record) e também os protagonizados por Hebe Camargo (*O Mundo é das Mulheres*, TV Paulista, 1955; *Hebe Camargo*, Record, 1966 e *Hebe*, 1986, SBT), os quais se diferenciam dos citados anteriormente por ter a figura feminina como marca, com entrevistas e debates focados nos espaços domésticos, além de apropriação de elementos dos programas populares de auditório, em que o testemunho sobre a vida privada era a estratégia central. Assim,

Identificamos e exploramos duas matrizes que se relacionam e apontam para elementos de continuidade e de ruptura na história cultural do *talk show* no Brasil: 1. Modelo caracterizado pela entrevista bem humorada com personalidades públicas e 2. Modelo de entrevista marcado por estratégias mais populares, pelo tom de intimidade e pela ênfase no testemunho do “cidadão comum”. (GUTMAN E MAURÍCIO, 2017, p. 50).

Ademais, os autores apontam entre as matizes e modos de reconhecer o gênero do *talk show* no Brasil características como o “sentido de intimidade, de autoajuda, o tom de escracho, a celebrização do ordinário, o improvisado, o enquadramento paternalista dos lugares do masculino e do feminino” (p. 51). Nesse sentido, elas se apoiam em Raymond Williams para afirmar que o estudo do *talk show* (ou qualquer outro gênero) deve reconhecê-lo como espaço de disputa de sentidos e valores, no qual é gerado um processo de transformações constantes que alteram as práticas simbólicas e modos de pensar (pp. 52-53).

Entendido por Silva (2013) como continuidade do programa *Jô Soares Onze e Meia*, o *Programa do Jô* (que ficou no ar de 2000 a dezembro de 2016 e era produzido pela Rede Globo) guardava muitas semelhanças com o *Agora é Tarde* e *The Noite*. Os três são apresentados em trajes formais, constituídos por cenários em que a bancada fica à direita da tela, o sofá se posiciona à esquerda e o fundo é iluminado com destaque para o logotipo do programa. Além do cenário e do formato, a situação comunicativa também apresenta semelhanças entre os programas, que têm como características o tom humorístico, a liberdade criativa e interpretativa de quem os apresenta, além das atrações musicais e entrevistas com celebridades.

Vale salientar que ambos os programas foram idealizados por Gentili, que foi o primeiro apresentador do *Agora é Tarde*, tendo levado para o SBT quase todo o elenco e outros membros da equipe anterior. Outro ponto em comum é que os três apresentadores vieram do humor, sendo Danilo Gentili e Rafinha Bastos ex-repórteres do *Custe o Que Custar* (CQC), programa da Band que foi ao ar entre 2008 e 2015 misturando jornalismo e humor por meio de sátiras políticas e cotidianas.

Nele, ambos os apresentadores comandavam quadros políticos e o líder da bancada do programa era o jornalista Marcelo Tas, criador do personagem Ernesto Varela, “o repórter de mentirinha”, que estreou na TV Gazeta em 1983. O personagem de Tas, marcado por constranger políticos com suas perguntas, serviu, inclusive, de inspiração para o “repórter inexperiente” vivenciado por Gentili ainda no CQC.

Apesar das continuidades citadas, tais programas também apresentam rupturas entre si. Especialmente no caso de Danilo Gentili, em vez do tom de cordialidade que caracteriza o gênero em questão, o apresentador se apropria do escracho e do humor politicamente incorreto. As declarações machistas e o silenciamento feminino, apesar de comuns nos três programas, configuram “a própria estratégia de comunicabilidade do *The Noite*” (GUTMAN; MAURÍCIO, 2017, p. 63).

No trabalho de Lery, duas categorias analíticas são mobilizadas para estudar os *talk shows*. A primeira é a *sobreposição de engajamentos*, na qual o engajamento é entendido como a adesão do programa a um tipo de discurso, esteja ligado ao real noticioso ou ao mundo do jogo. O que caracteriza a duplicidade de engajamentos é o fato de, em algumas situações, o programa se afirmar como defensor do interesse público e, em outras, como mero produto humorístico cujo posicionamento é irrelevante e, portanto, sem compromisso com o mundo real. Já em relação às *formas humorísticas*, a intenção é compreender como o humor se constrói por meio de ironias que compõem uma racionalidade cínica, expressa nos posicionamentos dos apresentadores.

O *Agora é Tarde* já não está mais no ar, o que nos impedirá de trabalhar com ele ao longo dos próximos capítulos do nosso trabalho. Tendo isso em vista, nos deteremos aqui nas observações feitas por Lery a respeito do programa *The Noite*, apresentado por Danilo Gentili. Sua equipe conta com dois outros humoristas, um locutor, uma assistente de palco e a banda Ultraje a Rigor. O vocalista da banda, Roger, conhecido por posicionamentos políticos de direita, costuma fazer intervenções durante as entrevistas.

Durante a vinheta do programa, em 2014, eram mostradas cenas noturnas de algumas capitais do país, o elenco era apresentado por meio de uma locução e aparecia a foto do convidado do dia em um *outdoor*. Em seguida, se transmitia a imagem do estúdio e Danilo Gentili era apresentado pela voz *off* do locutor. Ele entrava acenando e dançando pela porta-coxia ao fundo do cenário. Depois disso, o apresentador fazia o monólogo de abertura na frente de uma cortina de veludo vermelha que remete ao teatro (onde iniciou sua carreira), anunciava o entrevistado e agradecia algum “convidado especial” que estava na plateia.

Além disso, ao longo das temporadas, o apresentador faz piadas com os colegas e é xingado de volta por eles. Antes da entrevista, Gentili se apoia em fotos e vídeos para abordar os assuntos do dia, fazendo piadas com as questões políticas e econômicas em destaque, com celebridades e com a programação televisiva em si. Para isso, ele mostra e ridiculariza trechos

de programas de outras emissoras. A parte da entrevista dura de 20 a 40 minutos, e os convidados não costumam ser interrompidos.

A orientação política do *The Noite* (e, conseqüentemente, de seu apresentador), diferentemente do *Agora é Tarde*, se evidencia por meio da escolha de entrevistados. No programa de Danilo Gentili, a única política de esquerda a ser entrevistada no ano de 2014 (quando foi realizada a análise) foi Luciana Genro, o que aconteceu porque a produção convidou todos os candidatos à presidência da república naquele ano, mas apenas ela e Levy Fidelix compareceram. Vale dizer que, atualmente, o programa é um sucesso comercial e tem apresentado excelentes índices de audiência, chegando a superar a Globo em algumas edições.

Entre os conservadores que passaram pelo programa, a autora cita o próprio Fidelix (então candidato pelo PRTB); a jornalista do SBT Rachel Sheherazade; Paulo Batista e Eduardo Bolsonaro, políticos que organizaram protestos contra Dilma Rousseff; Silas Malafaia, pastor da Assembleia de Deus, conhecido por atuar politicamente; Ron Paul, ex-congressista pelo *Tea Party*, ala radical do Partido Republicano dos Estados Unidos; Aloysio Nunes, então candidato a vice-presidente pelo PSDB; e Reinaldo Azevedo, então jornalista da revista *Veja*.

Segundo Silverstone (2002 apud LERY, 2015, p. 10), quando a mediação é transformada em jogo podemos identificar em programas como o *The Noite* uma instabilidade de posicionamentos, discursos e engajamentos, o que pode ser inclusive fator de atração para a audiência. Nesse sentido, usaremos as entrevistas com Gregório Duvivier, Aloysio Nunes e Rachel Sheherazade para servir de exemplo a respeito do fenômeno em questão.

Na entrevista com Duvivier, quando o entrevistado afirma que não se considera “a nova cara da esquerda”, o entrevistador rebate que tem os mesmos posicionamentos que ele, mas é considerado de direita; negando, com isso, os discursos (contra minorias e contra o governo petista) que fazem parte da sua trajetória. Segundo Lery, essa negação é possível porque os discursos políticos de Gentili são feitos sob a forma de piada, e as contradições inerentes a ele são absolvidas pela própria construção humorística, o que a autora classifica como um embaralhamento cínico de engajamentos políticos.

Já na entrevista com Aloysio Nunes, são raros os momentos em que há sobreposição de engajamentos. Para Lery, a produção do programa deve ter consciência dos problemas de credibilidade que podem ser trazidos pela presença de múltiplos engajamentos, e, como nessa

edição a intenção não é desacreditar ou desestabilizar o convidado, os momentos de humor e notícia são mais explicitamente separados. Assim, a entrevista é feita em tom ameno, apresentando poucas piadas e contradições.

Por último, na entrevista com a jornalista Rachel Sheherazade, também é perceptível a intenção de preservar a imagem da convidada, que havia causado indignação ao defender os autores de um linchamento no telejornal que apresentava. Dessa forma, a estratégia do programa foi a de tentar identificá-la com o público e passar a imagem de que a âncora era uma pessoa bem humorada. Além disso, duas das três notícias comentadas por Gentili no início da edição diziam respeito à insegurança, tentando conferir alguma legitimidade ao discurso de Sheherazade.

Outro exemplo da tentativa de diminuir a gravidade e naturalizar as declarações da jornalista se deu por meio do uso da comédia de situação (ou *sitcom*), na qual é possível fazer humor sem necessariamente satirizar o entrevistado. Nesse caso, ocorreu o seguinte diálogo:

(...) o apresentador pergunta: “Mas você não é a favor de fazer justiça com as próprias mãos então. Eu não fui com a cara de alguém, eu posso prender no poste?”. Ela responde, sorrindo: “claro que não!”. Gentili olha para o lado e diz para a assistente de palco: “então solta, Juliana”. A câmera então se desloca para um canto do estúdio no qual a assistente de palco mostra, preso a um mastro, o humorista Murilo Couto seminu, gritando. (LERY, 2015, p. 94)

O humor de *The Noite* tem diversos alvos. As vítimas das piadas marcadamente conservadoras do programa vão desde as minorias sociais, como mulheres, pessoas LGBTQs, pobres e negros, até grupos políticos contrários aos posicionamentos assumidos pelo programa, como os defensores dos direitos humanos. Sob o rótulo do humor, posições políticas são blindadas e tudo se justifica como apenas uma “piada”. Isso é grave não somente pelas ofensas contidas no discurso reproduzido, mas porque são irresponsavelmente veiculadas informações sem fontes, que por mais que não se pretendam verdadeiras, corroboram para a formação de pontos de vista hegemônicos na sociedade.

1.4 Contexto e deflagração do golpe de 2016

Em consonância com o que foi exposto acima a respeito da politização das pautas presentes em programas religiosos e humorísticos, partimos do entendimento de que os meios de comunicação de massa cumpriram uma importante função em difundir pautas

conservadoras e/ou antipolítica através da utilização da figura do Partido dos Trabalhadores enquanto significante vazio, como sugerido pela interpretação de Rezende (2018).

O autor afirma, com base em Laclau (2013), que o antipetismo foi utilizado como significante vazio pela direita e, mais especificamente pelo bolsonarismo, no intuito de impulsionar o crescimento de seu campo político, o que defendemos ter sido uma estratégia articulada às narrativas produzidas por setores da grande mídia. Com isso, entende-se que a construção do ódio ao PT abarcou discursos tão amplos e distintos, que não seria possível reter um significado.

Nesse sentido, o antipetismo abrange demandas como o combate à corrupção, ao comunismo, bolivarianismo, ao “assistencialismo” representado pelos programas sociais, ao feminismo, aos ditos “privilégios” e a “ditadura gayzista”. É a partir dessa multiplicidade de pautas associadas à esquerda (ancorada principalmente na figura do PT), que se revelam e difundem, portanto, os discursos de ódio (ou incitação a eles) direcionados a diversas minorias sociais.

Tendo isso em vista, neste subcapítulo consideramos pertinente a realização de um breve resgate acerca das origens do PT, visando uma maior compreensão de como se desenvolveu a Rede Antipetista (SANTOS JUNIOR, 2016), além da apresentação do contexto de crise que culminou no golpe de 2016 e as características que fizeram da mídia um importante ator neste processo.

Antes disso, no intuito de facilitar o entendimento sobre a cronologia dos vários acontecimentos políticos que serão citados daqui para frente, apresentamos, a seguir, uma linha do tempo com alguns dos eventos mais significativos a serem discutidos ao longo desta dissertação, indo desde episódios mencionados neste primeiro capítulo até os que virão à tona apenas nos próximos.

Figura 1 - Linha do Tempo





Fonte: S. Moreira (2015)

2015

Fevereiro Eduardo Cunha (PMDB) assume a presidência da Câmara

Manifestações contra Dilma Rousseff

Dezembro Acolhimento do pedido de impeachment

2016

Vazamento da ligação de Dilma e Lula Março

Abertura do processo de impeachment Abril



Fonte: Cristiano Mariz (2016)

Maio Afastamento de Dilma Rousseff

Agosto Deposição de Dilma Rousseff



Fonte: Francisco Proner (2018)

2018

Fevereiro Intervenção Federal no Rio de Janeiro

Assassinato de Marielle Franco Março

Abril Prisão de Luís Inácio Lula da Silva

Impugnação da candidatura de Lula Agosto

Setembro Facada em Jair Bolsonaro

Eleição de Jair Bolsonaro Outubro

2019



Fonte: Marcelo Camargo (2019)

Fonte: Elaboração própria

1.4.1 Consolidação da Rede Antipetista

A seguir, passaremos pelas contribuições dadas nos capítulos II, III e IV da dissertação “Vai pra Cuba!!! A rede antipetista na eleição de 2014” (SANTOS JUNIOR, 2016), que nos proporcionarão um panorama da questão do antipetismo desde a formação do PT como partido antissistema, em 1980, até a eleição de 2014, na qual o partido foi eleito pela quarta vez consecutiva para comandar o Poder Executivo brasileiro. O autor explica, portanto, a perspectiva utilizada em seu trabalho:

Neste capítulo, seguimos a abordagem traçada por Angelo Panebianco em seu livro *Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos*. Neste sentido, Panebianco (2005) argumenta que partidos que passam longos períodos de fundação na oposição tendem a fortalecer as estruturas burocráticas de base, na medida em que não podem se fiar no suporte financeiro de partidos governistas. Interessante notar, ainda, que no processo de desenvolvimento organizativo, tais partidos tendem a adaptar-se ao ambiente externo, a fim de expandir seu território de caça. (SANTOS JUNIOR, 2016, p. 61)

O PT foi fundado com a proposta de ser opor às elites tradicionais e seus poderes oligárquicos. Ele se diferenciou dos demais partidos pela capilaridade social e capacidade de mobilizar as bases. Nesse sentido, conseguiu agregar em sua estrutura múltiplos (e nem sempre convergentes) setores da sociedade, como estudantes, intelectuais, sindicalistas urbanos, movimentos eclesiais de base e organizações marxistas.

Além disso, o partido nasceu no período da redemocratização brasileira, e as circunstâncias nas quais esse processo político ocorreu agiram de forma a limitar as possibilidades de ação política futuras. Com isso, também foram definidos naquele momento os elementos que caracterizam a política contemporânea, entre os quais estão: “resiliência de grupos conservadores na composição governista, sentimento de afastamento da população do sistema político e fortalecimento do poder centralizado do Executivo”. (SANTOS JUNIOR, 2016, p. 62).

Apesar de não se identificar com um eixo específico do esquerdismo, o partido preservava, até meados dos anos 1990, um programa socialista, defendendo políticas de redistribuição de renda, interferência do Estado na economia e o combate à desigualdade. Na medida em que foi sendo incorporado ao sistema político, o PT adquiriu características *catchall*, ampliando suas bases para muito além da fundação social

trabalhista e absorvendo diferentes segmentos a partir do diálogo com setores empresariais e até conservadores. O discurso antipetista vigente na eleição de 2014, contudo, não reconhece este fenômeno nem as medidas liberais implantadas pelo partido, resgatando “fantasmas do passado” através de uma retórica revisionista.

Em 1989 ocorreu a primeira eleição direta para presidente do Brasil, que teve como protagonistas Lula e Fernando Collor (à época filiado ao Partido da Renovação Nacional), ambos considerados “outsiders” na política. Se utilizando de uma estratégia neopopulista, discurso antipolítica e apelando para setores de baixa renda, Collor foi o primeiro presidente civil eleito nas urnas. Mas, envolvido em escândalos de corrupção e isolado politicamente, sofreu *impeachment* e foi substituído por seu vice, Itamar Franco (filiado ao PRN entre 1989 e 1992, mudou para o PMDB neste ano). Com a estabilização econômica promovida pelo Plano Real, o então ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), foi alçado à presidência da república em 1994.

Com um primeiro mandato marcado pela abertura econômica, desregulamentação dos mercados e desestatização, além do eficiente uso de ferramentas de governabilidade (como a formação de uma grande base aliada no Congresso Nacional), o presidente foi reeleito em 1998. Diante dessa conjuntura, o PT adotou a estratégia de modular seu discurso socialista, que parecia desatualizado diante dos rumos tomados pelo país e pelo mundo (lembrando que esse era o período pós-queda do muro de Berlim). Assim, com a guinada do PSDB à direita, o PT viu a chance de ocupar o espaço de centro-esquerda que havia sido esvaziado.

Na campanha de 2002, Lula permaneceu com um discurso antineoliberalismo, mas a conjuntura em que estava inserido o tornou mais suscetível às pressões dos mercados estrangeiros e limitou o desenvolvimento de alternativas. Quando eleito, promoveu reformas sociais e populares, ao mesmo tempo em que estabeleceu alianças com setores pró-establishment e de centro-direita, e promoveu a distribuição de cargos em troca de apoio político, o que caracteriza como complexo o processo de normalização do PT às estruturas governamentais. Segundo Santos Junior (2016):

Entendemos que o petismo pode ser caracterizado como uma forma de atuação política que (1) privilegia o engajamento em instâncias de mobilização democrática, (2) promove o desenvolvimento de políticas públicas de ação na sociedade civil e no governo; (3) adota estratégias pragmáticas quanto à competição eleitoral; (4) estabelece de alianças com entidade com bases sociais diferentes da sua; (5) apresenta posição ideológica aberta a atravessamentos e debate de diversos segmentos da sociedade; e (6) é predominante no sentido de estruturar o

sistema político brasileiro e impactar a formação identitária de movimentos e partidos, seja positiva ou negativamente. (p. 70).

Em seu primeiro mandato, o ex-presidente Lula assistiu a imagem ética do PT ser manchada pelo bombardeamento de denúncias referentes à corrupção. Nesse sentido, a estratégia adotada foi a de fazer concessões e assumir uma postura conciliatória, optando por medidas paliativas e evitando projetos estruturais que suscitavam tensões no legislativo, como por exemplo, a votação da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF). De todo modo, os governos de Lula foram marcados pela redistribuição de renda, combate à extrema pobreza, estabilidade econômica e pelo sucesso em administrar as pressões vindas de diferentes setores da sociedade.

Eleita a primeira presidenta mulher do Brasil, Dilma Rousseff herdou o legado de Lula, mas aplicou características próprias na administração e, inicialmente, seus índices de aprovação estavam acima de 70%. Conhecida por ser mais “linha dura” e centralizadora, Rousseff substituiu 15 dos seus 37 ministros (a maioria devido a acusações de corrupção) e foi criticada por aliados que alegavam uma recusa da presidenta em dialogar. Nos quatro anos de governo, manteve os índices de desemprego, salário mínimo e inflação controlados, mas houve desaceleração da atividade industrial, aumento de juros e do nível de endividamento das famílias.

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o caso do Mensalão, que voltou a ser diariamente pautado pela mídia nacional, gerando desgaste no governo federal. No ano seguinte, aconteceram as “Jornadas de Junho”, atos caracterizados pelo antipartidarismo, ascensão de movimentos de direita, afastamento do PT em relação aos movimentos sociais, insatisfação com a política e com a qualidade dos serviços públicos. O impacto gerado por essas mobilizações repercutiu diretamente na avaliação de desempenho da presidenta, que caiu 27 pontos.

Em 2014 também aconteceram manifestações, dessa vez convocadas inclusive pelos candidatos a presidente e vice-presidente pelo PSDB, Aécio Neves e Aloysio Nunes. Ainda assim, Dilma Rousseff foi reeleita, e o candidato derrotado pediu que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizasse uma auditoria e recontasse os votos, com base em denúncias que circulavam nas redes sociais a respeito de supostas fraudes nas urnas eletrônicas. Apesar de ter sido provado que não houve fraude, a oposição se reorganizou, buscando outros artifícios para decretar o impedimento da presidenta.

A seguir, Santos Junior nos apresenta duas possíveis vias explicativas das ações antipetistas que, apesar de não considerarem todos os elementos e articulações políticas presentes no antipetismo, podem nos oferecer pistas elucidativas de como ele funciona. A primeira perspectiva é a do discurso de ódio, definido como: “formas de expressão que espalham, incitam, promovem e justificam ódio racial, xenofobia, antissemitismo e outras formas de ódio baseadas na intolerância, incluindo nacionalismo agressivo, etnocentrismo e discriminação de minorias” (WEBER, 2009, p. 03 apud SANTOS JUNIOR, 2016, p. 82). A segunda perspectiva entende lideranças e partidos políticos como objeto da atividade fã, mobilizando a produção coletiva de conteúdo e formação de identidades, subculturas e relacionamentos com dinâmicas particulares.

[...] ambas indicam dois aspectos enriquecedores da abordagem aqui desenvolvida: (1) a ação performática hostil como dinâmica de diferenciação e ênfase de aspectos identitários políticos (MASCHERONI, 2013; VROOMAN, 2002); e (2) o modelo agonístico de construção discursiva a partir da negação e da contraposição de uma imagem projetada e, por vezes, idealizada do PT. Ou seja, o antipetismo não se afirma positivamente a partir da defesa de um conjunto de valores, mas como um discurso antagonista não uniforme, que se estabelece por meio da negação de três referências básicas: partido, esquerda e *establishment*. (SANTOS JUNIOR, 2016, p. 84)

Percebendo a formação de identidades políticas construídas pela negação do sistema partidário, o autor descreve duas formas de sentimentos antipartidários: “(1) a negação dos partidos de forma geral, que os rejeita como entidade representativa do povo; e (2) a oposição seletiva ou populista, que critica determinado grupo de siglas com certa base ideológica, geralmente socialista e de esquerda.” (p. 88). Segundo essa pesquisa, o antipetismo manifestado nas mídias sociais não é fruto da sofisticação argumentativa de antipartidários independentes, mas de uma compreensão rudimentar da política que superdimensiona o papel do PT nesse sistema.

Com o êxito das políticas sociais implantadas entre 2002 e 2010, e o conseqüente enfraquecimento das relações clientelistas, houve o declínio das redes tradicionais dos partidos de direita, principalmente na região Nordeste. Surge então a hipótese de que, a partir disso, as direitas tenham se reestruturado, se valendo de um discurso mais aprazível para as classes média/alta e para os jovens nascidos no período pós-ditatorial.

Santos Junior fundamenta esse argumento com base na ideia de que a “virada à esquerda” não se deu majoritariamente entre as massas, mas entre as elites políticas. Ele se

apoia em Seligson (2007, apud SANTOS JUNIOR, 2016, p. 97) para explicar que as pesquisas de opinião realizadas em países da América Latina não identificaram um realinhamento ideológico massivo da população, mas a persistência de pautas e posicionamentos associados à direita. Dessa forma, depois da divulgação dos escândalos de corrupção e da piora nos índices econômicos, era esperada uma reação de antagonismo diante de um governo identificado com a esquerda.

Sabendo que a sociedade brasileira foi historicamente fragmentada por meio de práticas clientelistas e corporativas, os líderes *outsiders* se utilizaram de um discurso populista, moralista e de tom conspiratório, buscando se aproximar dos cidadãos através de uma retórica sustentada e reforçada pelo senso comum de que “todos os políticos são iguais”. Assim, o pesquisador aponta para o uso de quatro estratégias da retórica *antiestablishment* aplicadas pela Rede Antipetista:

(1) novidade: pequenos movimentos marginais que são incipientes e não corrompidos pelo poder; (2) hostilidade: estilo de oposição agressivo e confrontacional; (3) vitimização: se colocam como alvo e inocentes, explorados pela classe política governante; e (4) populismo carismático: insere-se em um ponto de vista cotidiano e personalista. (SANTOS JUNIOR, 2016, p. 103)

A fim de ilustrar os argumentos presentes nos primeiros capítulos de sua dissertação, o autor em questão realizou uma coleta de dados em cinco páginas antipetistas entre os meses de agosto e outubro de 2014, elas são: Olavo de Carvalho, Canal da Direita, Revoltados Online, Bolsonaro Zuero e TV Revolta. Marcada pela multiplicidade de estilos e temas, a heterogeneidade presente nessas páginas pode indicar um esforço comum de desgastar a imagem do PT através de uma ampla gama de componentes ideológicos conservadores e direitistas.

A Rede Antipetista, apesar de heterogênea, tem como base de sustentação as ideias de Olavo de Carvalho, pioneiro na disseminação de discursos antiesquerdistas na internet. Ele se apropria de um arcabouço teórico ligado historicamente à esquerda, invertendo ideias como as do comunista italiano Antonio Gramsci. Segundo Carvalho, o comunismo, visando a destruição da moral judaico-cristã, se utiliza do conceito de hegemonia cultural para se instalar na sociedade, no intuito de forçar o desaparecimento da direita. Assim, ele defende dois objetivos principais: a adoção de um discurso conservador que elimine o que considera

uma ideologia do politicamente correto, e a denúncia do Foro de São Paulo, que descreve como aliança criminosa entre partidos de esquerda e narcotraficantes.

A teoria de ilegalidade do PT, defendida por Olavo de Carvalho, tem como base a distorção sobre o que é o Foro de São Paulo. Idealizado para ser um espaço de encontro e trocas entre movimentos sociais e partidos de esquerda latino-americanos, ele foi transformado, na visão antipetista, na mais rica e poderosa organização política do continente, ligada a narcotraficantes e sequestradores que controlam os rumos do país por meio de reuniões secretas. Essa distorção reforça a ilusão de que a corrupção nasceu com o PT e que bastaria tirar o partido do governo federal para resolver os problemas do país.

1.4.2 *A crise política e o golpe de 2016*

Para compreender o contexto de crise deflagrado em 2013, é interessante trazer à tona o resgate feito por Fonseca (2018), que identifica a formação de um “partido midiático” ainda em 2010, durante o encontro denominado 1º Fórum Democracia e Liberdade de Expressão, realizado em São Paulo e promovido pelo Instituto Millenium (IMIL)⁷. Segundo Emiliano José (2014, p. 124), o Fórum se autodefinia pela não vinculação com partidos e tinha como objetivo “promover a democracia, a liberdade individual, a propriedade privada e a economia de mercado”. O encontro contou com a presença de magnatas do oligopólio midiático e estabeleceu orientações para a cobertura das eleições presidenciais daquele ano.

De acordo com as diretrizes estabelecidas, qualquer denúncia contra o governo Lula deveria ser mantida nos portais informativos da internet, os jornais e revistas deveriam produzir manchetes impactantes, tirando de contexto dados econômicos, elevando o tom em editoriais, associando o governo petista a possíveis arbitrariedades praticadas em Cuba, Irã e Venezuela, se utilizando de imagens que ridicularizassem o presidente e sua candidata, além de trazer à tona o escândalo do Mensalão. Além disso, os ataques deveriam ser feitos de maneira coordenada com a militância paga dos partidos de direita e setores do Ministério Público alinhados com a oposição (JOSÉ, 2014, p. 130).

[...] A revista Época, na esteira da matéria da Folha de S.Paulo, em 16 de agosto de 2010, já no auge da Operação Tempestade no Cerrado, exhibe

⁷ Organização de direita composta por integrantes mais antigos que participaram das *Marchas da Família com Deus pela Liberdade* e apoiaram a golpe de 1964. Já os mais jovens construíram suas carreiras principalmente na mídia, com discursos de criminalização da esquerda.

matéria sobre a Dilma da luta armada, com apimentada chamada de primeira página: “O passado de Dilma – Documentos inéditos revelam uma história que ela não gosta de lembrar, seu papel na luta armada contra o regime”. Matéria de catorze páginas, não apresenta novidades, mas cumpre a função da caracterização da candidata como perigosa terrorista. Pretende-se, num equívoco completo, transpor o “perigo” por ela representado àquela ordem violenta e autoritária para 2010, a insinuar possa, uma mulher assim, quem sabe, impor uma “ditadura de esquerda” no país (p.132).

Apesar desse cenário, Dilma Rousseff ganha a eleição contra José Serra (PSDB) com 56,05% dos votos, majoritariamente vindos das regiões Norte e Nordeste e, otimista com sua popularidade, o governo rompe com o acordo rentista, aproximando a regulação de juros do país ao padrão mundial, no intuito de gerar investimento em atividades produtivas de geração de emprego e ampliação do mercado interno, o que culminaria no aumento da produtividade e do poder de consumo.

Assim, o capital financeiro alcançou lucros altíssimos, os capitalistas industriais e o agronegócio não mais aplicavam seus lucros na produção, mas nas taxas de juros, alcançando resultados rápidos e seguros. Iniciou-se um combate pela redução do juro e do *spread* bancário, no qual Dilma depositou toda sua confiança e fracassou (SOUZA, 2016).

Na tentativa de controlar o crescimento da inflação, em abril de 2013 houve elevação dos juros, o que fez a arrecadação diminuir e junto com ela o crescimento econômico e a oferta de empregos. Diante da crescente insatisfação popular e com todas as frações da elite econômica voltadas contra ele, o governo se viu em um momento de instabilidade. No mesmo período, eclodiram as já citadas Jornadas de Junho.

Os protestos foram originalmente articulados pelo Movimento Passe Livre (MPL), e tinham como pauta central o aumento da passagem de ônibus em diversas cidades brasileiras. Contudo, a partir do dia 20 de junho de 2013, as manifestações passaram a ser invadidas por outras pautas – principalmente a da corrupção, tomando rumos totalmente diferentes dos pretendidos inicialmente.

Fonseca (2018) aponta que no dia 10 de junho as manifestações foram referenciadas pelo *Jornal Nacional* (JN) pela primeira vez e receberam um tratamento inicial negativo, ressaltando o transtorno gerado no trânsito e o “tumulto” causado. Além disso, nos primeiros dias o termo “vandalismo” foi aplicado diversas vezes. No entanto, a partir do dia 17 de junho, outra estética foi dada ao movimento. Com destaque para a bandeira do Brasil, os protestos passaram a ser tratados como “pacíficos” e democráticos, suposta expressão da

juventude ansiosa por uma nova forma de fazer política. Adentrando a temática da corrupção, os atos saíram das esferas municipal e estadual para a nacional.

A partir da segunda fase dos protestos, que se autodenominavam apartidários, o governo de Dilma Rousseff passou a ser o principal alvo das críticas dos manifestantes, o que se explica tanto por ser a gestão vigente à época, quanto pelo fato de a principal camada da população presente nessa fase das manifestações ser a classe média⁸, setor que se distanciou dos governos petistas principalmente após a divulgação dos escândalos de corrupção ocorridos em 2005.

Apesar da tentativa de reação governamental, por meio do resgate de pautas de interesse popular, como a reforma política e pactos referentes ao transporte público, determinação da corrupção como crime hediondo, vinda de médicos estrangeiros para o país e destinação de 100% dos royalties do pré-sal para a educação, o Congresso e a mídia não demonstraram interesse em colaborar.

Um fator de impacto diante dessa conjuntura foi a atuação do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB-RJ), que até então compunha a base do governo. O deputado conseguiu articular três fortes bancadas em um mesmo bloco, conhecido como “BBB” (Bíblia, Boi e Bala). Com isso, o grupo de Cunha contava com 373 dos 513 parlamentares (ou 73% do Congresso), e criou diversos obstáculos às propostas do governo, agindo abertamente contra elas.

A situação foi agravada também pela eclosão da Operação Lava Jato⁹, sob o comando do então juiz Sérgio Moro. Apesar de ter outros partidos e grupos envolvidos, o escândalo se centrou nos governos petistas, retomando a questão da “presunção da culpa” em relação aos seus líderes, expressão usada por Lima (2006, apud PASSOS, p.93) para se referir a um acusado que é considerado culpado por determinado crime mesmo quando não há provas contra ele.

Segundo a pesquisa Ibope realizada em março de 2015, entre novembro de 2014 e o mês de realização da pesquisa, a aprovação do governo caiu de 52% para 19%, o que se

⁸ Apesar de sua heterogeneidade, Cavalcante (2015) define a classe média como uma “camada distinta de trabalhadores” que tem como particularidade a absorção da ideologia dominante (de valorização do trabalho e mobilidade social) para a produção de sua própria ideologia orgânica, baseada no mérito individual e na naturalização dos privilégios de classe.

⁹ “Nome dado ‘a todas as investigações correlacionadas com as ações criminosas de doleiros que atuavam no Paraná e acerca dos esquemas de corrupção descobertos na Petrobras’, que paralisou os grandes negócios de Estado, entre estatais e empreiteiras” (MATTOS; BESSONE; MAMIGONIAN, 2016, p.262)

refletiu em uma nova onda de manifestações contra a então presidenta. Liderados por grupos autodenominados apartidários ou suprapartidários, com destaque para o Movimento Brasil Livre (MBL), Vem pra Rua e Revoltados *Online*, uma característica dos atos realizados em 2015 foi a exacerbação nacionalista, percebida pela utilização da bandeira do Brasil e do Hino Nacional como símbolos, além da denominação “verde-amarelos” como referência aos manifestantes.

Em 2 de dezembro de 2015, o presidente da Câmara decidiu acolher o pedido de impedimento da presidenta numa manobra de retaliação ao PT, após seus representantes declararem que votariam a favor da cassação de Cunha na Comissão de Ética. Em 17 de abril de 2016, a Câmara Federal votou pela abertura do processo de *impeachment*, culminando no afastamento provisório da presidenta em 12 de maio do mesmo ano. Já em agosto, o Senado aprovou a deposição de Dilma Rousseff, com 60 votos a favor e 21 contra.

Vale destacar que, embora tenha tido uma longa duração, a votação pela abertura do processo de impedimento foi transmitida na íntegra pelos maiores canais da televisão aberta, com exceção do SBT. Por outro lado, o depoimento dado pela então presidenta durante a sessão do senado, em 29 de agosto, não foi transmitido. Já no dia 31, quando Rousseff foi afastada em definitivo, a leitura de sua carta de despedida, com cerca de 10 minutos, foi ignorada pelos canais abertos, ao passo em que a cerimônia de posse de Michel Temer, na mesma data, foi acompanhada em tempo real pela Rede Globo, Record e Band.

Para finalizar esta seção, é válido entrarmos em contato com as categorias narrativas criadas por Rodrigues (2018) para classificar os discursos proferidos durante a sessão realizada na Câmara dos Deputados a respeito da denúncia de crime de responsabilidade oferecida pelos juristas Hélio Pereira Bicudo, Janaína Conceição Paschoal e Miguel Reali Junior. A pesquisadora identificou três categorias: eleitoreira, posição política e voto simples.

O voto simples aconteceu 95 vezes e correspondia a respostas que se limitavam a dizer “sim” ou “não”. A narrativa eleitoreira contava com subcategorias referentes ao reduto de eleitores, religião e família. Assim, os políticos agiam como se estivessem em palanques, mandando recados para seus eleitores, homenageando familiares, enaltecendo sua região e propagando crenças religiosas. Já a narrativa da posição política marcava posição dentro do partido ou mesmo reafirmava posturas ideológicas, de apoio ou rechaço ao governo.

Exemplos de narrativas que demarcam posicionamentos políticos contrapostos são as falas dos então deputados Jair Bolsonaro (PSC-RJ) e Jean Wyllys (PSOL – RJ). A fala do primeiro é marcada pela homenagem a Eduardo Cunha e à memória do torturador Brillhante

Ustra, denominado como “o terror de Dilma Rousseff”, além do rechaço ao comunismo identificado por Bolsonaro na figura do PT. Já o deputado do PSOL destaca o caráter golpista do processo, afirmando estar constrangido de fazer parte de uma farsa e votando “não” em nome da população LGBT, do povo negro, dos trabalhadores da cultura, dos sem-teto e sem-terra.

1.5 Lula da Silva e Dilma Rousseff em desconstrução

Nosso próximo e último passo é expor algumas das narrativas de desconstrução (e até discriminação) das imagens públicas dos ex-presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff. Para isso será utilizada a análise de conteúdo qualitativa feita por Nunes (2018) em torno de quatro revistas (Época, IstoÉ, Veja e Carta Capital) que abordaram a imagem de Rousseff entre 2013 e 2016, além do último capítulo da tese de Passos (2017), no qual, por meio de uma análise empírica, a autora destrincha o conteúdo das narrativas sobre Lula que circularam no *Twitter* em 2016.

Antes de adentrar nesta seção, é válido retomar brevemente a discussão sobre a existência de um movimento homogêneo no sistema midiático que explica nossa escolha por não abdicar de estudos que envolvem o jornalismo impresso e as redes sociais, apesar da prioridade dada à televisão nesta pesquisa. De acordo com Muniz Sodré (2016), o espaço social que ele denomina como *bios* virtual é “Uma espécie de comunidade afetiva de caráter técnico e mercadológico, em que impulsos digitais e imagens se convertem em prática social” (p. 99).

Nesse sentido, o *médium* contemporâneo não é uma forma fechada nem pode ser definido apenas como dispositivo técnico, ainda que esse suporte seja fundamental. Na verdade, ele funciona como prótese subjetiva e cultural que visa o controle das relações sociais pelas forças transnacionais do mercado, logo, está alinhado ao conceito de biopolítica - vigente nos regimes totalitários como o nacional-socialismo alemão – com o qual trabalharemos a seguir. Por fim, Sodré define o bios midiático – do qual fazem parte todos os meios de comunicação abordados nesta dissertação – como um ecossistema tecnológico, portanto, não limitado ao escopo televisivo.

1.5.1 A construção misógina da imagem de Dilma Rousseff

Ressaltando que os enquadramentos realizados pela mídia não são apenas representações, mas apresentações da realidade, Nunes (2018) traz contribuições de Motta (2007), que afirma que o enquadramento político é usado de modo a construir a realidade política de uma forma didática para o público, podendo se configurar como sendo de tipo dramático ou narrativo. Alinhado a isso, o tema mais empregado nas capas de revistas que trouxeram a imagem de Dilma Rousseff no período estudado foi o de guerra, que consiste na ideia de lutas entre forças, combates e destruição do adversário.

Antes de nos aprofundarmos nos exemplos, é importante compreender a relação desse tópico com o conceito de biopolítica, no qual o corpo é a referência central a partir da qual as decisões políticas são tomadas. Segundo Foucault (1988), o biopoder (conjunto de técnicas que permite o exercício da biopolítica) surge a partir do século XVIII, em um momento de industrialização, urbanização e aumento demográfico, no qual se tornou imperativo assumir o controle das massas populacionais.

Ao estabelecerem novas configurações da vida social, os meios de comunicação hegemônicos e as redes artificiais nas quais estão inseridos contribuem para a implementação de uma “gestão calculista da vida”, fundamental ao desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, o impulsionamento de determinadas formações ideológicas através da propagação de discursos alinhados com visões de mundo específicas funciona como mecanismo de controle e sujeição dos diferentes grupos, em especial as minorias sociais.

Concomitante ao surgimento do biopoder, a construção da ideologia do feminino como ser inferior e diabólico ganha força, e as características físicas da mulher passam a ser associadas com o caráter moral dos indivíduos. Alimenta-se, nesse cenário, o controle, adestramento e extorsão de forças dos corpos humanos, focando especialmente em seus sexos e sexualidades, considerados “perigosos” no contexto de uma sociedade heteronormativa e, por isso, tornados alvos de disputas políticas e campanhas ideológicas moralistas (FOUCAULT, 1988 p. 136).

É à luz destes conceitos que podemos compreender a misoginia utilizada contra a imagem de Rousseff desde que era candidata, mas que teve seu momento de maior gravidade no primeiro semestre de 2015, quando, mediante o aumento nos preços dos combustíveis, foram produzidos adesivos com o rosto da então presidenta para serem colocados na entrada dos tanques dos carros, de forma que, durante o abastecimento, a bomba de gasolina parecesse penetrá-la sexualmente, numa clara apologia ao estupro. Evidentemente, a mídia

tradicional se utilizou de discursos e imagens mais sutis, mas seguindo a mesma lógica sexista que fomenta a eliminação de mulheres do jogo político.

Retomando a temática da guerra, citada anteriormente, a revista Veja produziu três capas, a Istoé exibiu nove, a Carta Capital apresentou seis, e a Época, cinco. Entre elas, vale destacar algumas manchetes: “Ela passou a faixa”, em que Rousseff aparece de costas colocando a faixa presidencial em um boneco de Lula vestido de presidiário, apelidado por manifestantes de direita como pixuleco; “Fora do baralho”, em que a foto da presidenta está rasgada; “Uma campanha montada na mentira”, em que Lula surge sussurrando no ouvido de Dilma; “Dilma vs Aécio – A eleição do vale-tudo”, com os dois candidatos apontando o dedo um para o outro e a imagem de Brasília ao fundo; “Dilma sob ataque”, na qual ela

Figura 2 - As explosões nervosas da presidente

aparece sozinha, cabisbaixa e com semblante preocupado; e, “Dilma vai à guerra”, frase que consta em duas edições da revista Época, ambas com a imagem da presidenta em preto e branco, sendo que em uma delas a presidenta está com o semblante fechado e riscos vermelhos no rosto.



Fonte: ISTOÉ (2016).

Figura 3 - Ela passou a faixa



Fonte: VEJA (2016).

O segundo tema mais recorrente nesse período foi o que tentou caracterizar a personalidade de Rousseff. Assim, se sugere que ela seja uma pessoa solitária, tenha sido abandonada pelos aliados, e possua uma mentalidade atrasada, segundo as capas da Veja. Já de acordo com o perfil montado pela Istoé, a presidenta seria “mentirosa”, segundo o título “Cadê a pátria educadora? Como a prática do governo Dilma Rousseff desmente seu discurso e prejudica milhões de estudantes brasileiros”, com a foto remetendo a uma expressão confusa; “criminososa”, de acordo com a manchete “Os 7 crimes de Dilma”, e “instável”, como aparece no título “As explosões nervosas da presidente”, acompanhado de uma imagem em que a presidenta estava gritando. Esta última capa é emblemática por aludir a um suposto descontrole emocional, como se costuma fazer com mulheres em posições de poder - apesar

de constar em diferentes artigos que a imagem original teria sido feita durante um jogo da seleção brasileira de futebol¹⁰.

A revista *Época* seguiu a mesma linha, apresentando capas e manchetes que remetiam à solidão e enfraquecimento da presidenta, como na edição especial de *impeachment*, intitulada “A solidão de Dilma”, na qual ela aparece sozinha no palácio do planalto, em pé, com as mãos cruzadas atrás do corpo, olhando para a janela como quem pensa no futuro. Vale salientar ainda a capa em que a presidenta figura sentada, com as pernas cruzadas, aparentando preocupação e olhando para o relógio, além da manchete na qual consta a frase “A presidente sem poder”.

Por último, uma temática que também se fez presente, inclusive perpassando as demais, foi a do machismo, como se pôde ver nos exemplos citados acima. Nesses casos, o que houve não foi o uso de termos explicitamente pejorativos em relação à figura feminina, mas a todo momento surgiram questionamentos a respeito da capacidade da presidenta, seu suposto isolamento, sobre a presumida dependência que ela teria em relação ao seu antecessor e até mesmo sobre sua sanidade mental.

A tentativa de deslegitimar a ex-presidenta Dilma Rousseff sempre passou pelo gênero. Além de ter a orientação sexual posta em dúvida desde que foi cogitada como candidata à presidência, ela também foi questionada em sua relação com o sexo. Em 20 de agosto de 2015, um editor da revista *Época*, João Luiz Vieira, publicou no site do veículo um texto denominado “Dilma e o sexo”, posteriormente tirado do ar devido à repercussão negativa.

No texto, o jornalista atribuía os problemas governamentais à ausência de erotismo na figura da presidenta. Ele conjecturava sobre a solidão que ela devia sentir pela falta de alguém que a acompanhasse em noites insones, indicando que até mesmo seu modo de vestir (blazer, sapatos baixos e joias discretas) seria uma tentativa de nublar a própria sexualidade, associando-lhe à imagem de uma mulher assexuada.

Com isso, fica perceptível como a misoginia reproduzida pela mídia estabeleceu relações contraditórias com a imagem de Dilma Rousseff. Afinal, ao mesmo tempo em que ela era vista negativamente como dura, fria e rígida (características associadas ao comportamento masculino), muitas vezes o que foi ressaltado na construção de seu perfil

¹⁰ Apesar de a informação ter sido constatada por mais de uma pesquisa, não foi possível confirmar sua veracidade. Não há declarações oficiais a respeito e cada estudo apresenta uma data diferente para se referir ao jogo em questão.

(principalmente durante o período final em que esteve na presidência) foi uma suposta fragilidade e desequilíbrio emocional, associados principalmente a comportamentos ditos femininos. Assim, tanto as características supostamente femininas quanto as supostamente masculinas destacadas na postura da ex-presidenta foram retratadas de modo pejorativo.

Buscamos entender essa dinâmica contraditória a partir da perspectiva de Ochy Curiel (2009), que entende a heterossexualidade não simplesmente como prática, escolha ou orientação sexual, mas como um regime político excludente imposto à nação através das relações sociais nela existentes. Dentro da lógica heterossexual, os corpos femininos são vistos como objetos que devem servir seus maridos, filhos e ao coletivo como um todo. É dessa imposição secular que surgem os questionamentos sobre a sexualidade de Dilma Rousseff e as especulações misóginas do jornalista citado acima, o qual não é capaz de enxergar as mulheres como sujeitos políticos, mas apenas como subordinadas aos interesses do poder masculino.

Em relação a isso, a filósofa francesa Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo* (1970), afirma que a mulher tem sido definida a partir do olhar masculino e em relação a ele, logo, seríamos o Outro do homem, que, sendo durante séculos o único considerado legítimo a dar sua opinião, exercer cidadania, participar da política e dos espaços públicos, foi responsável pela produção de uma série de discursos até hoje tidos como oficiais – sejam científicos, literários, jurídicos, etc – e usados como instrumentos políticos, visando desumanizar o gênero feminino, cercear sua autonomia e nos confinar como objetos ao exigir que exerçamos funções determinadas.

1.5.2 *O mito político e as narrativas de desconstrução de Lula*

A respeito das narrativas acionadas na desconstrução da imagem pública política de Lula, duas se fizeram mais presentes na análise dos tuítes publicados durante o período estudado por Passos (2017): o relato mais usado foi o que buscava associar a representação de Lula aos escândalos de corrupção, enquanto a segunda estratégia discursiva mais observada foi a que tratava o *impeachment* de Dilma Rousseff como uma derrota política de Lula. Tais relatos foram publicados predominantemente por veículos (Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Veja e Época) e *blogs* jornalísticos (O Antagonista e *Blog do Pim*), além de formadores de opinião, como Danilo Gentili e Lobão.

A associação da imagem de Lula à de um político corrupto foi observada a partir de cinco diferentes circunstâncias: “a) a possibilidade de prisão de Lula; b) a gravação e divulgação da conversa telefônica entre Lula e Dilma; c) a nomeação de Lula para o cargo de ministro da Casa Civil; d) a Operação Lava Jato; e) as manifestações sociais a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff” (PASSOS, 2017, p. 241). A partir disso, a autora traz exemplos de publicações feitas por veículos jornalísticos, *blogs* jornalísticos e usuários comuns; destacaremos algumas dessas postagens e narrativas a seguir.

Na tentativa de ligar a imagem do ex-presidente à corrupção, algumas palavras se destacaram, entre elas: “ladrão”, “prisão”, “preso”, “roubo”. Além disso, em duas circunstâncias procurou-se ressignificar a narrativa do “golpe” por meio da narrativa mítica da conspiração: após a gravação ilegal e divulgação de uma conversa telefônica entre o ex-presidente Lula e a então presidenta Dilma Rousseff, e também após a nomeação de Luiz Inácio Lula da Silva para ministro da Casa Civil, como pode ser percebido através dos *tweets* publicados pela revista Veja e pelo jornalista Felipe Moura Brasil, responsável pelo *Blog* do Pim.

Figura 4 - Grampos revelam golpe de Lula e Dilma



Fonte: VEJA (2016)

Figura 5 - Copacabana grita na rua “Renúncia!”



Fonte: Brasil, Felipe M. (2016)

Figura 6 - Petistas desesperados gritam “Golpistas!”



Fonte: BRASIL, Felipe M. (2016).

Usuário comum. “Golpe é querer colocar o Lula como ministro para que ele saia da investigação da Lava Jato e tenha foro privilegiado no STF!!! #ImpeachmentDay”. 17 abr. 2016. Tweet.

A segunda estratégia de desconstrução predominante nos *tweets* analisados foi a do “*impeachment* de Lula”, na qual a associação feita entre a imagem dele e de Dilma Rousseff, anteriormente usada como estratégia eleitoral pelo PT, foi apropriada de modo a afirmar que Lula teria tanta responsabilidade pela crise que assolava o país quanto sua sucessora.

Nesse contexto, os termos mais mencionados pelos usuários que se utilizaram dessa narrativa, foram: “enterrado”, “destruição”, “acabou”, “derrota”, “humilhante” e “despedida”, além das *hashtags* #*impeachmentday* (que chegou a liderar os *trending topics* mundiais em 17 de abril de 2016, dia da votação na Câmara dos Deputados) e #*tchauquerida*, em referência irônica à forma como o ex-presidente havia se despedido de Dilma no telefonema divulgado em março de 2016.

Figura 7 - “Eu vou para casa” diz Lula



Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO (2016).

Como pode ser visto no *tweet* acima, a autora aponta que, após o afastamento de Dilma Rousseff, a Folha de S. Paulo fez uso de três estratégias de desconstrução da imagem pública de Luiz Inácio. Segundo ela, ao usar o termo “abatido”, o jornal atua de forma a depreciar o estado em que o ex-presidente se encontrava após a abertura do processo de *impeachment*. Ao selecionar a frase “eu vou para casa”, o veículo explicita que, juntamente com Dilma Rousseff, Lula estava se afastando do Planalto.

E, por último, com o uso da palavra “Planalto”, reitera-se a existência de um espaço de poder do qual os petistas estavam sendo afastados. Além disso, junto ao conteúdo textual, a Folha se utiliza de uma imagem de Lula com semblante triste, na área externa do Planalto, sendo abraçado por manifestantes. Vale salientar que estratégias imagético-visuais foram recorrentemente utilizadas pelos veículos jornalísticos visando dar credibilidade aos seus *tweets*.

Outra temática que surge nas publicações de formadores de opinião e usuários comuns após a deflagração do *impeachment* é a da “morte” da carreira política de Lula, como podemos ver a partir dos *tweets* abaixo. Passos (2017) aponta, no entanto, que a narrativa da suposta “morte” política do ex-presidente surge justamente após a divulgação, em 11 de abril

de 2016, de uma pesquisa de intenção de voto para a eleição presidencial de 2018, na qual Lula aparece como candidato mais citado. Logo, a autora conclui que essa estratégia discursiva visa contradizer ou até silenciar o resultado da pesquisa realizada pelo DataFolha.

Figura 8 - Lula está morto politicamente



Fonte: LOBÃO (2016).

Figura 9 - Lula sofre a derrota mais humilhante de sua carreira



Fonte: AZEVEDO, Reinaldo (2016).

“Como constatado pela pesquisa, a narrativa do salvador também foi acionada pelos usuários do *Twitter* no período avaliado.” (Ibid., p. 294), contudo, enquanto os apoiadores do ex-presidente fazem referência a ele enquanto “guerreiro do povo brasileiro”, seus detratores costumam apontar para o fim do “herói Lula”. Tendo isso em vista, a pesquisadora constata que, em detrimento das narrativas de conspiração e do salvador, as da idade do ouro e da unidade não tiveram expressividade no cenário analisado.

2 DESDEMOCRATIZAÇÃO, ASCENSÃO CONSERVADORA E CONJUNTURA INTERNACIONAL

Neste capítulo, nosso propósito é fornecer os instrumentos teóricos necessários para a compreensão dos discursos dos programas de TV que serão analisados ao final desta pesquisa. Assim, buscaremos destrinchar quais as raízes e explicações possíveis para as narrativas empregadas no âmbito do entretenimento televisivo brasileiro durante o período estudado, afinal, os meios de comunicação possuem agendas que refletem pressupostos ideológicos e se alinham com visões de mundo específicas.

Desse modo, iniciaremos nosso percurso dialogando, principalmente, com Marilena Chauí (2000), Muniz Sodré (2016) e Tales Ab’Sáber (2015) no intuito de refletir sobre o modo como o ódio tem sido um afeto espetacularizado nas sociedades contemporâneas, e como, no caso específico do Brasil, existe uma ideologia “verdeamarela” que serve de embasamento e é apropriada pelos agentes que promovem essa espetacularização.

Em seguida, discutiremos, com base em Sabrina Fernandes (2019), os conceitos de pós-política e ultrapolítica, buscando entender suas relações com a atual conjuntura de despolitização e promoção de pânicos morais. Nesse sentido, traremos também contribuições de Luís Felipe Miguel (2019) e Rosana Pinheiro-Machado (2019), que são fundamentais para compreender como essa lógica tem se aplicado no contexto brasileiro. Para finalizar nosso segundo subcapítulo, passaremos ainda pela discussão sobre “ideologia de gênero”, uma distorção sobre os estudos de gênero que têm recebido destaque entre os setores conservadores.

Depois disso, no terceiro subcapítulo, entraremos em diálogo com Jessé Souza (2019), que nos explica sobre o paradigma culturalista enraizado na constituição da identidade nacional brasileira e, conseqüentemente, na ideologia “viralatista” que orienta de maneira problemática a percepção do brasileiro sobre si mesmo. Relacionado a isso, atestaremos como o ódio de classe e o racismo estão impregnados em nossa formação social de forma que podemos nos referir, ainda hoje, à existência de uma necropolítica entre nós (MBEMBE, 2016).

Já no quarto subcapítulo, trataremos mais diretamente do atual processo de desdemocratização, a partir, principalmente, das interpretações fornecidas por Miguel (2019) e Avritzer (2019). Com isso, constataremos que o Brasil oscila entre momentos de empolgação e rejeição da democracia, além de examinar as causas, efeitos e os atores

determinantes para a concretização da ruptura democrática que vivenciamos, pelo menos, desde o golpe de 2016, culminando na eleição do neofascista Jair Bolsonaro, em 2018.

Por último, nos propomos a realizar uma breve contextualização do cenário internacional, entendendo que há um movimento global de ascensão do conservadorismo relacionado com a fase atual do capitalismo neoliberal. Para isso, será estabelecido um diálogo com o intelectual Manuel Castells (2018), que apresenta um panorama da crise mundial da democracia liberal, oferecendo exemplos de conjunturas nacionais específicas nas quais lideranças de extrema-direita foram beneficiadas pela rejeição popular ao modelo político de representação que havia se consolidado nos dois últimos séculos.

2.1 O verdeamarelismo e a espetacularização do ódio

No momento inicial deste capítulo, vale a pena refletir sobre o poder alcançado pelas imagens na contemporaneidade e de que forma elas são capazes de encaminhar politicamente as nossas emoções, como proposto por Muniz Sodré (2016), em sua obra “As estratégias sensíveis”. Afinal, segundo o autor, é possível definir nossa época como estética, não por sua relação com as artes, mas por seu campo estratégico ser o da *aisthesis*, isto é, do sentir.

De acordo com Sodré, ao admitirmos que “o meio é a mensagem”, concordamos que a forma tecnológica tem sentido em si mesma, portanto, não se limita mais a transportar conteúdos de uma matriz de significações (ideologia), passando a ser equivalente à própria matriz. Com a separação entre forma e matéria, as pessoas – liberadas de seu peso e gravidade – se convertem em imagens, e a cultura “passa a definir-se mais por signos de envolvimento sensorial do que pelo apelo ao racionalismo da representação tradicional”. (SODRÉ, 2016, p. 19).

Assim como Rosset descarta qualquer hipótese de uma grande causa por detrás da alegria – seja um “eu” sensível e poderoso, seja uma objetiva presença permanente – e aponta para uma espécie de “força maior”, que seria a aprovação incondicional da vida, Rorty não aceita a razão, nem qualquer outra ordem necessária, como fundamento do humano. Ele troca as inferências explicativas, feitas a partir de uma essencialidade racionalista, pelo sentimento, entendido como suscetibilidade comum a um grupo social. E o sentimento, desde a explicação de Hobbes sobre a origem da comunidade e da política, derivaria de uma emoção primeira, dominadora, que pode ser chamada de “medo”. (SODRÉ, 2016, p. 24)

Citando Aristóteles, Sodré (p. 28) afirma que as paixões humanas – das quais o medo faz parte – são sentimentos que alteram as pessoas e afetam suas consciências. De acordo com Ezequiel (2015), o medo pode ser definido como um sentimento de suscetibilidade ao perigo e uma sensação de insegurança, nos estimulando a assumir posturas defensivas. Já para Marilena Chauí (2006), quando combinado a outras paixões, o medo constitui um sistema que estabelece os modos de sentir e pensar daqueles que a ele estão submetidos.

Tão ancestral quanto o medo e muitas vezes articulado a ele, está a Ira. Definida por seu caráter impulsional, ela ajuda a determinar a maneira de sentir dos indivíduos e as reações aos estímulos externos, buscando anular o objeto de sua excitação. Uma estratégia comum para atacar a imagem de adversários políticos - usada à exaustão pela mídia hegemônica, movimentos e lideranças antipetistas durante o período estudado - é marcada justamente pela utilização de discursos de medo que servem de mola propulsora para incentivar manifestações de ódio.

Com base em Mira y López (1996), Ezequiel expõe as formas de camuflagem da Ira e como elas se aplicam dentro do discurso do então colunista da *Veja*, Rodrigo Constantino, em um texto publicado no dia 22 de outubro de 2014. Segundo o autor, a Ira pode se camuflar de “impulso reivindicativo, crítica, ironia, humorismo, soberba” (EZEQUIEL, 2015, p. 108), sendo que o mais comum destes disfarces se dá por meio da atitude justiceira, na qual o indivíduo tomado pelo impulso “agressivo-destruidor” se vale da suposta má conduta alheia para justificar agressões em nome da “justiça”.

Tal fenômeno foi recorrente nas manifestações pró-*impeachment* de Dilma Rousseff, nas quais manifestantes chegaram a morder e queimar bandeiras do PT (TATAGIBA; TRINDADE; TEXEIRA; 2015, p. 201), além de levar caixões de papelão para simbolizar seu enterro (O GLOBO, 2015), alegando que o partido implantou a luta de classes no país, existência de uma ameaça comunista ou mesmo de uma ditadura “gayzista” bolivariana e, principalmente, a indignação contra a corrupção.

A Ira também pode se camuflar de crítica, em que há a realização de um julgamento por parte de quem critica. Um exemplo concreto são as acusações contra programas sociais ditos assistencialistas, como o Bolsa Família e as cotas. Por meio da ironia, a Ira se apresenta de maneira descrita como covarde, através do ocultamento da ofensa direta, como no caso do texto de Constantino, no qual ele se utiliza de uma frase recorrentemente usada pelo ex-presidente Lula (“Nunca antes na história deste país”) ao acusar o PT de dividir o país ao meio, tal qual os “Camaradas” da Venezuela.

Por último, Ezequiel cita a camuflagem do humorismo, que não deve ser confundido com bom humor, pois sua intenção é ridicularizar o sujeito odiado. Exemplos disso foram a publicação de vídeos debochando de falas da ex-presidenta Dilma Rousseff e a produção de bonecos infláveis de Lula vestido de presidiário, os quais foram denominados de “Pixuleco” em referência à 17ª fase da Operação Lava Jato, conforme já destacamos no capítulo anterior.

No texto de Constantino e nas narrativas da mídia hegemônica em geral, é possível identificar também diversas sequências discursivas nas quais há estímulo ao medo, seja do comunismo, do autoritarismo, da censura, do desemprego, da crise econômica, da manipulação, perda da liberdade e outros. Ao conseguir convencer e angariar apoio da rede na qual está envolvido, esse tipo de comentário dispensa provas e fundamentos por meio das reações agressivas de seus apoiadores, forçando o afastamento do *outro* que defende uma ideologia diferente e criando, portanto, a impressão de que há uma maioria reunida em defesa da “verdade”. Além disso, no âmbito virtual, com a possibilidade de ocultar sua identidade, os indivíduos se sentem livres para elevar seus níveis de agressividade.

Tendo em vista que uma das funções assumidas pela mídia é a de influenciar a coletividade: quanto mais ela busca persuadir e controlar as massas por meio do medo coletivo, mais tende a aumentar a sensação de insegurança, favorecendo comportamentos hostis e o uso da retórica do bode expiatório. Desse modo, como aconteceu em relação ao PT, se torna possível atribuir a um “Outro” a culpa pelos problemas identificados e, conseqüentemente, a imagem de encarnação do Mal.

Segundo Sodré (2016, p. 77), “o prenúncio da hegemonia da emoção sobre a razão na esfera pública da sociedade burguesa” foi a propaganda nazista, que se utilizava de uma enorme variedade de recursos simbólicos (tais como bandeiras, uniformes, saudações, emblemas e cânticos) tanto em suas manifestações como através dos veículos de comunicação. Ele afirma ainda que, na atualidade, esses recursos foram aperfeiçoados pela publicidade e pelo marketing, ao passo que o caráter das massas já não se expressa na reunião física, mas na participação em programas de meios de comunicação.

Com a concentração de mecanismos retóricos e emocionalistas na mídia, Sodré a identifica como uma espécie de sismógrafo que, além de registrar os pontos rítmicos do cotidiano social, suas inquietações, desejos e sobressaltos, também passou a produzir o próprio abalo “sísmico”, ou seja, mais do que ser um instrumento de registro, a mídia é produtora de uma realidade caracterizada pela espetacularização e intimamente ligada à estética.

Retomando as concepções de Debord (2003), Sodré explica que na sociedade de mercado global, regida por uma espécie de “administração total”, há o advento da exploração psíquica dos sujeitos pelo capital (ou exploração do valor-afeto) e, ao mesmo tempo, ocupação absoluta da vida social pelo consumo. Assim, o espetáculo passa a ser concebido como a unificação de uma enorme variedade de fenômenos, o que se configura “como uma verdadeira relação social, constituída pela objetivação da vida interior dos indivíduos (desejo, imaginação, afeto) graças a imagens orquestradas por organizações industriais, entre as quais se impõe contemporaneamente a mídia. (SODRÉ, 2016, pp. 80-81)

Ligadas à crítica da sociedade do espetáculo e desenvolvidas a partir da combinação entre a dialética do esclarecimento e a crítica da indústria cultural, Coan (2017) nos apresenta algumas das reflexões de Adorno e Horkheimer para o desenvolvimento de uma teoria do preconceito. Segundo o autor, o sujeito que vive em realidades espetacularizadas não vivencia suas próprias experiências, mas sim os estereótipos produzidos por terceiros, por isso, o fator mais importante à pesquisa dos estudiosos alemães era justamente “a compleição psíquica do odioso conforme um pensamento por estereótipos” (COAN, 2017, p.121).

O centro da dialética do esclarecimento é que nela há primazia do objeto. A razão esclarecida contenta-se com o domínio sobre o objeto. O poder que ela confere ao sujeito consiste na faculdade de definir o objeto e manter-se a prudente distância dele, sem envolvimento, sem o movimento da reflexão que envolve sujeito e objeto num processo solidário. O sujeito desatado do compromisso racional com a reflexão só pode ver no objeto a coisa estranha, o outro absoluto, simultaneamente ameaça e presa, o que sinaliza o limite da razão esclarecida. Há uma raiva feroz pela diferença. (Ib., p. 122)

O autor identifica nos agentes do ódio uma dinâmica emocional na qual impera o comportamento projetivo, em que há intenção de tornar o espaço circundante igual a si. Desse modo, ao entrar em contato com a diferença, seja étnica, racial, nacional, política, sexual, econômica, entre outras, o sujeito incita conteúdos internos reprimidos e, muitas vezes, inconscientes. Diante de sua condição ameaçadora, esses conteúdos são projetados nas vítimas do preconceito, que passam a ser vistas como inferiores. Não refletindo mais sobre o objeto, o sujeito deixa de refletir sobre si e se torna incapaz de se diferenciar, adentrando um estado paranoico. Quando a paranoia é coletiva, surge a postura fascista/odiosa.

Vivendo em função de estereótipos, o sujeito deixa de produzir sua própria representação da realidade e passa a se orientar por imagens espetaculares, geralmente ancoradas no senso comum e produzidas por profissionais do entretenimento e da

propaganda, formadores da opinião pública. Tendo em vista que o senso comum é construído por meio de práticas de socialização que nos acompanham desde a infância e costumam estar enraizadas em tradições nacionais ou locais, eles podem ser perigosos por ocultar problemas concretos enquanto despertam preconceitos culturais através da mobilização de valores tradicionais (como o nacionalismo exacerbado, fanatismo religioso e crença na inferioridade feminina) e temores (como de comunistas e imigrantes).

Visto que a espetacularização acelera o ritmo das imagens expostas, não sobra tempo para a reflexão sobre os discursos reproduzidos, os quais acabam sendo retirados de seu contexto e isolados de intenções e consequências. Esse modelo de aceleração do tempo vai de encontro com a temporalidade política das democracias, que têm a construção de suas memórias obstruída pela ausência de experiências de passado e futuro. Nesse sentido, a partir da circulação ininterrupta de informações sob a forma da novidade, o esquecimento do passado propicia o esvaziamento do conhecimento histórico.

Com isso, é aberto espaço para o aparecimento de manifestações antipolíticas através de líderes manipuladores, entre os quais se incluem apresentadores de televisão, deputados, pastores e outros. Foi seguindo essa lógica, de acordo com Coan (2017), que se construíram associações generalizadas entre os governos do PT e a corrupção, de tal forma que a designação “petista” se tornou equivalente a “corrupto”, “ladrão” e até “comunista” - numa rememoração do que era o entendimento de inimigo público da ditadura militar.

Estendendo essas associações a todo o campo progressista e agredindo (verbal ou fisicamente) políticos, artistas, jornalistas e até transeuntes vestidos de vermelho, os grupos de extrema-direita evidenciam que o autoritarismo não é um fenômeno restrito a regimes plenamente ditatoriais, mas está intimamente ligado à indústria cultural, é intrínseco ao modo de produção capitalista e faz parte da formação social brasileira.

Nesse sentido, vale a pena trazer à tona o conceito de “verdeamarelismo” trabalhado por Marilena Chauí (2000). De acordo com a autora, essa concepção surgiu pouco depois do aparecimento da ideia de nação, em 1830, segundo a periodização proposta por Eric Hobsbawm. Por meio da propagação de uma imagem celebrativa do país que até então era tido como “essencialmente agrário”, se pretendia “legitimar o que restara do sistema colonial e a hegemonia dos proprietários de terra durante o Império e início da República (1889)” (Ibid., p. 32).

Tendo em vista que o verdeamarelismo era a ideologia dos representantes do sistema colonial, do Império e da República Velha, era presumível que, diante do processo de

industrialização e urbanização, ela desaparecesse ao perder a base material que a sustentava. Contudo, o setor agrário-exportador jamais deixou de ter força política e social, e o verdeamarelismo chegou a ser lançado como movimento cultural e político durante a primeira fase do Modernismo (1922 – 1930) no país, tendo como expoente o romancista Plínio Salgado, líder da Ação Integralista Brasileira, organização ultranacionalista de extrema-direita.

Mesmo com a tentativa de propor novas ideologias e desmontar o imaginário verde-amarelo, através do nacionalismo desenvolvimentista desenvolvido pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), durante o governo Kubitschek, e com a ação cultural das esquerdas durante o governo de João Goulart, no qual se enfatizava o nacional-popular por meio dos Centros Populares de Cultura (CPCs), ou mesmo nos anos 1970 e 1980, com as músicas de protesto, o Tropicalismo e a nova MPB, o verdeamarelismo permaneceu, indo de auto-imagem celebrativa das elites até “compensação imaginária para a condição periférica e subordinada do país” (CHAUÍ, 2000, p. 36)

Durante o Estado Novo (1937-1945), de inspiração fascista, a promoção da imagem verde-amarela foi intensa, levando à obrigatoriedade do culto à bandeira e aos hinos nacionais nas escolas, além do investimento estatal na compra de jornais e rádios, nos quais passou a ser veiculada a “Hora do Brasil” com a proposta de divulgar discursos e atos oficiais do governo, exaltar o patriotismo, os feitos do passado e as belezas naturais do país, visando a integração da coletividade nacional. Nesse sentido, eram destacadas a unidade nacional, religiosa e de língua, atribuídas à ação civilizatória dos portugueses, além da suposta tolerância racial, identificada pela interpretação paternalista oferecida pela obra de Gilberto Freyre.

Segundo Chauí, entre os anos 1950 e 1960, essa ideologia passou a significar, simultaneamente, nacionalismo espontâneo e alienação, contudo, foi revitalizada pelo movimento “Tradição, família e propriedade”, que preparou a queda de Jango e a consequente tomada do poder pela ditadura militar (1964-1985). Uma razão ainda mais forte para a manutenção do verdeamarelismo pode ser identificada na ideologia do Brasil Potência 2000, capitaneada pelo general Golbery de Couto e Silva.

Entre as tarefas ideológicas propostas pela ditadura estavam a integração nacional, a segurança nacional (contra o inimigo interno e externo, geralmente identificado com o comunismo e a luta de classes) e o desenvolvimento nacional, inspirado nas nações capitalistas ocidentais cristãs. A propagação dessas ideias foi realizada com a disciplina

escolar de educação moral e cívica, programas de televisão e rádio, como a já citada “Hora do Brasil” (transformada em 1971 em “A Voz do Brasil”), o programa “Amaral Netto, o repórter”, da TV Globo, e o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que visava assegurar mão-de-obra qualificada e, ao mesmo tempo, destruir o Método Paulo Freire de alfabetização.

A autora compreende, então, que “na perspectiva verde-amarela, o sujeito da ação é triplo: Deus e a Natureza são os dois primeiros, e o agente do desenvolvimento, da grandeza ou da modernização é o Estado” (Ibid., p. 42). Sabendo disso, podemos afirmar que, apesar de nunca ter sido erradicada, essa ideologia volta a dar demonstrações de força com as manifestações contra os governos petistas, com o predomínio das cores verde e amarela nos protestos, pessoas enroladas em bandeiras do Brasil, cartazes com dizeres como “Nossa bandeira é verde e amarela. Nunca será vermelha!” e “Chega de doutrinação marxista. Basta de Paulo Freire” (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA; 2015, p. 210).

Segundo o psicanalista Tales Ab’Sáber (2015), com o realinhamento do grande capital contra o governo e a deflagração da Operação Lava Jato, em abril de 2014, que revelou – logo após a reeleição de Dilma Rousseff - um esquema de propinas em contratos entre empreiteiras e a Petrobras, “o homem conservador médio, antipetista por tradição e anticomunista por natureza arcaica brasileira” (2015, p. 1.400), pôde deixar de expressar privadamente seu ressentimento contra o sucesso do governo lulo-petista e se reorganizar, com apoio da espetacularização midiática e do uso estratégico da Internet, constituindo-se como força política real.

De acordo com o autor, o anticomunismo, apesar de esvaziado em todo o mundo, tem uma importante vigência imaginária que incide nas ações das classes privilegiadas brasileiras contemporâneas, orientando o discurso político a um extremo de negatividade em relação a quaisquer compromissos ou realizações democráticas e populares do governo, o que Ab’Sáber associa ao fracasso do elo entre política e pensamento.

Tendo em vista que os compromissos efetuados pelos ex-presidentes petistas, mesmo ao assumir um caráter popular, visavam a inserção das massas no mercado de trabalho e uma cidadania voltada para o consumo – e, portanto, alinhadas com o capitalismo - o autor defende que o governo petista só poderia ser vencido - como foi - mediante a projeção do “velho desejo autoritário brasileiro”, o qual se opõe a qualquer realização que afaste a posse do Estado de seus históricos e autodenominados proprietários.

Assim, o autor cita um artigo publicado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), na revista Interesse Nacional, em 2011. Ao escrever sobre o papel da oposição, FHC defendeu a importância de um discurso focado no que denominou como “novas classes possuidoras” e acentuação do discurso moralista direcionado à elite. Ele afirmou que a maioria destes grupos - incluindo a “nova classe média” (ou “classe C”) - apesar de não envolvida com a política partidária, está conectada às redes sociais. Alegou também que a corrupção continuava a ser objeto de repúdio de boa parte da população, não apenas da classe média. E constatou: “Seres humanos não atuam por motivos meramente racionais. Sem a teatralização que leva à emoção, a crítica moralista ou outra qualquer cai no vazio”.

Com essa leitura do cenário político nacional, o ex-presidente apontou para a brecha que possibilitaria a “*tea partização*” da política brasileira, movimento que Ab’Sáber (2015, l. 464 – 467) caracteriza como de submissão máxima ao mercado e afirma ter animado o delírio conservador do anticomunismo brasileiro. Nesse sentido, o autor relembra a ausência de responsabilidade com que setores da mídia atacaram, ao longo das gestões petistas, o suposto comunismo do governo, se utilizando para isso da reprodução de ideias sensacionalistas, além de uma linguagem agressiva e cínica.

Outro acontecimento trazido à tona pelo autor foi a convocação da Comissão Nacional da Verdade, ao final de 2010, pela ex-presidenta Dilma Rousseff, que foi também presa política e torturada durante a ditadura. Apesar de só ter acontecido após a condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e não ter caráter jurisdicional ou punitivo, a Comissão incitou a ira dos velhos torturadores, seus amigos, familiares e saudosos dos Anos de chumbo, os quais puderam se pronunciar contra a iniciativa sem sofrer nenhum tipo de restrição.

Por fim, Ab’Sáber nos oferece um prognóstico - com base na observação das manifestações de direita ocorridas até a publicação de sua obra, em 2015 - apontando para a reunião de “elegantes socialites peessedebistas”, empresários, defensores de ditadura e homens que clamam por intervenção militar, sonhando com o voto em Jair Bolsonaro, numa “ritualização do ódio e da ideologia”. Para ele, esse ódio representa a regressão da política, que passa a se resumir a “argumentos de força e redução da diferença”, reduzindo também a linguagem e simplificando a vida social por meio do desprezo ao destino da vida popular. (2015, l. 502 – 516).

2.2 Despolitização, ultrapolítica e pânico moral

Considerando que vivenciamos - com o avanço do antipetismo escancarado em 2013 - um período de interregno, caracterizado pela emergência de uma crise de autoridade e de representação, Fernandes (2019, l. 5277) sustenta que dois fenômenos políticos distintos, mas complementares, ganharam espaço: a renovação pós-política e a ofensa ultrapolítica. Tais fenômenos são frutos do processo de despolitização, a partir do qual as forças políticas de direita encontram as condições necessárias para canalizar a indignação popular gerada pela falta de representação contra as pautas da esquerda. (2019, l. 5341).

Segundo a autora, a pós-política é pautada pelo senso comum e pela ideia de razoabilidade, defende uma abordagem gerencial para lidar com assuntos políticos, sociais e econômicos, além de se opor à perspectiva do antagonismo, rejeitando-o por considerar que está associado ao “radicalismo” e “extremismo”. Por outro lado, quando se trata dos discursos em defesa do status quo e da manutenção de estruturas de opressão, esse tipo de despolitização nega que estejam fundamentados em radicalismos ou extremismos. Assim, denúncias a expressões discriminatórias contra minorias sociais são tidas como radicais e acusadas de “ditadura do politicamente correto”, como veremos em nosso capítulo final. (FERNANDES, 2019, l. 5145-5152).

Outra característica da pós-política que Fernandes aponta como despolitizante é o moralismo. Segundo ela, no contexto brasileiro, especificamente durante as Jornadas de Junho, o maior êxito da direita foi justamente “a sublimação de uma crise classista politizada de representação (das tarifas à rejeição da política tradicional) em uma questão moralista e antiesquerda contra a corrupção” (2019, l. 5469). Com isso, o problema é tido como individual e, ao mesmo tempo em que se gera um pânico moral em torno da retórica antipetista, as relações capitalistas que estão na base das causas sistêmicas da corrupção são mascaradas.

A ultrapolítica, por sua vez, se baseia na militarização do conflito, afinal, suas relações sociais e políticas são pautadas pela construção de um “Inimigo”. Nesse cenário, as fontes de conflitos são despolitizadas, e a tendência é que aqueles que já são favorecidos pelo status quo sejam empoderados “devido ao seu moralismo conservador e à vitimização de uma classe ou grupo de pessoas que não querem comprometer seu status dominante” (FERNANDES, 2019, p. 6100).

Utilizando a lógica do “nós” contra “eles”, a ultrapolítica se vale de narrativas ufanistas e anticomunistas, usadas também nos discursos pós-políticos, ainda que com significados distintos. Na pós-política, o ufanismo impedirá o debate de alternativas e o comunismo será rejeitado por propor a ruptura radical com o sistema vigente. Já na ultrapolítica, a oposição será tida como traidora da pátria, enquanto o comunismo, sob o signo da despolitização, será associado a quaisquer posições à esquerda do espectro político e tido como inimigo interno a ser combatido. No caso brasileiro, esse fenômeno permitiu a associação entre anticomunismo e antipetismo, além da vinculação da esquerda à corrupção.

Fernandes (2019, l. 2100) destaca, entretanto, que algumas das expressões de antipetismo se fortaleceram justamente por serem construídas com base em lastros reais, entre os quais se incluem a inabilidade do partido em abordar o problema da corrupção, abordando-o a partir de uma perspectiva moralista, e as contradições do petismo em torno da conciliação de classes, o que, para uma parcela de seu eleitorado, culminou em um sentimento de traição. Contudo, segundo nossa autora, com a despolitização do conflito e o estímulo a um pensamento maniqueísta:

(...) todos os afetos de desamparo e rebeldia provenientes da disputa material são sublimados em afetos manipulados e mais facilmente geridos pelas autoridades durante uma guerra: ódio e medo. Na gestão do ódio e do medo, não há espaço para outros afetos. O ódio e o medo precisam ser puros e direcionados. Essa pureza impede uma verdadeira confrontação, e os conflitos materiais são substituídos por conflitos construídos politicamente pelos mobilizadores e instigadores ultrapolíticos. (FERNANDES, 2019, l. 6117-6122)

Em consonância com Fernandes, devemos ressaltar que o ódio em questão não é uma novidade no Brasil, mas vem sendo propagado pela grande mídia há mais de uma década (2019, l. 6203). O que há de diferente no cenário atual é a centralidade conferida a esse afeto nas mobilizações da direita e a percepção de que ele passou a ser “autorizado”, fazendo com que os sujeitos que o disseminam se sintam legitimados em seus posicionamentos e atitudes, o que abrange desde as distorções sobre a política de esquerda até o enfrentamento aberto a questões como a existência de uma suposta “ideologia de gênero”. Um reflexo disso é o recrudescimento de discursos públicos racistas, sexistas e homofóbicos entre agentes centrais da política brasileira (MIGUEL, 2019, p. 11).

Nesse sentido, Rosana Pinheiro-Machado (2019) aponta para a influência de uma nova geração de pensadores de extrema-direita - conhecida também como *alt-right* (direita alternativa) – no que denomina como “virada conservadora global”. Tais autores, apesar de

inseridos em diferentes vertentes, têm em comum a crença de que uma elite cosmopolita e liberal (ou globalista) está atacando a civilização ocidental, europeia, branca e patriarcal. Baseada na política da inimizade, essa civilização encarnaria o “nós”, enquanto o “eles” seria todo o resto a ser segregado.

É importante salientar que, apesar de caracterizada pela negação do debate e por apresentar soluções fáceis para problemas complexos, a direita contemporânea não é necessariamente anti-intelectual ou anticiência (PINHEIRO-MACHADO, 2019). Na verdade, ela se opõe ao que considera ser o establishment liberal e progressista, formado por intelectuais que ajudaram a formar um “certo consenso liberal-democrático”, e se propõe a disputar com ele novos regimes de verdade em torno da humanidade e do planeta.

Se contrapondo a uma suposta elite intelectual generalizada como comunista, os neoconservadores se reivindicam defensores dos interesses do povo para atacar “o legado da ciência e o cerne dos princípios da modernidade, os quais, apesar de seus problemas, conseguiram criar certo senso de direitos humanos universais” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, ll. 987-990), e chegam, inclusive, a perseguir a produção de conhecimento crítico e a memória de justiça histórica, como veremos a seguir, ao tratar da questão do gênero.

2.2.1 *A Cruzada moralista contra a “ideologia de gênero”*

Segundo a leitura neoconservadora, “um passo fundamental para a derrubada do capitalismo e da ‘civilização ocidental’ a ele associada é a dissolução da moral sexual convencional e da estrutura familiar tradicional” (MIGUEL, 2019, p. 106). Daí surge a concepção de “ideologia de gênero”, uma deturpação acerca dos debates sobre sexualidade e feminismo, associados, na verdade, aos “estudos de gênero”. Portanto, antes de adentrarmos propriamente no debate sobre o pânico moral promovido contra grupos sexualmente marginalizados, buscaremos facilitar a compreensão acerca da categoria gênero, tendo como referência a historiadora Joan Scott (1995).

Segundo a autora, o termo “gênero” surgiu como categoria analítica apenas ao final do século XX, sendo utilizado pelas feministas contemporâneas como referência “à organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 72), além de ser uma forma de evidenciar o fracasso das teorias sociais existentes em explicar a persistência das desigualdades entre homens e mulheres (SCOTT, 1995, p. 85).

Na gramática, o gênero é compreendido como uma forma de classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que torna possíveis distinções ou agrupamentos separados. Na sua utilização mais recente, o termo "gênero" parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". O termo "gênero" enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. (SCOTT, 1995, p. 72)

Como ressaltado por Scott, os estudos feministas propõem uma revisão crítica dos pressupostos e métodos da pesquisa científica existente. Para tanto, ela se apoia em Natalie Davis (1975), que aponta para a necessidade de destrinchar a variedade de papéis e simbolismos sexuais encarnados pelas sociedades ao longo da história, de modo a compreender seu funcionamento na manutenção ou transformação da ordem social existente. Nesse sentido, conclui-se que a compreensão de ambos os sexos passa pela realização de um estudo que não os separe completamente (SCOTT, 1995, p. 72).

Assim, o uso do termo “gênero” se justifica também pelo fato de que “qualquer informação sobre mulheres é necessariamente informação sobre os homens” (Ibid., p. 75), enfatizando que as experiências de ambos os sexos estão relacionadas entre si. Usada para designar as relações sociais entre os sexos, essa categoria rejeita determinismos biológicos, como os que buscam explicar as variadas formas de subordinação feminina pelo fato de que mulheres são capazes de dar à luz e homens costumam ter força muscular superior.

Além disso, o sistema de relações enfatizado pelo uso de “gênero” pode incluir o sexo, mas não é determinado por ele e nem determina diretamente a sexualidade. Na verdade, ele faz referência “às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres”, indicando as construções sociais a partir das quais são idealizados os papéis a serem exercidos pelos diferentes sexos. Ou seja, gênero é, segundo esta definição, uma “categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 75).

Os/as historiadores/as feministas têm empregado uma variedade de abordagens na análise do gênero, mas essas podem ser resumidas a três posições teóricas. A primeira, uma tentativa inteiramente feminista, empenha-se em explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no interior de uma tradição marxista e busca um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo americanas de relação do objeto se

inspira nessas (object-relation theories) diferentes escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito. (p. 77).

Já a explicação de Scott é sintetizada em duas proposições: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (1995, p. 86). Segundo ela, a percepção de que a guerra, a diplomacia e a alta política não são explicitamente ligadas às relações de gênero parte de uma visão funcionalista, baseada na ideia de que existem esferas separadas no processo de formação da história.

Para a autora, a partir do momento em que historiadores passam a investigar os modos pelos quais o gênero legitima e engendra as relações sociais, eles começam a compreender sua natureza recíproca, além das formas e contextos específicos através dos quais a política e o gênero constroem um ao outro. Scott afirma ainda, que, embora não seja o único, o gênero é um campo primário a partir do qual é possibilitada “a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas” (1995, p. 88).

Um exemplo surpreendente é fornecido pela argumentação de Louis de Bonald, em 1816, sobre as razões pelas quais a legislação da Revolução francesa sobre o divórcio tinha que ser rejeitada: "Do mesmo modo que a democracia política permite ao povo, parte fraca da sociedade política, se voltar contra o poder estabelecido, também o divórcio, verdadeira democracia doméstica, permite à esposa, parte fraca, rebelar-se contra a autoridade marital... A fim de manter o Estado fora das mãos do povo, é necessário manter a família fora das mãos das esposas e dos filhos." Bonald começa com uma analogia para estabelecer, em seguida, uma correspondência direta entre o divórcio e a democracia.

Essa forma de pensamento está presente ainda hoje entre os adeptos de ideologias políticas conservadoras, cujo objetivo é não apenas conservar as hierarquias sociais, mas também promover retrocessos nas práticas que consideram prejudiciais à manutenção da ordem patriarcal capitalista. Nesse sentido, Scott pontua a existência de uma conexão entre os regimes autoritários e o controle das mulheres, afinal, nas mais variadas circunstâncias históricas, os governantes buscaram legitimar sua dominação através da masculinidade, interditando a participação feminina na vida política, impondo códigos comportamentais para as mulheres, determinando seus trajes e criando leis para impedir sua autonomia, como no caso da proibição do aborto (1995, p. 91).

Scott defende, portanto, que a alta política é um conceito generificado, afinal, “as estruturas hierárquicas dependem de compreensões generalizadas das assim chamadas

relações naturais entre homem e mulher” (1995, p. 91), e, até então, funcionaram de modo a privilegiar a autoridade masculina às custas da exclusão das mulheres. Assim, tendo em vista que o gênero estabelece o significado da oposição homem/mulher, e que, uma das formas de conceber, legitimar e criticar o poder político passa por ele, a manutenção desse poder nos moldes atuais pressupõe a fixidez da concepção de gênero, que deve ser entendida como “parte da ordem natural ou divina” (p. 92).

Compreendendo que a história do processo social das relações de gênero deve ser escrita com base no reconhecimento de que “homem” e mulher” são, simultaneamente, categorias vazias e transbordantes, ou seja, não possuem significados definitivos e mesmo quando parecem fixas contêm sentidos alternativos e contextualmente definidos, Scott nos orienta a “constantemente perguntar não apenas o que está em jogo em proclamações ou debates que invocam o gênero para explicar ou justificar suas posições, mas também como compreensões implícitas de gênero estão sendo invocadas ou reinscritas” (1995, p. 93).

Diante disso, se faz relevante a discussão sobre o atual cenário político brasileiro, no qual, como apontado por Miguel (2019), houve o reforço da subordinação feminina e a negação da esfera pública às mulheres, o que evidencia o comprometimento dos governos pós-golpe com o aumento da desigualdade de gênero. Nesse processo, observamos a volta do “primeiro-damismo”, em que a mulher adquire o *status* “decorativo”, se comportando como auxiliar do marido.

Vale lembrar que, em um primeiro momento, o ministério de Michel Temer foi composto por um total de homens brancos, enquanto no governo de Jair Bolsonaro uma das únicas figuras femininas, a ministra dos Direitos Humanos da Família e da Mulher, Damares Alves, é responsável pela disseminação de discursos de exaltação à família e aos valores tradicionais. Além disso, a ministra também é pastora da Igreja Batista da Lagoinha e trabalhou durante 20 anos como assessora parlamentar, tendo sido funcionária dos parlamentares conservadores Arolde de Oliveira (PSD) e Magno Malta (PL).

Segundo Miguel, o fortalecimento desse tipo de discurso não é causado exclusivamente pelo reacionarismo associado aos donos do poder, mas se explica pelo fato de ele estar “vinculado à política de retração do investimento social e de destruição do nosso incipiente sistema de bem-estar social”, através da qual as tarefas de cuidado que deixam de ser oferecidas pelo Estado aos mais vulneráveis, recaem sobre as mulheres. (2019, p. 185).

Já Pinheiro-Machado (2019, l. 1153), parte da perspectiva de que as crises econômicas são cruciais no desenvolvimento das emoções, subjetividades e frustrações dos

sujeitos, logo, no contexto brasileiro, “é impossível separar a crise econômica da crise do macho”. Segundo ela, isso acontece porque a desestabilização da economia afeta “o papel estruturante da identidade de muitos homens: o de provedor.”. Assim, é gerado neles o medo de perder poder na hierarquia patriarcal, especialmente em conjunturas de avanço do feminismo e das minorias sociais, durante as quais são mobilizados os sentidos de privilégio perdido e de vitimização (2019, p.1168).

É justamente nesse contexto de ascensão feminista e da chegada de mulheres ao poder no Brasil e na América Latina de forma geral, que a ideia de “ideologia de gênero” ganha visibilidade. Segundo pesquisadores do tema, como Junqueira (2017, p. 26), o sintagma “teoria/ideologia de gênero” surgiu entre as décadas de 1990 e 2000 por meio dos desígnios do Conselho Pontifício para a Família e de conferências episcopais da Igreja Católica, tendo recebido destaque nos textos do então cardeal Joseph Aloisius Ratzinger.

Segundo Miskolci e Campana (2017), os textos de Ratzinger, escritos no fim da década de 1990, visavam atacar as ideias feministas que vinham se desenvolvendo há décadas, mas eram também uma reação à Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, promovida pelas Nações Unidas, em 1995. Nela, houve a substituição do termo “mulher” pelo conceito de gênero, devido ao entendimento de que a desigualdade feminina é um problema estrutural que deve ser analisado de uma perspectiva integral.

A partir de então, a contraofensiva católica (e posteriormente de todo o conservadorismo religioso) seria o combate a essa “perspectiva de gênero”. Para isso, começou a atacar, afirmando que na verdade não era mais do que uma ferramenta ideológica de dominação e, assim, a desarticular, desconfigurar e reprovar as ideias e mensagens feministas. Esses setores começaram a definir a “ideologia de gênero” como “um sistema de pensamento fechado” a defender que as diferenças entre o homem e a mulher não correspondem a uma natureza fixa, senão que são construções culturais e convencionais, feitas segundo os papéis e estereótipos que cada sociedade designa aos sexos. (Ibid., 727).

Na América Latina, a concepção de “ideologia de gênero” aparece oficialmente na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (Celam), em 2007, onde foi formulado o “Documento de Aparecida”, que determina uma agenda comum contra a dita ideologia. Miskolci e Campana ressaltam, com isso, a relevância dessa batalha no contexto latino-americano, no qual assistimos, durante os últimos anos, alguns avanços em matéria de direitos sexuais e reprodutivos, como, no Brasil, o reconhecimento de casais do mesmo sexo

e a tentativa de inclusão da educação sexual nas escolas, ainda que de forma precária e sob muitas controvérsias.

Contudo, vale salientar que, apesar de iniciada pela Igreja Católica, essa “cruzada” contra a “ideologia de gênero” tem reunido diferentes grupos, entre os quais se incluem organizações evangélicas e instituições não governamentais que se autodenominam como “pró-vida” e se apresentam como representantes da sociedade civil, apesar de serem caracterizadas por um perfil religioso conservador (MISKOLCI E CAMPANA, 2017, p. 729).

Em relação a isso, questiona-se até que ponto podemos assumir o caráter dessas agrupações civis como secular, tendo em vista que compartilham demandas e estratégias essenciais com o pensamento das hierarquias religiosas. Nesse sentido, nossos autores trazem a noção de “secularismo estratégico”, proposta com Morán Faúndes (2011), ou seja, “a ideia de que a adoção de uma posição secular responde a uma estratégia dos grupos religiosos para obter uma maior incidência no debate político vinculado com o rechaço à agenda dos direitos sexuais e reprodutivos” (FAÚNDES, 2011, p. 105 apud MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 729).

Assim, ao invés de caracterizar esses grupos como uma espécie de movimento social e, por conseguinte, supostamente alocados na sociedade civil, compreendemos aqueles que combatem o que denominam de “ideologia de gênero” (e termos aparentados como a noção de uma escola supostamente partidarizada) como empreendedores morais que agem dentro de um campo discursivo de ação. Tais empreendedores morais são religiosos, dentro da Igreja Católica, de vertentes religiosas neopentecostais, seguidores laicos dessas religiões, pessoas que se engajam na luta por razões simplesmente éticas, morais e/ou políticas as mais diversas e não são necessariamente da sociedade civil, mas podem atuar dentro de instituições e até mesmo do governo. (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 730)

Em conjunto, estas entidades promovem ações políticas, jurídicas e midiáticas no intuito de instaurar discussões públicas sobre os “perigos” representados pela “ideologia de gênero”. No Brasil, um exemplo disso foi a criação do Programa Escola sem Partido, em 2004, que, não tendo motivação exclusivamente religiosa, se apresenta como reação ao que seus defensores consideram uma “doutrinação política e ideológica na sala de aula” e “usurpação do direito dos pais sobre a educação moral e religiosa de seus filhos” (Ibid., p. 729-730). Exemplos de cunho midiático poderão ser vistos em nossa análise de programas

televisivos, especialmente em um episódio do *Fala que eu te escuto*, voltado para o debate do tema.

Em países como o Brasil, com forte presença do neopentecostalismo, há, portanto, uma tendência de aproximação entre católicos e neopentecostais visando a defesa da moral e dos bons costumes. Afinal, enquanto a Igreja Católica tem reagido aos movimentos feministas e LGBT por considerar que incentivam um individualismo “que se chocaria com a concepção comunitária de sexualidade religiosa pautada em uma hierarquia entre homens e mulheres, assim como na centralidade da reprodução”, a vertente neopentecostal é orientada pela “teologia do domínio”, ou seja, a crença de que os cristãos devem se afirmar em posições de poder, preparando o mundo para o retorno de Deus (MISKOLCI, 2017, p. 733-734).

Os autores apontam, durante os governos petistas, alguns conflitos entre iniciativas progressistas e posicionamentos religiosos no que diz respeito à promoção da diversidade sexual e o combate à homofobia. Mas, com base em Machado (2017), eles alegam que a fagulha para a moralização do debate sobre cidadania no Congresso Nacional foi o lançamento do III Plano Nacional dos Direitos Humanos, em 2009. Nesse sentido, explica-se que “no caso dos pentecostais, o Legislativo é um espaço a um só tempo de resistência aos movimentos das minorias sexuais e da ampliação dos espaços políticos do grupo, que se percebe como minoria ou como cidadãos de ‘segunda classe’ frente aos católicos” (MACHADO, 2017, p. 357 apud MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 738).

Já a noção de “ideologia de gênero” começa a ganhar força no país a partir de 2011, ano em que se reconhece a união entre pessoas do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo Miskolci e Campana, apenas seis dias após a decisão do Supremo, a Frente Parlamentar Evangélica voltou-se energicamente contra o material didático do programa “Escola sem homofobia”, posteriormente apelidado pelos conservadores e conhecido nacionalmente como “kit gay”.

Como veremos, as críticas e distorções sobre o material – que sob forte oposição, acabou tendo sua distribuição vetada pela presidenta Dilma Rousseff – foram intensamente usadas nos discursos do então deputado e depois candidato à presidência, Jair Bolsonaro, que reivindica a autoria do apelido. A concepção de “ideologia de gênero”, por sua vez, foi popularizada durante a luta pela aprovação do Plano Nacional de Educação, em 2014. Já no ano seguinte, a Presidência da Câmara foi conquistada por Eduardo Cunha (MDB-RJ),

representante da bancada evangélica, o que impulsionou sua participação na definição dos planos educacionais em debate nas câmaras estaduais e municipais.

Tendo realizado um mapeamento dos debates sobre questões de gênero e sexualidade na América Latina, Miskolci e Campana apontam para três elementos presentes nos diferentes contextos nacionais em que tais discussões ganharam visibilidade. Segundo a pesquisa realizada, “todas ocorreram a partir da virada do milênio”, “emergiram em países que passaram a ter governos de esquerda” e “deflagraram-se em torno das reformas educacionais e legais” (2017, p. 734).

Angela M. Carneiro e Jussara Prá alertam que “a presença de mulheres na chefia de uma nação nem sempre significa que suas demandas são levadas em conta” (Carneiro & Prá, 2014: 9), mas consideramos que no campo discursivo de ação em foco a efetividade conta menos do que o temor de certos empreendedores morais em relação a possíveis mudanças nas relações de poder envolvendo, entre outros/as, homens e mulheres ou heterossexuais e homossexuais. Em outras palavras, consideramos que a gramática política que envolve a noção “ideologia de gênero” opera na lógica dos fenômenos que a sociologia denomina de pânico morais, reconhecíveis quando emerge a retórica da sociedade sob ameaça. Segundo Stanley Cohen: [algo] passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa: as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorrem-se a formas de enfrentamento ou procura-se desenvolvê-las (COHEN, 1972, p. 9 apud MISKOLCI; CAMPANA, 2017, pp. 739-740).

Assim, devemos pontuar que, desde sua primeira candidatura, a ex-presidenta Dilma Rousseff foi recorrentemente questionada sobre seus posicionamentos a respeito de direitos sexuais e reprodutivos. Nesse sentido, apesar de ter se aproximado de forças religiosas e se distanciado dos movimentos sociais em geral, as expectativas de atores políticos e religiosos em torno da ameaça que uma mulher (vinculada à esquerda) em espaço de poder poderia representar à agenda conservadora foram cruciais para incitar pânico morais na sociedade.

2.3 Viralatismo, ódio de classe e necropolítica na produção do inimigo interno

De acordo com Jessé Souza (2019, p. 16), o que entendemos atualmente como a identidade nacional brasileira é uma concepção formulada por Gilberto Freyre com base em sua interpretação do paradigma culturalista em que se defende que o comportamento das pessoas seria definido pelo estoque cultural que elas herdaram. Segundo Souza, essa explicação

teve como berço os Estados Unidos, então convertido em modelo de riqueza e desenvolvimento, e foi difundida em todo o mundo após a Segunda Guerra Mundial, tornando-se um “senso comum internacional”.

Souza sustenta que essa formulação – que se pretende científica - é racista (ainda que não se restrinja a um sentido fenotípico) por segregar a humanidade entre indivíduos de primeira e segunda classe, legitimando pré-reflexivamente a suposta superioridade “natural” de uns em detrimento da inferioridade inata a outros (2019, p. 18). Bebendo dessa fonte, Sérgio Buarque de Holanda cria a noção de “homem cordial” - propagada há décadas pela grande mídia nacional – a partir da qual se conclui que os brasileiros são seres emotivos, personalistas e essencialmente corruptos, o que, segundo Souza, fundamentou todos os golpes de Estado e até mesmo a operação Lava Jato, por meio da ideia de que somos intelectual e moralmente inferiores a outros países.

Assim, de acordo com a lógica culturalista ocidental, nossa inferioridade residiria na percepção de que somos “corpo” animalizado, enquanto idealizamos os norte-americanos e europeus como “espírito” divino. Nessa perspectiva, tendemos a acreditar na falácia de que nos Estados Unidos e na Europa, diferente do Brasil, os privilégios não implicariam decisivamente nas relações pessoais e nem abririam o caminho para o sucesso individual, o que explicaria a superioridade de sua democracia e presumida honestidade.

Com isso, passamos a nos apoiar em uma ideologia “viralatista” que aponta para uma “herança maldita luso-brasileira” (SOUZA, 2019, p. 82) como origem de todos os nossos problemas, ao invés de olhar para o processo de modernização excludente e desigual que deu origem ao que Souza denomina “ralé brasileira”, fruto da escravidão e do abandono dos escravos que, recém-libertos, tiveram como destino a formação de favelas ou a submissão a trabalhos degradantes em lavouras de subsistência.

Intrinsecamente relacionado a isso, existe hoje a visão estereotipada do negro como “inimigo da ordem” - no sentido de “ordem” como segurança e respeito à propriedade -, o que, segundo Jessé Souza, é uma substituição do que antes era o medo dos escravistas em relação à “rebelião negra”. Sendo assim, o autor indica que a continuidade com a lógica escravista é o que permite a perseguição e estigmatização dos atuais excluídos, de maioria negra e mestiça, como sendo perigosos e inferiores (Ib., p. 91).

Vem daí, portanto, o uso sistemático da polícia como forma de intimidação, repressão e humilhação dos setores mais pobres da população. Matar preto e pobre não é crime já desde essa época. As atuais políticas públicas

informais de matar pobres e pretos indiscriminadamente praticadas por todas as polícias do Brasil, por conta do aval implícito ou explícito das classes médias e altas, têm aqui seu começo. (SOUZA, 2019, p. 86).

Sabendo da permanência da violência em nossa formação social, um ponto importante para compreender muitos dos discursos com que teremos contato durante nossa análise é o que Flauzina (2019, p. 66) denomina de “compatibilização entre democracia e genocídio”. Afinal, segundo a autora, assim como para Souza, um ponto inegociável da agenda das elites nacionais é o fato de que a ordem constitucional brasileira deve encontrar seu limite no respeito ao controle da decretação da morte de pessoas negras.

Assim, de acordo com Custódio (2019, p. 126) “a normalidade da violência do Estado, é, na verdade, a normalidade de um processo amplo de genocídio, de aniquilação de um povo, em vistas de reproduzir seu estatuto de subalternidade”. Nessa perspectiva, o autor pontua que, segundo o entendimento do intelectual Abdias do Nascimento, o genocídio é um sistema amplo que afeta “material, física e culturalmente a existência humana”.

Outro elemento é sobre o processo de depreciação das vidas, ou internalização de uma lógica da razão negra, de uma vida subalterna sem sentido, facilmente solúvel e descartável. É a introjeção das leis (nomos) consagradas pelo colonialismo, da guerra e da raça, como condições de depressão moral e ética, mas também como formas de determinação do que se torna inevitável. (CUSTÓDIO, 2019, p. 128)

Na esteira das contribuições de Flauzina e Custódio sobre a naturalização do genocídio, Mbembe afirma que “qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão”, que, segundo ele, pode ser considerada uma das primeiras instâncias onde se manifestou a biopolítica, isto é, a prática do biopoder. O biopoder, por sua vez, é definido por Foucault (1988) como o direito soberano que determina quem deve viver ou morrer.

Mbembe explica, então, que o controle biopolítico pressupõe a divisão da humanidade em categorias e subcategorias, o que caracteriza o “racismo”, cuja função é “regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado” (2016, p. 128). Segundo ele, as colônias são “o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos”, ou seja, uma zona de exceção em que a violência é legitimada.

No Brasil, esse arranjo colonial parece nunca ter se rompido de forma definitiva para as populações de favelas e periferias, submetidas à militarização do cotidiano. Isso fica explícito em nossa história recente desde a Constituição de 1988, na qual os militares foram definidos como guardiões dos Poderes Constitucionais, da lei e da ordem. Já nos anos 2000, Fernando Henrique Cardoso assina o decreto 3897, de 2001, no qual se define que as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) concedem provisoriamente poder de polícia aos militares, e, em 2010, o ex-presidente Lula sanciona a Lei Complementar 136, que atribui poder de polícia às Forças Armadas.

Exemplos ainda mais específicos são a criação das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), a partir de 2008, e a intervenção federal no Rio de Janeiro durante o ano de 2018. Nesse contexto, constata-se, em consonância com Mbembe, a existência de um regime colonial tardo-moderno que exerce domínio total sobre os sujeitos do território ocupado (MBEMBE, 2016, p. 137), privando-lhes de liberdade. Assim, é possível falar de uma “necropolítica”, na qual, através da implantação de armas de fogo, a vida é subjugada ao poder da morte.

Como há “uma conciliação do trato constitucional com a plataforma da segurança pública” (FLAUZINA, 2019, p. 70), os episódios sistemáticos de terror genocida são interpretados como equívocos acidentais e não como padrão a ser desmontado. Com isso, há um processo de distorção dos fatos que associa as mazelas da população negra a uma suposta “inaptidão civilizatória” contraposta à “benevolência” das elites que lhes fazem concessões.

Assim, os direitos arduamente conquistados pela mobilização do movimento negro, são rotulados como “penduricalhos do politicamente correto” (Ib., p. 69) e, por isso mesmo, se situam em condições de instabilidade. Dessa forma, as experiências recentes e ainda insuficientes de promoção da cidadania para segmentos marginalizados da população se veem diretamente ameaçadas pelo retorno do padrão de produção continuada de desigualdade que marcou a história do país desde sua colonização.

Tendo isso em vista, é preciso compreender que o genocídio promovido institucionalmente no Brasil não foi inventado pelos novos atores dominantes da cena política, mas se fez presente, sob diferentes facetas, ao longo de toda a nossa história. Para Flauzina (2019, p. 73), o que muda no cenário atual é a resposta dada às demandas sociais reprimidas ao se explicitar que o “derramamento de sangue negro” está entre as prioridades do projeto de poder em voga, não carecendo de qualquer justificativa. Com isso, há um

alinhamento da retórica institucional com as ansiedades sociais conservadoras, que reagem às conquistas dos movimentos sociais ao fomentar o ataque à vida.

Neste momento, portanto, Pinheiro-Machado (2019) identifica no país um crescente sentimento fascista que se volta contra a figura do “vagabundo”, eleito como inimigo interno. Segundo a autora, essa figura é definida a partir de relações de poder organizadas a partir das categorias de raça, classe e ideologia, afinal, suas origens são identificadas na imagem do “marginal” do período colonial.

Além disso, com base na política da inimizade, o vagabundo é sempre o “outro”. Vagabundos são “eles” que recebem privilégios e “mamatas”, são preguiçosos, corruptos e menos humanos, enquanto o “nós” é formado por cidadãos de bem, que trabalham, prezam pela família e possuem uma moral cristã (Ibid., l. 1746). Portanto, quando se fala de sujeitos socialmente autorizados a morrer, podemos identificá-los justamente na figura do “marginal”, construída extensamente pela mídia hegemônica.

Outro ponto a ser destacado é que, com a vigência do neoliberalismo, as estruturas desiguais e excludentes das quais boa parte da população é herdeira são ainda mais invisibilizadas, e, em seu lugar, é propagada uma leitura moral que associa às escolhas de cada indivíduo a responsabilidade integral pela situação em que se encontra. A vida é vista, portanto, como um empreendimento individual e a pobreza é tida como consequência de pessoas moralmente questionáveis, incapazes de obter sucesso e integrar a coletividade (CUSTÓDIO, 2019, p. 127).

O Estado brasileiro, portanto, quando opera com sua força policial armada e violenta nas periferias, opera dentro da lógica da moralização da pobreza: o processo de violência e controle sobre aqueles corpos, aqueles sujeitos, responde a uma premissa de que aqueles seres falharam, e, portanto, devem ser contidos, controlados e alguns eliminados. A pobreza carrega e expressa em si os males do sistema, ao invés de ser entendida como o efeito dos males da desigualdade criada pelo sistema. (p. 129)

Aqui, vale retomar o diálogo com Jessé Souza (2019) para compreender o funcionamento e as consequências da dominação entre classes. Afinal, segundo ele, sem essa compreensão, “temos a legitimação perfeita para o engodo da meritocracia individual do indivíduo competitivo.” (p. 94). Nesse sentido, o autor ressalta que não devemos reduzir as classes à sua dimensão econômica, mas percebê-las também como fenômeno sociocultural.

Desse modo, Souza expõe a existência de um conjunto de capitais que pré-determinam o sucesso dos sujeitos. Entre eles, o mais visível e significativo é o próprio

capital econômico, contudo, outro capital que o autor cita como fundamental à reprodução capitalista é o cultural, que se define pela absorção de conhecimento ou prestígio pelos indivíduos.

Por último, dependendo dos dois últimos capitais citados para existir, há também o capital social, que se refere às relações pessoais e é interpretado pelos intelectuais culturalistas citados no início deste subcapítulo como sendo o “jeitinho brasileiro”, suposta singularidade brasileira e marca de nosso “atraso pré-moderno” (Ibid., pp. 100-101). Para Souza, esse tipo de generalização é possibilitada pelo trabalho de dominação que esconde a raiz das desigualdades advindas do acesso discrepante aos capitais referidos, cuja existência não é percebida. Tendo isso em vista, o autor conclui que:

É a ausência de processos de aprendizado coletivo e de sua institucionalização social e política que explica nossa abissal desigualdade e indiferença ao sofrimento. Não tem nada a ver com corrupção vira-lata herdada dos portugueses e estoques culturais imutáveis. São, afinal, processos de aprendizado coletivo que garantem uma economia emocional/moral e cognitiva, em alguma medida, efetivamente compartilhada e, portanto, um patamar comum para todos os indivíduos de todas as classes sociais. (p. 167)

Na ausência desses processos, permanece do escravismo a ideia de que existem “sub humanos” a quem se pode massacrar sem que se gere qualquer comoção por grande parte da opinião pública. Na verdade, a existência de “subvidas” é naturalizada e sua eliminação chega até a ser comemorada como “higiene social”, geralmente, com a pretensa justificativa de que essa “subgente” estaria envolvida com o crime e, afinal, como se tornou popular dizer: “bandido bom é bandido morto”.

Vale lembrar que esse foi o caso da vereadora carioca, negra e periférica Marielle Franco, do PSOL, executada em 14 de março de 2018, durante a intervenção militar ocorrida no Rio de Janeiro. Logo após o anúncio de sua execução, surgiram uma série de textos e fotografias falsas nas redes sociais na tentativa de relacioná-la a criminosos, o que chegou a ser compartilhado por figuras públicas como o deputado Alberto Fraga (DEM-DF) e a desembargadora Marília Neves, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Esse tipo de justificção, muitas vezes não ancorada na realidade, está intrinsecamente relacionada ao ódio e ressentimento ao escravo negro que se eternizou nas classes populares (SOUZA, 2019, p. 266), uma característica implícita ao pensamento reacionário brasileiro e, em nosso contexto específico, ao bolsonarismo. Nesse sentido,

Pinheiro-Machado aponta que o mérito de Bolsonaro foi ter conseguido estimular “a ira latente contra os ‘vadios’”, entre os quais se encontram ativistas, nordestinos, beneficiários do Bolsa Família e minorias sociais de modo geral (2019, l. 1793-1796).

Constata-se, então, que, nos últimos anos, a intensa mobilização da direita teve a capacidade de romper com a hegemonia de uma disputa política baseada nos discursos de promoção de direitos e cidadania, que havia caracterizado o cenário brasileiro desde a Constituição de 1988 (MIGUEL, 2019, p. 107). Com isso, se fortaleceu o discurso de que os direitos humanos defendem “bandidos”, o que, segundo Miguel, está relacionado com a campanha pela redução da maioridade penal.

De acordo com o autor, contribuem para essa transformação o fato de as igrejas cristãs terem se associado cada vez mais à teologia da prosperidade, como vimos anteriormente, mas também o enfraquecimento da atividade sindical, acompanhada da disseminação do discurso do “empreendedorismo” entre os trabalhadores, ocasionando o desmanche da solidariedade de classe e a propagação de uma visão de mundo individualista (Ibid., pp. 108-109).

Entre as classes médias, a adesão aos discursos conservadores teve como impulso não apenas a ação da direita em conjunto com a mídia, a aversão à corrupção e a frustração associada à decadência moral do PT, mas o incômodo com a ascensão social dos mais pobres, ainda que ínfima. Nessa perspectiva, o autor constata um vínculo entre a percepção da corrupção petista e o preconceito de classe:

De 2006 em diante, após cada eleição presidencial os analistas se debruçavam sobre os mapas de votação para constatar que a vantagem eleitoral do PT provinha das regiões mais pobres do país, em particular do Nordeste. Seria sintoma de que esse eleitorado era desinformado ou, pior, carente de ética, disposto a votar em “ladrões” desde que eles lhe oferecessem ganhos, como os programas de garantia de renda. (MIGUEL, 2019, pp. 111-112)

Outra questão que foi apropriada e exacerbada pela extrema-direita foi a indignação pela impunidade, ocasionando um maior apoio e solidariedade ao trabalho policial por parte das camadas menos abastadas da população, o que Pinheiro-Machado denomina “militarismo desde baixo”. Para ilustrar, ela cita os vídeos de execuções realizadas por traficantes, e, como, em contraponto a isso, as execuções policiais - por motivos óbvios - não são filmadas, impedindo sua presença no imaginário coletivo.

Segundo a autora, com o aumento da sensação de insegurança e impunidade, os sujeitos das classes desfavorecidas que buscam construir-se como honestos em detrimento das adversidades que vivenciam, tendem a ser envolvidos por uma combinação de valores

meritocráticos e punitivistas, partindo do raciocínio de “que o PT fez muito para os ‘bandidos’ e nada para eles” (Ibid., l. 1353), e, reproduzindo, assim, uma ideologia antipovo. Em consonância com isso, Pinheiro-Machado explica que:

O Estado aparece nas periferias urbanas brasileiras para bater e atirar no pobre negro ou para lembrar que precisa de votos em época de eleição. No vazio deixado pelo coletivo e pelo abandono institucional de ambos os espectros ideológicos, entra em cena a rejeição pela política. Empobrecidas, sem direitos, enfrentando crises econômicas e entregues às traças, as classes populares são vulneráveis aos discursos totalitários, às respostas fáceis e radicais que culpem “os outros”. (2019, l. 1632)

Assim, podemos concluir que o voto conquistado por Bolsonaro se deve a um conjunto de fatores, entre os quais podemos citar, no contexto deste subcapítulo, o fato de o então candidato ter sido capaz, ao longo dos anos, de atingir setores da cultura popular e masculina, instigando seu punitivismo mediante a presença constante nos veículos midiáticos. Mas, entendemos, em consonância com Pinheiro-Machado, que seu êxito se deve, principalmente, ao abandono histórico do Estado em relação às classes desfavorecidas, ao ódio de classe e ao racismo que nunca foram empecilhos para a democracia burguesa que, antes do processo do golpe (e de sua conseqüente eleição), se supunha existir (2019, l. 1365-1368).

2.4 Desdemocratização brasileira e ascensão neofascista

Como constatado anteriormente, se partirmos de uma perspectiva exigente, não poderemos falar de uma democracia consolidada nem mesmo em relação ao período anterior a 2016, afinal, “a capacidade de influência política sempre foi distribuída de forma muito desigual, a vigência dos direitos civis nunca esteve plenamente garantida para a população preta, pobre e periférica.” (MIGUEL, 2019, p. 186). Apesar disso, desde a promulgação da Constituição de 1988, passamos a nos apoiar em um consenso discursivo em torno da democracia eleitoral, com a defesa de direitos e liberdades individuais, separação entre poderes e a presença de todo um aparato institucional.

Tendo isso em vista, é possível falar em uma conjuntura de desdemocratização a partir do momento em que grupos da elite decidiram deixar de seguir as regras do jogo eleitoral, logo após as eleições de 2014. Desde então, vivemos em um contexto de retrocessos marcado

pela ruptura com o regime democrático liberal, denominada por Avritzer (2019) de “desliberalização”. De acordo com o autor, este processo se dá pela tentativa do mercado de decretar mudanças nas políticas públicas, em conjunto com a aplicação de uma “agenda não liberal e não libertária” (Ibid., l. 1566).

Segundo Avritzer, existe no Brasil “um movimento pendular que alinha forças antidemocráticas ou protodemocráticas em determinadas conjunturas” (2019, p. 114). Nesse sentido, oscilaríamos entre momentos de entusiasmo com a democracia e momentos de rejeição da política em que passa a predominar uma visão antidemocrática. Conforme estabelecido pelo autor, existe um padrão analítico que nos permite identificar os contextos de regressão democrática de acordo com o acentuamento de divisões políticas, crises econômicas e discordâncias em relação ao projeto de país.

Ressaltamos, entretanto, que o aparente entusiasmo ou rejeição popular em relação à democracia não se dão de forma espontânea, mas são moldados de acordo com os interesses das elites. Como sustentado por Luís Felipe Miguel (2019), há uma afinidade das “das classes dominantes brasileiras com a ideia de “pausar” a democracia para resolver determinados problemas, depois simplesmente apertando a tecla play para retomá-la – já devidamente esvaziada de atores sociais, de lideranças e de pautas políticas que eram consideradas inconvenientes” (p. 18).

De acordo com o autor, foi isso que aconteceu em 1964, que acabou por mergulhar o país em uma ditadura militar de duas décadas, e é essa também a lógica do cenário atual. Esse raciocínio se fundamenta com a própria escolha pela aplicação de um golpe parlamentar (alinhado com o judiciário) em 2016, pela intervenção federal no Rio de Janeiro e pela realização de “eleições maculadas por intervenções que desfiguraram a possibilidade de real exercício da soberania popular” (2019, p. 18), culminando na prisão política do candidato com maior intenção de votos e na vitória de um projeto ultrapolítico.

Vale destacar, em consonância com Sabrina Fernandes (2019) e Avritzer (2019), que a presente conjuntura se reflete, em parte, pelo fato de o processo de abertura democrática ter sido amplamente pautado pelos próprios militares, não tendo havido justiça de transição nem expurgos no Poder Judiciário, mas sim a concessão de ampla anistia, além da ausência de eleições associadas à redemocratização. Assim, fomos marcados pela continuidade entre autoritarismo e democracia, o que se relaciona, segundo Fernandes (2019), com a atual relativização da tortura e com o enraizamento do revisionismo histórico em relação ao período ditatorial (l. 1947).

Consequentemente, na atualidade, temos significados despolitizados tanto de democracia, “reduzida a uma mera alternância de poder ou ao atropelamento de uma maioria social por uma maioria eleitoral”, quanto de ditadura, “vista por alguns como desejável e necessária para retornar a “ordem” ao Brasil. Os significantes vazios fizeram do signo democrático algo descartável aos olhos das pessoas”. (Ib., l. 1990-1994)

Em relação a isso, uma pesquisa de opinião realizada em março de 2018 pelo Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação demonstra que a preferência pela democracia como forma de governo (que havia aumentado entre 2002 e 2010) caiu 21,3% entre 2010 e 2018, alcançando atualmente a marca de 56,1%. Ademais, a pesquisa mostra que a avaliação do Congresso Nacional chegou ao pior nível desde 2002.

Associadas à despolitização pós-política e aos discursos antipolíticos, essas percepções estão alinhadas com o crescimento de uma direita reacionária. Contudo, como pontuado por Miguel, não é ideal falar de uma direita única, mas da convergência entre grupos distintos, cuja união se dá em torno de um inimigo comum, identificado na esquerda e, especificamente, no PT. Nesse sentido, o autor cita três vertentes mais extremistas, compostas pelo libertarismo, pela renovação do anticomunismo e pelo fundamentalismo religioso (MIGUEL, 2019, p. 94).

Influenciada pela “escola econômica austríaca” a ideologia libertariana defende um Estado mínimo e acredita na justiça do mercado, além de geralmente se aliar a fundamentalistas cristãos. Influente em meios acadêmicos e ativistas dos Estados Unidos, ela é vinculada a fundações como a Atlas Network, fundada em 1981. De acordo com Rocha (2015), a fundação está distribuída em mais de 80 países, contando com 72 *think tanks* afiliados apenas na América Latina. No Brasil, a Atlas está na origem dos Estudantes pela Liberdade (EPL) - afiliada do *Students for Liberty* (SFL) - e também do Movimento Brasil Livre (MBL).

O fundamentalismo, por sua vez, “se define pela percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate” (MIGUEL, 2019, p. 102). No Congresso, se alinham a latifundiários e defensores de armamentos na oposição ao direito ao aborto, aos direitos LGBT e na defesa da família tradicional. Além disso, os fundamentalistas contam com diversas lideranças religiosas e detém o controle de emissoras de rádio e televisão em todo o Brasil (Ibid., p. 103).

Por último, adquirindo novo aspecto em todo o continente latino-americano, o anticomunismo que havia marcado o período da Guerra Fria passou a se voltar contra o

“bolivarianismo”, o Foro de São Paulo e o próprio petismo. Presente na mídia tradicional e, especialmente nas redes sociais, seu representante máximo no Brasil é Olavo de Carvalho (Ibid., p. 104). Devemos considerar, entretanto, que as três correntes se interpenetram. O caso mais notável dessa interpenetração, segundo Miguel, é o próprio Jair Bolsonaro, conhecido pela defesa da ditadura e pelo anticomunismo.

Desde que abraçou o projeto de ser o candidato da extrema-direita às eleições presidenciais de 2018, o que ele mesmo afirmou ter ocorrido a partir de 2014, ele se alinhou de maneira deliberada ao fundamentalismo cristão, de forma bastante ecumênica: continuou se dizendo católico e integrando a Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana, mas em maio de 2016 foi batizado em Israel por um pastor evangélico e distribuiu seus familiares por diversas denominações protestantes. Ao mesmo tempo, incorporou ao discurso a defesa do Estado mínimo. Em resumo: a ação conjunta contra um inimigo comum levou a direita a um programa *sui generis*, segundo o qual o Estado deve se abster de interferir nas relações econômicas e de prover serviços, mas regular fortemente a vida privada em defesa da família tradicional, contra a homossexualidade e contra os direitos das mulheres. (MIGUEL, 2019, p. 105).

Como ressaltado pelo autor, faz sentido inferir que Bolsonaro não era o candidato preferencial dos articuladores do golpe e das elites dominantes. Contudo, a demonização da política foi determinante para o fracasso não apenas do PT, mas também da direita tradicional, identificada principalmente na candidatura de Geraldo Alckmin (PSDB-SP). Dessa forma, Jair Bolsonaro se beneficiou da culpabilização da política pela corrupção e, apesar de ter sido deputado por vinte e oito anos - tendo elegido todos os seus filhos adultos para cargos políticos -, conseguiu se afirmar como candidato *anti-establishment*.

Nesse contexto, diferentes analistas políticos colocam a percepção distorcida da relação entre o PT e a corrupção como central para o resultado das eleições. De acordo com Avritzer (2019, p. 2028), sem isso, não haveria a criminalização do partido e nem a descriminalização seletiva de políticos aliados a Bolsonaro. Já segundo Miguel (2019, p. 144), “informações contrárias a Lula e ao PT eram vazadas por policiais, procuradores ou juízes e repercutidas com alarde no noticiário; ou, então, a informação, apresentada como um furo de reportagem, motivava uma investigação da polícia ou do Ministério Público”.

Outros exemplos de arbitrariedade citados pelo autor são a própria prisão de Lula, autorizada pelo STF em contradição com a Constituição Federal, as manobras jurídicas que impediram a libertação do ex-presidente em 2018 e as declarações, em tom de ameaça, por membros da cúpula do Exército a respeito do tema. Assim, foi se consolidando, desde o golpe

de 2016 até a prisão de Lula da Silva, um Estado de exceção, definido por Agamben (2004) como sendo um limbo entre o que é considerado Estado de direito e mera legalidade formal.

Diante desses acontecimentos, é possível falar de uma “judicialização da política”, em que atores políticos recorrem frequentemente ao Judiciário para resolver seus conflitos e, por outro lado, instâncias judiciais superiores assumem o papel de um “novo poder legislativo” ao se posicionarem como intérpretes da lei. Ao mesmo tempo, apesar de sabermos que a política não pode ser completamente apartada das outras esferas da vida, nesse contexto, faz sentido nos referir também a uma “politização do judiciário” (MIGUEL, 2019, p. 170-171).

Esse fenômeno foi comprovado em 2019 por uma série de reportagens do The Intercept Brasil, denominada de “Vaza Jato”. Ao longo do ano, foram divulgadas conversas privadas entre o juiz Sérgio Moro, responsável por julgar os casos da Operação Lava-Jato em Curitiba, e membros do Ministério Público, nas quais se demonstrou a existência de uma parceria entre juiz e acusação durante todo o processo investigativo. A motivação política dos agentes públicos foi atestada pelo fato de que o juiz orientava os procuradores e havia uma preocupação entre eles de pautar o que seria divulgado pela grande mídia (Ibid., p. 174).

Exemplos disso foram a divulgação seletiva de conversas descontextualizadas entre a então presidenta Dilma e o ex-presidente Lula em 2016, trechos da delação de Antonio Palocci durante a campanha eleitoral de 2018, além da omissão e/ou manipulação de informações diante de instâncias superiores e veículos midiáticos. Outro ponto a ser ressaltado é o tratamento antiético, sarcástico e preconceituoso conferido ao ex-presidente, que teve a morte de parentes ironizada por procuradores, e foi apelidado por eles de “nine”, em referência à perda de um dos dedos de sua mão esquerda quando era operário.

Ademais, o fato de Sérgio Moro ter aceitado o cargo de ministro da Justiça mesmo antes de a eleição de Jair Bolsonaro se concretizar, assumindo uma posição de confiança no governo de extrema-direita após ter sido peça central da interdição de seu principal oponente, não deixa espaço para dúvidas sobre o nível de envolvimento e promiscuidade do ex-juiz - que garantia não ter pretensões de entrar no mundo político - em relação ao processo em questão.

Continuamos a ter eleições. No entanto, as condições da disputa, que sempre foram desiguais, dado o controle dos recursos materiais e dos meios de comunicação de massa, estão ainda mais assimétricas, com a campanha incessante de criminalização do Partido dos Trabalhadores e de todo o lado

esquerdo do espectro político. Nas eleições presidenciais de 2018, o impedimento da candidatura de Lula foi essencial para garantir a vitória da direita. Caminhamos para uma situação de disputa eleitoral quase ritualística, com cerceamento das opções colocadas à disposição do eleitorado e tutela dos eleitos. (MIGUEL, 2019, pp. 182-183).

Nesse sentido, Miguel pontua que sem a alegação reiterada pela mídia tradicional de que o ex-presidente era o chefe de uma quadrilha identificada no PT, as mentiras sobre contas bilionárias ou sobre a propriedade de grandes empresas por seus filhos, não teriam tanta facilidade para se disseminar. Ao mesmo tempo, sem o discurso midiático de que Bolsonaro e o PT representavam extremos simetricamente opostos, provavelmente o apoio de muitos conservadores ao ex-capitão teria sido dificultado (2019, p. 145).

Em relação ao tema da corrupção, Avritzer (2019) defende que a opinião pública se constituiu a partir de uma distorção jurídico-midiática, corroborada principalmente pela abordagem da grande mídia, que distribuiu de forma extremamente desigual o tempo de cobertura entre os partidos envolvidos no escândalo denominado de “Petrolão”. Segundo o autor, não é sem motivo que o Partido Popular (PP), apesar de ter sido o partido com mais deputados envolvidos no caso, foi também o que mais cresceu no número de prefeitos eleitos em 2016 (pp. 1946-1949).

Justamente por haver uma agenda seletiva e antipetista em torno desse assunto, Bolsonaro pôde se favorecer e apropriar do tema, atrelando a ele os discursos antiestado e antidiversidade social. Afinal, como apontado por Pinheiro-Machado (2019), em vinte e oito anos como deputado, o atual presidente jamais lutou efetivamente contra a corrupção. Na verdade, o ex-capitão tinha como pautas a garantia de direitos aos militares e garimpeiros, a defesa do armamento dos indivíduos, redução da maioria penal, além de discursos inflamados contra o sistema político, os “vagabundos” e o foco em questões morais (L. 1416-1419).

Dito isso, é importante observar que grande parte de sua visibilidade se deve ao fato de, pelo menos desde 2010, o ex-deputado ter participado recorrentemente de programas televisivos em canais de baixa audiência, gerando enorme repercussão por suas declarações coléricas, controversas e, muitas vezes, discriminatórias. Logo, estamos de acordo com Pinheiro-Machado quando afirma que compreender sua eleição “passa menos por teorias de escolha racional e mais pelas vísceras e pelos sentimentos.” (2019, p. 1670).

Em paralelo a isso, Castells (2018, p. 26-27) considera que, contemporaneamente, a única política que existe é aquela que se manifesta no “mundo midiático multimodal”

configurado nas últimas décadas. Nesse contexto, as mensagens que visam formar opiniões devem ser simples e impactantes. De acordo com o autor, a mensagem que mais causa impacto é uma imagem, enquanto a imagem mais sintética é um rosto humano.

E, tendo em vista que a política é essencialmente ligada à emoção, ao nos projetarmos na imagem do rosto através da relação de identificação que estabelecemos com ele, é produzido um primeiro reflexo emocional, o qual, segundo Castells, gera confiança. A partir daí, nos dirigimos ao processo intelectual de elaboração e decisão, por meio do qual, em contato com as diferentes mídias, construímos nossa opinião, confirmando ou não a impressão inicial. Além disso, para o autor, a dinâmica de elaboração do tipo de mensagem em questão acarreta a personalização da política (2018, p. 27).

É em torno da liderança possível de alguém que se constrói a confiança na bondade de um projeto. Assim, a forma de luta política mais eficaz é a destruição dessa confiança através da destruição moral e da imagem de quem se postula como líder. As mensagens negativas são cinco vezes mais eficazes em sua influência do que as positivas. Portanto, trata-se de inserir negatividade de conteúdos na imagem da pessoa que se quer destruir, a fim de eliminar o vínculo de confiança com os cidadãos. Daí a prática de operadores políticos profissionais no sentido de buscar materiais prejudiciais para determinados líderes políticos, manipulando-os e até fabricando-os para aumentar o efeito destrutivo. (CASTELLS, 2018, p. 27)

Diante dessas circunstâncias, todos acabam por adentrar no jogo da política do escândalo que invisibiliza debates mais profundos, tendo em vista que é preciso se precaver contra possíveis ataques. Ademais, ainda que os efeitos dessa política sobre os diferentes atores políticos sejam incertos, ela vem acompanhada de um efeito destrutivo, pois ao estimular sentimentos de desconfiança e rejeição moral em relação à política como um todo, ela colabora para o aprofundamento da crise de legitimidade (CASTELLS, 2018, pp. 27-28).

A estratégia adotada por Bolsonaro segue essa mesma lógica. Unindo a política da inimizade com a do escândalo, ele projetou sua imagem na grande mídia ao longo dos anos de forma a ser tido como alguém que não tem medo de expressar sua “opinião”. Assim, o político se opôs radicalmente a figuras públicas de esquerda e consensos sociais que pareciam consolidados, e, por mais que recebesse muitas críticas (e, simultaneamente, muitos holofotes), apostou que teria “eco no ressentimento daqueles que mantiveram seus preconceitos no armário” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 1693).

Como mostrado por Piaia e Nunes (2018), o ex-capitão teve participação ativa na programação da TV aberta do Brasil durante a última década, totalizando 33 participações

em programas como *SuperPop*, *Pânico*, *The Noite* e *CQC*, entre os quais trabalharemos mais adiante com os três primeiros. De acordo com os autores, Bolsonaro ganhava audiência através de participações descontraídas, em torno de assuntos “polêmicos”, realizando um movimento que ia do cotidiano ao inusitado. Nesse sentido, como apontado por Pinheiro-Machado (2019): “Bolsonaro reinou sozinho porque soube usar os espaços da cultura popular” (L. 1730).

Assim, após uma crise multidimensional inaugurada em Junho de 2013, o acúmulo de diversas frustrações impulsionou a adesão à candidatura de Jair Bolsonaro a presidente em 2018, entre elas: a corrupção, o desemprego, a criminalidade, a desordem, a percepção de destruição dos valores familiares tradicionais e o antipetismo. Diante dessa conjuntura, Pinheiro-Machado defende que a facada¹¹ levada pelo então candidato, em 3 de setembro de 2018, foi decisiva, contribuindo fortemente para sua mitificação diante de uma parcela do eleitorado.

Além disso, com a impugnação da candidatura de Lula pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os obstáculos colocados à identificação pública entre ele e Fernando Haddad, e a omissão da Justiça diante da campanha de notícias falsas financiada ilegalmente por empresários, estava aberto o caminho para a emergência de Bolsonaro como o salvador que poderia reestabelecer uma ilusória “idade de ouro”.

Vale salientar que, mesmo em primeiro lugar nas pesquisas, o então deputado seguiu questionando a credibilidade delas e do sistema das urnas eletrônicas. Outro elemento antidemocrático ressaltado por Avritzer (2019) foi o aumento das manifestações de violência política durante a campanha eleitoral de 2018, com 70 relatos de agressões entre o dia 30 de setembro e o primeiro turno das eleições, além de mais 65 denúncias entre os dias 10 e 30 de outubro, sendo que a absoluta maioria dos ataques foi cometida por apoiadores do ex-capitão, segundo levantamento da Agência Pública.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, passamos a ter o governo com a maior presença de militares em posições de destaque desde o período final da ditadura militar, sendo, além do próprio presidente, seu vice, o General Hamilton Mourão, 8 dos 22 ministros, e ao menos

¹¹ Após o atentado, surgiram questionamentos e conspirações sobre sua veracidade, que foram expostas no “documentário” *A Facada no Mito*, publicado anonimamente no Youtube. Uma matéria escrita por Fred Melo Paiva, editor-executivo da Carta Capital, explica os detalhes da teoria. PAIVA, F. M. O que tem de verdade na “Ficada no mito”? Carta Capital, 26 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-faca-de-dois-gumes/>> Acesso em: 15 jan. 2020.

2.500 militares em cargos de chefia ou assessoramento, de acordo com reportagem da Folha de S. Paulo, publicada em outubro de 2019.

Diante desse cenário, muitos pesquisadores se referem ao bolsonarismo como um movimento neofascista ou como sendo caracterizado por fortes traços em comum com esta ideologia. Sabrina Fernandes (2019) aponta para a grande variabilidade de características que podem se combinar para compor o fascismo dependendo do contexto histórico e geográfico, embora afirme que a presença de antidemocracia e anticomunismo são imprescindíveis. Além disso, a autora explica que é possível ter um governo fascista autoritário, mas com a preservação de instituições democráticas formais, como as eleições e o parlamento (L. 2038-2043).

Pinheiro-Machado (2019), por sua vez, ao se referir especificamente ao fascismo no Brasil, defende que sua lógica é difusa, pois o ódio é disseminado de forma pulverizada em direção a uma massa multiforme. Segundo a autora, essa lógica é “animada por uma mídia que busca seus próprios interesses, uma polícia violenta, um movimento religioso fanático e uma elite sui generis, que, na teoria, defende o liberalismo, mas na prática age para defender privilégios.” (l. 895). Uma última particularidade destacada por Pinheiro-Machado é que, ao contrário do que costuma acontecer nos outros países, nossa extrema-direita não vê o Brasil como superior, mas idolatra aqueles que nos discriminam.

Já de acordo com a categorização proposta por Umberto Eco (2002) sobre os elementos do fascismo, podemos identificar o regime atual com a ideologia fascista devido a uma série de fatores, como a vigência de um culto da tradição; do irracionalismo, a partir do qual a cultura se torna suspeita ao se associar com atitudes críticas; não aceitação de críticas, divergências e, portanto, diversidade; apelo às classes médias frustradas; nacionalismo, ainda que controverso; a percepção dos adversários como, simultaneamente, muito fortes e muito fracos; a rejeição do pacifismo; o elitismo típico das ideologias reacionárias; a exaltação do heroísmo e a concepção de povo como uma entidade monolítica (pp. 8-11).

Um último aspecto a ser discutido em relação ao processo de degradação institucional existente no país no decorrer dos últimos anos é a influência de interesses estadunidenses. Nessa perspectiva, um fato comprovado é o financiamento de fundações privadas estrangeiras a grupos que participaram ativamente do movimento pelo golpe e em acontecimentos decorrentes dele. Miguel (2019, p. 165) destaca também a participação de membros da Lava Jato em programas de cooperação com “organismos repressivos” dos

Estados Unidos, o incômodo de Washington com a política externa do governo Lula, que investiu na formação de um bloco “emergente” e desafiou a hegemonia norte-americana, além do episódio de espionagem à presidenta Dilma Rousseff. Segundo o autor:

A onda de regimes nacional-reformistas caiu por meio de golpes parlamentares (Paraguai, Honduras e Brasil) e de reveses eleitorais (Argentina e Chile) ou está sob fortíssima pressão (Venezuela e Bolívia). Sem ignorar o papel desempenhado pelos conflitos internos ou os muitos problemas na condução dos governos ditos “progressistas”, é fato que pelo menos as fundações privadas ligadas aos interesses empresariais estadunidenses têm agido intensamente em todos estes países e que, em espaço de tempo relativamente curto, verifica-se um realinhamento latino-americano com Washington. Tampouco se pode desprezar os fortes indícios tanto da preocupação dos Estados Unidos com o fortalecimento da Petrobras, alvo principal das denúncias de corrupção, quanto de sua ligação com vários dos principais operadores da Lava Jato. Para alguns analistas, o caso brasileiro se encaixa com perfeição no modelo de “guerra não convencional”, adotado pelas forças armadas estadunidenses e que privilegia ações de desestabilização de regimes considerados hostis, sem intervenção militar. (MIGUEL, 2019, p. 166)

O modelo citado por Miguel foi descrito pelo analista político Andrew Korybko (2018) em seu livro *Guerras híbridas*. Segundo ele, a tática político-militar é utilizada no intuito de substituir governos não alinhados à política estadunidense por meio da combinação entre “revoluções coloridas” e guerras não convencionais. A revolução colorida seria uma tentativa de golpe brando e, apenas mediante seu fracasso, seria aplicada a guerra não convencional, criando as condições necessárias para um golpe rígido.

Tendo isso em vista, podemos inferir que, até então, no Brasil, apenas a revolução colorida foi aplicada. De acordo com o autor, essa fase da guerra híbrida é caracterizada pela utilização de ferramentas de propaganda e estudos psicológicos associados ao uso de redes sociais, podendo haver também a participação das mídias tradicionais locais e internacionais, dependendo do Estado-alvo. Além disso, a desestabilização do governo que se pretende depor é realizada através da promoção de manifestações de massa com reivindicações abstratas que visam intensificar situações de conflito interno pré-existentes (2018, p. 8).

Korybko explica:

O mantra da dominação de espectro total de ser persuasivo na paz, decisivo na guerra e proeminente em quaisquer formas de conflito constitui a espinha dorsal das revoluções coloridas. Para princípio de conversa, as revoluções coloridas começam como campanhas de informação dirigidas à

população afetada. É imprescindível que elas sejam persuasivas para cativar um público o mais abrangente possível (em alguns casos, pode ser mais estratégico cativar apenas certa demografia para que ela ‘se levante’ e exacerbe fraturas étnicas existentes dentro da sociedade em questão, por exemplo). (2018, p. 39)

Segundo ele, a estratégia montada pelos Estados Unidos pressupõe também a existência da “liderança velada”. Ou seja, há uma terceirização das “operações de desestabilização para aliados regionais com ideias afins se o alvo for considerado muito caro ou politicamente sensível para os EUA perseguirem direta e unilateralmente” (2018, p. 37). Diante disso, seus aliados são responsáveis por disseminar ideias anti-governo de maneira coordenada para produzir consenso em uma parcela decisiva da população, incentivando sua participação na revolução colorida e dando uma impressão de espontaneidade aos seus atos.

O autor aponta para o intelectual Gene Sharp, denominado de “o Maquiavel da não violência”, como o maior responsável pelo sucesso das revoluções coloridas. O já falecido professor estadunidense descreveu em sua obra métodos não violentos de desestabilização de governos e teve suas ideias bastante difundidas entre grupos insurgentes no mundo todo. Entre as técnicas descritas por ele, podemos citar a aplicação no contexto brasileiro, desde 2013, de discursos públicos, slogans, caricaturas e símbolos, marchas, assembleias de protesto, recusa em aceitar funcionários nomeados, mensagens no céu e na terra, desacato a autoridades, representação de funerais e greves de fome (KORYBKO, 2018, p. 63), como a anunciada pelo procurador Deltan Dallagnol no início de 2018.

Assim, tendo em vista não apenas a história recente do continente em relação a intervenções antidemocráticas norte-americanas, mas também seus antecedentes, é factível considerar a influência estadunidense nos processos políticos que se desenrolaram no Brasil durante os últimos anos. Nesse sentido, devemos levar em conta as dimensões continentais do país e sua importância para a geopolítica mundial, considerando que a atual relação de subserviência com os Estados Unidos muito os beneficiam, inclusive pelo fato de fazermos fronteira com a Venezuela, um território estratégico que detém as maiores reservas de petróleo do mundo.

Contudo, não pretendemos afirmar que os acontecimentos que vão desde as Jornadas de Junho até a eleição de Jair Bolsonaro se devem exclusivamente aos interesses estadunidenses em nosso país. Na verdade, a atual conjuntura brasileira é fruto de uma série de fatores complexos, impossíveis de ser resumidos nesta dissertação - ainda que tenhamos

tentado levantar alguns de seus elementos -, inclusive porque ainda não temos o distanciamento histórico necessário para a realização de uma análise mais profunda.

2.5 A ascensão conservadora no contexto internacional

Em consonância com Aires e Santos, entendemos que a televisão brasileira é composta por particularidades relacionadas às nossas elites e à formação social do Brasil. Apesar disso, sabemos que, inserida na lógica do capitalismo neoliberal, ela possui também características universais (2017c, pp. 14-15), afinal, como afirmado por Mosco (2011), vivemos sob a crescente integração dos sistemas midiáticos a uma economia política global.

Nesse sentido, o autor aponta para uma diluição e conseqüente indeterminação das identidades nacionais das corporações empresariais, o que defendemos se refletir no próprio fenômeno de ascensão quase simultânea da extrema-direita em escala mundial, evidenciado pela proliferação de lideranças xenófobas, racistas, misóginas, homofóbicas e autoritárias, com variações de acordo com os contextos locais. Diante disso, nos parece pertinente abordar, ainda que de forma sucinta, a conjuntura internacional na qual o Brasil se insere.

Argumentamos que processos com tamanhas similitudes, ocorrendo simultaneamente em lugares tão distintos do planeta, possuem relações intrínsecas com o projeto de expansão neoliberal do capitalismo, que coloca a indústria da comunicação como central no desenvolvimento do que Mosco denomina “uma nova divisão internacional do trabalho” (2011, p. 66). Afinal, sua transnacionalização é também produtora de recursos imateriais como a cultura.

Assim, a acumulação de espetáculos resultante do modo de produção contemporâneo, serve como instrumento de unificação e padronização social, cristalizando visões de mundo (DEBORD, 2003) e submetendo os sujeitos em face da abundância de falsas escolhas que fazem com que desejem, pré-reflexivamente, sua própria opressão (BUCCI; KEHL, 2004).

Nesse contexto, o intelectual espanhol Manuel Castells aborda, na obra *Ruptura* (2018), a crise global de legitimidade do modelo político de representação que havia se consolidado nos dois últimos séculos com a democracia liberal. Ao longo dos capítulos, além de discutir as causas e efeitos do colapso que vem rompendo com as formas políticas tradicionais, o autor também nos apresenta algumas conjunturas nacionais específicas, como a da eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos.

De acordo com Castells, a questão não se reduz à disputa entre direita e esquerda, mas se trata de uma ruptura a nível emocional e cognitivo (2018, p. 8). Nesse cenário, com a rejeição da política e a desconfiança nas instituições, surgem lideranças políticas associadas a uma ordem pós-liberal e caracterizadas pela negação das formas partidárias existentes. Diante disso, o autor cita a porcentagem de votos de alguns partidos europeus que ele denomina como “identitários e *antiestablishment*” entre 2013 e 2017: “França, 21,3%; Dinamarca, 21,1%; Suécia, 12,9%; Áustria, 20,5%; Suíça, 29,4%; Grécia, 21%; Holanda, 13%.” (CASTELLS, 2018, p. 9).

Acontecimentos mais recentes foram o crescimento da ultradireita nas eleições gerais espanholas, com cerca de 10% dos votos; nas eleições italianas, obtendo o terceiro lugar nas eleições gerais; na Alemanha, alcançando 12,6% dos votos, com o Alternativa para a Alemanha (AfD) assumindo a posição de principal partido de oposição; além de estarem no poder na Polônia, Hungria, Noruega, Turquia, Filipinas, Estados Unidos e Colômbia, além, é claro, do Brasil.

Além disso, no final de 2019, após o controverso processo eleitoral que conduziu à reeleição de Evo Morales, a Bolívia sofreu um golpe de Estado comandado pelas Forças Armadas, por fundamentalistas religiosos, grupos politicamente intolerantes e racistas. No início de novembro, políticos, lideranças sociais e jornalistas associados ao governo passaram a ser perseguidos e violentados, como foi o caso da prefeita indígena Patricia Arce, coberta de tinta vermelha e arrastada pelas ruas de sua cidade enquanto homens de oposição a insultavam.

O governo brasileiro apoiou automaticamente a renúncia de Morales - que teve sua casa e a de familiares invadidas por manifestantes - e a autodeclaração da senadora Jeanine Áñez como presidente do país. Vale dizer que, antes da concretização do golpe, seguindo recomendação da Organização dos Estados Americanos (OEA), o então presidente boliviano havia se disposto a realizar novas eleições.

Tendo isso em vista, o consultor em relações internacionais Kjeld Jakobsen condenou a atuação da OEA - que ignorou a inconstitucionalidade da declaração de Áñez - e apontou também para a similaridade com processos ocorridos em outros países latino-americanos, em que a extrema-direita fez uso de violência em prol da manutenção ou tomada do poder (REDAÇÃO RBA, 2019).

Considerando o panorama atual, no qual, apesar da existência de particularidades em cada sociedade, é constatada uma crise política de dimensões globais, Castells (2018, p. 14-

16) aponta para a crescente descrença dos cidadãos nos políticos e na democracia liberal, ao mesmo tempo em que a maioria segue defendendo o ideal democrático. Para o autor, uma explicação para esse desencanto é que, com a globalização da economia e da comunicação, as economias nacionais foram desestruturadas e o Estado-nação não foi capaz de responder a problemas originalmente globais, como mudanças climáticas, crises financeiras e violações aos direitos humanos (Ibid., p. 18).

Ao mesmo tempo, com a vigência de uma lógica irrestrita do mercado, há uma produção contínua de desigualdade e polarização. Como resultado, a crise de representação se liga a uma crise identitária, e, quanto mais as pessoas sentem a perda de controle sobre o mercado e sobre o Estado, mais cresce a tendência a se refugiarem em identidades próprias, como a nacional, territorial e religiosa. Com isso, ocorre a união das fraturas social e cultural, fomentando a xenofobia e a intolerância.

As contradições latentes na economia e na sociedade transformadas pela globalização, a resistência identitária e a dissociação entre Estado e nação apareceram à luz da prática social na crise econômica de 2008-10. Porque as crises são momentos reveladores de falhas de um sistema e, portanto, exercem a mediação entre as tendências de fundo de uma sociedade, a consciência dos problemas e as práticas que emergem para modificar as tendências percebidas como prejudiciais às pessoas, embora sejam funcionais para o sistema. (CASTELLS, 2018, p. 20).

O autor relata que os governos atingidos pela crise interviram para salvar as instituições financeiras quebradas e, conseqüentemente, o capitalismo. Por outro lado, deixou de ser concedido crédito para pequenas e médias empresas e os índices de desemprego dispararam. No contexto europeu, com participação da socialdemocracia na elaboração das políticas, foi atingido o Estado de bem-estar, o que, junto com a revelação de casos de corrupção, corroborou para a desconfiança popular nos partidos tradicionais (CASTELLS, 2018, pp 22-23).

De acordo com Michael Löwy (2015), a conjunção dos processos descritos acima produziu, em escala planetária, uma obsessão pela procura de raízes, o que leva a fanatismos religiosos, alimenta conflitos étnicos e fomenta “pânicos identitários”. Com isso, é gerado um discurso do medo, e, na maior parte do mundo, há o favorecimento da extrema-direita. Nesse sentido, com base em Castells (2018), faremos uma síntese do processo eleitoral que levou o magnata e apresentador de TV, Donald Trump, à presidência dos Estados Unidos em

2016, devido à sua relevância simbólica e às semelhanças com a conjuntura brasileira, embora existam também muitas diferenças, nas quais não nos aprofundaremos.

Segundo o autor, durante a campanha eleitoral, Trump foi beneficiado por, assim como Bolsonaro (ainda que no caso deste, isso não seja totalmente verdadeiro), ter se situado acima do establishment político, sendo rejeitado até mesmo por seu próprio partido. Assim, diferente de sua adversária, Hillary Clinton, ele pôde se mostrar livre de vínculos partidários, se voltando diretamente para o povo (Ib., p. 40).

O acadêmico estadunidense Douglas Kellner (2017) relata que nas últimas semanas da corrida presidencial, Donald Trump prometeu “drenar o pântano” (em inglês, *drain the swamp*), uma metáfora usada por políticos norte-americanos em referência à drenagem de pântanos que permitia eliminar os mosquitos transmissores de malária. No sentido empregado pelo candidato republicano, a expressão significava um ataque a Wall Street e ao sistema político que vinha representando os interesses das elites dominantes. Com isso, “Drain the swamp!” se tornou um slogan anti-*establishment*, ainda que, ao assumir o poder, o empresário tenha agregado à sua administração o que Kellner chama de “criaturas do pântano” da extrema-direita.

Outros fatores comuns à ultrapolítica que marcaram os discursos de Trump foram o ataque aberto a imigração e, especificamente, aos mexicanos; as ofensas públicas a mulheres, que, de um lado, eram minimizadas por seus seguidores e, de outro, eram tidas como “liberação masculina”, além da ridicularização de seus oponentes. Nesse cenário, devido a sua própria experiência, o então candidato soube monopolizar a discussão midiática ao seu redor, aparecendo constantemente na mídia, com destaque para a televisão (CASTELLS, 2018, pp. 41-43).

De acordo com Kellner (2017, p. 1), Trump emergiu como mestre do espetáculo midiático, fazendo postagens frequentes no *Twitter*, que, posteriormente, se tornavam assunto na televisão e nos comícios, durante os quais ele fazia comentários infames que seriam repetidos nos canais de TV e na Internet. Assim, através de insultos e afirmações chocantes, o republicano dominou os ciclos de notícias, ajudando a construir eventos diários na mídia, e, portanto, pautando sua agenda.

Castells (2018) aponta que, no início da campanha eleitoral, Donald Trump e Hillary Clinton eram os candidatos com maior rejeição na história das eleições estadunidenses. Contudo, enquanto o apoio à democrata era majoritariamente uma reação contra Trump, o empresário conseguiu o apoio entusiasmado de uma parcela do eleitorado. E, apesar de

Clinton ter ultrapassado o republicano na quantidade de votos, o sistema do Código Eleitoral deu a ele uma vitória confortável (pp. 44-45).

Segundo o autor, independente de classe social, foi o voto das pessoas brancas que favoreceu Trump, enquanto que os únicos grupos entre os quais ele perdeu de forma incontestável foram as minorias étnicas. Diante disso, as pesquisas identificam uma correlação direta entre atitudes de racismo e o voto em Donald Trump, o que não significa que a maioria de seus votos tenha sido de pessoas racistas (pp. 46-47).

No Brasil, segundo pesquisa realizada pelo Ibope no dia 27 de outubro, o cenário foi semelhante. Uma das poucas categorias nas quais Fernando Haddad conseguiu superar o candidato eleito foi a de pretos e pardos, em que obteve 47% das intenções de voto, contra 41% de Jair Bolsonaro. Já entre pessoas brancas, Bolsonaro obteve 58% contra 31% do candidato petista. Enquanto isso, em pesquisa divulgada pelo Instituto Datafolha em 25 de outubro, Haddad teve sua maior intenção de votos entre as pessoas de religiões de matriz africana, totalizando 62% contra 27%.

Uma diferença importante entre as eleições dos dois países, entretanto, é que, enquanto Donald Trump teve a maioria dos votos das pessoas mais pobres e sem ensino superior, Jair Bolsonaro obteve seus piores índices entre aqueles que recebem os menores salários e tem escolaridades mais baixas, ao passo em que foi expressivamente votado entre as camadas mais ricas e escolarizadas da população.

Segundo o Ibope, o presidente eleito no Brasil teve 63% das intenções de voto entre as pessoas que recebem mais de 5 salários, em contraste com os 32% obtidos entre quem recebe até 1 salário. Outro reflexo disso é que a região Nordeste, que tem o maior índice de pobreza do país, mas também a que mais positivamente foi transformada pelos governos petistas, foi a única região que escolheu Fernando Haddad nas eleições.

No caso da eleição estadunidense, Castells defende que a vitória do candidato republicano se deve à “crise cultural de setores populares em desarraigamento, começando pela desintegração social de comunidades operárias tradicionais sob o efeito de reestruturação industrial” (2018, p. 49), ou seja, há um temor relacionado à velocidade com que as relações econômicas, tecnológicas, étnicas e culturais do país estão se transformando. Nesse cenário, o voto em Trump é, entre outros fatores, uma tentativa dos “velhos brancos” de conservar o mundo que conhecem.

A força do movimento nacionalista observado nas eleições em questão, por sua vez, é associada à relevância adquirida pelo que Castells denomina de “política da identidade” em

tudo o mundo (2018, p. 51). Ele constata que, com o florescimento da discussão sobre as identidades marginalizadas, ou seja, aquelas que diferem da identidade patriarcal do homem branco, tida até então como universal, surge neste último grupo um sentimento de exclusão e a consequente necessidade de se afirmar.

Com isso, eclodiram, nos Estados Unidos, grupos racistas, neonazistas e antisemitas, que passaram a se organizar como *alt-right* e, através da presença em meios de comunicação xenófobos, puderam influir na campanha republicana. Entre esses veículos, Castells destaca o *Breitbart News*, na época dirigido pelo conservador Steve Bannon, que assessorou a campanha de Donald Trump a partir de agosto de 2016 e, em seguida, se tornou estrategista-chefe de seu governo, sendo demitido em 2017 devido a desavenças com o presidente.

Entre as ações ultrapolíticas de Trump como governante, Castells cita a tentativa de proibir a entrada de muçulmanos no país, o endurecimento da política anti-imigrante, a proposta de construção de um muro na fronteira com o México, o perdão a policiais que reprimiram minorias, a anulação de acordos comerciais multilaterais, a retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, a ameaça de intervenção militar na Venezuela, de guerra com a Coreia do Norte e os insultos a dirigentes políticos europeus.

Ao mesmo tempo, quando criticado por setores dos meios de comunicação, do Poder Judiciário e do Congresso, “Trump respondeu com desprezo, mentiras e ataques pessoais, inaugurando um novo modo de comunicação presidencial: o governo via Twitter” (Ib., p. 56), que, não por acaso, foi copiado por Bolsonaro. Além disso, outro ponto em comum com o presidente brasileiro é que, diante das críticas, ambos se voltam para suas bases, como se estivessem em estado permanente de campanha.

Por fim, é válido destacar brevemente a contribuição de Steve Bannon e do aparato financeiro e tecnológico que está por trás de sua figura na promoção da onda conservadora que tem se estendido por diversos países. Em 2013, o estrategista fundou a empresa *Cambridge Analytica*, responsável pela coleta e pelo vazamento não autorizado de dados de milhões de usuários do *Facebook* de modo a favorecer a campanha de Donald Trump, nos Estados Unidos, e a favor do Brexit, no Reino Unido.

Devido aos escândalos, a empresa foi extinta em 2018, mas as revelações sobre a participação em outras campanhas ao redor do mundo seguem acontecendo. E, apesar de ainda não ser possível determinar a real influência da *Cambridge Analytica* nos processos eleitorais citados, sua atuação tem sido apontada por estudiosos como decisiva para o sucesso

da extrema-direita e para a corrosão da narrativa histórica das democracias de mercado ocidentais.

Além disso, em 2016, Bannon criou o “*The Movement*”, através do qual tem se dedicado à promoção de uma “guerra cultural” que define como nacional-populista, reunindo e aconselhando vários líderes de extrema-direita, como o próprio Jair Bolsonaro. Sendo assim, por mais que as ideias de Bannon não tenham se iniciado com ele e, independente de qual será sua relevância nos próximos anos, não há dúvidas de que, a ideologia ultrapolítica que propaga tem sido ecoada por muitos atores políticos relevantes no cenário internacional.

3 DESPOLITIZAÇÃO ULTRAPOLÍTICA NO DISCURSO (ÚNICO) DO ENTRETENIMENTO TELEVISIVO BRASILEIRO

Nosso último capítulo está dividido em três tópicos principais. No primeiro deles, discutiremos, com base, principalmente, em Aires e Santos (2017c), algumas das particularidades do sistema de radiodifusão brasileiro, entendendo que ele é perpassado por relações políticas, debates e disputas locais, mas que se insere também em um contexto global de transformações do capitalismo neoliberal.

Em seguida, dialogaremos com Paiva e Sodré (2002) a respeito de conceitos como “grotesco” e “popularesco”, historicamente vinculados à programação da televisão aberta no Brasil. Arelado a isso, retomaremos o conceito de “videologia” (BUCCI; KEHL, 2004), partindo da compreensão de que, bem-sucedida em conjugar elementos da cultura popular à indústria cultural, a TV brasileira foi capaz, ao longo do tempo, de criar a imagem mitológica de uma pretensa identidade nacional.

Posteriormente, traremos as concepções de gênero e formato televisivos, no intuito de proporcionar um maior entendimento em relação à dinâmica e funcionamento dos programas abordados. Além disso, será feita uma breve apresentação dos quatro programas analisados e das emissoras que os veiculam ou veicularam, que são: *Fala que eu te escuto*, da TV Record; *Superpop*, da RedeTV; *Pânico na Band* (o único que não está mais no ar) e *The Noite com Danilo Gentili*, do SBT.

Por último, tendo em vista que pautas muito semelhantes se repetem de maneira recorrente ao longo dos diferentes programas, optamos por dividir nossa análise entre os três temas identificados com maior frequência durante a pesquisa. Os temas são: “Punitivismo, racismo e preconceito de classe”, “Religião, questões morais e de gênero” e “Despolitização, viralatismo e corrupção”, sendo que este último, devido à sua extensão, foi subdividido entre “Antipolítica, antiesquerdismo, antipetismo” e “Viralatismo e exaltação ao Capital”.

3.1 Particularidades, aspectos e relações políticas da TV aberta no Brasil

De acordo com Aires e Santos (2017c, p. 14), a unicidade do discurso político é representativa da comunicação de massa - com ênfase na TV aberta - na vida política nacional. Ao mesmo tempo, essa unicidade da mídia brasileira está em sincronia com a lógica capitalista na qual se inserem atributos midiáticos universais. Sabendo disso, em consonância

com as autoras, entendemos que a análise do conteúdo da programação da radiodifusão nacional, juntamente com a observação de sua natureza ideológica e de suas construções simbólicas e discursivas, são fundamentais para compreender sua economia política.

É justamente essa a análise que nos propomos a realizar neste capítulo em relação aos programas selecionados, entretanto, primeiramente, cabe elencar algumas das particularidades do sistema de radiodifusão brasileira que serão elucidativas quando estivermos analisando o conteúdo de suas produções. Inicialmente, Aires e Santos apontam que uma das especificidades da radiodifusão nacional é a dependência econômica da mídia em relação ao Estado, ainda que, visando a manutenção de sua credibilidade, a primeira se apresente como puramente comercial e distante dos processos políticos.

Apesar disso, as autoras ressaltam que a relação de clientelismo entre mercado e Estado não é uma característica exclusiva do Brasil, se fazendo presente em diversos sistemas internacionais. Outras duas especificidades do sistema de comunicações brasileiro citadas pelas autoras são a centralidade da TV aberta como fonte de informação, educação e entretenimento, e a reprodução de uma lógica das elites nacionais, ancorada na “tradição histórica patrimonial-escravocrata e patriarcal” da nossa sociedade, cuja evidência está no fato de grande parcela das empresas de comunicação ter bases familiares e dessas famílias serem, muitas vezes, proprietárias de terras (AIRES E SANTOS, 2017, p. 30). Entre as relações familiares que estruturam as grandes emissoras, as autoras citam:

No SBT, a esposa e todas as filhas de Silvio Santos trabalham na empresa; na Record, esposa, irmã, filhas, irmão, sobrinho, esposa do sobrinho, filho do sobrinho e assim por diante. É importante também marcar que é usual, no mesmo núcleo familiar, pessoas com cargos importantes nos meios de comunicação e políticos e/ou as pessoas à frente dos meios de comunicação terem, elas próprias, atividades políticas. Alguns exemplos dessas relações familiares: Patrícia Abravanel, casada com o deputado federal Fábio Farias; Rebeca Abravanel, que foi casada com o deputado federal Guilherme Mussi; Samuel Câmara e Jônatas Câmara, diretores da Rede Boas Novas, irmãos de Silas Câmara, deputado federal; ou podemos citar, ainda, Guel Arraes e Amora Mautner, diretores de Dramaturgia da Rede Globo: ele, filho e tio de políticos importantes em Pernambuco; ela, casada com o filho do senador, ex-presidente da República e um dos donos da Rede Gazeta, afiliada da Globo em Alagoas, Fernando Collor de Mello. (p. 26)

Tendo isso em vista, Jessé Souza (2019) afirma que, sendo pautada exclusivamente por interesses financeiros e privados, sem a concorrência de televisões públicas, a televisão

brasileira não apenas detém o controle dos argumentos que circulam na esfera pública, como também os expõe como se fossem neutros e servissem primordialmente ao interesse da coletividade. Nesse sentido, estamos de acordo com Debord (2003, p. 16), ao sustentar que, o capital transformado em imagem - isto é, o espetáculo - é a afirmação da aparência e, portanto, fabrica alienação.

Apontada por Souza (2019, p. 236) como “desregulada e venal”, a grande mídia propaga informações e interpretações de mundo enviesadas por seus interesses particulares, refletindo em seus discursos - construídos, muitas vezes, sob a falsa ideia da pluralidade - opiniões únicas que findam por exercer um tipo de dominação simbólica pautada pelo que o autor denomina “pacto antipopular” das elites, das quais os empresários da comunicação fazem parte, e, conseqüentemente, são beneficiários. Conforme citado por Aires e Santos:

Quando segmentos de conteúdo da mídia apresentam um único enquadramento interpretativo sobre um tema ou evento político, um número maior de pessoas faz sentido da situação em termos da interpretação dominante que é promovida neste enquadramento. (...) os cidadãos formulam “avaliações subjetivas” não apenas ao acessar informações, mas também ao serem expostos a enquadramentos interpretativos. (PORTO, 2007, p. 284 apud AIRES; SANTOS, 2017, p. 14)

Nesse sentido, Luís Felipe Miguel (2019, p. 137) ressalta que, ao apresentar uma interpretação específica da realidade como sendo a própria realidade, há o estreitamento da “esfera da controvérsia legítima”, em que, segundo Daniel Hallin, vários posicionamentos são tidos como ilegítimos e, portanto, podem ser desconsiderados. Para Miguel, apesar de a ausência de pluralidade não ser um problema exclusivo do Brasil, a singularidade do caso brasileiro está no fato de que a “controvérsia legítima” nos meios de comunicação tem uma abrangência ainda menor do que a identificada entre os partidos políticos mais expressivos.

Além disso, o autor cita também a existência de um tratamento diferencial na cobertura midiática dependendo das figuras envolvidas, o que representa uma violação do código de ética jornalístico que pressupõe uma postura de indiferença em relação aos efeitos positivos ou negativos das notícias independente dos sujeitos implicados. Atrelado a isso, Miguel (2019) sustenta que os pontos de vista apresentados na mídia são reveladores “da origem de classe, dos ambientes frequentados e das expectativas e preconceitos compartilhados por jornalistas, proprietários de empresas e anunciantes” (p. 122).

Tendo em vista que os meios de comunicação funcionam como uma esfera informal da representação política, Miguel (2019) aponta que, quanto mais enviesada é esta representação, menos qualidade tem a mídia e a democracia. Diante disso, o autor defende que a ampliação da pluralidade pressupõe a existência de vontade política, acompanhada de ações que visem restringir a concentração da propriedade das empresas, fortalecer o setor público estabelecendo critérios que priorizem a excelência profissional em detrimento das pressões do mercado, além de incentivar a produção de grupos historicamente excluídos.

No contexto brasileiro, apesar das expectativas por um projeto de democratização midiática vindo dos governos petistas, é sabido que, ao chegar à presidência, o ex-presidente Lula agiu com “a mesma postura tímida que tomou em outras áreas” (Ibid., p. 130). Mesmo diante de medidas pouco expressivas ou tidas como óbvias dentro de uma democracia liberal, o governo encontrou enorme resistência entre os meios de comunicação tradicionais. Foi o caso da divulgação dos nomes dos proprietários das emissoras de rádio e TV pelo Ministério das Comunicações, em 2003, bem como dos projetos de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) e do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ).

Evidenciando sua ausência de pluralidade, a cobertura da grande mídia tratou as medidas propostas como uma tentativa de censura estatal, não abrindo espaço para debates. Como colocado por Miguel, para justificar sua posição, essas empresas se referem repetidamente à liberdade de expressão como um valor absoluto e sobreposto a qualquer outro direito, fazendo com que essa compreensão adentre o senso comum e impeça interpretações mais profundas acerca do tema.

Desse modo, o autor destaca que o conceito de liberdade de expressão sofre duas distorções de sentido. Em primeiro lugar, ao assumir que ela é um valor “plano e homogêneo” que alcança igualmente todas as formas de expressão pública. Em segundo lugar, sob a perspectiva das empresas de comunicação, a liberdade de expressão deve ser entendida como direito individual. Contrário a isso, Miguel (2019) argumenta que ela é, sobretudo, um direito coletivo, sendo imprescindível para o acesso do público a um debate político plural, composto de perspectivas e proposições diversas.

Entendida como mero direito negativo, isto é, como ausência de veto autoritário, a liberdade de expressão está igualmente acessível a quem fala em rede nacional de rádio e TV e a quem berra na rua. Mas se ela é reconhecida como sendo um instrumento necessário para que todos participem das discussões públicas, então o acesso aos meios de difusão se

torna a questão central. Da forma como os proprietários dos veículos de mídia a conceituam, a liberdade de expressão é a liberdade para eles falarem sozinhos. O resultado, para a democracia, é um debate sem pluralidade e uma cidadania desprovida dos recursos para produzir de forma esclarecida suas preferências. (p. 136).

Tendo isso em vista, antes de se articular em prol da deposição de governos, como aconteceu em 2016, a mídia busca delimitar o jogo político por meio de seu poder e influência. Assim, ela trabalha para reduzir as alternativas disponíveis aos representantes e interferir nos processos eleitorais. Dessa forma, os diferentes níveis de intervenção a que podem chegar correspondem ao quanto os veículos midiáticos se sentem impelidos a acatar as regras democráticas (MIGUEL, 2019, p. 125).

Em um cenário no qual predominava o desrespeito a tais regras, o ex-presidente Lula fez gestos explícitos em direção às grandes empresas de comunicação. Durante a crise do mensalão, em 2005, nomeou o senador Hélio Costa, um ex-funcionário da Globo, para o Ministério das Comunicações, que não era entregue a alguém tão próximo da emissora desde o governo Sarney. Já em 2006, o então presidente decidiu a batalha pela definição do padrão de televisão digital a ser implantado no Brasil de forma favorável aos interesses das redes televisivas.

Por outro lado, em frentes que não dependiam de aprovação do Congresso, os governos petistas contrariaram as elites proprietárias da mídia. Isso ocorreu com a pulverização da verba publicitária, em que de 499 veículos (pertencentes a 182 municípios) que recebiam recursos durante o governo FHC, passaram a ser beneficiados mais de 8 mil, em quase 3 mil cidades. Além disso, houve o aprimoramento da comunicação estatal, com destaque para a criação da Empresa Brasileira de Comunicações (EBC), em 2007. Em 2010, foi realizada a Conferência Nacional de Comunicação, e, em 2011, o nome dos proprietários das emissoras voltou ao site do Minicom.

Ainda assim, a orientação geral sempre foi a de evitar conflitos. Nesse sentido, Aires e Santos (2017c) expõem a existência de uma disputa simbólica em volta da questão da democratização dos meios de comunicação, nos fornecendo exemplos da narrativa que foi criada com o intuito de fortalecer a RecordTV diante do monopólio da Rede Globo e que era compartilhada à época pelo governo federal. Estando presente na inauguração da RecordNews (em 2007), um canal de televisão aberta dedicado ao jornalismo, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva exaltou a iniciativa, afirmando:

Não seria bom para o Brasil se tivesse apenas uma televisão fazendo novela. Não seria bom para o Brasil se tivesse apenas uma televisão dando informações. (...) são essas alternativas é que estão permitindo que o povo brasileiro não seja vítima de um formador de opinião pública, que não quer formar opinião pública, mas que querem induzi-la ao pensamento único, a uma verdade única, sem permitir que as pessoas tenham possibilidade de ter opções de informações. (DA SILVA, 2009, apud AIRES; SANTOS, 2017c, pp. 129-130).

Em contraste com suas afirmações atuais sobre o arrependimento por não ter feito maiores esforços para democratizar a comunicação, o ex-presidente Lula parecia esperar que uma maior pluralidade de vozes e perspectivas surgisse da convergência entre sua gestão e a expansão comunicacional do grupo comandado por Edir Macedo, que integrava, através do PRB – partido do vice-presidente José Alencar - a base de apoio do governo petista.

Tendo sido oposição ao PT até o primeiro turno do pleito de 2002, a Universal mudou de posição a partir do segundo turno daquele ano, mudança que se consolidou em 2006 e foi proporcionada pelo reposicionamento ideológico do partido, cujo alinhamento, ao longo dos anos, passou a se direcionar mais ao centro do espectro político. A parceria durou até a abertura do processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, quando o PRB abandonou os cargos que tinha no governo, retornando após a consolidação do golpe.

A respeito da estratégia da Rede Record de disputar audiência com a Globo, Aires e Santos (2017c) reconhecem seu caráter simbólico e político, apontando para a elaboração de uma grade de programação fortemente inspirada em sua maior concorrente. Assim, elas destacam que além da adoção de gêneros utilizados pela Globo, a Record também adotou nomes, cores, sons e formatos similares em seus programas.

Além disso, boa parte da equipe da emissora é ex-funcionária da adversária. Nesse sentido, as autoras fazem coro à análise de Barbosa e Brittos (2009), afirmando que “a ressignificação do padrão tecnoestético da rede retroalimenta a Teologia da Prosperidade presente na retórica dos pastores e bispos que apresentam os programas da madrugada” (AIRES; SANTOS, 2017c, p. 137).

O conceito de padrão tecnoestético, por sua vez, é definido por Bolaño (1993, p. 258) como “uma configuração de técnicas, de formas estéticas, de estratégias, de determinações estruturais, que definem as normas de produção cultural historicamente determinadas de uma empresa ou de um produtor cultural particular”. Segundo ele, essa concepção foi

originalmente denominada “padrão de qualidade” em referência à expressão “padrão Globo de qualidade”, utilizada pela emissora no intuito de se autopromover, conforme trecho destacado abaixo:

No caso, a Globo incorporou a denominação *padrão de qualidade* para designar o que considera ser sua sobreposição produtiva e distributiva na área do audiovisual. O discurso da qualidade comporta considerações de ordem estética, no âmbito da qual, mas nem só, “se colocam os critérios ligados à identidade e ao reconhecimento de uma rede, além de avaliações sobre padrões (*standard*) técnicos e sobre a feitura dos programas. A barreira estético-produtiva, definida a partir do padrão tecnoestético, liga-se à identidade, embora nem toda identidade produza barreiras. Para que a identidade funcione como barreira, tem que haver um reconhecimento de superioridade por parte do público, a ponto de preferir seus produtos e alçar a empresa à condição de líder. Envolve definições que partem de como a companhia se reconhece, faz-se reconhecer e é reconhecida. (...) “A identidade da rede consiste principalmente no fato de que são percebíveis uma linha editorial, um projeto constitutivo bem definido, e um reconhecimento também formal, que tem a ver com o estilo expressivo, com o modo de colocar-se junto ao público e de fazê-lo interagir”. Envolve opções sobre o quê e como veicular e investimentos para melhor fazer e divulgar. (BRITTOS, 2001, p. 87 apud AIRES; SANTOS, 2017c, pp. 88-89)

De acordo com Muniz Sodré e Raquel Paiva (2002), o surgimento da Globo, em 1965, se dá em uma conjuntura de aliança entre militares, empresários e tecnoburocratas. Sendo o grupo economicamente mais poderoso, ela consolida sua hegemonia também em termos de programação. Fruto de contratos entre o grupo estadunidense Time-Life e as Organizações Globo, de Roberto Marinho, os autores destacam que o *know-how* de suas produções era claramente norte-americano.

Em consequência da discrepância entre a Globo e as outras emissoras instaladas no país, Sodré e Paiva alegam que há dois padrões de programação predominantes no Brasil: “o de ‘qualidade’, ou seja, esteticamente *clean*, bem comportado em termos morais e visuais e sempre fingindo jogar do lado da ‘cultura’, e o do grotesco em que se desenvolvem as estratégias mais agressivas pela hegemonia da audiência” (2002, p. 130).

O grotesco, segundo a explicação dos autores, é associado à figura do rebaixamento. Ele tem como referência “deslocamentos escandalosos de sentido, situações absurdas, animalidade, partes baixas do corpo, fezes e dejetos”, e suscita um padrão de reações que envolve o riso, horror, espanto e repulsa. Nesse sentido, ele se torna um adjetivo capaz de

qualificar “figuras da vida social como discursos, roupas e comportamentos.” (SODRÉ; PAIVA, 2002, p. 30).

Uma problemática em trabalhar com esse tipo de distinção está no fato de que, muitas vezes, os produtos audiovisuais são taxados de grotescos simplesmente devido ao seu caráter popular, evidenciando preconceitos ligados a classe. Nesse sentido, buscamos nos apropriar do conceito discutido por Sodré e Paiva de forma crítica, entendendo que ele pode ser aplicado a programas, quadros e personagens que têm como função a depreciação e ridicularização de grupos sociais marginalizados.

Tendo isso em vista, nossa escolha por não trabalhar com programas globais está no fato de que, em seus programas de entretenimento atuais, diferente do que acontece no jornalismo, a Globo tem apostado em temáticas minimamente mais progressistas, como é o caso do *Amor e Sexo*, apresentado por Fernanda Lima, e também do novo formato do *Zorra*.

Isso não quer dizer, entretanto, que a emissora jamais agregue elementos grotescos aos seus produtos, e nem que as outras emissoras se utilizem sempre dessa estética, mas que, para os propósitos desta pesquisa, os programas de entretenimento dos canais abertos menores, sendo mais explicitamente conservadores e agregando ao seu conteúdo pautas reacionárias, foram capazes de nos fornecer uma maior abundância de exemplos de como as ideologias antipovo podem assumir uma forma grotesca - embora isso não seja regra.

3.2 Introdução aos programas analisados

Segundo Sodré e Paiva (2002), com o desenvolvimento da “sociedade de massa” e a consequente espetacularização do espaço público, passa a ser feita a associação da televisão com uma atmosfera de “praça” popular, através da qual as classes dominantes visam atualizar seu controle. Nesse processo, quanto maior a despolitização do espaço público, maiores as chances do controle ser bem-sucedido. No cenário em questão, a massa, historicamente excluída pelas elites, passa a buscar um espetáculo que lhe proporcione divertimento e integração.

Ao mesmo tempo, com o investimento da televisão em se popularizar, acontece o encadeamento da cultura popular com a indústria cultural e, mediante esse processo, as expressões simbólicas das classes economicamente desfavorecidas vão se desenraizando dos diversos lugares da cidade, ao passo que são apropriadas e recriadas pelos programas televisivos. Assim, surge o que os autores denominam de “popularesco”, ou seja, “a

espontaneidade popular industrialmente transposta e manipulada por meios de comunicação, com vistas à captação e ampliação da audiência urbana” (SODRÉ; PAIVA, 2002, p. 112).

Bem-sucedida em constituir um público proveniente das diversas classes sociais por meio da uniformização vinculada ao consumo de massa, a televisão se consolidou como um importante instrumento mercadológico na articulação do espaço público brasileiro, possibilitando que a “cultura nacional” seja associada a uma imagem de unidade, decorrente do monopólio de sentido pelas elites regionais.

Entretanto, como pontuado por Sodré e Paiva: “o que há mesmo é multiplicidade, diversidade, contradição. A ideia de unidade costuma expulsar o que não agrada às classes dirigentes: ora o índio, ora o negro, ora o camponês, ora o pobre e assim por diante. Resiste-se ao popular, tentando eliminar o que incomoda ao gosto elitista” (2002, p. 124).

Com isso, as expressões simbólicas das classes desfavorecidas são apropriadas e distorcidas na televisão mediante o encadeamento da cultura popular com a indústria cultural, o que, de acordo com a concepção de “videologia”, de Bucci e Kehl (2004), é precisamente a operação mítica na qual os agentes do poder “roubam” falas emergentes e as restituem a um lugar no qual ocorre a naturalização de determinados “códigos” em prol da estabilização dos laços sociais.

Segundo Maria Rita Kehl (2004), o sucesso dessa operação proporciona a passagem da produção da identificação à da identidade. Assim, ainda que a televisão não seja espelho da realidade, ela passa a se oferecer como reflexo da imagem que os indivíduos tendem a fazer de si e de seus pares. Como prótese do mundo, o “médium” simula familiaridade, interpelando o telespectador como alguém próximo e hiperssignificando situações, o que culmina na banalização dos conteúdos e aponta para o grotesco como solução estética (SODRÉ; PAIVA, 2002, p. 140). Assim, para os autores:

No caso específico da tevê aberta, monstruosa é quase sempre a representação do povo, contrastando com a elite consumidora. Os feios, os disformes, os miseráveis, os discriminados – seres tendencialmente colocados na lata de lixo do esteticamente correto – são exibidos como conformações “dissipativas” da imagem humana. Neles, a periferia pode reconhecer-se; deles a elite pode distinguir-se: a televisão é o lugar da síntese. (p. 141).

De acordo com os autores, em relação aos gêneros e formatos televisivos, um bom modelo de utilização do popularesco e do grotesco é o programa de auditório, que, segundo

eles, visa recriar a espontaneidade dos espetáculos públicos, pondo seus conteúdos a serviço da competição no mercado de audiência. Transpostos do rádio para a TV, os programas de auditório foram os primeiros a se popularizar no Brasil, e, permitindo a entrada do público nos locais de gravação, serviram de estímulo a outras experiências, tendo seu formato apropriado por programas humorísticos, de variedades e *talk shows*, como constataremos adiante.

Entre os programas que analisaremos, apesar de cada um ser classificado como pertencente a um gênero específico, os formatos podem coincidir. Nesse sentido, cabe elucidar que, enquanto os gêneros são definidos como “estratégias de comunicabilidade, fatos culturais e modelos dinâmicos, articulados com as dimensões históricas de seu espaço de produção e apropriação”, os formatos combinam elementos de vários gêneros. Sendo assim, “vários formatos constituem um gênero de programa, e os gêneros agrupados formam uma categoria.” (SOUZA, 2015, pp. 37-38).

Sabendo disso, desenvolveremos a seguir um breve histórico dos programas a serem analisados e descreveremos algumas das principais características de seus respectivos gêneros. É preciso ressaltar, entretanto, que eles não são estanques e podem apresentar traços híbridos.

3.2.1 *Fala que Eu Te Escuto*

Por ordem de estreia na televisão, o primeiro programa da nossa análise é o *Fala que Eu Te Escuto*, produzido pela Igreja Universal do Reino de Deus e veiculado pela RecordTV desde 1998. Apesar de ser identificado como religioso, o programa é um híbrido deste gênero com o jornalismo, como veremos à frente, e conta com um formato de “variedades”, pois se propõe a debater temas diversos e atuais, com ênfase em questões “polêmicas”. Além disso, ele é marcado pela interação frequente com a audiência, que pode opinar por telefone e através das variadas redes sociais da internet.

Antes da vinheta inicial do programa, todas as edições apresentam uma ou mais reportagens sobre o tema a ser debatido e, geralmente, são convidados “especialistas” para contribuir com a discussão. Ademais, são recorrentes as entrevistas com pessoas nas ruas, geralmente realizadas em São Paulo, e algumas vezes no Rio de Janeiro, chamando atenção

por, muitas vezes, serem feitas em áreas nobres das cidades, como a orla e bairros da zona sul.

Entre 2015 e 2018, a vinheta de abertura do *Fala que eu te escuto* não sofreu modificações consideráveis. Nela, junto a uma música instrumental, se sobrepõem, em uma tela de fundo azul, diversas imagens associadas à atualidade e temas cotidianos, como política, cultura, violência e criminalidade. Por fim, em letras garrafais, surge o nome do programa centralizado na tela, com a palavra “escuto” destacada em vermelho e as demais em branco.

O cenário do programa, por sua vez, passou por algumas mudanças entre os anos de 2016 e 2017. Até 2016, o fundo do cenário era composto por uma imagem de vários prédios iluminados sob um céu noturno. À frente dele e localizada no centro do cenário, de piso azul, havia uma televisão grande onde eram transmitidas as reportagens, entrevistas e participações por vídeo. Do lado esquerdo, ficavam duas ou mais poltronas pretas para os convidados, enquanto o apresentador, em trajes formais, permanecia de pé.

A partir de 2017, entretanto, o cenário foi ampliado, ficou mais iluminado e com cores mais vivas. O piso e alguns móveis passaram a ser de madeira, entre eles uma mesinha junto às poltronas dos convidados e um púlpito em frente à televisão, que permaneceu ao centro do estúdio. À esquerda, por trás das poltronas, podemos ver, como em uma janela, prédios sob o céu noturno, mas, diferente do que acontecia no cenário anterior, essa imagem não ocupa todo o estúdio, que passou a contar com “paredes” semitransparentes.

Tendo em vista que entre os elementos audiovisuais do *Fala que eu te escuto* há uma afinidade com a proposta de programas jornalísticos, e que as discussões pautadas pelo programa costumam ser baseadas em reportagens e notícias ligadas ao mundo real, geralmente reaproveitadas de outras produções da emissora, é possível classificá-lo como jornalístico, mais especificamente na categoria do infotainment, na qual a realidade é percebida e apresentada de forma sensacional.

Segundo Amaral (2008), a produção jornalística depende da percepção do veículo e do jornalista sobre a identidade e as necessidades de seu público-alvo. Nesse sentido, a imagem que se tem dos leitores e/ou espectadores está relacionada à constituição dos “valores-notícia”, que orientam, mais do que as pautas a serem abordadas, o enquadramento dado a elas. Para a autora, “o jornalismo se desloca para o entretenimento em todos os movimentos em que não tiver como objetivo ampliar o horizonte e o conhecimento do leitor,

o que pode ocorrer na seleção do fato, no seu enquadramento ou na estrutura da notícia.” (Ib., p. 66).

Como será visto nos exemplos analisados, esse deslocamento acontece recorrentemente no *Fala que eu te escuto* através da escolha de convidados, modos de interagir com o público, utilização massiva de recursos emocionalistas na edição de reportagens, mas também pelos apresentadores e “especialistas”, tratamento de exceções como regra e distorção de contextos para defender pontos de vista específicos. Além disso, é frequente que sejam ignorados dados científicos, enquanto se privilegiam teorias da conspiração, crenças pessoais e declarações do senso comum.

A respeito das temáticas abordadas, uma perspectiva a partir da qual elas podem ser discutidas é pela separação de categorias narrativas, entre as quais inserimos a narrativa religiosa, que permeia todo os programas, em maior ou menor grau; a narrativa dos problemas nacionais, que envolve debates sobre política, corrupção e violência, em geral, sob uma ótica punitivista, na qual, apesar de não haver discussão sobre questões de classe, elas estão presentes de forma implícita; e a narrativa em defesa dos valores da “família tradicional”, evidentemente cristã.

Até setembro de 2018, o programa contava com edições diárias com uma duração de cerca de 60 minutos, e era transmitido durante a madrugada. Tendo sido apresentado por diferentes bispos e pastores ao longo do tempo, entre eles Márcio Carotti, Edgard Brum, Walber Barbosa e Guilherme Grando, o programa foi substituído, em setembro de 2018, pelo *Inteligência e Fé*, comandado pelo bispo e genro de Edir Macedo, Renato Cardoso, que é atualmente o responsável pela IURD no Brasil. Desde então, o *Fala Que Eu Te Escuto* passou a ser transmitido exclusivamente aos domingos.

Cabe pontuar ainda que, ao final de todas as edições, o bispo dá algum parecer sobre o tema e, em seguida, o espectador é convidado para uma oração. Durante esse momento, o bispo convida os espectadores a conhecerem a Igreja Universal, enfatiza que ali não há preconceitos e todos são bem-vindos (geralmente, são citados católicos, evangélicos e espíritas), afirmando também, que, aquele momento não tem a ver com religião, mas com fé.

3.2.2 *SuperPop*

O *SuperPop*, programa de auditório apresentado desde 2001 pela ex-modelo Luciana Gimenez, estreou em 15 de novembro de 1999 (inicialmente sob o comando de Adriane Galisteu), no mesmo dia em que começaram as transmissões de sua emissora, a RedeTV! (Substituta da antiga TV Manchete), de propriedade dos empresários Almicare Dallevo Jr. e Marcelo de Carvalho, que foi casado com Gimenez entre 2006 e 2018. Atualmente, o programa é exibido às segundas e quartas, a partir das 22h15, e dura 75 minutos.

Conforme explicitado por Souza (2015), os programas de auditório são caracterizados pela diversidade de atrações e recursos utilizados em uma mesma edição, o que lhes aproxima de uma linguagem circense e, segundo o autor, ajuda a explicar o fato de, atualmente, o gênero ser classificado pelas emissoras como de “variedades”. Além disso, a reclassificação é explicada também como artifício criado para não associar aos programas a imagem de popular.

Caracterizados por ocupar um longo período da programação e abrir espaço para todo tipo de patrocínio, os programas deste gênero podem ser apresentados ao vivo, ter participação do público e de convidados. No caso do *SuperPop*, o auditório lotado serve como recurso cenográfico para dar a ideia de interesse do público, que dificilmente participa do programa. Além disso, marcado pelas inserções de *merchandising*, o programa é responsável por um dos maiores faturamentos da RedeTV!.

Entre 2015 e 2018, a vinheta do programa era composta por imagens refletidas de Luciana Gimenez fazendo “caras e bocas” em um fundo de figuras geométricas douradas e brilhantes. As figuras se movem até formar as letras que compõem o nome do programa e de sua apresentadora, e, nesse segundo momento, as letras douradas se destacam diante de um fundo branco. Apostando na associação com o luxo, o cenário do programa se utiliza das mesmas cores da vinheta, e, a depender das circunstâncias, no centro do palco pode estar localizado um sofá, poucas cadeiras, uma mesa com cadeiras em volta ou um painel que serve para jogar com os convidados.

O *SuperPop* aborda pautas variadas, possui diferentes quadros e apela constantemente para assuntos inusitados e “polêmicos”, como consta na própria descrição do programa fornecida no site da emissora: “Cheio de bom humor, polêmica e curiosidades, o *SuperPop* traz a cada dia um assunto diferente que vai fazer você ficar grudado na televisão.” (REDETV!, 2020). Alguns dos temas frequentemente abordados no programa giram em torno da vida dos famosos, sexualidade, estética e relacionamentos.

Quando se trata de política, apesar de já ter entrevistado figuras de esquerda, como a ex-presidenta Dilma Rousseff, ainda enquanto pré-candidata, em 2010, e o ex-deputado Jean Wyllys, em 2014, o programa tem um histórico muito mais alinhado à direita. Indo desde os norte-americanos Arnold Schwarzenegger (2013) e Donald Trump (2016), até os brasileiros Marco Feliciano (2015, 2017, 2018), Alexandre Frota (2013, 2017, 2018), Luciano Hang, proprietário das lojas Havan (2016), e o próprio Jair Bolsonaro. Segundo levantamento realizado por Piaia e Nunes (2018), Bolsonaro esteve no programa 11 vezes entre 2010 e 2018, número que não inclui sua última participação, já eleito presidente, em outubro de 2018.

Tendo isso em vista, o *Superpop* (seguido do *Pânico*) foi, pelo menos desde a última década, o programa de televisão que mais contribuiu para a construção da imagem pública do atual presidente, ajudando, portanto, na formação e expansão de seu capital político a nível nacional. Para isso, o programa se utilizou de uma narrativa que associa Bolsonaro à honestidade, como alguém que não hesita em expor suas ideias polêmicas, mas possui boas intenções e não se envolve em escândalos de corrupção.

Nesse sentido, vale ressaltar o reconhecimento do político em relação à visibilidade que adquiriu com o programa, chegando a afirmar que “aqui tudo começou” (GIMENEZ, 2017). Ademais, a apresentadora chegou a ser convidada para um café da manhã entre o presidente e jornalistas para discutir a reforma da previdência. Junto com o apresentador Ratinho, ela foi contratada pelo governo para fazer propaganda da reforma, que acabou sendo promulgada em novembro de 2019.

Também em 2019, durante o desfile de 7 de setembro realizado em Brasília, o vice-presidente da Rede TV, Marcelo Carvalho, postou em seu *Twitter* uma foto ao lado de outros proprietários de emissoras televisivas: Sílvio Santos, do SBT, e Edir Macedo, da RecordTV, além do chefe da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) do governo, Fabio Wajngarten, e o ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, o general Luiz Eduardo Ramos. Na legenda, a frase: “Três Redes de televisão unidas pelo Brasil”. Antes disso, os três empresários figuravam ao lado de Bolsonaro no palanque do evento.

Figura 10 - Donos de emissoras participam de desfile de 7 de Setembro com Bolsonaro



Fonte: UOL Notícias (2019)

3.2.3 *Pânico na Band*

O *Pânico na Band* foi um programa humorístico televisionado entre 2012 e 2017, embora tenha contado com uma primeira versão transmitida entre 2003 e 2012 pela RedeTV. Ainda antes disso, desde 1993, o *Pânico* já era um programa radiofônico pertencente à Jovem Pan e segue existindo até os dias atuais. Na televisão, o programa possuía um formato de auditório, contando com a presença do público, além de diversos integrantes, em geral, humoristas.

Em todas as suas versões, o *Pânico* foi apresentado por Emílio Surita, que segue no comando do programa de rádio. Embora se posicione publicamente como alguém “antipolítica”, o apresentador é irmão da atual prefeita de Boa Vista (RR), Teresa Surita (MDB), que é ex-esposa de Romero Jucá, presidente do MDB e um dos principais articuladores do golpe de 2016.

A Rede Bandeirantes, por sua vez, foi fundada em 1967 pelo empresário João Jorge Saad. Genro do ex-governador de São Paulo, Ademar de Barros, que havia comprado a Rádio Bandeirantes em 1948, Saad assumiu o controle da empresa em 1951. Ainda na década de 1950, o empresário recebeu do presidente Getúlio Vargas uma concessão para explorar um

canal de televisão em São Paulo, o qual foi transformado em rede mediante a aquisição de outras emissoras nas décadas seguintes. Atualmente, a rede é presidida por Johnny Saad, filho do fundador, e ocupa o quarto lugar em audiência e faturamento entre os canais brasileiros.

O *Pânico na Band* mudou três vezes sua vinheta de abertura entre os anos de 2014 e 2017, embora elas fossem sempre compostas de animações que remetiam a desenhos animados para adultos, com abundância de cores, elementos visuais psicodélicos e diversas referências a uma cultura jovem e urbana. A fetichização do sexo feminino, uma constante do programa, também esteve presente em todas as suas aberturas, através de imagens de mulheres dançando de biquíni e roupas íntimas. Além disso, há ainda a presença de uma espécie de metalinguagem, tendo em vista que, em todas as versões, a arte fez referências à televisão.

Voltado para um público jovem e predominantemente masculino, entre 2014 e 2015, o *Pânico* tinha em sua abertura uma animação com vários elementos surreais, como um skate guiado pela “pata” de uma ave que dispara ovos, figuras híbridas com cabeças de animais e corpos humanos, um dragão derrubando prédios, mulheres com asas, entre outros. De 2016 a 2017, as características citadas anteriormente permaneceram, mas acrescentando o recurso da colagem, em que animações interagem com imagens reais.

Em 2017, as referências ao grafite, que já existiam nas outras aberturas, passam a ser predominantes, aparecendo em muros, trens e banheiros. Ao final da vinheta, inclusive, o nome do programa surge em amarelo e verde, como se tivesse sido pichado em um muro branco. Há também a apropriação e descontextualização de signos do mundo real - como a “pichação” do rosto da Mona Lisa, de Da Vinci, e da figura de um punho cerrado segurando uma flor (popularmente associada à ideia de resistência pacífica) - na qual eles foram esvaziados de seu sentido original e ressignificados como mercadoria.

Segundo a página do *Pânico na Band* na Wikipédia, as músicas-tema do programa foram compostas pelo produtor musical Rick Bonadio, e, assim como as artes, elas também passaram por mudanças ao longo do tempo. As letras das composições, embora diferentes a cada ano, têm em comum a ideia de imediatismo, rebeldia, de que é preciso viver e ser feliz “aqui e agora”, pois não há tempo a perder.

Alguns trechos que exemplificam essa mensagem são: “A vida é para viver agora, não depois. Faça tudo que eu quero agora, não depois” (2014-2015); “Não tem mais tempo pra perder. Se ‘tava’ errado, é hora de esquecer. Bom é o que te faz sorrir, só importa o que

te faz feliz.” (2016). Além disso, inicialmente, a parte instrumental das músicas podia ser identificada pelo gênero do rock com presença de instrumentos de metal, mas, em 2017, o gênero foi substituído pelo rap, em sintonia com o cenário cultural representado pelos desenhos.

Como é frequente no gênero humorístico, o *Pânico* não se utilizava apenas do formato do auditório, mas também contava com quadros e esquetes que simulavam reportagens, telejornais, videoclipes e outros (SOUZA, 2015, p. 97). Para esta pesquisa, nos detivemos na análise de quadros marcados pelas sátiras políticas, como os que traziam a personagem “Dilma Duchefer”, entre 2014 e 2016, e o quadro denominado “Mitadas do Bolsonabo”, que foi ao ar do início de 2017 até o encerramento do programa. Ambos os personagens eram interpretados pelo comediante Márvio Lúcio, conhecido como Carioca, e, ideologicamente alinhado à direita.

Além dos quadros acima, incluímos também em nossa análise uma entrevista concedida pelo então deputado Jair Bolsonaro no quadro do “Poderoso Castiga” – no qual Eduardo Sterblich interpretava um caricato pastor exorcista - em 27 de março de 2014. A entrevista, além de relevante por trazer colocações do futuro presidente, representa um ponto fora da curva em relação aos outros programas analisados que contaram com a presença de Bolsonaro. Isso porque, apesar de ele ter tido a possibilidade de expor suas opiniões ultrapolíticas, em nenhuma outra oportunidade foi tão abertamente confrontado e criticado por quem o entrevistava.

Em relação aos quadros que se propõem a imitar figuras políticas, a diferença na abordagem dos personagens merece destaque e evidencia o caráter reacionário e misógino do programa. A personagem Dilma Duchefer era retratada por meio de traços caricaturais masculinos e autoritários, sua voz era grossa e ela estava sempre gritando. Ao mesmo tempo, referências a ela, Lula e o PT eram recorrentemente associadas a roubo, corrupção e autoritarismo.

Já quando aparecia o personagem Aerso Nerso (interpretado por Wellington Muniz, conhecido como Ceará), na época da eleição presidencial de 2014, ele era retratado como sendo o estereótipo do mineiro inocente e infantil, uma referência ao personagem Nerso da Capitinga, nacionalmente conhecido a partir da Escolinha do Professor Raimundo (1957-2001), comandada por Chico Anysio. Além dessa diferença de tratamento, em diversas edições, o *Pânico* se posicionou claramente contra a reeleição de Rousseff e, logo em seguida, a favor de seu *impeachment*.

Por outro lado, o quadro “Mitadas do Bolsonaro”, que contou com 33 episódios, mostrava um personagem com comportamento e trejeitos muito semelhantes ao do então deputado. Sendo gravado em praças, o personagem era colocado em contato direto com o público, que podia interagir e fazer perguntas. Sempre acompanhado de uma banda militar e rodeado de homens vestidos com uma camisa com a palavra “Mito” estampada, o personagem Bolsonabo se caracterizava pela “franqueza” politicamente incorreta, e simplesmente reproduzia alguns dos pensamentos preconceituosos já associados a Jair Bolsonaro.

O quadro, condizente com a figura que buscava representar, era marcado por discursos estereotipados e discriminatórios acerca, principalmente, de questões de gênero, mas também raciais e relacionadas a direitos humanos. Além disso, a exaltação da masculinidade e da violência eram recursos constantes. Diferente das esquetes com Dilma Rousseff, o personagem Bolsonabo não era ridicularizado, mas enaltecido e humanizado, com homens gritando “mito!” a cada resposta dada. Nesse sentido, o quadro teve um apelo propagandístico tão forte que foi seguidamente compartilhado pelo então candidato a presidente.

Entre os programas analisados nesta dissertação, o *Pânico na Band* é o que mais apresenta aspectos grotescos. Condizente com as explicações de Sodré e Paiva (2002) sobre o imaginário das elites republicanas incapazes de se identificar com as classes populares, a presença do povo no programa se fazia sempre de forma caricata, como objeto de riso e humilhação.

Assim, é possível afirmar que, sob a justificativa da liberdade de pensamento e expressão: “A hilariedade sempre foi um vitorioso recurso universal na mídia, mas agora se impõe com um novo estilo, em que a crueldade – entendida ora como gozo com o sofrimento do outro, ora como nenhuma contemplação ética para com o tema em pauta – é o traço principal”. (Ib., p. 132).

3.2.4 *The Noite*

Tendo em vista que já discorreremos no primeiro capítulo acerca do gênero *talk show* e, especificamente, sobre o programa apresentado por Danilo Gentili, que estreou no SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) em 2014, é válido realizarmos uma breve explanação sobre a emissora do empresário Senhor Abravanel (popularmente conhecido como Silvio Santos),

que ocupa atualmente o segundo lugar na audiência das televisões brasileiras, perdendo apenas para a Globo.

Desde 1976, após concessão assinada pelo ditador Ernesto Geisel, Abravanel já era proprietário de uma emissora, denominada TVS. Além disso, no momento final da ditadura militar, o então presidente João Batista Figueiredo fez a distribuição de outorgas de rádio e televisão entre correligionários e amigos, com o objetivo de fortalecer as redes nacionais que poderiam concorrer com a Globo, já que o domínio de um único grupo sobre o mercado era tido como politicamente perigoso (MOTTER, 1994, p. 137).

Assim, as emissoras que faziam parte da extinta Rede Tupi foram distribuídas entre o grupo de Sílvio Santos e o grupo Bloch, da Rede Manchete, possibilitando a criação do SBT, em 1981. Na época, a forma apressada com que a distribuição foi feita e o fato de o governo ter violado o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) para permitir que Abravanel tivesse dois canais em um mesmo município, chamaram a atenção da imprensa, que especulou que o empresário teria sido favorecido – após vários encontros com o então presidente - por atender aos interesses políticos do governo.

Em seguida, o apresentador criou um programa denominado *A semana do presidente* para exaltar os feitos do governo militar, mas que acabou sendo transmitido por mais de vinte anos. Já em novembro de 2018, poucos dias após a eleição de Jair Bolsonaro, o SBT passou a exibir uma série de vinhetas com mensagens nacionalistas, as cores da bandeira e ao fundo o hino nacional, o da marinha ou a música “Pra frente, Brasil”, popularizada na Copa de 1970, durante a ditadura. Mas a frase que mais chamou atenção e recebeu críticas, sendo retirada do ar no mesmo dia, foi “Brasil, ame-o ou deixe-o”, tendo em vista que ela foi utilizada como slogan do regime militar durante o período Médici (SBT, 2018).

Além disso, tendo se dedicado aos programas de auditório desde o início de sua carreira, com a estreia do *Programa Sílvio Santos* ainda em 1963 pela TV Paulista, Abravanel tornou esse gênero tradicional em sua emissora, e, apostando sobretudo no entretenimento, o canal se consolidou com um estilo marcadamente popularesco. De acordo com Paiva e Sodré, “nele, não se medem palavras e pode-se rir de tudo – do sofrimento, da dominação, da brutalidade, do ridículo alheio – como se fosse passada a mensagem sub-reptícia de que nada de humano pode mais se esperar do Outro e de que a seriedade indignada não leva a parte alguma” (2002, p. 132).

Nesse sentido, é perceptível um alinhamento entre as posições da emissora e os posicionamentos do programa *The Noite*, que, sob o argumento da liberdade de expressão e

do politicamente incorreto, se vale do aspecto humorístico para reafirmar visões de mundo conservadoras, estereotipadas e cínicas. Com isso, Gentili vem se firmando como um representante midiático da direita pós-política, o que podemos notar também pela escolha de seus convidados que, muitas vezes, são formadores de opinião de direita, embora alguns tenham se reposicionado ideologicamente nos últimos anos.

Entre os entrevistados do programa, nos últimos anos, estiveram figuras como Reinaldo Azevedo (2014), Luiz Felipe Pondé (2015, 2019), Rachel Sheherazade (2014, 2015), Marcelo Tas (2015, 2019), Marcelo Madureira (2015), João Dória (2016), Oscar Maroni (2016), Marco Antônio Villa (2016), Márvio Lúcio (2017, 2018), Arthur do Val, conhecido como Mamãe Falei (2017), Lobão (2015, 2017), o “príncipe” Dom Bertrand (2017), Luciano Hang (2018) Felipe Moura Brasil (2019), Leda Nagle (2016, 2019), membros do MBL (2019) e até um grupo de terraplanistas (2019). Em contrapartida, as únicas pessoas entrevistadas declaradamente de esquerda foram Pitty (2014), Bela Gil (2016), Marcelo D2 (2016) e Pedro Cardoso (2017).

Vale salientar ainda, que, ao longo dos anos, algumas alterações tem sido realizadas na vinheta de abertura do programa, mas nem todas as versões estão disponíveis no *Youtube*, plataforma pela qual tivemos acesso ao conteúdo analisado. Em 2018, por exemplo, o *The Noite* começava com uma música de rock instrumental e a locução de Diguinho, radialista e comediante que integra o elenco. Ele anunciava o início do programa, ao mesmo tempo em que aparecia a simulação de um letreiro de onde saíam “faíscas”, com o nome do programa em azul e branco, e o de Danilo Gentili abaixo em amarelo. No fundo, uma imagem noturna com prédios e luzes borradas.

Em seguida, surgem imagens com efeito de time-lapse, no qual os eventos são apresentados de forma acelerada. Sempre com imagens noturnas, podemos ver carros no trânsito, pessoas em um bar, pichações na rua, um ônibus passando e um prédio com um outdoor onde vemos a foto e o nome do entrevistado do dia, também anunciado pelo locutor. Depois, são exibidas imagens de locais turísticos de diferentes cidades brasileiras, em especial, Rio de Janeiro e São Paulo, e, em frente a eles, os integrantes do elenco, incluindo a banda Ultraje a Rigor. Por último, surge um outro letreiro, agora em vermelho, onde está escrito “Aberto”.

O cenário do programa também sofreu pequenas alterações ao longo do tempo, embora tenha mantido referências ao teatro, a paleta de cores (com predomínio do azul e marrom), além de imagens urbanas e noturnas ao fundo. Gentili, que está sempre de terno e

gravata, ocupa uma mesa à direita do cenário, enquanto dois sofás azuis ficam à sua esquerda (até 2015, um deles era vermelho).

Há ainda um palco específico para a banda, à esquerda do cenário, e um local para o locutor Diguinho, que antes ficava sentado em um espaço parecido com a saída de um teatro, e foi posteriormente transformado em um elevador de aspecto antigo, com grades douradas. Já os convidados entram no palco através da abertura de uma cortina de teatro, que até 2015 era vermelha e utilizada também durante os monólogos do apresentador, mas a partir de 2016 deixou de ser usada para essa finalidade e passou a ter a cor azul.

3.3 Análise dos programas

A seguir, faremos a análise dos programas selecionados a partir de sua divisão entre três categorias temáticas que apareceram de forma recorrente durante a pesquisa, elas são: “Despolitização, viralatismo e corrupção”, “Religião, questões morais e de gênero” e “Punitivismo, racismo e preconceito de classe”. Nesse sentido, antes de iniciarmos, é válido pontuar que foram selecionados e transcritos 45 vídeos, 5 referentes ao ano de 2014, 8 referentes a 2015, 11 veiculados em 2016, 14 em 2017 e 7 em 2018.

Vale salientar que, uma dificuldade enfrentada durante a pesquisa diz respeito à ausência de acervos que disponibilizem os conteúdos transmitidos pelas emissoras televisivas, embora sua disponibilização seja de interesse público e científico. Com isso, por mais que tenhamos buscado trabalhar com conteúdos na íntegra, analisando-os da forma mais fidedigna possível, alguns fatores podem prejudicar a abrangência da pesquisa, como o recorte dos programas entre blocos inexistentes quando transmitidos pela televisão, liberação de apenas algumas partes, corte das vinhetas nos vídeos postados na *Internet*, qualidade da imagem e do som, além da quantidade limitada de programas que podem ser acessados.

O critério de seleção do número de vídeos a serem analisados em cada programa se baseou em sua duração e na frequência com que são veiculados. Sendo assim, devido ao fato de o *Fala que eu te escuto* ter sido um programa diário até 2018, selecionamos 12 de suas edições, com os temas: *Impeachment* (2016), eleição de Crivella (2016), pena de morte no Brasil (2016), bolsa família (2016), jeitinho brasileiro (2017), corrupção verde e amarela (2017), humor e arte para crianças (2017), ideologia de gênero (2018), redução da maioria

penal (2018), ocupação de propriedades (2018), policial que mata bandido (2018) e crise de sinceridade (2018).

Em relação ao *SuperPop*, que é transmitido duas vezes por semana, foram selecionadas cinco entrevistas, todas com cerca de uma hora ou mais. Os entrevistados foram: Jair Bolsonaro, duas vezes em 2016 e uma vez em 2017, Luciano Hang (2016) e Marco Feliciano (2018). Já o *Pânico na Band*, que era transmitido exclusivamente aos domingos, teve 14 vídeos selecionados, sendo que apenas um deles tem mais de 10 minutos. Nesse caso, foi selecionada uma entrevista de Jair Bolsonaro no quadro do “Poderoso Castiga” (2014), com Eduardo Sterblich, seis esquetes protagonizadas pela personagem “Dilma Ducheife”, entre 2014 e 2016, e sete esquetes protagonizadas pelo personagem “Bolsonabo”, durante o ano de 2017.

Ademais, são 14 vídeos referentes ao programa *The Noite*, que é transmitido de segunda a sexta, sendo 9 monólogos curtos, com poucos minutos de duração, e 6 entrevistas que duram de 20 a 30 minutos. Os entrevistados são: Reinaldo Azevedo (2014), Luiz Felipe Pondé (2015), Rachel Sheherazade (2015), Arthur do Val, conhecido - devido ao seu canal no Youtube - como Mamãe Falei (2017), Lobão (2017) e Luciano Hang (2018). Sendo que a entrevista de Arthur do Val foi transmitida no mesmo dia em que ocorreu um dos monólogos. Todos os programas, bem como sua data de transmissão e a duração que tiveram, podem ser encontrados ao fim desta seção.

Por último, apresentaremos, em ordem crescente, os temas que mais apareceram durante os programas analisados: “Punitivismo, racismo e preconceito de classe” apareceram nas discussões de 21 programas diferentes, “Religião, questões morais e de gênero” estão presentes em 26 programas e “Despolitização, viralatismo e corrupção” constam em 32 programas.

A opção por separar os programas em temáticas tem como intuito organizá-los de forma a evidenciar que seus discursos possuem uma unicidade e um encadeamento ideológico. Nesse sentido, vale destacar que, em geral, as pautas se atravessam, e, por isso, não devem ser entendidas como categorias desconectadas. Ainda assim, quando formos tratar de cada tema separadamente, explicaremos os critérios usados em sua divisão e quais as pautas incluídas em cada um deles.

Tabela 1 - Relação dos programas analisados

Programa	Entrevistado(a)/Quadro	Data	Duração
The Noite	Reinaldo Azevedo	25/11/14	20:30
	Luiz Felipe Pondé	05/10/15	26:38
	Rachel Sheherazade	12/11/15	24:46
	Lobão	08/08/17	28:46
	Luciano Hang	11/12/18	30:36
	Monólogo: Panelaço	10/03/15	2:30
	Monólogo: Manifestações de 15 de março	16/03/15	2:30
	Monólogo: Danilo revela o segredo da dieta de Dilma	18/05/15	0:44
	Monólogo: Ratos invadem plenário	09/04/15	1:19
	Monólogo: Sobre a diminuição dos ministérios	05/08/15	2:30
	Monólogo: Lula é o novo ministro da Casa Civil	17/03/16	2:45
	Monólogo: Danilo fala sobre a visita de Dilma à NY	22/04/16	1:41
	Monólogo: Afastamento de Dilma	12/05/16	1:00
Superpop	Jair Bolsonaro	15/02/16	1:02:52
	Jair Bolsonaro	31/10/16	2:05:25
	Luciano Hang	15/12/16	12:46
	Jair Bolsonaro	23/10/17	58:47
	Marco Feliciano	27/06/18	1:08:17
Pânico	Poderoso Castiga Bolsonaro	27/04/14	11:33
	Novela da Eleição - Segundo Turno	19/20/14	11:33
	Novela da Eleição - Comemoração de Dilma	02/11/14	6:26
	Dilma Ducheife cria SDT, Sistema Dilma de Tv	09/11/14	7:57
Dilma Ducheife: Povo no Café da Manhã	08/03/15	4:41	

	E agora Dilma? - E01 (Procurando Trampo)	17/04/16	5:48
	E agora Dilma? - E03 (No Dia do Trabalho)	01/05/16	6:00
	Mitadas do Bolsonaro - E01	26/03/17	5:41
	Mitadas do Bolsonaro - E02	02/04/17	5:25
	Mitadas do Bolsonaro - E09	04/06/17	7:37
	Mitadas do Bolsonaro - E16	30/07/17	8:09
	Mitadas do Bolsonaro - E17	06/08/17	11:08
	Mitadas do Bolsonaro - E25	22/10/17	9:54
	Mitadas do Bolsonaro - E26	29/10/17	9:49
	Mitadas do Bolsonaro - E33	17/12/17	8:43
Fala que eu te escuto	Você é contra ou a favor do impeachment	23/08/16	59:05
	Rede Globo, Uol e Veja perderam as eleições	01/11/16	56:02
	Pena de morte no Brasil	02/11/16	1:17:58
	Bolsa Família	15/11/16	1:10:02
	Jeitinho Brasileiro	31/01/17	29:36
	Corrupção verde e amarela	13/09/17	55:51
	Humor e arte para crianças	18/10/17	47:47
	Redução da maioria penal	27/04/18	52:56
	Ocupação de propriedades	08/05/18	51:04
	Policia que mata bandido	23/05/18	52:58
	Sexo só existem dois ou quantos as pessoas quiserem?	06/04/18	47:01
	Crise de sinceridade	13/06/18	54:13

Fonte: Elaboração própria.

3.3.1 *Punitivismo, racismo e preconceito de classe*

Algumas das temáticas mais recorrentes que pudemos identificar durante a análise dos programas selecionados se voltaram para o punitivismo e, junto a ele, para a crítica que algumas figuras de ideologia ultrapolítica fazem à existência de direitos humanos. Nesse sentido, observaremos algumas falas e opiniões que envolvem distorções sobre a noção de segurança pública, reforços à ideia de que mais punição ocasiona menos criminalidade, de que defensores dos direitos humanos defendem bandidos e apelo à espetacularização da violência.

Além disso, com base no que foi discutido no subcapítulo 2.3 e também na recorrência com que as pautas contrárias aos direitos humanos apareceram em conjunto com as relativas à nossa formação social colonialista, defendemos a pertinência de conjugá-las em um mesmo tópico. Com isso, atestaremos a presença de discursos racistas e classistas, que podem estar atrelados também a narrativas “viralatistas”, representando uma intersecção entre o tópico atual e o de “Despolitização, viralatismo e corrupção”, tendo em vista sua relação intrínseca com a percepção dos/as brasileiros/as sobre si mesmos.

Nossa análise se inicia com uma entrevista concedida por Jair Bolsonaro ao *Pânico na Band* em 27 de março de 2014, no qual ele foi entrevistado pelo personagem do excêntrico pastor “Poderoso Castiga”, interpretado por Eduardo Sterblich. No início do programa, assim como aconteceu em todos os outros vídeos que analisamos com a presença do então deputado, a primeira característica com a qual ele foi associado foi a de sua personalidade “polêmica”.

Figura 11 - Jair Bolsonaro e “Poderoso Castiga”



Fonte: Fabiano Amorim (2014)

Ainda no primeiro minuto da entrevista, pudemos constatar uma percepção ultrapolítica sobre a ideia de direitos humanos, ancorada em crenças punitivistas. Na situação, o deputado se referia ao massacre do Carandiru, uma chacina ocorrida em 1992, quando uma intervenção da Polícia Militar assassinou 111 detentos da Casa de Detenção de São Paulo. Ao ser questionado sobre suas declarações em defesa da pena de morte, Bolsonaro rebateu, com o dedo em riste em boa parte da fala:

Isso aí foi na questão de Carandiru. E agora, os integrantes de 9 de julho aqui em São Paulo condenam aqueles policiais militares que mataram 111 marginais dentro de Carandiru. A covardia, tão condenando quem era cabo e soldado naquela época. Agora, se esses 111 casos não tivessem morrido naquela época, quantos inocentes? Quantos teriam executado, quantos teriam sequestrado, esses 111 que saíram de lá? Pra mim, tem que ter pena de morte no Brasil.

Tem presídio americano proibindo tiro de advertência, ou seja, o vagabundo se amotinou, o cara tem que atirar no meio deles. Então, o que acontece: o vagabundo sabe que o direito dele é não ter direito. E, aqui não, o marginal tem mais direito do que você, babaca, trabalhando e pagando imposto. Qual o paredão que teve aqui no Brasil? (PROGRAMA PÂNICO, 2015a)

Pouco depois, o entrevistador lê para Bolsonaro algumas de suas declarações anteriores:

Poderoso Castiga - "Eu sou a favor da pena de morte. No entanto, sou a favor que a pessoa seja julgada. Não é chegar lá e matar." "Eu defendo a tortura. O traficante que age nas ruas contra os nossos filhos tem que ser colocado no pau de arara imediatamente. Não tem direitos humanos nesse caso, é pau de arara e porrada. Para sequestrador, a mesma coisa, o cara tem que ser arrebitado pra abrir o bico."

Diante disso, o então deputado ri e reitera suas declarações, que incluíam referências a métodos de tortura utilizados durante a ditadura militar, se valendo de uma retórica emocionalista ao sugerir que os espectadores imaginassem como seria ter um filho sequestrado. Ao mesmo tempo, ele fez uso de uma linguagem que reduz o Outro ao status de sub-humano, se referindo a pessoas que cometeram crime como "bandidos", "vagabundos" e "marginais".

Ao ser entrevistado por Luciana Gimenez, no programa *Superpop*, durante três ocasiões diferentes, duas em 2016 e uma em 2017, Bolsonaro seguiu usando a mesma narrativa e os mesmos termos. Entretanto, o tratamento concedido a ele foi mais brando. Sempre tratando suas posições como polêmicas, e jamais como criminosas ou discriminatórias, o programa do dia 15 de fevereiro de 2016 se inicia com um vídeo com vários trechos de falas do deputado e uma voz off que o descreve como: "Conservador, defende temas polêmicos como o período da ditadura militar, a tortura aos criminosos e a redução da maioria penal". (...) Pai de cinco filhos e representante de quase meio milhão de eleitores, Jair Bolsonaro tem milhares de fãs que compactuam com sua opinião". (BOLSONARO BRASIL, 2016).

Assim, a defesa da ditadura e da tortura são reduzidas a questões polêmicas, quando, segundo a própria legislação brasileira, esse tipo de apologia é considerada crime. Por outro lado, o programa tende a humanizar Bolsonaro ao ressaltar sua paternidade, e naturaliza seus discursos de ódio ao, primeiramente, destacar o fato de que milhares de apoiadores compartilham de sua visão e, em segundo lugar, referir-se a ela como simples "opinião".

Ao longo da edição, Gimenez faz uma série de perguntas sobre pautas que Bolsonaro costumava abordar enquanto deputado e, na medida em que as perguntas são feitas, breves matérias relacionadas aos temas são exibidas. Ao tratar da redução da maioria penal, é

exibida uma pequena reportagem que corrobora com a perspectiva do entrevistado, possibilitando que suas afirmações posteriores sejam mais palatáveis.

14:45 Voz Off - Crimes que chocaram o Brasil. A dor da perda e a vontade de mudança. Será que chegou a hora de reduzir a maioridade penal? O número de crimes com a participação de menores, cresce em várias regiões do Brasil. De acordo com a lei, o criminoso que corromper um menor a cometer infração penal, pode pegar de 1 a 4 anos de prisão. Mas essa pena parece não intimidar os adultos. Veja agora o relato de um jovem de apenas 12 anos, que foi usado por um maior numa tentativa frustrada de assalto.

15:26 Garoto - População só quer fazer isso com os outro [sic], rapaz. O cara pegar só presta matando essa população.

15:33 Repórter - E o que vocês fazem com a população?

15:37 Garoto - Mas oxe, se vir eu mato ele [sic]...

15:40 Repórter - Agora, por que roubar?

15:40 Garoto - Oxe, porque eu quero.

15:45 Repórter - Tu estuda?

Garoto - Estudo não.

Repórter - Faz nada, né?

Em seguida, Gimenez afirma que a cena lhe dá “uma dor no coração”, ao que Bolsonaro rebate que, se for para a rua, a criança vai matar mais gente. E, posteriormente, usa os Estados Unidos como exemplo de “civilização”, alegando que, naquele país, o garoto pegaria prisão perpétua. Já ao se referir à redução da maioridade, o político critica deputadas por se dizerem defensoras das mulheres mas votarem contra sua proposta, o que, segundo ele, é um aval para continuar estuprando e matando, afinal, “são bandidos, marginais e vagabundos mesmo (...) não tem recuperação.”.

Figura 12 - Bolsonaro no SuperPop



Fonte: Bolsonaro Brasil (2016)

Mais à frente, ao abordar a questão da segurança pública, o programa exhibe trechos de falas de Bolsonaro no Congresso, em situações nas quais ele afirmou que “violência se combate com violência” e que a Polícia Militar tinha que matar mais. Ao voltar para o programa, o deputado defende o excludente de ilicitude, que, segundo ele, seria uma “retaguarda jurídica” para o trabalho do policial, ao que a jornalista Simone Garutti, que ajudava a conduzir a entrevista, responde em concordância.

Gimenez, por sua vez, concorda com Bolsonaro em algumas situações, principalmente quando ele cita a legislação estadunidense, pela qual se declara apaixonado. O então deputado exalta o rigor da lei norte-americana e afirma que, no Brasil, “o cara detido passa a ter direito a tudo”, ao que Luciana responde: “Aliás, o Brasil é o único país que tem visita íntima, né?”. Tendo em vista que essa informação não condiz com a realidade, ela corresponde a um processo de distorção em que o telespectador é induzido a perceber o país como uma exceção que está na contramão das nações “desenvolvidas”, ao mesmo tempo em que é fortalecida a ideia de que a solução é punir mais.

No programa do dia 23 de outubro de 2017, quando perguntado se Champinha¹² estava preso, Bolsonaro confirmou e fez críticas ao fato de o criminoso ter sido internado, afirmando que ele estaria “numa vida boa”. Segundo o deputado, a violência no Brasil seria resultado de uma “inversão de valores”. Além disso, ele afirma que: “É pra isso que serve a política de direitos humanos no Brasil. Pra dar esse tipo de tratamento vip para bandidos.” Gimenez responde concordando e repete três vezes que isso é “palhaçada”. Por sua vez, Bolsonaro conclui: “ser criminoso no Brasil é vantajoso. Tem progressão de pena, tem visita íntima, tem tudo que se possa imaginar.”, o que a apresentadora incorretamente reafirma só existir no Brasil (GIMENEZ, 2017).

A respeito da narrativa que relaciona impunidade e violência, podemos constatar sua recorrência em alguns programas, especialmente nas seguintes edições do *Fala que eu te escuto*: “Pena de morte no Brasil” (2016), “Corrupção verde e amarela” (2017), “Redução da maioria penal” (2018), “Policial que mata bandido” (2018), mas também na entrevista de Rachel Sheherazade concedida ao *The Noite* (2015g). Nela, a jornalista estava promovendo seu livro “O Brasil tem cura”, e foi questionada por Gentili:

07:43 Danilo G. - Você acha que a violência é uma doença ou é um sintoma de que... da doença verdadeira.

07:49 Rachel S. - É, eu acho que ele é mais um sintoma, né? Por que a violência é um lado, até intrínseca ao ser humano, né? Desde que o mundo é mundo o homem é um ser violento. A violência faz parte da natureza. Mas a violência que se institucionalizou no Brasil é uma violência que já foi banalizada, né? É a violência pela violência, né? Ela não tem mais uma justificativa.

08:14 Danilo G. - É assim que se faz aqui.

08:16 Rachel S. - É. É a certeza da impunidade, que também gera a violência.

Um pouco à frente na conversa, o entrevistador pergunta se Sheherazade acha que a violência é uma consequência da pobreza e da desigualdade, ao que ela responde:

09:27 RS - Não, não acho. Não, aí você atribui ao pobre a condição de violento. E até eu cito no livro um exemplo que é o do sertanejo, do homem nordestino, da mulher nordestina, que vivem no semiárido, na seca, na

¹² Champinha era o apelido de Roberto Aparecido Alves Cardoso, que, em 2003, aos 16 anos, cometeu o sequestro de um casal de jovens, além de estuprar a garota e posteriormente assassinar os dois, na cidade de Embu-Guaçu, em São Paulo. Ao completar a maioridade e passar por avaliação psiquiátrica, o rapaz foi diagnosticado com desvio de personalidade e a Justiça determinou que fosse mantido longe do convívio social. (DA REDAÇÃO, 2019).

absoluta pobreza, absoluta miséria, e nem por isso se dobram à violência, se dobram ao crime, à criminalidade, conservam a honra, conservam a decência. Então, essa é uma das provas de que a pobreza não produz a violência.

Há uma série de falácias no raciocínio da jornalista, que é ratificado por Gentili. Primeiro, ela “essencializa” a pobreza, como se fosse uma característica que necessariamente nasce e morre com os indivíduos, quando, na verdade, a pobreza e a desigualdade são produzidas por um sistema que precisa delas para se perpetuar. Assim, dizer que há uma relação entre desigualdade e violência não é o mesmo que associar a pobreza a uma condição imutável, mas é preciso levar em conta que o tratamento sub-humano conferido a uma parcela expressiva da população tem como um de seus efeitos a produção de ressentimento, indignação e a procura por alternativas de sobrevivência.

Além disso, Scheherazade se vale de um discurso problemático que, ao mesmo tempo em que reduz o nordeste a uma de suas sub-regiões, romantiza os homens e mulheres nordestinos. Afinal, na seca e no semiárido, assim como em qualquer outro lugar em que impere um sistema econômico marcadamente desigual, existe violência e crime. Da mesma forma, existem sujeitos que, devido a fatores relacionados aos capitais que adquiriram ao longo da vida, conseguem se manter distantes dessa realidade. Com essa romantização, Sheherazade reforça estereótipos e parece ignorar que, nas periferias das grandes cidades, existem também muitas pessoas que, mesmo na absoluta pobreza, não se tornam criminosas.

Quanto às edições do *Fala que eu te escuto*, no programa sobre pena de morte (2016b), apesar de todos os crimes citados na reportagem inicial terem sido cometidos por parentes das vítimas, com uma maioria de feminicídios, não se discute a cultura patriarcal que permite aos homens serem violentos em suas relações, tratando suas parceiras como propriedades. Na verdade, a temática é distorcida, e, mais de uma vez, há a sugestão de que a maioridade penal deveria ser reduzida, como podemos constatar na fala do então apresentador do *Cidade Alerta*, Marcelo Rezende, que foi convidado para o programa para defender a pena de morte:

E acabar com uma coisa: que é uma discussão prum [sic] próximo programa, acabar com essa idade de idade penal aos 18 anos. Um sujeito vota pra presidente aos 16, pode casar aos 16 se o pai assina, faz "sapequiaiá" [sic], estupra, mata, rouba e eu não posso mostrar o rosto porque ele é um bambizinho aos 16, com duas armas atirando na cara de todo mundo. Aí diz assim: é fruto da pobreza. Fruto da pobreza uma ova! Por quê? Porque o país, a economia é oitava do mundo, e teve nos últimos anos - a Dilma não, que foi um desastre - uma distribuição de renda melhor.

Então, não é fruto da pobreza. Acabar, discutir seriamente a idade penal. 18 anos não dá mais. (CAROTTI, 2016b).

Figura 13 - Fala que Eu te Escuto debate pena de morte



Fonte: Bispo Márcio Oficial (2016b)

No programa Policial que mata bandido, veiculado em 23 de maio de 2018, o caso principal a ser debatido foi o da cabo Kátia Sastre, de São Paulo. De folga durante o dia das mães, ela matou um assaltante armado que a abordou junto com outras mães na saída da escola de sua filha. Posteriormente, Sastre foi eleita deputada estadual pelo Partido Liberal (PL), usando em sua campanha o vídeo em que aparecia atirando no rapaz.

Além desse caso, foram exibidos vários outros ao longo da edição, todos “bem-sucedidos” (no sentido de que os policiais conseguiram matar os criminosos e não se ferir), e a pergunta feita ao público foi: “policiais que matam bandidos: heróis ou vítimas do sistema?” (FALA QUE EU TE ESCUTO, 2018c), enquanto as respostas foram, em sua maioria, alegações de heroísmo dos policiais.

O único telespectador que se posicionou ao vivo contra a ação da policial, foi interrompido e questionado algumas vezes pelos apresentadores do programa, tendo sido alvo de críticas até o final da edição. Por outro lado, não houve questionamentos sobre as falas de espectadores que colocaram a morte do assaltante como merecida e nem sobre as alegações de que quem comete crimes “escolheu ser bandido”.

O programa sobre a redução da maioria penal (2018a), por sua vez, começa com uma *voz off* apresentando números que demonstram o aumento de crimes cometidos por menores de idade no Brasil, reforçando a narrativa favorável à pauta em questão. Ao longo do programa, enquanto as pessoas dão opinião por telefone, imagens de protestos pela diminuição da maioria aparecem na tela, e, tanto os apresentadores quanto a maioria dos participantes sustentam que menores de idade se sentem livres para cometer crimes por saberem que sairão impunes.

Já em 27 de junho de 2018, quando aconteceu a entrevista do pastor e deputado federal Marco Feliciano, no *Superpop*, o político fez uso da mesma narrativa utilizada anteriormente por Jair Bolsonaro sobre os direitos humanos. No programa, Feliciano participou de um quadro no qual havia uma “máquina da verdade”, assim, a cada resposta concedida à apresentadora, o polígrafo supostamente mostrava se ele estava mentindo. Dessa forma, algumas de suas convicções pessoais foram legitimadas como verdadeiras pelo fato de ele apresentar sua própria perspectiva, como no seguinte caso:

26:09 Luciana G. - A Comissão de direitos humanos sempre ajuda muito, vamos dizer assim, a família da pessoa que infringiu um crime. Então, a família lá do bandido... A gente trouxe aqui várias pessoas que falam que as vítimas não recebem ajuda dos direitos humanos. É verdade isso?

26:32 Marco F. - É verdade.

26:35 Jorge (controlava a máquina) - Verdade.

26:36 Luciana G. - E por que que isso acontece? Por que que a gente acaba... A gente não, mas a Comissão acaba tendendo a ajudar priorizando a pessoa que teria cometido o crime, e a vítima que perdeu o filho, perdeu a irmã, nada acontece?

26:48 Marco F. - É que, geralmente, o [sic] direitos humanos, ele quer aquilo que vai pra mídia. Quer vender uma ideia, né? E a ideia geralmente é, quando o policial força a barra, quando alguém de um grupo da minoria é afrontado, assim por diante, então, é por isso.

27:05 Luciana G. - Então, às vezes... Eu entendo você, e às vezes o policial leva um tiro e ninguém quer saber.

27:09 Marco F. - Exato. Eu costumo dizer, assim, que existe a Comissão de direitos humanos e os direitos dos manos.

27:15 Luciana G. - Entendi. Boa. (REDETV, 2018)

Nesse sentido, estamos de acordo com Souza (2019, p. 264) quando ele se refere a uma (ausência de) responsabilidade da mídia em manipular emoções “que geram agressividade, como medo, raiva, ressentimento e ansiedade sem direção, sempre com fins de manipulação política”, tendo pavimentado o caminho para o recrudescimento de discursos de ódio, marginalização de grupos socialmente minoritários, além da disseminação de uma violência fascista.

Outra situação na qual falas de Marco Feliciano foram ratificadas ocorreu quando ele foi perguntado sobre racismo. Foi mostrado um vídeo no qual o deputado, enquanto pastor, se referia ao continente africano como amaldiçoado e, logo depois, foi exibida uma foto dele com a mãe e o padrasto, ambos negros, embora o segundo tenha uma pele mais retinta. Diante disso, a apresentadora questionou:

36:53 Luciana G. - Você é racista?
36:56 Marco F. - Desculpa?
Luciana G. - Você é racista?
36:56 Marco F. - Não.
36:58 Jorge - Fala a verdade.
(Aplausos)
37:07 Luciana G. - Você pensa que os africanos descendem de ancestral amaldiçoado por Noé?
Marco F. - Penso.
37:11 Luciana G. - Por quê?
37:12 Marco F. - Por que é a bíblia.
(...)
38:01 Marco F. - Então, a questão da construção do continente africano, isso é um estudo, isso existe em antropologia e tudo mais, 'né'?

Diante dessas circunstâncias, primeiramente, o programa corrobora com a narrativa reacionária que distorce a concepção de direitos humanos, deixando entender que os posicionamentos de um ator político conservador como Feliciano correspondem à verdade. Além disso, o fato de o deputado acreditar não ser racista é tido como prova suficiente de que ele não o é, mesmo que, logo em seguida, se utilize da religião e de uma pretensa ciência para reafirmar posições que atestam seu racismo. Vale dizer que, no início da edição, havia sido exibido um vídeo em que Feliciano acusava Caetano Veloso de envolvimento com o diabo por mostrar suas músicas para a Ialorixá Mãe Menininha do Gantois, um caso evidente de racismo religioso.

Já no campo do humor, o *Pânico na Band* nos fornece uma série de exemplos da naturalização de falas discriminatórias envolvendo estereótipos de classe e raça. No dia primeiro de maio de 2016, dia do trabalho, os personagens “Dilma Duchefer” e “Lula Molusco” foram a um ato em São Paulo, onde entrevistaram políticos de direita e cidadãos comuns que se colocavam a favor do *impeachment*. Durante o evento, ao conversarem com pessoas não brancas, os entrevistadores as associavam a “vagabundos” e inferiam que tinham votado no PT.

00:54 Homem (canta com outros homens) - Dilma, vá embora que o Brasil não quer você!
01:03 Lula Molusco - Não sabe nem o que tá fazendo aqui esse vagabundo.
Dilma Duchefe - Esse povo acebolado!
Lula Molusco - P... cara de quem votou na gente.
(Corte da cena)
01:08 Lula Molusco - Olha nos meus olhos e fala que você não votou em mim e nem na Dilma.
Homem 2 - Pior que eu errei mermo, viu, cara? (PROGRAMA PÂNICO, 2016b)

Na mesma edição, conversando com o deputado federal Paulinho da Força (Solidariedade – PR), a personagem Dilma Duchefe pergunta:

Dilma Duchefe - Cadê aquele maluco do teu partido que estourou confete?
05:19 Paulinho da Força - Não vem, aquele malucão não vem.
Lula Molusco - Aquilo é palhaçada, aquele cara é louco. Ele é d'aonde aquele cara?
Paulinho da Força - Pará.
Lula Molusco - Só podia ser. Parente da Joelma.

Esse tipo de piada, em que o riso se baseia na estigmatização e ridicularização do Outro, é recorrente no programa, conhecido por seu caráter politicamente incorreto. Em diversos episódios do quadro “Mitadas do Bolsonaro”, por exemplo, o personagem se vale de estereótipos coloniais para acusar um homem negro de ter “cara de bandido” (PROGRAMA PÂNICO, 2017b), se referir a uma mulher negra de cabelo loiro como “Beyoncé com caps lock ativado”, enquanto alguém da plateia grita “Preta Gil”, e afirmar que na “guerra na Rocinha, tem que bandido matar bandido ‘mermo’ [sic]”.

Assim, o humor escatológico do Pânico não apenas corrobora, mas reforça narrativas preconceituosas, que, incorporando o povo ao cenário por meio da ótica do grotesco, suscitam o riso cruel, além de formar hábito e atmosfera emocional (PAIVA; SODRÉ, 2002, p. 137). Ainda de acordo com os autores: “É um tipo de riso massivo, pretensamente democrático, em que antigos objetos de indignação (miséria, opressão, falta de solidariedade, descaso dos poderes públicos, etc) recaem na indiferença generalizada.”

3.3.2 *Religião, questões morais e de gênero*

Nesta subseção, trataremos de pautas conservadoras relacionadas a costumes e valores, indo desde o humor “politicamente incorreto” que ridiculariza identidades desviantes do padrão de heterossexualidade compulsória e diminui grupos historicamente excluídos pela cultura patriarcal, até as discussões que pretendem, por meio de argumentos morais, mas também pretensamente científicos, defender os princípios da “família tradicional” e, conseqüentemente, do cristianismo, se valendo para isso da reprodução de discursos preconceituosos e até conspiratórios.

No âmbito da comédia, é sabido que desde sua primeira versão, o *Pânico na Band* ficou conhecido pela exposição e objetificação de mulheres de corpo atlético, geralmente usando apenas biquínis, e, muitas vezes, sendo submetidas a situações degradantes. Nesse sentido, não é de se estranhar que os quadros com personagens mulheres sejam recheados de estigmas e estereótipos sobre a imagem feminina, como é o caso da personagem Dilma Duchefe, da qual já falamos acima.

A associação pejorativa da figura da então presidenta com características masculinas, como a voz grossa e os trejeitos indelicados, foi um dos procedimentos sexistas pelos quais se procurou depreciá-la. Por outro lado, no episódio de 19 de outubro de 2014, durante o quadro “Novela da eleição”, que satirizava o segundo turno das eleições, ela foi colocada como amante de Lula. A câmera acompanha a personagem, que segue “pistas” pelo chão, como uma calcinha com estampa de onça, maços de dinheiro e uma garrafa de cachaça. Por fim, Duchefe flagra “Lula” e “Aerso” trocando carícias em uma cama e chora ao perceber a traição.

Há, com isso, o fortalecimento da ideia de que não são os méritos e a trajetória das mulheres que as levam a ocupar espaços na política e em posições de poder, mas sua associação, muitas vezes sexual, com homens. Orientado por padrões opressivos e inalcançáveis, o programa pôde depreciar a então presidenta tanto por ser mulher quanto por, sendo mulher, não performar feminilidade o suficiente.

Além disso, sua aparência física foi frequentemente colocada em evidência e ridicularizada, o que não acontecia com os personagens homens. No mesmo episódio a que nos referimos acima, por exemplo, a personagem procura um dermatologista antes de ir para o debate final. Ao chegar no consultório e bater violentamente na porta, ela pergunta ao médico se pode “ficar linda”, no que ele se assusta e fecha a porta sem falar nada. Logo depois, ao buscar um Raio-X, o resultado mostra a imagem de um monstro com chifres.

Figura 14 - Raio-X “Dilma Duchefer”



Fonte: Programa Pânico (2015b)

Mais adiante, ao ser perguntada por uma jornalista se estava calma para o debate, a personagem grita repetidamente que sim. Já a pergunta feita para “Aerso” é se ele “espera um ataque venenoso da Dilma”. Aerso (acompanhado de “Malina”), devido à sua inocência, não consegue responder. Com isso, Malina toma o lugar e responde: “Olha, ele espera um ataque venenoso, realmente, porque a Dilma Duchefer é uma cobra” (PROGRAMA PÂNICO, 2015b). As participações de Malina, sempre roubando os holofotes que deveriam ser de Aerso, trazem também uma faceta misógina, ao associar à figura feminina uma maldade que não aparece nos homens representados.

No caso de Duchefer, além de ser chamada em diferentes edições de “cobra”, “dragão”, “satanás” e “bruxa”, a misoginia também é perceptível no quadro do dia 17 de abril de 2016, que começa com a personagem assistindo, pela televisão, a votação da Câmara dos deputados na qual foi aprovado o afastamento da então presidenta. Após essa cena, “Duchefer” tenta elaborar um currículo e não consegue pensar em qualificações. Em seguida, são mostradas algumas cenas da personagem tentando conseguir um emprego, mas todas as tentativas fracassam devido à sua personalidade autoritária.

As insinuações sobre uma suposta ausência de qualificações da ex-presidenta, que aparecem também em um monólogo de Danilo Gentili, no dia 31 de julho de 2015, além de machistas, funcionam de modo a apagar a história de Rousseff, que, formada em economia, foi secretária da Fazenda da prefeitura de Porto Alegre, presidenta da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, secretária de Energia, Minas e Comunicação, ministra de

Minas e Energia e chefe da Casa Civil do governo Lula, tendo sido a primeira mulher a exercer cada uma dessas funções (AMARAL, 2012, p. 15).

No quadro “Mitadas do Bolsonabo”, por sua vez, as colocações machistas e homofóbicas são as mais frequentes. No dia 1 de abril de 2017, por exemplo, quando um homem fala a “Bolsonabo” que está desconfiado que o filho é gay e pergunta o que fazer para descobrir, o personagem diz que, se fosse filho dele, ele mataria. Ao dizer isso, o humorista dá um chute e derruba do palco o humorista Pedro Gardin, portador de nanismo, que interpretava seu filho.

Um pouco depois, outro homem relata que a esposa quer tirar carteira de habilitação e pergunta se a mulher tem consciência para dirigir, ouve-se algumas vozes masculinas na plateia dizerem que “não”, até que o personagem responde e é ovacionado: “No tocante, você vai gastar dinheiro à toa pruma carta de motorista pra mulher. De que adianta dirigir da cozinha pra sala? Não precisa, porra!”. (PROGRAMA PÂNICO, 2017b).

Figura 15 - Vinheta “Mitadas do Bolsonabo”



Fonte: Programa Pânico (2017)

Já na edição do dia 30 de julho de 2017, quando uma mulher afirma que gosta do exército e pergunta como fazer um treinamento, o personagem responde: “É muito simples no seu caso, tá ok? Você vai na sua casa, enche o varal de roupa e, ó, vai só desviando”. Em seguida, há uma sequência de interações marcadas por falas misóginas:

01:23 Homem 1 - A pergunta é: a minha sogra quer fazer um puxadinho pra morar lá em casa, e aí, o que eu faço?
01:25 Bolsonabo - Faz um canil pra ela.
01:32 Homem 2 - Bolsonabo, como a mulher faz pra deixar o homem milionário?
Bolsonabo - É só ela encontrar um bilionário.
01:54 Homem 3 - Como que eu faço pra fazer minha mulher subir na parede de prazer?
Bolsonabo - É só 'cê' botar sua carteira lá no teto. (PROGRAMA PÂNICO, 2017g)

O programa não apenas reforça, mas estimula visões discriminatórias a respeito da homossexualidade, reproduz estereótipos que associam os sexos a papéis sociais determinados, inferiorizam as mulheres e destacam seus atributos físicos, retirando a credibilidade de suas falas, seja em situações de objetificação ou ofensa. Em consonância com isso, os monólogos de Danilo Gentili entre 2015 e 2016, durante o período de crise do governo Dilma Rousseff, foram frequentemente compostos de piadas machistas.

Em 18 de maio de 2015, por exemplo, a abertura do *The Noite* teve como pauta o emagrecimento da então presidenta durante aquele ano. Naquela situação, Gentili parabenizou Rousseff e pediu palmas para a plateia, que o acompanhou. Sarcasticamente, ele disse: “E é difícil saber o que ela queimou mais esse ano, né? Se foi [sic] as calorias ou o próprio filme, não dá pra saber.” (THE NOITE, 2015d).

Em 31 de julho do mesmo ano, ao mudar de assunto durante um monólogo, Gentili disse: “Falando em ausência de qualificações, chegou a hora de dar a palavra à autoridade máxima do nosso país, as palavras do presidente”. Em seguida, foi transmitido um vídeo em que Dilma fala em não colocar uma meta, mas deixar a meta aberta e depois dobrá-la. Afirmado que não entendia nada do que ela falava, o humorista perguntou de forma debochada: “Qual é a meta que a Dilma tá usando? Eu acho que é a metanfetamina, porque não tem nada com nada” (TAMALUKO, 2015).

Em 17 de março de 2016, o apresentador ironizou a cerimônia de posse de Lula como ministro-chefe da Casa Civil devido à briga judicial em torno da nomeação, se mostrando aliviado e comemorando, junto aos gritos da plateia, sua suspensão. Diante da comemoração, Roger, da banda Ultraje a Rigor, acrescentou, sorrindo: “Sérgio Mallandro falou que faltou um dedinho assim pra ele ser ministro”, numa referência sádica ao dedo mindinho perdido pelo ex-presidente.

Gentili ainda elogiou a “coragem” de Sérgio Moro e exaltou os vazamentos de áudios promovidos pelo então juiz. Além disso, ele alegou que não conseguiu ouvir o discurso da então presidenta durante a posse porque bateram panela na hora, mas emendou que mesmo que tivesse conseguido escutar, não conseguiria entender. Esse procedimento de depreciação da figura de Rousseff se repete em diversas circunstâncias.

Em 22 de abril, por exemplo, o apresentador ironizou a fala da presidenta sobre as articulações de Michel Temer visando a construção de um novo governo. Segundo ela, estariam “vendendo terreno na lua”. Ao resgatar esse comentário, Gentili disse acreditar que Rousseff havia comprado um dos terrenos, pois ficava “mais no mundo da lua do que todo mundo aqui” (THE NOITE, 2016b).

Além de se referir a ela como “o presidente”, ao mesmo tempo colocando o masculino como norma e transmitindo uma ideia pejorativa sobre características tidas como masculinas na então presidenta, o humorista também buscou diversas vezes desmoralizar sua imagem ao reiterar uma suposta impossibilidade de compreendê-la, deixando implícito que ela seria política e intelectualmente incapaz, crítica que raramente se vê de forma tão insistente em relação aos políticos homens.

Após o afastamento de Dilma Rousseff, em 12 de maio de 2016, o monólogo de Danilo Gentili apresentou tom comemorativo (incluindo uma música de fundo festiva, gritos e aplausos da plateia), apesar de ele sarcasticamente ter negado a comemoração. Ao finalizar, ele utilizou a frase “Tchau, querida”, que se tornou um bordão após ser falada pelo ex-presidente Lula durante uma ligação para Rousseff (posteriormente vazada), ganhando conotação cínica e sendo reproduzida em cartazes utilizados pelos parlamentares que votaram a favor do golpe, em sua maioria, homens brancos.

Além dos monólogos, um outro momento marcado por declarações sexistas foi a entrevista com Luiz Felipe Pondé, no dia 5 de outubro de 2015, quando o escritor foi ao programa lançar o “Guia politicamente incorreto do sexo”. Os dois homens reclamaram do movimento feminista e do que Pondé chamou de “chatinhas radicais ideológicas”, falaram do medo de ser tachados de machistas e da suposta dificuldade de viver em um mundo “politicamente correto”, frequentemente combatido nos discursos de Gentili, como podemos ver no diálogo a seguir:

06:20 Danilo Gentili - Eu tenho a impressão, Pondé, você sabe disso muito mais do que eu, que o discurso politicamente correto (...) colocou uma mira

laser na cabeça de todo mundo, e, se você agir como um ser humano normal, eles atiram. Se você não fizer a propaganda ideológica deles, eles atiram também, e não é isso que ‘tá’ deixando o homem com medo? Quando ele sai com a mulher, ele ‘tá’ vendo que tem a mira do discurso feminista, que ‘tá’ na testa dele e ‘o que eu faço?’ Eu vou pagar a conta pra minha namorada ou não pagar? Porque se eu não pagar, eu sou machista, que ‘tô’ mandando ela me sustentar; se eu pagar, eu sou machista porque ‘tô’ achando que ela é minha propriedade e sou em quem pago tudo, e a gente não sabe como agir, cara.

07:03 Luiz Felipe Pondé - Então, você tem uma certa desorientação dos códigos, né? O que você tá falando, primeiro eu acho que as próprias meninas estão um pouco de saco cheio disso, de saco cheio, porque sempre existiu um código meio básico, os mais jovens não conhecem eles tanto, mas era assim, o casal saía: se a menina não ‘tava’ a fim de nada, ela não deixava o cara pagar a conta, então, dividia a conta. Se ela tá a fim porque acha o cara interessante e quer testar mais um, ela deixava ele pagar a conta, ou seja, um certo código que falava se pode ou não pode alimentar expectativas. Hoje, isso que você fala, essa mira que você fala que tem na testa, é uma mira de censura mesmo, o politicamente correto, fora o tema do sexo, e você sabe bem do que eu ‘tô’ falando. O politicamente correto, ele é uma forma de constrangimento do comportamento. O constrangimento do pensamento, no humor, ele faz um enorme estrago, como você bem sabe. (THE NOITE, 2015f)

De acordo com Silvana de Souza Ramos (2017, p. 48), a vitimização que podemos constatar nas falas de sujeitos que defendem uma noção abstrata de liberdade de expressão, como as citadas acima, corresponde a uma tática que visa silenciar o outro, geralmente vinculado a grupos sujeitos à opressão. Tais grupos são criticados por tentarem se inserir em um espaço historicamente inacessível através da demarcação de suas identidades e explicitação da topologia de exclusão a que são submetidos em seus cotidianos.

Para a autora, a questão é que, com a democracia moderna e a consequente instituição da cidadania através da concepção de direitos universais, deveria ser suscitada, de acordo com o entendimento de Lefort (1991), uma nova rede de relações humanas que tivesse como exigência a igualdade de condições entre diferentes atores sociais. Contudo, esse processo de consolidação de uma esfera pública igualitária não se dá de forma natural, mas depende da superação dos “muros invisíveis que impedem o livre acesso de todos e todas a lugares de fala e de decisão” (RAMOS, 2017, p. 46).

Conforme a explicação de Ramos (2017), é com a emergência de movimentos sociais e políticos anti-opressão, no final dos anos 1960, que passa a ser feito um esforço para que se elaborem políticas públicas visando a eliminação de injustiças baseadas em gênero, raça e cultura. O termo “politicamente correto”, portanto, aparece no contexto das guerras culturais

nos Estados Unidos, e foi seu uso pela direita estadunidense “que lhe conferiu o sentido de acusação de certo autoritarismo policialesco da esquerda no uso da linguagem” (p. 48).

Os que reclamam das exigências do discurso politicamente correto se incomodam com a afirmação dessas identidades. Afirmam, por sua vez, falar em nome de todos, e não do interesse de alguns, acusam os movimentos sociais de exigir privilégios. Mas o que acontece é exatamente o contrário. Ao falar a partir de sua particularidade, de sua identidade enquanto excluídos, esses grupos esclarecem aos demais que somente ao ouvi-los serão capazes de instaurar uma verdadeira universalidade. (Ib.)

Voltando ao diálogo entre Gentili e Pondé, são feitas algumas referências a atitudes que eles classificam como “politicamente incorretas”. Primeiro, o escritor reclama da condenação a comerciais que associavam cervejas a mulheres. Para ele, a cerveja é uma bebida masculina e “o álcool sempre foi um afrodisíaco, por isso que associar a beleza de uma mulher à cerveja funcionava sempre, porque o cara bebia, ficava feliz, com isso, ela ficava feliz também” (2015f).

Em seguida, Gentili mostra que, na capa do livro de Pondé há duas mulheres se beijando, e pergunta se aquilo seria politicamente incorreto, ao que o autor responde: “É, porque isso é uma coisa que, [sic] o sonho de consumo de todo homem, né? Duas mulheres se pegando, bonitas.”. O que fica explícito nessas falas, é que, além de estarem repletas de lugares-comuns e afirmações reducionistas sobre o que é ser mulher, os dois homens partem de uma lógica que coloca as experiências femininas em função da figura masculina.

Assim, quando se deparam com uma sociedade em processo de mudança, com mulheres cada vez menos dispostas a serem tratadas como objetos para a satisfação masculina, estes homens, incapazes de abrir mão de seu lugar de provedor, encontram na culpabilização do feminismo, da esquerda e do politicamente correto, um bode expiatório no qual podem depositar suas frustrações e ressentimentos.

A partir de outra perspectiva, uma figura que também critica o politicamente correto é o cantor Lobão, entrevistado por Gentili em 8 de agosto de 2017. Antipetista e, à época, simpatizante de Bolsonaro, o músico se refere ao politicamente correto como “careta”, e aponta o conservadorismo como “a nova contracultura do mundo”, citando figuras como Donald Trump e Marine Le Pen, ao que Gentili emenda afirmando que “o mainstream virou esquerdista” (THE NOITE, 2017).

Esse tema aparece novamente no *SuperPop*, nas edições de 23 de outubro de 2017 e 27 de junho de 2018, com as presenças, respectivamente, de Jair Bolsonaro e Marco Feliciano. Para Bolsonaro: “Isso tá matando a gente. Até pra fazer uma piada, Luciana. Hoje em dia fazer uma piada tá difícil, uma brincadeira” (GIMENEZ, 2017). Já segundo Feliciano: “O politicamente correto destruiu a alegria do brasileiro” (REDETV, 2018).

O deputado afirma também que o acusam falsamente de ser contra o amor, e complementa: “(...) ame da forma que você quiser, mas não fira o meu direito de ser, não fira a minha liberdade de consciência, não fira a minha liberdade de expressão”. Além disso, quando perguntado qual o pensamento cristão e conservador, o pastor respondeu:

É que o Brasil retome o pensamento do [sic] moral, dos bons costumes, do respeito à família, do respeito “pai e mãe”, do respeito “aluno, professor”. Que o Brasil volte a ser um país de alegria, que as pessoas possam sentar, bater papo, possam até brincar "e aí, negão", "e aí, baixinho", "e aí, gordinho" sem ninguém se ofender, sem ninguém judicializar.

Com essas falas, fica exposto o caráter ideológico que naturaliza a exclusão topológica citada por Ramos (2017). Afinal, enquanto defendem o respeito aos valores tradicionais, a moral e os bons costumes, os conservadores reivindicam também a liberdade de usar uma linguagem discriminatória e preconceituosa a respeito daqueles que foram historicamente excluídos da esfera pública. Nesse sentido, o que se reivindica é a conservação do status quo, com a manutenção do poder entre aqueles que sempre o detiveram.

Como vimos no segundo capítulo, é justamente essa preocupação dos grupos dominantes em continuar impondo sua agenda política no contexto de ascensão dos movimentos feminista e LGBT, que culmina nas denúncias sobre a suposta “ideologia de gênero”. Muito frequente nos discursos de Jair Bolsonaro e seus aliados, veremos a seguir como as questões de gênero foram abordadas em suas entrevistas e em algumas edições do programa *Fala que eu te escuto*.

Em consonância com aquilo que viriam a ser as colocações “humorísticas” do personagem “Bolsonabo”, ao ser perguntado pelo “Poderoso Castiga” sobre o que faria se tivesse um filho gay, Bolsonaro responde: “Eu acho muito difícil, mas se aparecer pode ter certeza que ele nunca mais vai me procurar”, afirmando ainda, que, “a grande massa não quer ter um filho gay”. Logo em seguida, o deputado cita o “kit gay”, que, segundo ele, o governo estaria tentando ressuscitar.

04:39 Poderoso Castiga - O que é o kit gay?

Bolsonaro - É um conjunto de filmetes, de cartazes e de livros. "Cê" vê uma coisa, o governo...

04:46 Poderoso - Mas o que tá escrito lá?

Bolsonaro - Vamo lá. O governo proibiu livro homofóbico. O que é livro homofóbico? Tá você e uma mulher e uma criança, tem que ter nós dois e uma criança também, pra mostrar que um casal gay, homossexual, tendo uma criança, também é normal.

(...)

05:55 P - Você não tem a noção de que você pode "tá" ensinando também errado? Você não tem a noção de que você pode "tá" errado?

B - Posso até "tá" errado, mas tenho certeza que o outro lado já está errado. É um crime você tentar impor algo que a sociedade não aceita, que não é normal, na escola! Eu tô querendo impor a normalidade. (PROGRAMA PÂNICO, 2014).

Nesses trechos, três elementos se destacam: primeiramente, os discursos de Bolsonaro são ancorados na lógica do regime heterossexual, em que a heterossexualidade é a norma e tudo que está fora dela é tido como imoral. Em segundo lugar, ao se referir à certeza de que “o outro lado” já está errado, sua fala reflete princípios da ultrapolítica, que vê o oponente como inimigo. Por último, ainda com base na ideologia ultrapolítica, o desejo de “impor a normalidade” é essencialmente antidemocrático e autoritário.

Já na entrevista do dia 15 de fevereiro de 2016, concedida ao *SuperPop*, quando perguntado sobre o “kit gay”, Bolsonaro alega repetidamente que “criancinhas de 6 anos” estão sendo - através de materiais didáticos distribuídos pelo governo - precocemente estimuladas ao sexo, o que, segundo ele, facilitaria os casos de pedofilia. Vale lembrar que, diante da pressão da bancada evangélica, o próprio governo federal vetou, ainda em 2011, a produção e distribuição de um kit educativo anti-homofobia, o que contradiz a narrativa do então deputado.

Além disso, ao longo da entrevista, Bolsonaro acusa o site Humaniza Redes (que associa ao PT, embora esteja no ar atualmente sob gestão do seu governo) de afirmar que pedofilia é mito, quando, na verdade, a postagem do site apenas esclareceu que a pedofilia é um transtorno mental e, portanto, nem todos que abusam de crianças e adolescentes são pedófilos. O site não afirma, entretanto, que, diante destes atos, não deva haver responsabilização criminal, como ressaltado por uma nota publicada na página da Sociedade Brasileira de Psicologia, em julho de 2015.

46:22 Simone G. - Deputado, estão dizendo aqui que "quem gostaria de incentivar a pedofilia?", que o senhor disse que tem gente incentivando. Quem é a pessoa que gostaria de incentivar? O Manoel tá te perguntando.
46:30 Luciana G. - Boa pergunta.
Bolsonaro - Olha, é uma política de governo. Você destruir os valores da nossa sociedade.
46:37 Simone G. - Mas quem queria estimular a pedofilia?
Bolsonaro - É do governo federal! O governo federal não fala nada sobre esse assunto.
46:42 Simone G. - Mas por que que a pessoa teria a intenção disso, deputado?
46:43 Bolsonaro - Você quebrar, destruir valores familiares. É o tempo todo. É o governo federal!
46:46 Luciana G. - Calma, o que você tá querendo dizer que as pessoas têm que ser mais severas. Eu entendo o que ele tá falando. (BOLSONARO BRASIL, 2016)

O posicionamento condescendente de Luciana Gimenez - e dos jornalistas que participam de seu programa – em relação a Bolsonaro se repete em vários momentos. Ainda se referindo ao “kit gay”, o então deputado demonstra insatisfação por ser chamado de “fascista, racista, homofóbico” pelo que denomina como uma “minorias ativista”; a isso, Gimenez responde: “Cê tá querendo preservar, é que cê é meio ogro ao falar, mas ‘cê’ tá querendo preservar as crianças, é isso.”. Situação semelhante aconteceu na entrevista do dia 31 de outubro de 2016:

32:00 Felipe Campos - Eu acho que, na verdade, o seu discurso ele não é de ódio, ele não é homofóbico. O seu discurso, eu acho que ele é mal colocado. Eu acho que não chega a ser nem de ódio nem homofóbico. Eu acho que às vezes você não sabe colocar ou você não vivencia aquilo que talvez os homossexuais vivenciem, ou passam a informação errada pra você, ou seus assessores passam pra você.
32:22 Luciana G. - Ele não sabe falar, se explicar.
32:23 Felipe C. - Ou você não sabe explicar direito, ou você ouve, deduz o que possa ser. Talvez seja isso, entendeu?
32:31 Simone G. - Eu não sei se é verdade. Você disse uma vez que se tivesse um filho gay, você não o amaria. É verdade?
32:34 Bolsonaro - Olha, eu fui criado num ambiente que eu, eu jamais vou falar ‘prum’ homem "eu te amo", jamais.
32:43 Simone G. - Mas você falou que se tivesse um filho gay...
32:45 Bolsonaro - É da minha formação isso daí.
35:08 Simone G. - Ele é machão, não adianta. Não é nem por mal, ele é machão. É normal. (PILHA USADA, 2016)

Nesse sentido, em diversas situações, foi realizado um trabalho de suavização da imagem pública de Bolsonaro, buscando normalizar e justificar suas falas. Luciana Gimenez chegou a, inclusive, afirmar que ele teria o direito de ser “um pouco machista”, perguntando em seguida se o político tratava a esposa como rainha e se permitiria que ela trabalhasse fora,

demonstrando compreensão quando ele respondeu que não gostaria pelo fato de eles terem uma filha pequena. Com isso, o programa reforçou a mentalidade patriarcal que naturaliza a desigualdade entre os sexos e coloca a mulher como corpo à serviço do homem e da família.

Voltando à edição de 15 de fevereiro de 2016, Gimenez apresenta um suposto amigo gay de Bolsonaro que estava na plateia. O deputado afirma que o rapaz, chamado Júnior, é muito ativo nas redes sociais, e que o conhece há aproximadamente um ano. Diante disso, a apresentadora questiona o motivo de Júnior gostar do político mesmo sabendo de suas declarações homofóbicas (embora Gimenez não use este termo). E ele responde:

Júnior - Eu gosto, porque eu acho que política a gente tem que tratar de ideias. Sexualidade a gente tem que deixar particular, entendeu? Independente do que ele acha de gay ou não, a gente tem que lidar aqui com o nosso país, 'né'? Com o que tem que ser o Brasil, o que é melhor para o Brasil, pra as crianças do Brasil, e não o que... Quem põe sexualidade acima de tudo, é uma visão muito egoísta, ao meu ver.

12:26 LG – 'Cê' acha que ele não coloca?

12:28 Júnior - Eu acho que não. Ele não fica espalhando por aí que ele é hétero, né?

12:32 LG - Ô! Se ele não fica, quem é que fica?

12:34 Júnior - Não, não fica. (Bolsonaro ri). Eu acho que, independente da questão de sexualidade, a gente tem que ponderar os projetos que são bons pro Brasil. (BOLSONARO, BRASIL, 2016)

Embora esta seção ainda não seja dedicada ao tema da despolitização, é possível constatar-la nas falas do rapaz. Ignorando que mesmo as questões pessoais são políticas e desconsiderando as lutas coletivas travadas ao longo da história por movimentos anti-opressão, Júnior - e muitos outros como ele, não apenas homossexuais, mas mulheres e pessoas não brancas – se alinha a um projeto que tem o combate às identidades não hegemônicas como central e, para isso, visa o desmonte das escassas políticas voltadas à promoção de direitos para minorias sociais.

No programa *Fala que eu te escuto*, por sua vez, a temática do gênero e dos valores associados à família tradicional cristã, aparece, principalmente, nas edições do dia 18 de outubro de 2017 e 6 de março de 2018, debatendo, respectivamente, “Humor e arte para crianças” e “Ideologia de gênero”. No primeiro programa, o público é questionado se a performance “La Bête”¹³, do artista Wagner Schwartz, seria um estímulo à pedofilia, e há

¹³ Segundo texto publicado no site INFOARTsp: “A performance é inspirada na série de esculturas Bichos de Lygia Clark, desenvolvida nos anos 1960 e feitas a partir de chapas metálicas que devem ser manipuladas e manuseadas pelos espectadores para então se metamorfosear em diferentes formas, ou “bichos”. Nesta performance, o artista carioca se apresenta nu junto de uma réplica plástica de uma destas esculturas e “permite

também a condenação de um coletivo de artistas que se posicionou contra a censura (que o programa chama de “limite”), feita através da veiculação de uma reportagem crítica ao “comportamento extremamente liberal” de Caetano Veloso, integrante do grupo. (FALA QUE EU TE ESCUTO, 2017c).

Durante a exibição do programa, assim como nas demais edições, foi realizada também uma enquete nas redes sociais, na qual se perguntou: “Humor e arte para crianças: todo conteúdo é válido ou é preciso ter critério?”. A pergunta é enviesada e induz o espectador a concordar com a visão difundida pelo programa. Afinal, a exposição e a performance em discussão não eram especificamente voltadas para crianças, além de que, como explicado no texto de Giovanna Fava Mitrani (2017), publicado pelo INFOARTsp:

Instituições artísticas não usam a censura de idade na entrada de suas exposições como o PG (Parental Guidance) usado no cinema, pois a arte não é e nem deve ser censurada. O que acontece em mostras com cenas fortes, possivelmente impressionantes para menores de idade (ou qualquer outro visitante) é a devida indicação na entrada. Segundo a nota de esclarecimento do MAM “A sala estava devidamente sinalizada sobre o teor da apresentação, incluindo a nudez artística, seguindo o procedimento regularmente adotado pela instituição de informar os visitantes quanto a temas sensíveis”. (MITRANI, 2017)

Trazendo, através de um vídeo, a opinião de uma psicopedagoga que se coloca contra a exposição com base em questões como “moral e valores”, o programa abriu espaço também para outras falas de caráter conservador e moralista, que beiram a criminalização de expressões artísticas, como a do próprio bispo Edgard Brum, que afirmou: “Muitas das vezes, em nome de uma determinada arte, de uma determinada liberdade, pode chegar à libertinagem, a safadeza, a coisas que não vão agregar nada, no caso que a gente tá colocando aqui hoje, para as crianças.” (FALA QUE EU TE ESCUTO, 2017c).

Além disso, assim como aconteceu em outras edições, quando um telespectador ligou para o programa para manifestar uma opinião contrária a esperada pelos apresentadores, o bispo o interrompeu e questionou mais de uma vez, impedindo-o de concluir seu raciocínio - que defendia o caráter puramente artístico da exposição -, o que não aconteceu com opiniões alinhadas à do programa.

a articulação das diferentes partes do seu corpo através de suas dobradiças”, segundo a próprio site do artista. Por meio deste trabalho, o artista se transforma numa escultura performática, que assim como as esculturas, requerem a interação do público e dos espectadores para tomar vida.” (MITRANI, 2017).

O enviesamento também foi evidenciado na discussão a respeito de uma suposta “ideologia de gênero”, ocorrida em março de 2018. Nos primeiros instantes do programa, uma voz off alerta: “Atenção! Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP) contra a ideologia de gênero” (PROGRAMA INTELIGÊNCIA E FÉ, 2018). Em seguida, um texto com a definição do que seria essa ideologia aparece na tela. A fonte é o site *Sempre Família*, associado ao jornal conservador *Gazeta do Povo*¹⁴, do Paraná. Nele, encontramos abas como “casamento e compromisso”, “comportamento” e “defesa da vida”. Segundo o texto:

A ideologia de gênero defende várias ideias, dentro do conceito de que ninguém nasce homem ou mulher, e que cada indivíduo deve construir sua própria identidade, isto é, seu gênero, ao longo da vida. Homem e mulher, portanto, seriam apenas papéis sociais flexíveis que cada um representaria como e quando quisesse, independentemente do que a biologia determina como tendências masculinas e femininas.

Depois disso, é mostrada a gravação de uma repórter que vai às ruas de São Paulo para pedir a opinião das pessoas, momento que se intercala com a leitura de trechos da nota do CREMESP, reproduzida novamente em outros momentos do programa. Ainda nos minutos iniciais, a voz off anuncia:

A reportagem, que reforça a opinião do Conselho de Medicina sobre o assunto, ressalta: O CREMESP é mais uma dentre inúmeras entidades medico-científicas no mundo ocidental, a afirmar com ênfase o caráter anticientífico da ideologia de gênero, bem como o caráter antiético de experimentos psíquicos com crianças e adolescentes envolvendo a questão da orientação e identidade sexual". (PROGRAMA INTELIGÊNCIA E FÉ, 2018).

Ainda antes da vinheta e aparição dos apresentadores, nos é apresentada a opinião do ator bolsonarista Sandro Rocha¹⁵, que, por vídeo, se diz “radicalmente contra essa ideologia

¹⁴ MARTINS, R. Como a Gazeta do Povo, do Paraná, deu uma guinada à direita e virou porta-voz do Brasil de Bolsonaro. **The Intercept Brasil**, 09 dez. 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/12/09/gazeta-do-povo-guinada-direita-bolsonaro/>> Acesso em: 15 dez. 2019.

¹⁵ Redação. Ator apoiador de Bolsonaro pede que ele renuncie. **Pragmatismo Político**, 21 mai. 2019. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/05/ator-tropa-de-elite-bolsonaro.html>> Acesso em 15 dez. 2019.

de gênero”. São mostrados ainda, casos de crianças transexuais e, pouco depois, surgem, em meio a uma trilha sonora de tensão, imagens da filósofa Judith Butler, apontada como uma das “criadoras e principais promotoras da ideologia de gênero no mundo”. O programa se propõe a explicar o porquê de Butler ter sido alvo de protestos quando veio ao Brasil, mas não cita o cenário de caça às bruxas, com manifestantes ateando fogo em uma boneca com seu rosto, desferindo agressões verbais e até empurrando a autora¹⁶.

Após a vinheta, o bispo Edgard Brum apresenta o convidado da edição: o médico e sexologista, João Borzino. Em seguida, são mostrados alguns trechos do canal do médico no *youtube*, no qual ele se posiciona contra a ideologia de gênero e defende que a escola não deve ter qualquer interferência na formação das crianças no “tocante ao gênero”, o que seria um papel da família, pois, segundo ele, não se deve negligenciar “os costumes daquela sociedade”.

Diante disso, é preciso fazer alguns esclarecimentos. Segundo a interpretação de grupos religiosos e vinculados a posições políticas de direita, a “ideologia de gênero” visaria a destruição da família tradicional, baseada na heterossexualidade e em preceitos cristãos. Na verdade, como já vimos, os estudos de gênero (que não são redutíveis a uma teoria única e em muito diferem da distorção caricatural citada acima), incluem, entre outras, a “teoria queer”, da qual Judith Butler é uma das teóricas.

Butler (2015), por sua vez, define o gênero como uma categoria performática. Sumariamente, para ela, existem ações, hábitos e culturas que sofrem mutações normativas ao longo da história e determinam o que será tido como masculino ou feminino em cada época. Já de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o gênero:

Refere-se aos atributos e às oportunidades sociais associados ao fato de ser masculino ou feminino e aos relacionamentos entre mulheres e homens e entre meninas e meninos, bem como aos relacionamentos entre mulheres e aos relacionamentos entre homens. Tais atributos, oportunidades e relacionamentos são construídos socialmente e são aprendidos por meio de processos de socialização. (UNESCO, 2019)¹⁷

¹⁶ FINCO, N. Filósofa Judith Butler é agredida em Congonhas antes de deixar São Paulo. *ÉPOCA*, 10 nov. 2017. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/cultura/noticia/2017/11/filosofa-judith-butler-e-agredida-em-congonhas-antes-de-deixar-sao-paulo.html>> Acesso em: 15 dez. 2019.

¹⁷ UNESCO. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade:** Uma abordagem baseada em evidências. Paris: Unesco, 2019.

Outro ponto a ser ressaltado é que, ao fazer um discurso contra a educação sexual nas escolas, defendendo que isso seria “doutrinar” as crianças no intuito de destruir famílias, o médico convidado para o programa vai contra recomendações da UNESCO, Organizações das Nações Unidas (ONU) e Organização Mundial da Saúde (OMS), que propõem a aplicação de programas de Educação Integral em Sexualidade (EIS) dentro do ambiente escolar. Contudo, isso não é uma surpresa, tendo em vista que essas organizações têm sido constantemente atacadas por sujeitos conservadores, que veem nelas uma espécie de “imperialismo cultural” progressista.

Aproximadamente na metade do programa, o bispo pede que o pastor Altair Moraes converse por *Skype* com um professor de filosofia chamado André. O telespectador não é avisado que o professor foi convidado pelo programa, podendo supor que ele decidiu opinar de forma espontânea, como parte do público. Entretanto, ao final de sua fala, ele agradece o convite da produção. Ao longo da participação, o professor faz uma série de alegações extremamente problemáticas, como as que podemos constatar a seguir:

Então, a gente tá discutindo algo que tá remando contra os fatos científicos, e tá apregoando um conjunto de ideias, e aí eu acho que, Dr. João até já destacou isso, e eu acho que a pergunta é: "Por que essas ideias que vão contra a ciência estão sendo apregoadas?", né? Então, elas fazem parte de uma agenda política maior, um interesse político por trás que existe, que quer levar adiante na sociedade algo anticientífico como a hipótese de que o gênero é determinado pela sociedade, né? Então, o que acontece? 98% das pessoas, elas identificam-se com o seu gênero de acordo com o seu sexo biológico, então, você nasce no sexo masculino, você se identifica pelo gênero homem, isso é o que acontece com 98% das pessoas. (PROGRAMA INTELIGÊNCIA E FÉ, 2018)

André alega se basear na ciência para fazer afirmações sem qualquer embasamento científico, reproduzindo preconceitos que visam legitimar a superioridade de uma “maioria” em detrimento da suposta “minoria”. Esse tipo de recurso é utilizado diversas vezes ao longo da edição, na qual se pergunta ao público, inclusive, se não haveria uma tentativa de deturpar aquilo que “a genética determina”, o que podemos classificar como um determinismo biológico que se aproxima da ideologia da “pureza” que culminou na eugenia racial e, portanto, em doutrinas totalitárias.

Tendo isso em vista, estamos de acordo com o entendimento de Junqueira (2017), que aponta o uso da “ideologia de gênero” como categoria política central para o sucesso de uma estratégia de poder ultraconservadora, marcada por seu caráter político e religioso. Investindo na “naturalização e atualização da dominação masculina, das normas de gênero e da matriz heterossexual” (p. 48), tal estratégia - alinhada com valores e concepções antilaicas, antifeministas e antidemocráticas - vem sendo implantada, em maior ou menor proporção, em diversos países do mundo, entre os quais se encontra o Brasil.

3.3.3 *Despolitização, viralatismo e corrupção*

A última temática a ser abordada em nossa análise é também aquela que mais está presente nos programas analisados, incluindo pautas diversas, embora todas possuam a mesma raiz ideológica e convirjam na tentativa de apontar os mais graves problemas brasileiros. Tendo em vista o grande número de exemplos e as sobreposições entre eles, por questões de organização, optamos por separá-las em dois subtópicos, que são: “antipolítica, antiesquerdismo e antipetismo” e “viralatismo e exaltação do Capital”.

As pautas antiesquerda, antiPT e antipolítica aparecem frequentemente de forma associada e estão presentes em diferentes edições dos quatro programas analisados. Além disso, o antipetismo se confunde muitas vezes com o discurso contra a corrupção e, especialmente no humor, costuma ser vinculado a uma suposta insuficiência intelectual e/ou moral.

A questão da corrupção, por sua vez, se destaca tanto nos programas de humor, quanto nas entrevistas e debates, seja por associação à esquerda ou a uma suposta essência brasileira. Com isso, um problema sistêmico e global é midiaticamente superdimensionado, sendo induzida a percepção de que a corrupção é uma particularidade nacional (e/ou ideológica), o que impede discussões mais profundas e urgentes, ao mesmo tempo em que se demoniza todo um eixo do espectro político.

Por fim, associado aos discursos sobre corrupção, está o que se denomina como “jeitinho brasileiro”, uma noção relacionada à ideologia viralatista cujo cerne é a percepção autodepreciativa dos brasileiros sobre seus hábitos e sua cultura, já discutida em nosso segundo capítulo por meio das reflexões trazidas por Souza (2019). Atrelado à despolitização, o viralatismo abre margem para a exaltação dos Estados Unidos como modelo

de desenvolvimento capitalista e do próprio capitalismo como sistema econômico bem-sucedido e meritocrático.

3.3.3.1 *Antipolítica, antiesquerdismo, antipetismo*

Nos quadros do programa *Pânico na Band* protagonizados pela personagem Dilma Ducheefe, as referências à corrupção são constantes e levam o telespectador a associá-la com os governos petistas. No programa anterior ao segundo turno de 2014, por exemplo, há uma cena em que “Ducheefe” vai de moto a um posto e, quando tira o capacete, os frentistas, assustados, levantam as mãos como se estivessem reagindo a um assalto e depois saem correndo (PROGRAMA PÂNICO, 2015b).

Já na edição posterior à vitória de Rousseff, transmitida em 2 de novembro de 2014, a esquete se inicia com o cenário de uma prisão, que uma *voz off* identifica como sendo a “Papuda”, como é conhecido o complexo penitenciário onde foram presos diversos políticos condenados em ações penais. Na escuridão, uma voz anuncia: “Aí mané, a Dilma ganhou, acende a luz!”. Com isso, os detentos (entre os quais são citados José Dirceu e José Genoíno, fundadores do PT) comemoram, acendem charutos, abrem champanhe e surgem, para lhes fazer companhia, mulheres de biquíni. Além disso, um deles afirma: “Vamos agora celebrar a inteligência do povo brasileiro!” (PROGRAMA PÂNICO, 2015c).

Buscando associar a corrupção aos programas de distribuição de renda e combate à desigualdade, a edição mostra a personagem de Dilma ameaçando cortar o Bolsa Família de militantes, e, ao final, exhibe um clipe parodiando a música *Mama África*, no qual o cenário é a rua de um subúrbio e pessoas majoritariamente não brancas comemoram a vitória petista junto à “presidente”. A letra da paródia diz o seguinte:

Mama Dilma, é nossa mãe e tá reeleita. Ela nos dá mamadeira todo dia e pra complementar ela nos beneficia com o bolsa família. Mama Dilma, a nossa mãe é cabresteira e deixa nós mamar nas teta direto [sic]. Além de gaguejar no que se refere [sic] Minha casa, minha vida.

O tema do Bolsa Família aparece novamente de forma banalizada no episódio do dia 9 de novembro, no qual a personagem Dilma Ducheefe inaugura o “Sistema Dilma de Televisão” (SDT), no intuito de controlar a mídia. Nele, há referências e comparações com a

Venezuela e com seu presidente, Nicolas Maduro. Como veremos, a questão da suposta compra de votos em troca de benefícios e a associação, ainda que não declarada, da pobreza com o dito voto “de cabresto”, será constatada novamente mais à frente em edições dos programas *The Noite* e *Fala que eu te escuto*.

Para além do antipetismo, que podemos associar a uma desinibição ideológica, os programas *Pânico* e *The Noite* se valem também de um pretense desengajamento ideológico para promover despolitização. Nesse sentido, todo o sistema político é apresentado como falido. No monólogo de Danilo Gentili, no dia 18 de abril de 2016, após a votação da Câmara dos Deputados a favor do *impeachment*, embora o humorista tenha deixado implícita sua ideologia antipetista, há a criminalização da política como um todo:

Eu assisti a votação e assistindo a votação eu fiquei com a impressão que eu tava assistindo o trailer daquele filme 'Esquadrão Suicida', porque o que é o Esquadrão Suicida? É um bando de bandido querendo pegar outro bando de bandido. Você torce por quem é um pouquinho menos bandido, não é? (THE NOITE, 2016c)

Outro exemplo é o episódio do *Pânico* gravado no dia do trabalho, no qual os personagens Dilma Ducheefe e Lula Molusco conversam com políticos de direita, como os então deputados federais Mendonça Filho (DEM) e Bruno Araújo (PSDB). Nos diálogos, o personagem do ex-presidente reitera a noção de que os políticos são todos iguais afirmando que “governo é teta de gêmeo”, segundo ele, “tem um aqui, o outro tá esperando. O outro tá só esperando arrancar o outro lá (...) Todo mundo querendo mamar na tetinha do governo.” (PROGRAMA PÂNICO, 2016b).

Ainda seguindo essa lógica, mas reforçando, por meio de alegações infundadas, a ideia de corrupção petista, o personagem afirma: “Você imagina o que ‘esses cara’ tá [sic] de bolso cheio. Eu e você ‘chegamo’ num teto até de 2 milhão [sic] pra comprar o voto e ‘os cara’ [sic] nada”. Nesse sentido, o programa se utiliza do cinismo como estratégia para camuflar posicionamentos políticos e se afirmar como ideologicamente desengajado.

Na mesma edição, quando um homem que estava próximo aos personagens durante o ato fala que vai “sortear um jegue”, “Molusco” rebate: “É brincadeira dele, não existe isso. Ninguém vai leiloar ninguém do PT aqui”. Mais à frente, outro homem interpela os personagens, dizendo: “Vocês deixaram muitas dúvidas pro trabalhador, vocês têm que

resolver”, ao que o personagem de Lula responde: “Trabalhador? Brasileiro gosta de trabalhar? Eu fiz o Partido dos Trabalhadores pra vagabundo.”.

Já em 30 de julho de 2017, no quadro “Mitadas do Bolsonaro”, quando um homem pergunta ao personagem: “Qual é a pior das circunstâncias: ter um filho gay ou maconheiro?”, “Bolsonabo” responde: “O pior filho não é o gay nem o maconheiro. O pior filho é aquele meio canhota, sabe? Que vai acabar virando os dois.” (PROGRAMA PÂNICO, 2017d). Com isso, o programa reforça uma série de estereótipos, vinculando, pejorativamente, a esquerda e o PT à “vagabundagem”, homossexualidade e consumo de drogas, o que demonstra o teor discriminatório de seu humor.

No *The Noite*, o cinismo atrelado à questão da corrupção volta a aparecer. Em 10 de março de 2015, em um monólogo, o apresentador Danilo Gentili citou o aumento do dólar, que custava três reais e vinte centavos. Atrelando isso às acusações de corrupção na Petrobras, ele afirmou, ironicamente, que o “lado bom” seria que os supostos 88 bilhões de reais roubados seriam uma “mixaria” em dólar.

Em 9 de abril de 2015, o monólogo do programa teve como pauta o fato de terem soltado ratos no plenário do senado durante depoimento do então tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, à CPI da Petrobras. Na ocasião, além de criticar a fala de Vaccari, Gentili afirmou, se valendo de uma linguagem desumanizadora, passível de ser associada a discursos fascistas: “O propósito da CPI é prender rato, não soltar” (THE NOITE, 2015). Já em 5 de agosto, ele comemorou e parabenizou de forma irônica a redução de ministérios anunciada pelo governo. Durante o monólogo, o comediante foi interrompido por Roger, que disse: “Depois de tirar o dinheiro da gente até o bagaço, agora sim”.

Na entrevista concedida por Reinaldo Azevedo ao *The Noite*, em 25 de novembro de 2014, a palavra “roubo” foi usada pelo jornalista oito vezes diferentes em relação a políticos petistas. Segundo ele, “o que se instaurou na Petrobras foi uma quadrilha”, e isso teria ajudado na construção do Partido dos Trabalhadores. Ao ser perguntado sobre o Bolsa Família, o jornalista se disse favorável ao programa, mas alegou que ele é usado como “instrumento de chantagem das pessoas”. Além disso, quando questionado se já foi comunista, Azevedo respondeu:

Eu era, quem não foi comunista? Olha, se alguém aqui nunca pensou em ser comunista é porque não tem coração, todo mundo que vê uma situação de miséria pensa em ser comunista, se continuar comunista depois dos 19, é falta de cérebro mesmo. (THE NOITE, 2014)

Colocações semelhantes foram feitas por Arthur do Val, quando esteve no programa, em 13 de março de 2017, e por Jair Bolsonaro, em uma de suas idas ao *SuperPop*, no dia 31 de outubro de 2016. Segundo “Mamãe Falei”, ele já acreditou na esquerda devido ao seu discurso “sedutor”, mas quando começou a trabalhar, as coisas mudaram. Já para Bolsonaro, “se até os 20 anos você não for de esquerda, você não tem coração. Depois de 30, se for continuar sendo de esquerda, ‘cê’ não tem cérebro” (PILHA USADA, 2016). As três falas, baseadas em ideias do senso comum, demonstram uma tentativa de deslegitimar aqueles que estão do lado oposto do espectro político, passando a mensagem de que não devem ser levados a sério.

Outra figura que vem se destacando, nos últimos anos, na promoção da extrema-direita, é o empresário Luciano Hang, dono das lojas Havan. Em sua entrevista ao *The Noite*, em 11 de dezembro de 2018 - na qual foi vestido com uma de suas tradicionais camisetas verde e amarelas, com a logomarca de sua loja, a bandeira do Brasil e a frase “o Brasil que queremos só depende de nós” - ele afirmou diversas vezes estar defendendo o país.

Tendo se tornado conhecido pelos vídeos em que busca ridicularizar a esquerda, o empresário contou no programa que fez uma camisa em que, à direita, ficava a bandeira do Brasil e, à esquerda, a da Venezuela, “para as pessoas entenderem o que é ser de direita e de esquerda” (THE NOITE, 2018). Ao oferecer um tratamento ufanista e maniqueísta à questão, Hang promove desinformação e visa manipular sentimentos de rejeição, medo e ódio contra aqueles que considera como inimigos, expondo, com isso, seu posicionamento enquanto agente ultrapolítico.

Em outro momento, alegando ter processado a Folha de São Paulo devido à reportagem sobre contribuições ilícitas que teria feito para a campanha de Jair Bolsonaro, o empresário afirmou que, se ganhar o processo, doará o dinheiro para a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Com isso, Gentili respondeu:

19:02 Danilo Gentili - Eu tinha gente no ABC que trabalhava na APAE, sofreram bastante com a administração dos caras, viu? A APAE.

19:08 Luciano Hang - O Brasil todo sofreu, né?

19:09 DG - É. Muito.

19:09 LH - Muito, muito, muito.

Figura 16 - Luciano Hang no The Noite



Fonte: The Noite com Danilo Gentili (2018)

A esquerda é uma pauta recorrente também nas entrevistas analisadas de Bolsonaro. Em uma participação no *Superpop*, em 15 de fevereiro de 2016, o político afirmou: “o Brasil tem algo mais grave que a corrupção: é a questão ideológica.” (BOLSONARO BRASIL, 2016). Seu discurso anti-ideologia, entretanto, é uma forma ultrapolítica de afirmar sua própria visão de mundo (evidentemente, ideológica), ao mesmo tempo em que nega a pluralidade inerente à democracia e dissemina narrativas conspiratórias para demonizar seus adversários. Ainda na entrevista do dia 15, o então deputado declarou, exaltado:

É assim que é esse governo! São os desgastes familiares. É a questão da violência, é o desarmamento, é a ideologia! Você pega o livro pra você de certas escolas no Brasil, que é uma exaltação a Fidel Castro, a Che Guevara. Ensina que o capitalismo é um inferno, o socialismo é um paraíso.

Ainda apelando para narrativas deturpadas que visam recontar os fatos históricos, quando perguntado sobre seu posicionamento favorável à ditadura militar no Brasil, Bolsonaro acusou a existência de uma vitimização da esquerda, disse que tortura nunca foi uma política de Estado, e afirmou que “se você pegar qualquer preso hoje em dia aí, eles ‘diz’ que ‘tá’[sic] sendo torturado também”.

Por outro lado, quando a jornalista Simone Garutti perguntou se não houve mortes de inocentes, o deputado afirmou que morreu muito mais gente inocente do lado dos militares, acusando, inclusive, a então presidenta e ex-guerrilheira Dilma Rousseff de estar envolvida nessas mortes, embora ela nunca tenha participado diretamente da luta armada.

Além disso, o político questionou se “alguém acredita na Comissão da Verdade do PT?” (PILHA USADA, 2016), recorrendo mais uma vez ao fantasma do comunismo para distorcer os acontecimentos e culpabilizar aqueles que lutavam contra o regime ditatorial. Para ele, “o pessoal que era preso, em sua grande maioria, eram bandidos, treinavam em Cuba, treinavam na China comunista, na Coréia do Norte (...) esse pessoal nunca teve amor ou respeito à democracia ou à liberdade.” (GIMENEZ, 2017).

Indicando o livro do torturador Brilhante Ustra, Bolsonaro disse querer resgatar os valores daquela época, alegando que “o Brasil cresceu naquele momento”. Em contrapartida, não foram mencionados o crescimento da dívida externa, o aumento da concentração de renda e, conseqüentemente, da desigualdade; sem falar das inúmeras violações de direitos humanos, amplamente documentadas e desprezadas (quando não celebradas) pelo político. Depois de poucos questionamentos e nenhuma crítica às falas do parlamentar, Gimenez concordou: “É, queremos que o Brasil cresça”.

Já quando questionado sobre a ausência de apoios partidários para as eleições de 2018, o político, que já foi filiado a nove partidos e está em vias de criar mais um, respondeu, deixando clara sua aversão à política democrática: “Olha se eu tivesse apoio de partidos, eu estaria em Curitiba ou na Papuda uma hora dessa. Lamentavelmente, grande parte dos partidos se comportam dessa maneira. O Brasil são eles.” Diante disso, Gimenez ressaltou: “Uma coisa que nunca ninguém te acusou é de roubar nada”.

A discussão sobre a esquerda e, especificamente sobre o PT, surge novamente no *Fala que eu te escuto*, com destaque para a edição do dia 23 de agosto de 2016, que abordou o *impeachment*. A reportagem inicial do programa mostra o que seria o legado negativo dos jogos olímpicos, com hospitais superlotados e falta de atendimento médico. Em seguida, surge na tela a pergunta: “A três dias da decisão do *impeachment*, quais foram os ganhos e as perdas do governo PT?”.

O bispo Márcio Carotti inicia o programa no estúdio afirmando que: “Nos últimos anos o Brasil se dividiu em dois. De um lado, aqueles que amam e defendem Dilma Rousseff. Do outro, um time que une todas as forças contra a presidente afastada” (CAROTTI, 2016a). Com essa colocação, fica perceptível a diferença de tratamento conferida às duas posições

em disputa. Enquanto aqueles que se posicionam contra o *impeachment* são tidos como levados por sentimentos favoráveis à então presidenta, o que, em geral, não é visto com bons olhos no debate público, os que se posicionam a favor formam um “time”, enfatizando a suposta cooperação e o sentido de coletividade existente entre eles.

Após essa introdução, o bispo apresenta os dois convidados para o debate, Renato Rovai e Fabiane Vasconcelos, ambos jornalistas e com opiniões contrárias sobre o tema. Após a afirmação de Rovai, que, ao se posicionar contra o *impeachment*, alegou ser a favor da democracia (e não especificamente do governo), o bispo questiona se, com base nisso, Fabiane Vasconcelos seria contra o regime democrático. A jornalista nega, e rebate: “Eu sou contra o governo Dilma porque é um governo totalitarista e ditatorial, eles instalaram uma ditadura do qual se você não faz parte, você está completamente excluído, fora.”.

Ao longo do programa, a jornalista demonstra estar à serviço da despolitização, intercalando entre posições pós e ultrapolíticas, ou seja, indo desde a negação moralista da política até a concepção da esquerda - especificamente o PT - como inimiga. Assim, ela alega que o governo petista apoia ditaduras em Cuba e na Venezuela, afirma não estar a favor de nenhum partido, sustenta que a política brasileira é “a mais corrupta possível”, diz considerar absurdo pessoas “vivendo de Bolsa família”, defende (após sugestão do bispo) que o programa deixou as pessoas acomodadas e funciona como “moeda de troca para as eleições”.

A questão do Bolsa Família vem à tona também no *Fala que eu te escuto* do dia 15 de novembro de 2016. No início da edição, surge um vídeo do colunista de direita, Rodrigo Constantino, sem nenhum esclarecimento sobre quem ele é e quais seus posicionamentos políticos. Além disso, não nos é dada a possibilidade de entrar em contato com uma perspectiva oposta à apresentada por ele. Constantino se refere ao programa social como “esmola estatal”, e, ao longo da edição, a discussão gira em torno de possíveis fraudes, compras de voto e esquemas de corrupção, trazendo supostos argumentos de autoridade para confirmar tais suposições.

Retomando o programa sobre o *impeachment*, a jornalista Fabiane Vasconcelos faz também acusações sobre um suposto “enriquecimento ilícito do Lula”, afirma que o PT é responsável pelo “pior escândalo político da história desse Brasil”, e cita ainda a morte de Celso Daniel e Eduardo Campos como possíveis crimes cometidos pelo Partido dos Trabalhadores. O bispo, por sua vez, não questiona nenhuma das alegações infundadas da jornalista, da qual se espera que leve argumentos baseados em informações factuais, tendo

em vista que, ao ser convidada para o programa, assume a posição de alguém com credibilidade para a realização do debate proposto.

Por outro lado, o teor das perguntas feitas a Rovai gira em torno de questões como: “Com tantos escândalos envolvendo corrupção no PT (...) como defender esse partido, ou, como você colocou, a democracia?” e se ele “acredita que todos os membros do partido do PT sejam inocentes”. Além de as perguntas serem irrelevantes para a discussão sobre a existência de crime de responsabilidade, esta questão sequer foi debatida durante o programa, tendo sido citada apenas pelo jornalista da Revista Fórum e por um telespectador, o que evidencia o caráter político, e não jurídico, do processo de impedimento.

Apesar de não ser unânime, o discurso proferido pela jornalista Fabiane Vasconcelos, partindo da perspectiva de que o PT “destruiu o país” ressoa também nas falas da maioria dos telespectadores que dão opinião durante o programa. O que é problemático e prejudicial ao debate público em diversas falas da jornalista e na forma como o programa é conduzido, não apenas nesta edição, é que, segundo Roudakova (2017, p. 190):

(...) afirmações de crença, ao contrário de expressões de opinião, são fundamentais para a forma como adquirimos conhecimento sobre o mundo. Afinal, essas afirmações são convites para confiar no orador e em sua mensagem. Semelhante ao que acontece com as promessas, se as crenças são invalidadas, nos sentimos desorientados diante de um mundo de mudanças. Assim, expectativas de constância e consistência de crenças são precisamente o que as separam da opinião. (p. 190)

Este recurso, utilizado também em alguns momentos das entrevistas do *The Noite* e do *Superpop*, é frequente nas edições do *Fala que eu te escuto*. Nelas, são trazidas quase inteiramente sem questionamentos ou contrapontos, falas de figuras que o programa retrata como autoridades no assunto. No caso da eleição de Marcelo Crivella para prefeito do Rio de Janeiro (2016), por exemplo, o bispo anuncia que o tema do dia é a manipulação da mídia, como se o programa não fizesse parte dela. Logo no início do programa (e repetidas vezes ao longo dele), foram colocados novamente trechos de um texto de Rodrigo Constantino, no qual ele afirma:

“O PSOL é o PT de ontem”, quem afirma isso é o economista e colunista, Rodrigo Constantino, em um texto publicado na Internet. Em seu discurso,

ele mostra o radicalismo do partido de Freixo: "O partido que apoia abertamente o modelo venezuelano e chama o estadista de Israel de genocida, o partido que defende os vândalos assassinos dos black blocks. O PSOL é todo radical, um partido socialista, defensor de terroristas, de ditadores. Esse jogo sujo da grande imprensa é de embrulhar o estômago. (GUERREIRO UNIVERSAL, 2016).

Outra personalidade que aparece pela segunda vez no programa com um discurso profundamente antiesquerda é o ator Sandro Rocha. Em sua fala, o ator acusa os veículos de comunicação de serem “em sua grande maioria” veículos de esquerda e elogia a atual deputada Joice Hasselmann (punida por plágio quando atuava como jornalista)¹⁸, que, segundo ele, teria sido afastada da revista *Veja* por seu posicionamento político de direita, embora inúmeros estudos constatem que a própria revista também se posiciona dessa forma.

O ator alega ainda que, “todos aqueles que se opõem” a um “pensamento comunista”, “pensamento vermelho”, são tratados como inimigos. Além disso, ele fala também de um suposto “decálogo de Lênin”, onde constariam mandamentos do comunismo, que, na verdade, nunca foram escritos pelo revolucionário¹⁹. Ao final do programa, é veiculado o vídeo de um suposto morador de rua que critica programas sociais, se diz contra a reforma agrária e sustenta um discurso meritocrático. Depois disso, a câmera volta para o bispo, que conclui:

Essa é a proposta da Igreja Universal do Reino de Deus. Fazer justiça, porque nada adiantam programas como o Bolsa Família, como o Minha casa, Minha vida e outros mais, se ninguém der oportunidade para os injustiçados. Dizem que somos preconceituosos, intolerantes e fundamentalistas. Fundamentalista é a Globo, é o senhor Arnaldo Jabor, que faz uma declaração absurda como essa²⁰. Intolerante, radical, é a turma do PSOL, da extrema-esquerda, que estava apadrinhada pela Globo. Mostramos aqui os fatos e eles mostram as mentiras. Depois eles vêm dizendo que queríamos provocar a Guerra Santa. Mas o povo não é bobo e já sabe quem é quem.

¹⁸ Diretoria SindijorPR. Conselho de Ética comprova plágio praticado pela jornalista Joice Hasselmann. **SindijorPR**, 22 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.sindijorpr.org.br/noticias/6066/conselho-de-etica-comprova-plagio-praticado-pela-jornalista-joice-hasselmann>> Acesso em: 15 dez. 2019.

¹⁹ MATSUKI, E. Decálogo de Lênin foi escrito em 1913 pelo pai do comunismo #boato. **Boatos.org**, 16 out. 2017. Disponível em: <<https://www.boatos.org/politica/decalogo-lenin-escrito-1913.html>> Acesso em: 15 dez. 2019.

²⁰ Durante o programa, um texto de Arnaldo Jabor parabenizando ironicamente a “burrice carioca” por ter eleito Marcelo Crivella foi repetido diversas vezes.

Neste programa, o cinismo foi usado para encobrir posições políticas e, ainda, se colocar acima delas. Assim, ao mesmo tempo em que se critica um suposto tratamento parcial e até uma perseguição da mídia a um determinado candidato, é feita a defesa ferrenha do mesmo, que, como se sabe, é vinculado à Igreja Universal, e, inclusive, entrou em contato com o programa por telefone enquanto ele estava no ar, tendo uma conversa longa e amistosa com o apresentador.

Por outro lado, bem como aconteceu em alguns exemplos citados ao longo desta seção, figuras e partidos políticos ligados à esquerda foram atacados por concessões públicas, sem que contrapontos fossem apresentados. Outro fator problemático é que falsas alegações e teorias conspiratórias (muitas vezes baseadas numa retórica anticomunista) foram utilizadas em todos os programas analisados, demonstrando uma ausência de compromisso com a informação e com a democracia. Afinal, por mais que em algumas circunstâncias essas falas tenham partido dos convidados, praticamente não houve contestação pelos apresentadores, mas sim conivência.

Ademais, os programas, principalmente os voltados para o humor, mas não apenas eles, se valeram de estigmas e estereótipos discriminatórios sobre a esquerda, seus eleitores e os programas sociais postos em prática durante os governos petistas, evidenciando preconceitos, especialmente de classe, que predominam entre os “amigos do poder”. Por fim, ainda que, em algumas situações, todo o sistema político tenha sido deslegitimado devido às suas relações de corrupção (característica da pós-política), esse problema foi majoritariamente associado ao PT, dando margem ao avanço da ultrapolítica.

3.3.3.2 *Viralatismo e exaltação do Capital*

Na entrevista concedida por Rachel Sheherazade ao *The Noite*, no dia 12 de novembro de 2015, a questão do viralatismo se destacou atrelada à da corrupção. A jornalista foi ao programa divulgar seu primeiro livro, intitulado “O Brasil tem cura” e logo foi indagada por Gentili, que, seguido dos risos da plateia e do som de uma bateria com efeito de virada cômica, ironizou: “Não é mais fácil achar a cura do câncer, não? Qual é a cura? Eutanásia?” (THE NOITE, 2015g). Pouco depois, o humorista afirma que se o Brasil tem cura, ele

também deve ter uma doença, e questiona qual seria. Sheherazade responde que são várias, mas emenda:

Mas eu acho que o princípio de tudo vem da nossa colonização. Não explica tudo, mas explica algumas... Alguns dos nossos vícios, das nossas virtudes, né? Como, por exemplo, o jeitinho brasileiro de ser, né? Aquele olhar condescendente com a corrupção, com a falta de ética, né? Vem de primórdios...

Gentili complementa, então, que “o jeitinho brasileiro nada mais é que a corrupção”. Tratando a questão como cultural e defendendo que pode ser resolvida por meio de ações individuais, ambos concordam que o brasileiro não reconhece que ele também é parte do problema. Com isso, Sheherazade critica as pessoas que, segundo sua visão, votam “errado”, e associa esse voto à pobreza, como se a classe média e a elite não votassem de acordo com interesses particulares:

Mas o brasileiro que vota errado, que troca o voto por um milheiro de tijolos, que troca o voto por uma dentadura, por um cargo público pra um familiar, ele também tá se vendendo, ele também tá fazendo parte do sistema corrompido e corrupto.

Abordada também em cinco edições do *Fala que eu te escuto* analisadas entre 2016 e 2017, a corrupção foi tratada tanto pelos apresentadores quanto por entrevistados como um traço cultural inato da sociedade brasileira. No programa do dia 13 de setembro de 2017, por exemplo, foi exibida uma reportagem sobre a prisão de Geddel Vieira Lima (MDB), e com ela a pergunta: “Corrupção verde e amarela: O Brasil ainda vai acabar com ela ou ela ainda vai acabar com o Brasil?”.

Entre as respostas dos telespectadores, apesar de as opiniões negativas terem sido unânimes, houve algumas variações. Elas foram desde a afirmação de que o próprio povo é corrupto, reclamações sobre a crise já ter atingido a todos, “menos os políticos, os corruptos, aqueles que realmente têm o dinheiro na mão”, até o questionamento sobre a confiabilidade das urnas eletrônicas e, portanto da democracia, além da referência ao “jeitinho brasileiro” e a exaltação das manifestações de direita:

A impunidade nesse país nos causa tremenda revolta sobre tudo o que tá acontecendo hoje no nosso... Os políticos hoje, eles não tinham medo, né, de ser presos, hoje eles já têm um pouco de medo porque a sociedade se mobilizou e realmente saiu às ruas, e cobrou também do judiciário, mas o judiciário hoje não está correspondendo, instituições estão corrompidas.

Então, deveria se investir muito nessa fiscalização. (FALA QUE EU TE ESCUTO, 2017b)

Já no programa do dia 31 de janeiro de 2017, sobre o “jeitinho brasileiro”, a primeira imagem que surgiu na tela foi a de um protesto com pessoas vestidas de amarelo e, em destaque, um menino vestido com a camisa da CBF segurava uma cartolina com a mensagem: “Pagamos os impostos + caros do mundo. Exigimos saúde e educação de boa qualidade”. Após a apresentação inicial do pastor Guilherme Grando - na qual ele citou entre as características do “jeitinho” furar fila e sonegar impostos -, foi exibida uma matéria na qual a voz off nos informava que: “Segundo alguns sociólogos, essas características podem corresponder à porta de entrada para a corrupção” (FALA QUE EU TE ESCUTO, 2017a).

Tratada pelos apresentadores e espectadores do programa como estratégia para burlar as regras e tirar vantagem das situações, a concepção de que o “jeitinho” é uma questão cultural que vem “de berço”, está em consonância com o entendimento, criticado por Souza (2019), de intelectuais como Sérgio Buarque de Hollanda e Roberto DaMatta. Segundo nosso autor, essa leitura é equivocada e está ancorada em um “culturalismo vira-lata racista” que se baseia em uma presumida herança de corrupção e desonestidade vinda de Portugal.

O conceito fajuto de “jeitinho” esconde o trabalho de dominação de alguns sobre outros ao pressupor que todos o usam, criando as generalizações absurdas do viralatismo, e, de lambuja, ainda esconde toda a raiz de todas as desigualdades advindas, na verdade, do acesso desigual aos capitais econômico e cultural, que se tornam um pressuposto invisível nessa teoria. Como esses capitais não são sequer percebidos, toda a hierarquia social no Brasil parece dependente de relações pessoais, do “jeitinho”, do “quem indica”, do “QI”, etc. (Ibid., p. 102)

Outro aspecto da crítica de Souza que figura em alguns dos programas analisados é a exaltação e referência aos Estados Unidos como país desenvolvido e culturalmente superior ao Brasil. De acordo com o autor, a maioria dos brasileiros fala do país como se o “atraso” causado pelo suposto “jeitinho” fosse nossa marca, enquanto, por outro lado, nos Estados Unidos e na Europa, os privilégios não implicariam decisivamente nas relações pessoais e nem abririam o caminho para o sucesso individual.

Para Souza (2015), isso se explica porque, ao não percebermos a ação das instituições, nos tornamos incapazes de perceber nossas similaridades com outras sociedades modernas, o que possibilita a crença de que vivemos no país da corrupção e do personalismo, além de

favorecer a idealização de sociedades estrangeiras. No programa sobre pena de morte (CAROTTI, 2016b), transmitido em 2 de novembro de 2016, por exemplo, um telespectador que, ao final de sua participação, afirmou que oraria pela eleição de Jair Bolsonaro, critica um advogado que estava no estúdio como defensor dos direitos humanos, dizendo:

Então, eu queria convidar esse colega meu, e o pessoal da esquerda e dos direitos humanos a fazer um voo, um voo de sete horas pruma cidade conhecida, chamada Miami, vamos ao estado da Flórida, aonde em cada esquina tem uma loja de arma, onde se vende livremente arsenais militares a toda população, e lá não tem crime, gente. Lá não tem assalto, não tem latrocínio, não tem homicídios.

Após concluir a fala de aproximadamente 6 minutos, tempo bastante superior ao da maioria das participações, o pastor Laurindo, que ajudava a conduzir o programa, agradeceu a “esclarecedora participação” do advogado, que se colocou a favor da pena de morte. Em seguida, o bispo Márcio Carotti aproveitou a menção a Jair Bolsonaro para citar uma frase do político sobre o tema debatido, sobre o qual sempre se declarou favorável²¹. Vale lembrar que o atual presidente é defensor de uma política subordinada aos interesses estadunidenses, além de, apesar do uso de uma retórica nacionalista, ter diversas atitudes e declarações que expõem sua submissão.

Algumas dessas declarações podem ser vistas nas entrevistas concedidas a Luciana Gimenez. No programa do dia 15 de fevereiro de 2016, por exemplo, ao falar sobre a criminalidade, Bolsonaro afirmou ser “apaixonado pela legislação americana” e Luciana apoiou: “Eu concordo com você. Realmente, a legislação americana funciona, né? (...) Eu não sei se é certo ou errado, mas funciona.” (BOLSONARO BRASIL, 2016). Já na entrevista realizada do dia 23 de outubro de 2017, quando perguntado sobre ter batido continência para a bandeira estadunidense, o então deputado explicou:

31:19 Jair Bolsonaro - E lá nessa palestra que eu fiz, a princípio, apenas tocariam o hino nacional nosso. E eu fiz uma exigência: só entraria no palco depois que tivesse engatilhado o hino americano, afinal de contas, eu estava lá, na terra deles. E lá eu tenho que seguir a regra do jogo.
31:37 Luciana Gimenez - Educado.

²¹ ‘CONSTITUIÇÃO impede pena de morte no Brasil’, diz Jair Bolsonaro. BOL Vídeos, 2015. Disponível em: <<https://videos.bol.uol.com.br/video/constituicao-impede-pena-de-morte-no-brasil-diz-jair-bolsonaro-04024E193260D0A15326>> Acesso em: 15 dez. 2019.

JB - E daí, é questão de sinal de respeito, é uma nação que é exemplo para o mundo todo, né?
31:42 LG - É mesmo.
31:43 JB - É uma nação democrática, capitalista, e os que criticam aqui, pessoal de esquerda, vão agora em janeiro curtir férias na disneylândia, tá?
31:50 (Luciana ri e faz que "sim" com a cabeça)
31:52 JB - E lá é um país sério, seguro...
31:53 LG - É verdade.
31:54 JB - Onde a lei é respeitada.
31:55 LG - Podemos andar nas ruas.
31:58 JB - É, você po... Eu andei com dinheiro no bolso lá sem problema nenhum.
32:00 LG - É, pode andar na rua de joia, relógio.
32:01 JB - Sem problema nenhum. E lá, por exemplo, tive na Flórida, a massa humana que está na Flórida é exatamente a nossa que está aqui, os brasileiros. Lá eles não cometem nenhum tipo de deslize, por quê?
32:12 LG - Até porque vai preso. (GIMENEZ, 2017)

Tais colocações evidenciam e ajudam a disseminar o viralatismo intrínseco às comparações que nos colocam como “atrasados” em relação a um país tido como desenvolvido devido ao sucesso de um modelo exploratório e extremamente desigual, que se sustenta com base na dominação de outros povos. Além disso, essa comparação é problemática por desconsiderar que, mesmo nos Estados Unidos, e especialmente nas áreas periféricas, a violência também se faz presente e é, possivelmente, tão seletiva quanto a nossa.

Outras figuras que propagaram uma visão de mundo viralatista foram Lobão, entrevistado por Danilo Gentili no dia 8 de agosto de 2017, e Luciano Hang, que foi entrevistado no *SuperPop* em 15 de dezembro de 2016 e no *The Noite* em 11 de dezembro de 2018. Na concepção de Lobão, que afirmou ter um “método antropológico, sociológico”, “todo país civilizado tem uma cena de rock funcionando” e, segundo seu raciocínio, marcado pelo pertencimento de classe, o Brasil não a teria por ser “subdesenvolvido”.

Enquanto o músico entende que “somos uma província destacada do mundo”, a perspectiva do empresário Luciano Hang, igualmente viralatista, se volta para questões como empreendedorismo e meritocracia. Nesse sentido, ele exalta o capitalismo e a nação onde este sistema mais “prosperou”. Quando questionado por Gimenez sobre o porquê de ter uma Estátua da liberdade em todas as suas lojas, Hang respondeu:

Luciano Hang - Olha, eu adoro os Estados Unidos. Primeiramente (...)

Luciana Gimenez - Eu amo também.

LH - (...) Isso. Você também gosta, né?

LG - Amo.

LH – É. Primeiramente eu fiz a faixa da Casa Branca, junto com os arquitetos de Brusque. Logo no ano seguinte, uma criança de sete anos me encontrou no estacionamento e disse: "Luciano, já que tem a faixa da Casa Branca, por que não faz a estátua da liberdade?"

LG - Uma criança.

LH - Quando a gente tem sonhos, você tem que acreditar no sonho e realizar o seu sonho. Não adianta você somente ter uma grande ideia e não realizar, aí você não faz nada. No ano seguinte, inauguramos a estátua da liberdade, que é um sucesso em todo o Brasil.

LG - É muito legal.

LH - É muito legal, pessoas tiram fotos, em cada cidade que está é um grande sucesso. E é um símbolo dos Estados Unidos, do empreendedorismo, daquilo que eu acredito.

LG - Temos que aprender.

LH - Temos que aprender. Aliás, eu acho que todo brasileiro devia visitar os Estados Unidos. Nós temos que copiar quem dá certo. Eu copio os Estados Unidos. Não copio Cuba, não copio Venezuela, não copio Bolívia. Os estados... Os países que não dão certo, nós não podemos copiar. (HAVAN, 2016)

Afirmando não compreender o porquê de as pessoas não acreditarem no capitalismo, tendo em vista que, segundo ele, “se você acredita no teu trabalho e na sua potencialidade, você tem que ganhar”, o empresário perpetua uma visão profundamente ideológica, que deforma o real e desconsidera a realidade material de milhões de pessoas; as quais, devido a fatores diversos, não tiveram oportunidade de adquirir os capitais necessários a uma vida digna em um mundo baseado na competição capitalista, que Hang defende ser o modelo ideal.

Mais à frente no programa, o empresário reclamou que, no Brasil, “temos muito burocratas, tecnocratas e ecochatos” e, se utilizando mais uma vez da comparação com os Estados Unidos, o empresário afirmou: “Inclusive, nos Estados Unidos, quando você pede alguma coisa pra as pessoas fazer [sic], as pessoas dizem assim: ‘Eu vou fazer o meu melhor’. Lamentavelmente, às vezes, no Brasil, você pede alguma coisa pra as pessoas pra fazer [sic]: ‘eu vou fazer o possível’.”

Em detrimento a isso, quando foi ao *The Noite*, já depois da vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, o empresário afirmou que, com seu apoio ao atual presidente, ele “estava

apoiando uma causa, estava apoiando um país.” Por fim, defendeu que, acreditando no capitalismo, o Brasil teria jeito. E, se utilizando dos mitos do salvador e da idade de ouro, que endeusa Bolsonaro e vê em seu governo uma possibilidade de redenção, concluiu que “o Brasil, agora, a partir de 2019, será uma nova nação.”

Por fim, podemos notar que, mesmo entre discursos supostamente ufanistas, há uma lógica de depreciação e inferiorização do Brasil em relação aos países do hemisfério norte, principalmente, os Estados Unidos, tidos como exemplo de civilização e democracia. Esse é um sintoma da ideologia que, massificada e transformada em espetáculo, conjuga a idealização do Capital com nosso culturalismo racista e, alienando os sujeitos em prol dos objetos contemplados, faz com que compreendam cada vez menos suas próprias existências (DEBORD, 2003).

CONCLUSÃO

Ao longo desta pesquisa, atestamos o alinhamento discursivo e ideológico de programas de entretenimento da TV aberta com os acontecimentos político-eleitorais brasileiros entre os anos de 2014 e 2018, ou seja, período no qual nos deparamos com a falência do reformismo petista enquanto projeto de governo, acompanhado por um golpe de estado, pela prisão política da maior liderança progressista do país, seu impedimento de disputar as eleições presidenciais, recrudescimento do conservadorismo e expansão da extrema-direita.

Constatando o discurso antipetista, há muito encampado pela grande mídia, como central na transformação do cenário político, buscamos compreender os elementos que estão na origem de seu desenvolvimento e que, definitivamente, tem raízes muito mais profundas do que nossa história recente pode nos mostrar. Assim, entramos em contato com uma série de questões não resolvidas que, embora tenham ressurgido ou se fortalecido nos últimos anos, fazem parte de nossa formação social.

Ao mesmo tempo, buscamos compreendê-las a partir de uma perspectiva atual, tendo em vista a falência do modelo político da democracia representativa, as transformações do sistema econômico vigente e das relações sociais dele decorrentes, que têm como um de seus efeitos a espetacularização da realidade. Dessa forma, nos munimos dos instrumentos teóricos necessários para a reflexão acerca dos temas que se destacaram durante a observação dos programas.

Considerando que vivemos em um contexto de midiaticização da sociedade e da política, no qual os afetos são predominantes em relação aos debates racionais, nosso percurso procurou elucidar alguns dos aspectos e nuances constatados nas narrativas identificadas nesta pesquisa. Para isso, discutimos, inicialmente, sobre a inserção, cada vez mais forte, da Teologia da Prosperidade na televisão brasileira, e como ela se relaciona com os processos políticos recentes.

Posteriormente, abordamos as ideologias “verdeamarela” (CHAUI, 2000) e “viralatista” (SOUZA, 2019) - que não apenas marcam a história do país, mas tem sido apropriadas e fortalecidas pelos agentes da ultrapolítica – e estabelecemos suas relações com os discursos discriminatórios e de ódio intensificados nos últimos anos, ao destrincharmos

os preconceitos de classe e raça que estão em sua origem, refletindo nossa formação social colonialista.

Passamos também pela questão da despolitização atrelada aos conceitos de pós-política e ultrapolítica, essenciais para compreender a atuação da grande mídia e as estratégias tanto da direita quanto de sua versão extremista. Entre suas características presentes no atual cenário, identificamos as pautas moralistas e punitivistas, a mentalidade meritocrática, a política de construção do inimigo interno (identificado com a esquerda e, sobretudo, com a negritude), o resgate do anticomunismo, o revisionismo histórico e a generalização de pânico morais, encarnados na “ideologia de gênero”, nos discursos de combate à corrupção e sua associação com o petismo.

Ademais, apontamos para os limites da redemocratização - que culminou na Constituição de 1988 - e para as elites e atores políticos mais ativos no atual processo de desdemocratização do país, entre os quais se incluem, com maior ou menor participação, os grupos de comunicação responsáveis pela produção dos programas analisados e parte considerável do Poder Judiciário, com destaque para a Operação Lava-Jato. Além disso, entre as correntes reacionárias da direita que ganharam espaço recentemente, convergindo em prol da eleição de Jair Bolsonaro, estão o libertarianismo, anticomunismo e fundamentalismo religioso (MIGUEL, 2019).

Embora tenhamos focado na conjuntura brasileira e suas particularidades, ressaltamos também sua integração a um contexto global de rejeição da democracia liberal e ascensão do conservadorismo, mediante a transnacionalização do Capital e, portanto, do sistema espetacular. Assim, assistimos ao recrudescimento de golpes de estado e práticas autoritárias, mas também das fraturas sociais e culturais que ocasionam crises identitárias, como foi o caso da eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos.

Já no último capítulo, elencamos algumas particularidades do sistema de radiodifusão brasileiro, que, apesar de composto por concessões públicas, é marcado pela predominância de interesses privados. Com isso, demonstramos de que modo elas favorecem a existência de um discurso único na televisão aberta e, conseqüentemente, interditam as possibilidades de elaboração de políticas públicas visando uma maior pluralidade e democratização dos meios.

Em seguida, explicitamos a centralidade da TV aberta na articulação do espaço público brasileiro e na uniformização do público através do consumo de massa. Apontamos também para a produção de mitos (ou “videologias”) que buscam oferecer uma ideia de

unidade e identidade nacional ao simular familiaridade com os telespectadores por meio da conexão entre a indústria cultural e os elementos distorcidos da cultura popular.

Antes de adentrarmos as análises propriamente ditas, realizamos ainda uma breve introdução aos programas analisados, aos gêneros a que se vinculam e às emissoras a que pertencem. Explicamos também algumas de suas características e histórias, procurando demonstrar os motivos pelos quais suas narrativas foram relevantes ao presente trabalho.

Durante a análise, percebemos que há, de fato, uma unicidade discursiva e ideológica entre os programas de entretenimento observados, embora eles possuam propostas e abordagens diversas, sejam identificados com gêneros distintos e pertençam a emissoras diferentes. A existência de um discurso único pôde ser constatada devido a uma série de fatores, como a repetição de pautas, convidados e até falas específicas.

Nesse sentido, optamos por organizar nossa análise de acordo com os temas e não a partir dos programas em si (*Fala que eu te escuto*, *SuperPop*, *Pânico na Band* e *The Noite*) devido ao fato de que os assuntos abordados se repetem frequentemente entre eles, bem como há um padrão em suas orientações ideológicas, que pouco destoam umas das outras. Assim, detectamos, nos 45 vídeos analisados, a presença de três grupos temáticos amplos e com intersecções entre si: “Punitivismo, racismo e preconceito de classe”, “Religião, questões morais e de gênero” e “Despolitização, viralatismo e corrupção”.

Entre os resultados obtidos pela observação geral dos programas está a constatação de que, além da repetição de convidados nos programas que contém entrevistas e mesmo no *Fala que eu te escuto*, eles costumam ser figuras influentes na direita, seja como formadores de opinião ou políticos. Também foi possível notar uma condescendência dos apresentadores com falas discriminatórias, muitas vezes tratadas como opiniões. Além da reprodução, pelos próprios programas, de estereótipos a respeito de grupos marginalizados, de forma mais explícita no humor, mas não restrita a ele.

Dessa forma, há o uso recorrente de estigmas e clichês que visam a perpetuação do status quo, associando ao homem, branco, heterossexual, de classe média e defensor dos valores tradicionais uma pretensa universalidade, enquanto todo o resto é tratado como desviante e anormal. Com isso, são estigmatizados, inferiorizados e/ou discriminados, com diferentes pesos e proporções, as classes populares, negros e negras, mulheres, LGBTs, pessoas de esquerda ou vinculadas a movimentos sociais e, em menor medida em nossa amostra, nordestinos.

Além disso, há um silenciamento das minorias sociais, que além de serem representadas de formas distorcidas e caricatas, não têm espaço para se expressar e posicionar nos programas analisados. Assim, há uma naturalização de preconceitos, o uso de uma linguagem que visa a desumanização e a tentativa de impor regimes de verdade, frequentemente sob a justificativa da liberdade de expressão e até de uma pretensa ciência. Por outro lado, críticas e divergências aos discursos conservadores são tratadas como perseguição, censura ou imposição do “politicamente correto”.

Ao mesmo tempo, os programas procuram se mostrar desengajados e politicamente desinteressados, mas se utilizam do cinismo para encobrir posições políticas, que podem ser percebidas através da observação dos enquadramentos dados às pautas, notícias e entrevistas, os quais revelam, recorrentemente, a omissão, inversão e distorção dos fatos. Com isso, as narrativas antipolítica e, sobretudo, antipetistas, estiveram presentes em todos os programas, e atrelado a elas, a disseminação de pânico morais.

Assim, os projetos de combate à desigualdade social, com destaque para o Bolsa Família, foram tratados sob a ótica da corrupção, compra de voto, terrorismo eleitoral e esmola estatal, enquanto a limitada promoção de direitos a sujeitos sexualmente discriminados foi lida como imposição ideológica de grupos que visariam acabar com o capitalismo através da destruição da “civilização ocidental”, baseada nos valores cristãos e na família tradicional.

Já o fato de o PT ter se originado como um partido majoritariamente socialista, bem como a leitura enviesada sobre o comunismo e sua vinculação com os recentes governos de esquerda na América Latina (Como os da Venezuela e Bolívia), com os quais o Brasil mantinha uma boa relação, deram margem a acusações infundadas de autoritarismo, totalitarismo e até sobre a existência de uma ditadura petista.

Em contrapartida, o superdimensionamento e seletividade acerca da corrupção – associada a traços culturais, como o próprio “jeitinho brasileiro” - que contribuíram para demonizar o Estado, a política e a esquerda, serviram de material propagandístico para um candidato que, embora se autointitule nacionalista, tem um histórico de declarações viralistas, se apresenta como defensor da moralidade, como alguém que tem “pulso forte” contra a criminalidade e os “inimigos” da nação.

Dessa forma, embora nem todos os programas tenham feito um discurso pró-Bolsonaro (de acordo com nossa pesquisa, apenas o *The Noite* não o fez, enquanto o *Pânico* se destacou por fazê-lo mais abertamente), todos ajudaram, ainda que indiretamente, por

meio da escolha de pautas e enquadramentos, mas também da naturalização de preconceitos, a fortalecer sua narrativa de candidato antissistema, defensor dos “cidadãos de bem”, da moral e dos bons costumes.

O *SuperPop*, especificamente, foi enfático em construir sua imagem pública como um pai de família, de opiniões polêmicas, mas honesto e bem-intencionado. O *Fala que eu te escuto*, por sua vez, teve poucas menções ao político, mas todas positivas. Enquanto o *Pânico*, se valendo do “politicamente incorreto”, conseguiu tornar a imagem do deputado mais popular, familiar ao público, e reforçou seus discursos de estímulo à discriminação e violência dando a eles um caráter de humor e naturalidade.

Sendo assim, as elites detentoras dos meios de comunicação examinados, mascarando seus interesses privados como públicos e também sua ideologia, fomentaram a despolitização e o pânico moral, criminalizaram a política, a esquerda e os programas sociais, principalmente por meio da promoção seletiva de escândalos políticos midiáticos, e, além disso, banalizaram discursos discriminatórios sob a justificativa do humor e da liberdade de expressão.

Portanto, ainda que alguns destes veículos não visassem a eleição de uma figura do “baixo clero”, sua busca por conservar o mundo em torno dos interesses dominantes através da criação de bodes expiatórios e da manipulação de emoções como o ódio e a frustração, abriu o caminho para a ascensão eleitoral de políticos neofascistas, que hoje encontram seu representante máximo na figura do presidente do país.

PROGRAMAS DE TV

BOLSONARO BRASIL. **Jair Bolsonaro no Superpop** 15/02/2016 - (Completo). 2016. (1h02m52s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AGd2h464Hvo>>. Acesso em: 26 set. 2019.

CAROTTI, Bispo Márcio. **VOCÊ É CONTRA OU A FAVOR DO IMPEACHMENT? VEJA ESSE DEBATE NO PROGRAMA FALA QUE EU TE ESCUTO**. 23 ago. 2016a.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xXQtw62JpJY>. Acesso em: 03 ago. 2019.

CAROTTI, Bispo Márcio. “PENA DE MORTE NO BRASIL”. COM A PRESENÇA DE MARCELO REZENDE E DOUTOR ARIEL DE CASTRO. 02 nov. 2016b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RcVFMF-rh54>> Acesso em: 03 ago. 2019.

FALA QUE EU TE ESCUTO. “BOLSA FAMÍLIA”. 15 nov. 2016c. Disponível em: <https://www.facebook.com/InteligenciaeFeOficial/videos/1173138156107468/> Acesso em: 10 nov. 2019.

FALA QUE EU TE ESCUTO. Jeitinho brasileiro. 31 jan. 2017a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/InteligenciaeFeOficial/videos/1252683218152961/>> Acesso em: 10 nov. 2019.

FALA QUE EU TE ESCUTO. “CORRUPÇÃO VERDE E AMARELA”. 13 set. 2017b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/InteligenciaeFeOficial/videos/1478652275556053>> Acesso em: 10 nov. 2019.

FALA QUE EU TE ESCUTO. “HUMOR E ARTE PARA CRIANÇAS”. 18 out. 2017c. Disponível em: <<https://www.facebook.com/InteligenciaeFeOficial/videos/1508993959188551>> Acesso em: 10 nov. 2019.

FALA QUE EU TE ESCUTO. Redução da maioria penal. 27 abr. 2018a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/InteligenciaeFeOficial/videos/1697211093700169/>> Acesso em: 10 nov. 2019.

FALA QUE EU TE ESCUTO. “OCUPAÇÃO DE PROPRIEDADES”. 08 mai. 2018b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/InteligenciaeFeOficial/videos/1708638732557405>> Acesso em: 10 nov. 2019.

FALA QUE EU TE ESCUTO. Policial que mata bandido. 23 mai. 2018c. Disponível em: <<https://www.facebook.com/InteligenciaeFeOficial/videos/1724235417664403/>> Acesso em: 10 nov. 2019.

FALA QUE EU TE ESCUTO. Crise de sinceridade. 13 jun. 2018d. Disponível em: <<https://www.facebook.com/InteligenciaeFeOficial/videos/1749028575185087/>> Acesso em: 10 nov. 2019.

GIMENEZ, Luciana. **Superpop - 23/10/2017 - Palavra Chave com Jair Bolsonaro**. 2017. (58m47s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XcINoqre4ZU>>. Acesso em: 26 set. 2019.

GUERREIRO UNIVERSAL. Rede Globo, UOL e Veja perderam as eleições – Programa Que Eu Te Escuto. 01 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=j83RpYysTh0&t=1571s>> Acesso em: 03 ago. 2019.

HAVAN OFICIAL. **Luciana Gimenez entrevista dono da Havan, Luciano Hang.** 2016. (12m46s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=z3Wa-ONyJms>>. Acesso em: 26 set. 2019.

PILHA USADA. **Polêmica! Jair Bolsonaro No Superpop** -Nov/2016- Programa Completo - Luciana Gimenez - Jair Bolsonaro. 2016. (1h07m05s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=o5zbDNBjhx8>>. Acesso em: 26 set. 2019.

PROGRAMA INTELIGÊNCIA E FÉ. **SEXO SÓ EXISTEM DOIS OU QUANTOS AS PESSOAS QUISEREM?** 06 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OhdH90ZCI0s>> Acesso em: 03 ago. 2019.

PROGRAMA PÂNICO. **PODEROSO CASTIGA BOLSONARO.** 2015a. (11m33s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vIl98HQtiBE>>. Acesso em: 26 set. 2019.

_____. **NOVELA DA ELEIÇÃO - O SEGUNDO TURNO.** 2015b. (11m33s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3TCY-Vr7ZeM>>. Acesso em: 26 set. 2019.

_____. **NOVELA DA ELEIÇÃO - COMEMORAÇÃO DE DILMA.** 2015c. (06m26s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pVt9bs3vdPs>>. Acesso em: 26 set. 2019.

_____. **DILMA DUCHEFE CRIA SDT, SISTEMA DILMA DE TV.** 2015d. (07m57s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RntdnaBRyjA>>. Acesso em: 26 set. 2019.

_____. **DILMA DUCHEFE: POVO NO CAFE DA MANHÃ DO PRESIDENTE.** 2015e. (04m41s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MrdIFiWHYsE>>. Acesso em: 26 set. 2019.

_____. **E AGORA DILMA? - E01 (PROCURANDO TRAMPO).** 2016a. (05m48s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7PkxqAgbA8>>. Acesso em: 26 set. 2019.

_____. **E AGORA DILMA? - E03 (NO DIA DO TRABALHO).** 2016b. (06m00s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m4vLu_pvGYU>. Acesso em: 26 set. 2019.

_____. **MITADAS DO BOLSONABO - 01.** 2017a. (05m41s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IqSn7kghINA>>. Acesso em: 26 set. 2019.

_____. **MITADAS DO BOLSONABO - E02.** 2017b. (05m25s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YhG5MIPkjsQ&t=1s>>. Acesso em: 26 set. 2019.

_____. **MITADAS DO BOLSONABO - E09.** 2017c. (07m37s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LpsJCVHrV_Y>. Acesso em: 26 set. 2019.

_____. **MITADAS DO BOLSONABO - E16.** 2017d. (08m09s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2FQx5jvBbDg>>. Acesso em: 26 set. 2019.

_____. **MITADAS DO BOLSONABO - E17**. 2017e. (11m08s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wUUX28SNEh4>>. Acesso em: 26 set. 2019.

_____. **MITADAS DO BOLSONABO - E25**. 2017f. (09m54s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CiwfwfOfIE>>. Acesso em: 26 set. 2019.

_____. **MITADAS DO BOLSONABO - E26**. 2017g. (09m49s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mnlc8Lm-GrQ>>. Acesso em: 26 set. 2019.

_____. **MITADAS DO BOLSONABO - E33**. 2017h. (08m43s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Cura008Jx7U>>. Acesso em: 26 set. 2019.

REDETV. **SuperPop com Marco Feliciano - Completo 27/06/2018**. 2018. (1h08m17s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0eNPgIM8w14>>. Acesso em: 26 set. 2019.

TAMALUKO. **META DA DILMA (THE NOITE)**. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PILynUoU4i8>> Acesso em: 01. Ago. 2019.

THE NOITE COM DANILO GENTILI. **The Noite (25/11/14) - Entrevista com Reinaldo Azevedo**. 2014. (20m30s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dfehS2UezQg&t=232s>>. Acesso em: 26 set. 2019.

_____. **The Noite (10/03/15) – Monólogo: Panelaço**. 2015a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oX3OTNfxRzM&t=1s>> Acesso em: 01 ago. 2019.

_____. **The Noite (16/03/15) – Monólogo: Manifestações de 15 de março**. 2015b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zlHSbKggUAs>> Acesso em: 01 ago. 2019.

_____. **The Noite (09/04/15) – Monólogo: Ratos invadem plenário**. 2015c. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PGrRvDyA4v4>> Acesso em: 01 ago. 2019.

_____. **The Noite (18/05/2015) – Monólogo: Danilo revela o segredo da dieta de Dilma**. 2015d. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NseRFMgH1mA>> Acesso em: 01 ago. 2019.

_____. **The Noite (05/08/15) – Monólogo: Sobre a diminuição dos ministérios**. 2015e. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F_R2ikI0alo&t=62s> Acesso em: 01 ago. 2019.

_____. **The Noite (05/10/15) - Entrevista com Luiz Felipe Pondé**. 2015f. (26m38s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dB6TGQ7bgJ0>>. Acesso em: 26 set. 2019.

_____. **The Noite (12/11/15) - Entrevista com Rachel Sheherazade**. 2015g. (24m46s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bw0bv4CtCBo>>. Acesso em: 28 set. 2019.

_____. **The Noite (17/03/16) – Monólogo: Lula é o novo ministro da Casa Civil.** 2016a. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=C4YgfPx9N_Y&t=80s> Acesso em: 01 ago. 2019.

_____. **The Noite (22/04/16) – Monólogo: Danilo fala sobre a visita de Dilma à NY.** 2016b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zt_hRVvv3Ls&t=1s> Acesso em: 01 ago. 2019.

_____. **The Noite (12/05/16) – Monólogo: Afastamento de Dilma.** 2016c. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yVZx-FxSo0Y>> Acesso em: 01 ago. 2019.

_____. **Entrevista com Lobão | The Noite (08/08/17).** 2017. (28m46s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=q650yE89ygA>>. Acesso em: 26 set. 2019.

_____. **Entrevista com Luciano Hang | The Noite (11/12/18).** 2018. (30m36s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MM7e71RbcHE>>. Acesso em: 26 set. 2019.

REFERÊNCIAS

AB’SABER, T. Dilma Rousseff e o ódio político. São Paulo: Hedra, 2015. [Versão Kindle]

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção.** Trad. Iraci D. Poleti, São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

AIRES, Janaine Sibebe Freitas; CÂMARA, Clara; SILVA, Marco Antônio Roxo da; SANTOS, Suzy. **Quando religião, política e mídia se confundem:** as estratégias políticas e midiáticas do PRB, da Record e da Igreja Universal do Reino de Deus. EPTIC, v. 19, n. 2, p. 88-108, 2017a.

AIRES, Janaine Sibelle Freires. **COMUNICADORES-POLÍTICOS NO BRASIL: um elo de conexão entre os sistemas midiático e político.** Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017b.

AIRES, J. S. F.; SANTOS, Suzy. **Sempre foi pela família:** mídia e políticas no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017c. v. 1. 192p.

AMARAL, Márcia Franz. Os (des)caminhos da notícia rumo ao entretenimento. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 5, n. 1, p. 63-73, 2008.

AMARAL, Ricardo Batista. **A vida quer é coragem:** a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil. Sextante, 2012.

AMORIM, Fabiano. Pânico na Band: entrevistador tira muito sarro do Bolsonaro. **Blog Jornalismo Alternativo**, 5 de mai. 2014. Disponível em: <<http://fabiano-amorim.blogspot.com/2014/05/panico-na-band-entrevistador-tira-muito.html>> Acesso em: 20 mar. 2020.

ARENDDT, Hannah. “Verdade e Política”, in **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução de Manuel Alberto. Lisboa, Relógio D’Água Editores, 1995.

_____ (1963). **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____ (1949). **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1989.

Ato anti-Dilma vai às ruas com menos força. **Jornal do Comércio** [Online], Porto Alegre, 14 dez. 2015. Política. Disponível em: <<https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/2015/12/politica/472077-ato-anti-dilma-volta-as-ruas-com-menos-forca.html>> Acesso em: 15 jul. 2019.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. Todavia, 2019.

BARRUCHO, Luis. 50 anos do AI-5: Os números por trás do ‘milagre econômico’ da ditadura no Brasil. **BBC News Brasil**, Londres, 13 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213>> Acesso em: 13 dez. 2019.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. 7. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2013.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: Fatos e Mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. v. 1.

BERTI, Lucas; BRUM, Maurício. Como o golpe na Bolívia abriu caminho para um oportunista de extrema direita. **The Intercept Brasil**, 12 nov. 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/11/12/golpe-bolivia-caminho-ultraconservadorismo/>> Acesso em: 10 dez. 2019.

BLUME, Bruno A. Sistemas prisionais em outros países. **Politize!**, 8 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/sistemas-penitenciarios-outros-paises/>> Acesso em: 10 dez. 2019.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: UNESP, 1995.

BOLAÑO, César. **Capital, Estado, Indústria cultural**. Campinas, 1993. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Unicamp.

Bolsonaro participa do desfile do 7 de Setembro em Brasília. **UOL Notícias**, 7 set. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/album/2019/09/07/bolsonaro-participa-do-desfile-do-7-de-setembro-em-brasil-htm?mode=list&foto=10>> Acesso em: 05 jan. 2019.

BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, cap. 7, p. 163-207.

_____. **Sobre a Televisão**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1997.

_____. **O Campo político**. Revista Brasileira de Ciência Política. No. 5. Brasília. Janeiro/Julho, 2011.

BRANDINO, Gêssica; PESSOA, Gabriela S.; WENZEL, Fernanda; MOLINERO, Bruno. Livro exibido por Bolsonaro nunca foi adotado pelo MEC, diz autora. **Folha de S. Paulo**, São Paulo e Porto Alegre, 29 ago. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/livro-exibido-por-bolsonaro-nunca-foi-adotado-pelo-mec-diz-editora.shtml>> Acesso em: 03/12/2019

BRASIL. Decreto n. 3.897, de 24 de agosto de 2001. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF.

BRITTO, Patrícia. Fortaleza tem protesto com réplica de Pixuleco no 7 de setembro. **Folha de S. Paulo**. Recife, 07 set. 2015. Poder. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1678731-fortaleza-tem-protesto-com-replica-de-pixuleco-no-7-de-setembro.shtml>> Acesso em: 15 jul. 2019.

BUCCI, E. **Televisão Objeto**: a crítica e suas questões de método. ECA/USP, 2002. Tese de doutoramento.

BUCCI, E.; KEHL, M.R. **Videologias**: ensaios sobre a televisão. São Paulo: Boitempo, 2004.

BUCCI, Eugênio. Pós-política e corrosão da verdade. **Revista USP**, São Paulo, n. 116, 2018.

BHUNJUN, Avinash. What does 'drain the swamp' mean and why did Donald Trump say it?. **Metro**, 20 jan. 2018. Disponível em: <<https://metro.co.uk/2018/01/20/what-does-drain-the-swamp-mean-and-why-did-donald-trump-say-it-7245279/>> Acesso em 04 dez. 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMARGO, Marcelo. Jair Bolsonaro saúda o povo depois de receber a faixa presidencial. **Agência Brasil**, Brasília, 01 jan. 2019. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/pt-reeleita-candidatura-de-lula-e-define-estrategia-apos-prisao-do-ex-presidente/>> Acesso em: 17 abr. 2020.

CARDOSO, Fernando Henrique. O papel da oposição. **Revista Interesse Nacional**, no. 13, abril/junho 2011.

CARNIEL, Fagner; RUGGI, Lennita; RUGGI, Júlia de Oliveira. Gênero e humor nas redes sociais: a campanha contra Dilma Rousseff no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, set./dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912018243523>. Acesso em: 1 jul. 2019.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Zahar, 2018.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. **Direita, volver**, p. 177-196, 2015.

CHAUÍ, Marilena. Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. **O retorno do teológico-político**. In: CARDOSO, S. Retorno ao republicanismo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

_____. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p.57-142.

COAN, Emerson Ike. MÍDIA ODIOSA, ALIENAÇÃO POLÍTICA E ESTRUTURA AUTORITÁRIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA. **Revista Alterjor**, São Paulo, jul./dez. 2017.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI) - IBOPE. Retratos da sociedade brasileira: eleições 2018. Ano 7, n. 45 (ago. 2018). Brasília: CNI, 2018. Disponível em: <https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/83/e2/83e216d3-af42-4438-a84a-0a25df5f345b/retratosdasociedadebrasileira_45_eleicoes2018.pdf> Acesso em 15 de mar. 2018.

CONJUR. TSE abre prazo para Bolsonaro e Hang se manifestarem em ação do Whatsapp. **Consultor Jurídico**, 5 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-dez-05/tse-abre-prazo-bolsonaro-hang-manifestarem>> Acesso em: 15 dez. 2019.

CPDOC. Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). **FGV**, 2020. Verbete. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sistema-brasileiro-de-televisao-sbt>> Acesso em: 20 dez. 2019.

CRUZ, José. Manifestantes protestam no Congresso Nacional. **Agência Brasil**, 17 jun. 2013. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/sites/_agenciabrasil/files/gallery_assist/23/gallery_assist723283/prev/ABr17062013JFC2558.jpg> Acesso em: 16 abr. 2020.

CURIEL, Ochy. Descolonizando el feminismo: Una perspectiva desde América Latina y el Caribe, en **Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista**, Buenos Aires, Instituto de Género de la Universidad de Buenos Aires, 2009.

CUSTÓDIO, Túlio. Ninguém viu, ninguém vê: comentários sobre o estado de violência na atual democracia (de poucos). IN: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de. **Brasil em Transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

DA REDAÇÃO. 15 anos após crimes, prisão de Champinha ainda divide especialistas. **Gazeta do Povo**, 24 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/justica/15-anos-apos-crimes-prisao-de-champinha-ainda-divide-especialistas-4cm1y4bw7tqb2i9d31sv29lk4/>> Acesso em: 13 dez. 2019.

DAS, Veena. **Violence, Gender and Subjectivity**. Annual Review of Anthropology, 37, 2008, p.283-99.

DE AGUIAR, Leonel Azevedo. Entretenimento: valor-notícia fundamental. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 5, n. 1, p. 13-23, 2008.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Coletivo Periferia, 2003.

DE SOUZA, José Carlos Aronchi. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. Summus Editorial, 2015.

DILMA você é homossexual? Eu não vou responder!. [S. l.]: Tvipb, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n8xcN5cLQeM>. Acesso em: 1 dez. 2016.

DIMENSTEIN, Gilberto. Globo: Ratinho e Luciana Gimenez farão propaganda pela Previdência. **Catraca Livre**, 07 mai. 2019. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/dimenstein/globoratinho-e-luciana-gimenez-farao-propaganda-pela-previdencia/>> Acesso em: 16 dez. 2019.

DOCE, Nacho. Cenas da posse de Dilma Rousseff. **REUTERS**, 01 jan. 2011. Disponível em: <<http://especiais.ig.com.br/zoom/cenas-da-posse-de-dilma-rousseff/>> Disponível em: 16 abr. 2020.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Uma introdução. São Paulo: Editora da Unesp: Boitempo, 1997.

ECO, Umberto. O Fascismo Eterno. In: **Cinco Escritos Morais**. Tradução: Eliana Aguiar, Editora Record, Rio de Janeiro, 2002.

EQUIPE MEGACURIOSO. Descubra como as visitas íntimas acontecem pelas prisões do mundo. **MegaCurioso**, 20 set. 2016. Disponível em: <<https://www.megacurioso.com.br/policia/100427-descubra-como-as-visitas-intimas-acontecem-pelas-prisoas-do-mundo.htm>> Acesso em: 10 dez. 2019.

Enterro simbólico de um caixão com a bandeira do PT e a foto da Dilma. **O Globo**. 2015. (00min33seg). Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/enterro-simbolico-de-um-caixao-com-bandeira-do-pt-a-foto-da-dilma-18285292>> Acesso em: 15 de jul. 2019.

ÉPOCA. Edição 831, 03 mai. 2014. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/faz-caber/noticia/2014/05/dilma-vai-guerra.html>> Acesso em: 25 jan. 2019.

_____. Edição 855, 18 out. 2014. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/eleicoes/noticia/2014/10/dilma-x-aecio-eleicao-do-bvaledob.html>> Acesso em: 25 jan. 2019

_____. Edição 902, 19 set. 2015. Disponível em:
<<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/09/presidente-sem-poder.html>> Acesso em: 25 jan. 2019.

_____. Edição 905, 10 out. 2015. Disponível em:
<<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/10/dilma-sob-ataque.html>> Acesso em: 25 jan. 2019

_____. Edição 928, 25 mar. 2016. Disponível em:
<<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/dilma-vai-guerra-contra-o-impeachment.html>> Acesso em: 25 jan. 2019.

_____. Especial *Impeachment*. 16 abr. 2016. Disponível em:
<<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/04/solidao-de-dilma-rousseff.html>> Acesso em: 25 jan. 2019.

EZEQUIEL, Vanderlei de Castro. Discurso do medo e ódio político na disputa eleitoral brasileira de 2014. **Aurora: revista de arte, mídia e política**. São Paulo, v. 8, n. 23, p. 28-119, jun. – set. 2015.

FARHAT, Rodrigo. Em defesa da Resolução 01/99, CFP aciona STF. **CFP**, 12 set. 2018. Disponível em: < <https://site.cfp.org.br/tag/resolucao-0199/>> Acesso em: 13 dez. 2019.

FELTRIN, Ricardo. Ibope da TV: Em 2019, só Record e RedeTV crescem em audiência. **UOL Notícias**, 10 ago. 2019. Disponível em: < <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/ooops/2019/08/10/ibope-da-tv-em-2019-so-redetv-e-record-crescem-em-audiencia.htm>> Acesso em: 20 dez. 2019.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira**. Autonomia Literária, 2019. [Versão Kindle].

FLAUZINA, Ana. Democracia genocida. IN: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de. **Brasil em Transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

FLORES, Paula. Redes sociais e TV: qual o peso de cada meio nas eleições de 2018. **Nexo**, 2018. Disponível em: < <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/18/Redes-sociais-e-TV-qual-o-peso-de-cada-meio-nas-eleicoes-de-2018>> Acesso em: 15 de jul. 2019.

FONSECA, Luciana Goulart da Rocha. **A MÍDIA BRASILEIRA E A CRISE CONTEMPORÂNEA: uma análise a partir do conceito gramsciano de intelectual orgânico**. 197 f. Dissertação (Mestrado) – Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**. 13ª Ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

G1. Datafolha de 25 de outubro para presidente por sexo, idade, escolaridade, renda, região, religião e orientação sexual. **G1**, 26 out. 2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/26/datafolha-de-25-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-orientacao-sexual.ghtml>> Acesso em: 09 mar. 2020.

_____. Pesquisa Ibope de 27 de outubro para presidente por sexo, idade, escolaridade, renda, região, religião e raça/cor. **G1**, 27 out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/27/pesquisa-ibope-de-27-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-cor.ghtml>> Acesso em: 09 mar. 2020.

GALLEGO, Esther Solano (org.) **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

GALLO, Fábio. REMIX das Pérolas ditas por Dilma (PT) em 2015. 2016. (4min04seg). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MvGBdhgYnZQ>> Acesso em: 15 jul. 2019.

GAZETA DO POVO. O que é o “Movimento”, organização criada por Steve Bannon contra a China e a EU. **Gazeta do Povo**, 23 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/o-que-e-o-movimento-organizacao-criada-por-steve-bannon-contra-a-china-e-a-ue/>> Acesso em: 03 dez. 2019.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. Paulus. São Paulo, 2004.

GOMES, Itânia Maria Mota; ARAÚJO, Valéria Maria S. Vilas Boas. **Ai que infortúnio! Disputas de gênero em um produto da indústria pop**. In: SÁ, Simone Pereira; CARREIRO, Rodrigo; FERRARAZ, Rogério (Orgs.). *Cultura pop*. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2015.

GUTMANN, J. F.; SILVA, F. M. Matrizes e matizes do talk show no Brasil. FRANÇA, V.; GOMES, IM M.; COHEN, E. **Gêneros midiáticos e identidades**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, p. 47-66, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Bom entretenimento**: Uma desconstrução da história da paixão ocidental. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) - Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal, 2017. IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf>

INCT (Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia). Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação. **A Cara da Democracia no Brasil** (Pesquisa-Survey). Belo Horizonte, 2018.

INSTITUTO DATAFOLHA. Eleições 2018. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/27/44cc2204230d2fd45e18b039ee8c07a6.pdf>> Acesso em: 15. Abril. 2019.

ISTOÉ. Edição nº2344, 29 out. 2014. Disponível em:
<https://istoe.com.br/edicao/818_UMA+CAMPANHA+MONTADA+NA+MENTIRA/>
Acesso em: 25 jan. 2019.

_____. Edição 2360, 23 fev. 2015. Disponível em:
<https://istoe.com.br/405536_CADE+A+PATRIA+EDUCADORA+/> Acesso em: 25 jan. 2019

_____. Edição 2416, 30 mar. 2016. Disponível em:
<https://istoe.com.br/449533_OS+7+CRIMES+DE+DILMA/> Acesso em: 25 jan. 2019.

_____. Edição 2417, 06 abr. 2016. Disponível em:
<https://istoe.com.br/edicao/894_AS+EXPLOSOES+NERVOSAS+DA+PRESIDENTE/>
Acesso em: 25 jan. 2019.

JONES, Jeffrey P. Beyond Genre: Cable's Impact on the Talk Show. *In*: EDGERTON, Gary R.; ROSE, Brian G. (ed.). **Thinking outside the box: A Contemporary Television Genre Reader**. Kentucky: The University Press of Kentucky, 2005. P. 156-178. ISBN 978-0-8131-2365-3.

JOSÉ, Emiliano. **Intervenção da Imprensa na política brasileira (1954-2014)**. 2ª ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2014.

JUNIOR, Marcelo Alves dos Santos. **VAI PRA CUBA!!! A REDE ANTIPETISTA NA ELEIÇÃO DE 2014**. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

Junqueira, R. D. (2017). "Ideologia de gênero": a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma "ameaça à família natural". *In*: Ribeiro, P. R. C.; Magalhães, J. C. (Orgs). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: FURG. 25-52.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. *In*: Teles, Edson; Safatle, Vladimir. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 123-132.

KORYBKO, Andrew. **GUERRAS HÍBRIDAS – DAS REVOLUÇÕES COLORIDAS AOS GOLPES**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LERY, Julia. **(NÃO) É SÓ UMA PIADA: Cinismo, ironia e entretenimento nos talk shows The Noite e Agora é Tarde**. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

LEVIN, Abigail. 2010. **The Cost of Free Speech: Pornography, Hate Speech and Their Challenge to Liberalism**. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

LIMA, Venício Artur de. **A mídia e a abordagem da corrupção**. Revista do Capp, Belo Horizonte, n. 1, vol. XIX, p. 35-45, 2013.

LOPES, Paula Cunha. “As expressões nervosas da presidente”: estereótipos de gênero na Revista Istoé e a repercussão com a hashtag #IstoÉMachismo. São Paulo: INTERCOM, 2016.

LÓPEZ SEGRERA, Francisco. **América Latina: crisis del posneoliberalismo y ascenso de la nueva derecha** / Francisco López Segrera. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2016.

LUFKIN, Bryan. O mito por trás das longas penas de prisão. **BBC Future**, 7 jun. 2018. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-44285495>> Acesso em: 10 dez. 2019.

MACIEL, A. *et al.* Apoiadores de Bolsonaro realizaram pelo menos 50 ataques em todo o país. **Agência Pública**, 10 out. 2018. Disponível em: <<https://apublica.org/2018/10/apoiadores-de-bolsonaro-realizaram-pelo-menos-50-ataques-em-todo-o-pais/>> Acesso em: 13 dez. 2019.

MARIZ, Cristiano. Deputados comemoram após processo de impeachment de Dilma Rousseff ser aprovado na Câmara. **VEJA**, 17 abr. 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/delacao-de-funaro-cunha-pediou-compra-de-votos-por-impeachment/>> Acesso em: 16 abr. 2020.

MARTINS, Caio; PRADO, Fernando Correia; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; MOTTA, Stefano; SOUZA, Victor Neves de. A “estratégia democrática e popular” e um inventário da esquerda revolucionária. **Revista Marx e o Marxismo**, v.2, n.3, ago/dez 2014.

MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. (Org.). **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016.

MATTOSO, C.; BRAGON, Ranier. Bolsonaro amplia presença de militares em 30 órgãos federais. **Folha de S. Paulo**, 14 out. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/bolsonaro-amplia-presenca-de-militares-em-30-orgaos-federais.shtml>>

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios. Revista do ppgav/eba/ufrrj**, n. 32, 2016.

MELLO, Patrícia C. Empresas contrataram disparos pró-Bolsonaro no Whatsapp, diz espanhol. **Folha de S. Paulo**, 18 jun. 2019. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/empresas-contrataram-disparos-pro-bolsonaro-no-whatsapp-diz-espanhol.shtml>> Acesso em: 12 dez. 2019.

MENEZES, Luiz F. Desenhemos fatos sobre a ‘ideologia de gênero’. **Aos Fatos**, 6 set. 2019. Disponível em: < <https://aosfatos.org/noticias/desenhemos-fatos-sobre-ideologia-de-genero/>> Acesso em: 10 dez. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política**. Lua Nova, 2002.

_____. Dossiê “Mídia e Política”. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.22, p. 7-12, jun. 2004.

_____. **O colapso da democracia no Brasil**: da constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Força-tarefa da Lava Jato. **Agência Pública**, 9 mai. 2018. Disponível em: <<https://apublica.org/2018/05/integrantes-da-lava-jato-vivem-na-mesma-bolha-diz-pesquisador-da-ufpr/>> Acesso em: 16 abr. 2020.

MIRA y López, E. **Quatro gigantes da alma**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-748, 2017.

MITTELL, Jason. A Cultural Approach to Television Genre Theory. In: EDGERTON, Gary R.; ROSE, Brian G. (ed.). **Thinking outside the box**: A Contemporary Television Genre Reader. Kentucky: The University Press of Kentucky, 2005. p. 37-64. ISBN 978-0-8131-2365-3.

MORAES, João Quartim de. Contra a canonização da democracia. IN: **Crítica Marxista**, v.1, n. 12, São Paulo: Boitempo, 2001.

MOREIRA, S. Manifestação pelo Impeachment em São Paulo, na avenida Paulista. **Agência EFE**, 16 dez. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/13/politica/1450031651_773967.html> Acesso em: 16 abr. 2020.

MOSCO, Vincent. La economía política de la comunicación: uma tradición viva. In: ALBORNOZ, L. (Comp.). **Poder, médios, cultura**: uma mirada crítica desde la economía política de la comunicación. Buenos Aires: Paidós, 2011. p. 61-90.

MOTTA, Luiz Gonzaga (Org). **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002 (Coleção Comunicação).

_____. Enquadramentos Lúdico-Dramático no jornalismo: mapas culturais para organizar conflitos. **Revista Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v.2, nº17, p. 1-25. 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/3461/4134>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MOTTER, Paulino. **A Batalha Invisível da Constituinte**: Interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

NASCIMENTO, Sandro. Na cola da Globo, Danilo Gentili vira o rei dos merchans nas noites do SBT. **NaTelinha**, 6 set. 2019. Disponível em: <

<https://natelinha.uol.com.br/televisao/2019/09/06/na-cola-da-globo-danilo-gentili-vira-o-rei-dos-merchans-nas-noites-do-sbt-133493.php>> Acesso em: 1 fev. 2019.

NASSIF, Lourdes. Eleições 2018: Bancada evangélica cresce na Câmara e no Senado. **Jornal GGN**, 2018. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/congresso/eleicoes-2018-bancada-evangelica-cresce-na-camara-e-no-senado/>> Acesso em: 10 de março de 2019.

NITAHARA, Akemi. Educação sobre sexualidade e gênero previne violência sexual, diz especialista. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 17 mai. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-05/educacao-sobre-sexualidade-e-genero-previne-violencia-sexual-diz>> Acesso em: 10 dez. 2019.

NUNES, Bárbara Rodrigues. **A imagem de Dilma Rousseff**: a construção do estereótipo feminino na crise política. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL. **TV Aberta – Informe Anual 2016**. Ancine, 2017. Disponível em: <https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/informe_tvaberta_2016.pdf> Acesso: 10 set. 2019.

O ESTADO DE S. PAULO. Bolsonaro também ganhou entre as mulheres, diz Ibope. **Estadão**, São Paulo, 06 nov. 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,bolsonaro-tambem-ganhou-entre-as-mulheres-diz-ibope,70002588225>> Acesso em: 09 mar. 2020.

NAVES, Marcio. Contribuição ao Debate sobre Democracia. **Revista Temas de Ciências Humanas**, v.10, São Paulo: editora Ciências Humanas, 1981.

NERY, Carmen. Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos. **Agência IBGE Notícias**, 06 nov. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>> Acesso em: 9 mar. 2020.

ORO, A. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n. 53. São Paulo, 2003, p. 53-68.

PASSARINHO, Natahalia. Lula sanciona lei que dá poder de polícia às Forças Armadas na fronteira. **G1**, Brasília, 25 ago. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/08/lula-sanciona-lei-que-da-poder-de-policia-forcas-armadas-na-fronteira.html>> Acesso em: 10 dez. 2019.

PASSOS, Mariana Rezende dos. **Mito e narrativa**: a (des)construção da imagem pública de Lula no contexto da crise política de 2016. 327 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PERSEU, Abramo. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIAIA, Victor; NUNES, Raul. **Política, entretenimento e polêmica: Bolsonaro nos programas de auditório**. IESP nas eleições. Disponível em: <<http://18.218.105.245/politica-entretenimento-e-polemica-bolsonaro-nos-programas-de-auditorio/>> Acesso em: 12 ago. 2019.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior**: O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019. [Versão Kindle]

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004. P. 73 – 105.

PREUSS, Larissa Pothin. **As telereleções no teleespaço público**: O programa Vitória em Cristo e a estratégia de mesclar evangelização e pregação política. 212 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PRONER, Francisco. Lula foi cercado pela militância horas antes de se entregar à Polícia Federal. Congresso Em Foco, 09 abr. 2018. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/pt-reafirma-candidatura-de-lula-e-define-estrategia-apos-prisao-do-ex-presidente/>> Acesso em: 17 abr. 2020.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. **Conservadorismo à brasileira**: sociedade e elites políticas na contemporaneidade. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 273 fls., 2015.

QUEIROZ, Luiz. Manifestantes agridem pessoas de vermelho e atacam imprensa. **Jornal GGN**. 18 mar. 2016. Crise. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/crise/manifestantes-agridem-pessoas-de-vermelho-e-atacam-imprensa/>> Acesso em: 16 jul. 2019.

RAMOS, Silvana de Souza. O politicamente correto e a topologia da exclusão. **Revista USP**, n. 115, p. 41-50, 2017.

REDAÇÃO. Golpista declarado, Silvio Santos conseguiu SBT graças a sua bajulação aos generais da ditadura. **Esquerda Diário**, 06 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Golpista-declarado-Silvio-Santos-conseguiu-SBT-gracas-a-sua-bajulacao-aos-generais-da-ditadura>> Acesso em: 16 dez. 2019.

REDAÇÃO CARTA CAPITAL. A economia na ditadura. **Carta Capital**, 30 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/a-economia-na-ditadura/>> Acesso em: 12 dez. 2019.

REDAÇÃO RBA. OEA também é culpada pelo golpe que já matou 24 e feriu centenas de pessoas. **Rede Brasil Atual**, 19 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2019/11/oea-culpada-golpe-bolivia/>> Acesso em: 10 dez. 2019.

REDETV. **SuperPop**, 2020. O Programa. Disponível em: <<https://www.redeTV.uol.com.br/superpop/institucional/oprograma><<https://www.redeTV.uol.com.br/superpop/institucional/o-programa>> Acesso em: 03 jan. 2019.

RESENDE, Leandro. Marielle: desembargadora, deputado e pastor não checaram antes de postar. E era bem fácil... **Agência Lupa**, Rio de Janeiro, 19 mar. 2018. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/03/19/marielle-fake-news/>> Acesso em: 13 dez. 2019.

RIBEIRO, A. *et al.* Violência eleitoral recrudesciu no segundo turno. **Agência Pública**, 12 nov. 2018. Disponível em; <<https://apublica.org/2018/11/violencia-eleitoral-recrudesciu-no-segundo-turno/>> Acesso em: 13 dez. 2019.

RODRIGUES, Isabel Cristina de Araújo. **A NARRATIVA ESPETACULAR NA MÍDIA TELEVISIVA: A VOTAÇÃO DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF (PT) NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**. 68 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Paulista, São Paulo, 2018.

ROUDAKOVA, Natalia. The Spiral of Cynicism in the 2000s. *In*: _____. **Losing Pravda: Ethics and the Press in Post-Truth Russia**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Espetáculo, Política e Mídia**. Universidade Federal da Bahia, 2000.

SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SASSINE, Vinicius. Governo Federal recolhe kit educativo anti-homofobia. **O Globo**, Brasília, 17 mar. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/governo-federal-recolhe-kit-educativo-anti-homofobia-7866048>> Acesso em: 09 abr. 2020.

SBT ressuscita e mata 'Brasil, ame-o ou deixe-o' em vinheta relâmpago. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 nov. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/11/sbt-ressuscita-brasil-ame-o-ou-deixo-o-em-nova-vinheta.shtml>> Acesso em: 20 dez. 2019.

SCHÄFER, Gilberto; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; SANTOS, Rodrigo Hamilton dos. Discurso de ódio: da abordagem conceitual ao discurso parlamentar. **Revista Informações Legislativas**, v. 52, n. 207, p. 143-158, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Apologia à ditadura militar é crime segundo a legislação brasileira, defende Câmara Criminal do MPF. **MPF**, 17 out. 2019. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/apologia-a-ditadura-militar-e>

[crime-segundo-a-legislacao-brasileira-defende-camara-criminal-do-mpf](#)> Acesso em: 20 dez. 2019.

SEVERIANO, A.; LOUIS, L. Conheça o perfil dos eleitores de Donald Trump nos Estados Unidos. **G1**, 18 out. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2016/10/conheca-o-perfil-dos-eleitores-de-donald-trump-nos-estados-unidos.html>> Acesso em: 09 mar. 2020.

SILVA, Fabiana Moraes da. **A não-notícia, um produto do infoentretenimento**. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Ano V – n. 1 pp. 99 – 108 jan./jun. 2008.

SILVA, Fernanda. **Marcos históricos do talk show no Brasil**: uma análise dos programas Globo Gente e Jô Soares Onze e Meia. Galáxia (São Paulo, Online), n.25, p.123-134, jun 2013.

SODRÉ, Muniz. **A Comunicação do Grotesco**. Petrópolis: Vozes, 1971.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA. Associado da SBP contesta publicação de articulista da Veja. **SBP Online**, jul. 2017. Disponível em: <http://www.sbsonline.org.br/informativo/view?TIPO=1&ID_INFORMATIVO=252> Acesso em: 12 dez. 2019.

_____. **O monopólio da fala**. Função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. **O império do grotesco**. Mauad Editora Ltda, 2002.

SOUZA, Jessé. **A Tolice da Inteligência Brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: Editora Leya, 2015.

_____. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado [versão kindle]. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

_____. **A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SUHET, Ingrid. Bolsonaro é o presidenciável com mais seguidores virtuais: 7,8 milhões. **Metrópoles**, 2018. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/politica-br/bolsonaro-e-o-presidenciavel-com-mais-seguidores-virtuais-78-milhoes>> Acesso em: 15 de jul. 2019.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). **Direita, volver**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 197-212.

THE INTERCEPT BRASIL. Leia todas as reportagens que o Intercept e parceiros produziram para a Vaza Jato. 20 jan. 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>> Acesso em: 30 jan. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Esclarecimentos:** Sobre informações falsas veiculadas nas eleições 2018. TSE, 22 out. 2018. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/hotsites/esclarecimentos-informacoes-falsas-eleicoes-2018/somente-3-paises-utilizam-urnas-eletronicas.html>> Acesso em: 13 dez. 2019.

TOLEDO, Caio Navarro de. A Modernidade Democrática da Esquerda: adeus à revolução?, n.1, **Revista Crítica Marxista**, São Paulo: Boitempo Editorial, 1994.

VEJA. Edição nº 2446, 07 out. 2015. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/editions>> Acesso em: 25 jan. 2019.

_____. Edição nº 2474, 20 abr. 2016. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/editions>> Acesso em: 25 jan. 2019.

_____. Edição 2399, 12 nov. 2014. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/editions>> Acesso: 25 jan. 2019

_____. Edição 2456, 16 dez. 2015. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/editions>> Acesso em: 25 jan. 2019.

_____. Edição 2474, 20 abr. 2016. Disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/editions>> Acesso em: 25 jan. 2019.

VELASCO e CRUZ, Sebastião et al. (orgs.). (2015), **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

VELOSO, Ana Maria Conceição; VASCONCELOS, Fabíola Mendonça; FERREIRA, Laís. AS DUAS FACES DO SEXISMO NA MÍDIA: como Marcela Temer e Dilma Rousseff (PT) são retratadas pela Veja e IstoÉ. **Revista Observatório**. Palmas, jan./mar. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2017v3n1p58> Acesso em: 1 jul. 2019.

VERDÉLIO, Andreia. Com 726 mil presos, Brasil tem terceira maior população carcerária do mundo. **Agência Brasil**, Brasília, 8 fev. 2017. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/populacao-carceraria-do-brasil-sobe-de-622202-para-726712-pessoas>> Acesso em: 10 dez. 2019.

VIEIRA, João Luiz. Sobre o artigo "Dilma e o sexo". **Época**, [S. l.], 20 ago. 2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com/vida/romance-urbano/joao-luiz-vieira/noticia/2015/08/dilma-e-o-sexo.html>. Acesso em: 1 dez. 2016.

VIVER/DIARIO. TVs não exibem discurso de Dilma Rousseff após impeachment. Diário de Pernambuco, 31 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2016/08/tvs-ignoram-discurso-de-dilma-rousseff-apos-impeachment.html>> Acesso em: 16 abr. 2020.

ZAREMBA, Júlia. Cérebro por trás de ascensão de Trump, Bannon quer espalhar marca pelo Brasil e o mundo. **Folha de S. Paulo**, Washington, 25 out. 2018. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/cerebro-por-tras-de-ascensao-de-trump-bannon-quer-espalhar-marca-pelo-brasil-e-o-mundo.shtml>> Acesso em: 03 dez. 3019.